

Elaine Jesus Alves
Gilson Pôrto Jr.
(Orgs.)

Comunicação,
tecnologias
emergentes e
práticas sociais

Discussões e experiências em
diálogo com a sociedade



As relações entre comunicação, tecnologias emergentes e práticas sociais não são algo simples. Longe de constituírem algo facilmente delineado, as relações são muitas vezes conflituosas e até antagônicas. Dessa forma, em tempos de conflito e desinformação, discussões e experiências que permitam a problematização são muito bem-vindas. O presente livro tem esse objetivo e foi organizado no âmbito das discussões da disciplina Política e processos de formação em comunicação do Mestrado Acadêmico em Comunicação e Sociedade. O livro reúne contribuições de pesquisas de doutoramento e pós-doutoramento desenvolvidas em Portugal, Espanha e Brasil.



Comunicação, tecnologias emergentes e práticas sociais

Série
**Comunicação,
Jornalismo e
Educação**



Diretor da série:

Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Junior
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Comitê Editorial e Científico:

Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. João Nunes da Silva
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. Luis Carlos Martins de Almeida Mota
Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

Prof. Dr. Rogério Christofoletti
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

Prof. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
Universidade de Caxias do Sul: Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de Mendonça Jorge
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Profa. Dra. Verônica Dantas Menezes
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. Fagner da Silva Soares
CLIO & ANEMÓSINE Centro de Estudos e Pesq. em História Oral e Memória
Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

Dr. Luís Francisco Munaro
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Dr. José Manuel Peláez
Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do
Ministério Público do Tocantins, CESAF/MPTO

Comunicação, tecnologias emergentes e práticas sociais

Discussões e experiências em diálogo com a sociedade

Organizadores:

Elaine Jesus Alves

Gilson Pôrto Jr.



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Série Comunicação, Jornalismo e Educação - 37

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

ALVES, Elaine Jesus; PÔRTO JR., Gilson (Orgs.)

Comunicação, tecnologias emergentes e práticas sociais: discussões e experiências em diálogo com a sociedade [recurso eletrônico] / Elaine Jesus Alves; Gilson Pôrto Jr. (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

239 p.

ISBN - 978-85-5696-762-6

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Ensaios. 2. Jornalismo. 3. Ética. 4. Comunicação. 5. Cultura. I. Título. II. Série.

CDD: 177

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e sociedade

177

Sumário

Prefácio ou introduzindo as conversas e reflexões..... 9

Gilson Pôrto Jr.

Capítulo 1..... 14

Professores versus tecnologias: um estudo sobre a literacia digital de docentes em formação online

Elaine Jesus Alves

Bento Duarte Silva

Capítulo 2 31

A EaD/UAB e seus desafios: uma reflexão sobre as possibilidades de impacto socioprofissional no interior do Estado do Ceará-Brasil

Gina Maria Porto de Aguiar

Bento Duarte da Silva

Capítulo 356

Proposições educativas não formais na internet: um levantamento em sites de museus de arte brasileiros

Dorcas Weber

Capítulo 4 77

Pesquisa e investigação: o impacto das tecnologias nos processos de formação pós-Bolonha

Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior

Capítulo 5 93

Acessibilidade midiática: uma revisão sistemática da literatura

Keila Fernandes Santos

Elaine Jesus Alves

Capítulo 6 109

Revisão sistemática de literatura sobre o uso do ambiente virtual de aprendizagem “Moodle” na formação de profissionais em saúde no Brasil

Kleanne Mourão de Sousa Diniz

Capítulo 7	123
Metodologias ativas no ensino superior: o uso da rede social educativa Edmodo num programa de mestrado na Universidade Federal do Tocantins	
Elaine Jesus Alves	
Capítulo 8	138
Nova política brasileira: uma revisão da literatura sobre o papel dos <i>bots</i> na formação de opinião em rede	
Teles Cristiano Candido	
Capítulo 9	160
A importância da comunicação em organizações do terceiro setor: uma revisão de literatura	
Fernanda Silva Fernandes Barbosa	
Capítulo 10	175
Governo eletrônico nas redes sociais: uma revisão de literatura	
Maurílio Luiz Hoffmann da Silva	
Capítulo 11	185
Empreendedorismo em plataformas de <i>crowdfunding</i>: uma revisão de literatura	
Ana Paula Neres Cirqueira	
Elaine Jesus Alves	
Capítulo 12	207
Liberdade de imprensa e territorialidade: língua, linguagem, fala discurso, comunicação e direitos fundamentais	
Giliarde Albuquerque Cavalcante Virgulino Ribeiro do Nascimento	
Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior	
Capítulo 13	226
A imprensa do esquecido norte goiano e os movimentos de luta: predestinado ecos do Tocantins nasce em 1951	
Aurielly Queiroz Painkow	

Prefácio ou introduzindo as conversas e reflexões

Gilson Pôrto Jr.

As relações entre comunicação, tecnologias emergentes e práticas sociais não são algo simples. Longe de constituírem algo facilmente delineado, as relações são muitas vezes conflituosas e até antagônicas. Dessa forma, em tempos de conflito e desinformação, discussões e experiências que permitam a problematização são muito bem-vindas. O presente livro tem esse objetivo e foi organizado no âmbito das discussões da disciplina **Política e processos de formação em comunicação do** Mestrado Acadêmico em Comunicação e Sociedade. O livro reúne contribuições de pesquisas de doutoramento e pós-doutoramento desenvolvidas em Portugal, Espanha e Brasil.

No capítulo 1 intitulado **PROFESSORES VERSUS TECNOLOGIAS: Um estudo sobre a literacia digital de docentes em formação online**, Elaine Jesus Alves e Bento Duarte Silva apresentam os resultados parciais da pesquisa de doutoramento em Educação, área Tecnologia Educativa na Universidade do Minho, Portugal. Trata-se de um estudo de caso com cursistas de licenciatura a distância numa universidade pública no Brasil cujos instrumentos de coleta de dados foram questionário e entrevistas semiestruturadas. O total de alunos frequentes do curso de licenciatura em estudo é de 32 alunos, destes, 25 (78%) participaram. Os dados dos questionários buscaram retratar um perfil dos participantes no tocante ao uso das tecnologias no cotidiano e na prática docente.

No capítulo 2 intitulado **A EAD/UAB E SEUS DESAFIOS: uma reflexão sobre as possibilidades de impacto socioprofissional no interior do Estado do Ceará-Brasil**, Gina Maria Porto de Aguiar e Bento Duarte da Silva discutem a expansão do Ensino Superior em áreas

distantes dos grandes centros por meio da EaD/UAB. Neste sentido, com este texto, que é parte integrante de um projeto de doutoramento (em curso) inserido na especialidade de Tecnologia Educativa, do Curso de Doutorado em Ciências da Educação na Universidade do Minho (Braga, Portugal), pretende-se refletir sobre os desafios da modalidade EaD, através do sistema UAB, e as possibilidades de mudanças na comunidade do interior do Ceará, entendendo mudanças como impacto gerado diretamente por um programa.

No capítulo 3 intitulado **Proposições educativas não formais na internet: um levantamento em sites de museus de arte brasileiros**, Dorcas Weber buscou com as informações disponibilizadas pelo Cadastro Nacional de Museus, trazer à luz algumas informações e reflexões sobre um levantamento realizado em websites de museus de arte brasileiros e o uso da internet para o desenvolvimento de suas ações educativas.

No capítulo 4 intitulado **PESQUISA E INVESTIGAÇÃO: o impacto das tecnologias nos processos de formação pós-Bolonha**, Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior discute como mudanças curriculares, bem como as tecnologias emergentes, podem ter impactos nas formas como a pesquisa pode ocorrer. Outro elemento importante é como as instituições e seus a(u)tores apropriaram-se das tecnologias, agregando-as direta ou indiretamente em suas práticas de investigação e no ensino, visto que essas modificações tendem a melhorar as práticas pedagógico-formativas gerais do que era exercitado em sala de aula.

No capítulo 5 intitulado **ACESSIBILIDADE MIDIÁTICA: uma revisão sistemática da literatura**, Keila Fernandes Santos e Elaine Jesus Alves fazem um levantamento de um quadro teórico de congruências entre trabalhos reconhecidos pela comunidade acadêmica, com possibilidade de verificar os principais avanços e entraves para abordagem desse tema em trabalhos científicos, além de investigar de que forma a utilização desses recursos tecnológicos e/ou técnicas de tradução são abordadas em áreas de estudos comunicacionais e interdisciplinares.

No capítulo 6 intitulado **REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA SOBRE O USO DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM “MOODLE” NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM SAÚDE NO BRASIL**, **Kleanne Mourão de Sousa Diniz** realizou uma revisão sistemática de literatura sobre estudos que demonstrem o uso dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) Moodle na formação de profissionais na área de saúde no Brasil e quais as contribuições destes ambientes para os respectivos programas de formação. Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa realizado por meio de um levantamento bibliográfico.

No capítulo 7 intitulado **METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: O USO DA REDE SOCIAL EDUCATIVA EDMODO NUM PROGRAMA DE MESTRADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS** a autora Elaine Jesus Alves apresenta uma experiência do uso da plataforma Edmodo com alunos do Mestrado Acadêmico em Comunicação e Sociedade, na disciplina Política e processos de formação em comunicação. O texto aborda as principais características do Edmodo e como este pode ser usado para potencializar a interatividade das atividades acadêmicas.

O capítulo 8 apresenta o artigo **NOVA POLÍTICA BRASILEIRA: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE O PAPEL DOS BOTS NA FORMAÇÃO DE OPINIÃO EM REDE** de autoria de Teles Cristiano Candido. O artigo é uma revisão sistemática da literatura sobre o papel dos *bots* no campo da política brasileira e tem como objetivo apresentar o estado da arte dos processos comunicacionais na era digital. A pesquisa quali-quantitativa teve-se na análise de publicações científicas, nacionais e internacionais, que trataram os *bots* como objeto de estudo. Os documentos analisados convergem na hipótese de que os *bots* já são uma realidade e atuam nos principais eventos políticos realizados nos últimos anos. Trazem à comunidade acadêmica a oportunidade de compreender a influência, o impacto desses novos atores sociais na rede e quais são as reações dos receptores-usuários frente a esse contato.

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR: uma revisão de literatura constitui o texto do capítulo 9. Fernanda Silva Fernandes Barbosa apresenta uma revisão de literatura sobre a importância da comunicação nas organizações do terceiro setor. A escolha desse tema foi movida pela falta de mais informações acerca do assunto apesar do destaque que essas instituições têm ganhado na sociedade e na imprensa.

No capítulo 10 intitulado **GOVERNO ELETRÔNICO NAS REDES SOCIAIS: uma revisão de literatura**, Maurílio Luiz Hoffmann da Silva apresenta uma revisão sistemática de literatura envolvendo os termos: "redes sociais"; "comunicação pública"; "ciberdemocracia"; "governo eletrônico". O objetivo da pesquisa é saber quais os aspectos relacionados à presença dos órgãos públicos nas redes sociais são normalmente observados pelos pesquisadores, bem como quais as potenciais vantagens dessa presença online.

No capítulo 11 intitulado **EMPREENDEDEDORISMO EM PLATAFORMAS DE CROWDFUNDING: uma revisão de literatura**, Ana Paula Neres Cirqueira apresenta uma revisão de literatura sobre o dinamismo das plataformas de *crowdfunding*. O estudo tem como objetivo, conhecer quais as principais abordagens realizadas pelos pesquisadores referentes ao uso das plataformas de *crowdfunding*, suas áreas de atuação, bem como, compreender se a plataforma de *crowdfunding* pode ser vista como uma ação empreendedora ou ferramenta que fomenta o empreendedorismo.

No capítulo 12 intitulado **LIBERDADE DE IMPRENSA E TERRITORIALIDADE: língua, linguagem, fala discurso, comunicação e direitos fundamentais**, Giliarde Albuquerque Cavalcante Virgulino Ribeiro do Nascimento discute a intersecção entre a Comunicação e o Direito que são áreas do conhecimento humano que busca a compreensão da territorialidade da liberdade de imprensa, bem e/ou objeto de estudo comum a ambas as áreas sinalizadas, demonstrando-se neste estudo os institutos e fenômenos que as inter-relacionam (língua, linguagem, fala discurso,

comunicação e direitos fundamentais) e que cumprem papéis importantes a revelar a territorialidade da liberdade de imprensa no Brasil, objeto principal deste estudo.

No capítulo 13 intitulado **A IMPRENSA DO ESQUECIDO NORTE GOIANO E OS MOVIMENTOS DE LUTA: predestinado Ecos do Tocantins nasce em 1951**, Aurielly Queiroz Painkow faz um recorte teórico de uma pesquisa de mestrado, em desenvolvimento dentro do Programa de Pós Graduação em Comunicação da UFT (PPGCom), que pretende contribuir com a construção da memória do jornalismo do norte goiano, discorrer sobre o comportamento da imprensa nessa região durante os três levantes do movimento autonomista no norte de Goiás (1821-1823), (1956 a 1960) e de (1985 a 1988), e trazer para o caso do jornal Ecos do Tocantins (1951 a 1961) a discussão de que a imprensa local quase sempre se mostrou favorável ao grito da autonomia e a criação do Tocantins.

Esperamos que a leitura e as questões levantadas produzam reflexões e mais questionamentos! Boa Leitura.

Capítulo 1

Professores versus tecnologias: um estudo sobre a literacia digital de docentes em formação online

*Elaine Jesus Alves*¹

*Bento Duarte Silva*²

1 Introdução

Nas últimas décadas a sociedade tem presenciado mudanças relevantes com o avanço das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). O mundo interligado em redes de computadores e outros dispositivos conectados à internet vivencia uma mudança de paradigma parecido com o a introdução das redes de eletricidade no século XIX. Na análise de Castells (2003) a internet afetou a economia (forma de organização das empresas e indústrias), alterou os processos de trabalho (jornadas e formas de trabalho), mudou a estrutura da política, formatou os relacionamentos sociais, fortaleceu os movimentos sociais, ampliou o comércio e criou novas formas de ensinar e se aprender no campo da educação.

A escola, enquanto núcleo que agrega jovens de diferentes idades, culturas e condições sociais torna-se um caldeirão efervescente em que as tecnologias encontram um campo fértil para produzir novos saberes,

¹ Doutora e Pós-doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Minho, Braga PT. Pós-doutorado em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: elainealves@uft.edu.br

² Doutor em Ciências da Educação e professor catedrático da Universidade do Minho, Braga, PT. E-mail: bento@ic.uminho.pt

diferentes formas de se aprender e de compartilhar conhecimentos. Porém, as tecnologias ainda são percebidas na escola como mero instrumento técnico necessário para reproduzir um determinado conteúdo. Usa-se o Datashow para reproduzir o que seria exposto no quadro-negro. O e-mail serve para enviar os textos do conteúdo da aula em sala e a TV usualmente cobre o horário de alguma aula vaga em que são colocados filmes para os alunos assistirem sem nenhuma discussão posterior. Estudos comprovam que muitos professores ainda resistem às tecnologias na prática pedagógica, e ainda outros estão “à beira de um ataque de nervos” quando seus alunos usam seus dispositivos móveis durante as aulas³ (SILVA & SILVA, 2005; MOURA, 2009). O professor, neste cenário, reproduz o que se aprendeu nos cursos de formação: subutilizam as tecnologias em atividades pontuais. Em geral, tiveram sua formação inicial num contexto em que as tecnologias não eram tão presentes no cotidiano e eram percebidas como instrumento de distração dos alunos.

No entanto, formações online mediadas por tecnologia tem sido implementadas pelo governo federal no Brasil como uma política pública para a formação de professores. Assim, surge o questionamento: professores formados em cursos online adquirem maiores habilidades de literacia digital⁴ no seu cotidiano e nas práticas pedagógicas? Este artigo apresenta dados parciais de uma pesquisa de doutoramento cujo foco foi investigar se o fato de cursar uma formação online favoreceu os níveis de literacia digital de um grupo de professores da rede pública do estado do Tocantins. Inicialmente apresentamos uma retomada histórica sobre a introdução das tecnologias na escola e suas repercussões no papel do professor. Na sequência expomos um esboço teórico sobre o papel fundamental dos cursos de formação docente no que diz respeito a preparar os

³ A referida pesquisa que constatou a situação de pânico dos professores frente às tecnologias na escola foi realizada na virada do século XXI. Hoje, com a chegada das tecnologias portáteis e móveis que possibilitam os alunos levarem seus *tablets* e *smartphones* para a sala de aula continua a causar desconforto aos professores, evidenciado pelas diversas normativas proibindo o uso destes dispositivos na escola.

⁴ Usamos neste trabalho o conceito de Literacia Digital segundo Lopes (2011, p.2) a “capacidade de utilizar informação escrita e impressa para responder às necessidades da vida em sociedade, para alcançar objectivos pessoais e para desenvolver os conhecimentos e os potenciais próprios”.

professores para atuarem num ambiente com forte presença de dispositivos tecnológicos. O artigo finaliza com a apresentação de dados parciais da pesquisa *Formação de professores, Literacia Digital e Inclusão Sociodigital: Estudo de caso em curso a distância da Universidade Federal do Tocantins*.

2 Discussão teórica

2.1 Professores versus tecnologias: o embate nas escolas

O debate sobre a entrada das TDIC nos espaços escolares remete aos primórdios da introdução dos computadores nas escolas na década de 1980. Enquanto os computadores de mesa eram os únicos dispositivos com acesso à internet, a escola podia “domesticá-los” criando uma sala específica para seu acesso: o laboratório de informática. Mas quando os dispositivos móveis conectados passaram a ser comuns entre os alunos, levantou-se a preocupação: como a escola poderia controlar o uso das tecnologias durante as aulas?

Esta não é uma preocupação recente. A invenção da imprensa no século XV e por sua vez a popularização dos livros causou alvoroço nos estabelecimentos de ensino da época. McLuhan (1977, p. 182) explicou: “O livro impresso era o novo material didático que, tornado acessível a todos os estudantes, fizera obsoleto o ensino antigo. O livro era literalmente a máquina de ensinar, quando o manuscrito era tão-só rude ferramenta de ensino”. A expressão “máquina de ensinar” cunhada por McLuhan exprime a revolução que o livro impresso causou nas estruturas educacionais naquele período. Porém, no século XVII, o livro impresso em grandes quantidades era criticado pelos professores e intelectuais com a premissa de que este retirava o glamour do trabalho dos escritores e estimulavam ao ócio, a preguiça e ao individualismo.

Com o advento da TV, do rádio e telefone a situação não foi diferente. Segundo Laurens (2009, p. 8), para os professores, estes meios de

comunicação, em especial a TV estimulavam a passividade, a dispersão e a superficialidade. O autor relata:

Os professores, contudo, criticavam o livro sob alegação de que estimulava a preguiça e liberava do esforço de memorização. A invenção dos meios elétricos e eletrônicos, como o rádio, a televisão e o telefone, provocaram, em seguida, uma nova ruptura, transformando a relação entre espaço e tempo, prenúncio da globalização da atividade e do pensamento humanos.

Laurens conclui que a TV era percebida pelos professores como uma “concorrente desleal” que favorecia o lazer, a facilidade e a modernidade tornando os alunos entediados com a escola. O fato é que diante da expansão dos meios de comunicação em massa, a escola deixou de ser a única fonte de transmissão do conhecimento e colocava em cheque o papel do professor como exclusivo portador do saber.

Percebe-se, portanto, que as tecnologias desde a sua introdução nas instituições de ensino encontraram resistências da classe docente e da gestão. Contudo, a história mostra o quadro-negro foi uma tecnologia que obteve ampla aceitação dos professores. Desde a introdução do quadro-negro nas escolas no final do século XIX com a consolidação dos sistemas públicos de instrução elementar e crescimento das exigências de um mínimo de mobiliário e material escolar, que o uso deste dispositivo voltando ao ensino de muitos alunos, instalou-se nas escolas e começou a ocupar um espaço central na sala de aula. Bastos (2005, p. 136) descreve as funcionalidades do quadro naquele contexto:

As vantagens do uso do quadro-negro residiam na possibilidade de o professor utilizar-se desse dispositivo para o ensino simultâneo das primeiras lições de leitura e de escrita. O quadro-negro para o professor e a lousa para o aluno eram meios pelos quais seria conhecido o alfabeto e seriam desenhadas as letras. Além disso, era um excelente meio de ensinar em pouco tempo os alunos a ler e escrever. Um auxiliar indispensável para a lição oral, um suporte de escrita – um ritual diário de escrita para fixar discursos e práticas pedagógicas.

O quadro-negro era, portanto, uma tecnologia fácil de “domesticar”. Neste dispositivo o professor tinha a autoridade de escrever os conteúdos e “transmitir” simultaneamente a muitos alunos o seu conhecimento. A posição do quadro-negro na sala de aula também era agradável aos professores. Na frente dos alunos, que estavam organizados em fileiras ordeiras um atrás do outro, o quadro-negro ressaltava quem era a autoridade na sala de aula e quem era o único portador do conhecimento – o professor. Estudos realizados em diferentes países sobre a difusão do método de ensino simultâneo com uso do quadro-negro revelaram que este foi aceito sem ressalvas pela classe docente (LESAJE, 1999; CARDOSO, 1999; BARRA, 2001) Entretanto, porque o quadro-negro não encontrou resistência entre os professores daquele período? A resposta pode ser encontrada na concepção pedagógica vigente na época: instrucionista e conteudista. O quadro-negro constituía um excelente retroprojeter deste método, visto que ao escrever no quadro, o professor projetava a todos os alunos simultaneamente o conteúdo que desejava “depositar” nas suas mentes.

A diferença do quadro-negro com os dispositivos móveis conectados à internet como os tablets e celulares que estão nas mãos dos alunos está no fato de que as TDIC retiraram do professor o poder restrito da informação e do conhecimento por disponibilizar estes gratuitamente nas redes de internet. Nóvoa (2015, p. 24) explica este fenômeno:

Os saberes já não são dominados primordialmente pelo professor, são mutáveis e apresentam várias possibilidades de utilização, que permitem obter respostas a perguntas várias, favorecem a autonomia do aluno, reforçam a sua capacidade de ação e fazem apelo a uma nova atitude do professor.

Porém, isso não significa que não precisamos mais de professores e eles serão substituídos por super máquinas computadorizadas. Ainda segundo Nóvoa (2014, p. 2), o papel do professor continua sendo fundamental: “É preciso compreender a importância do novo papel do professor. Os alunos têm acesso direto, individual, às informações que estão na teia (web), porém necessitam da mediação do professor para transformá-

las em conhecimento”. Neste sentido, mudou-se a forma de se obter o conhecimento e consequentemente mudou o papel do professor. Assim como a difusão dos livros impressos não substituiu a presença do mestre para nor-tear o caminho do aprendiz rumo ao conhecimento, as TDIC não retiram o caráter educativo do professor, antes potencializa sua responsabilidade como mediador e provocador do conhecimento. Porém, o que se observa é uma constatare resistência dos professores em relação às tecnologias.

Almeida e Valente (2011, p.40) afirmam que a resistência dos professores à integração de suas práticas às tecnologias pode estar relacionada a formação inadequada e o próprio sistema rígido em que o professor precisa se encaixar. Os autores argumentam:

Formação inadequada do professor para fazer essa integração e a falta de preparo dos gestores educacionais para dar o suporte às inovações pedagógicas; a estrutura e o funcionamento dos sistemas de ensino que dificultam novas formas de organização do tempo e espaço das aulas; e a falta de apoio do professor para auxiliá-lo nas mudanças de crenças pessoais, de concepções e, mais concretamente, de postura diante do novo.

Portanto, os professores, mesmos os mais animados a engajarem em projetos que integrem as tecnologias nas suas práticas pedagógicas se esbarram em questões como falta de apoio da gestão da escola, infraestrutura precária ou mesmo falta de preparo para manusear e trabalhar com as TDIC. Neste sentido, os cursos de formação de professores constitui um lócus privilegiado de apoio e promoção de projetos interdisciplinares voltados para a literacia digital.

2.2 Estão os cursos de formação de professores preparando-os para a sociedade em rede?

O descompasso que ocorre no âmbito educacional constitui o fato de que as crianças e jovens apropriaram-se rapidamente das tecnologias e os professores ainda resistem a elas. Seymour Papert (1993) argumentando sobre o modelo retrógrado do sistema educacional vigente, na introdução

do livro *A máquina das Crianças* usa uma parábola para ilustrar que a escola precisa de mudanças estruturais para atender a este novo cenário. Na parábola, Papert descreve a reação de um grupo de viajantes do tempo advindos do século XIX que viajaram para o final do século XX. O grupo era composto de médicos e professores do ensino básico. Sobre o grupo de médicos visitando os hospitais do futuro, o autor relata que estes ficariam espantadíssimos com o avanço da medicina comparando a seu tempo e concluiriam que seria difícil para eles exercerem sua profissão diante de demasiado avanço no conhecimento, nas técnicas e nos aparelhos modernos. Por outro lado, Papert diz que o grupo de professores ao visitarem as escolas adentraria na sala de aula e desconheceriam alguns poucos materiais novos, mas não teriam dificuldade de darem uma aula tradicional já que o quadro, o giz ou outro suporte para escrita estaria disponível. Assim o professor poderia sentir-se a vontade para “transmitir” conhecimento na sua aula. Nesta perspectiva, Papert (1993) critica o papel conservador da escola, em que os objetos do cenário são mudados: tira-se o quadro negro e os trocam por lousas digitais, mas o professor continua sendo o “transmissor” do conhecimento. Mas o que fazer se agora os alunos têm em mãos suas próprias lousas em formato de *tablets*?

Certamente continuar a educá-los no mesmo modelo do século XIX com aulas expositivas, centradas no conteúdo do livro e escrita no quadro negro não é eficaz, assim como não seria eficaz, retomando os termos de Papert sobre a evolução dos tempos, usar aparelhos e equipamentos médicos do século XIX em hospitais modernos. Seguindo esse argumento Nóvoa acrescenta (2014, p. 1):

Há cerca de 150 anos, em meados do século XIX, inventou-se a escola tal como a conhecemos. Foi uma enorme transformação. Depois disso, houve muitas tentativas de mudança e de inovação, mas os seus traços fundamentais não se alteraram [...] uma coisa é certa: nada será como antes. Desde meados do século XIX, a educação foi pensada a partir de uma matriz escolar. Hoje tem de ser “desescolarizada”, tem de valorizar outros espaços sociais e culturais. Precisamos de um novo contrato social pela educação, que explore todas as possibilidades educativas da cidade e da sociedade.

Neste novo paradigma, o conhecimento ultrapassa os muros da escola e por meio das redes do ciberespaço passa a ser reelaborado, redesenhado e compartilhado para qualquer usuário. O papel do professor passa de detentor para condutor/orientador do conhecimento.

No entanto, muitos professores resistem ao uso das tecnologias, não porque são “antiquados ou ignorantes”, mas porque consideram que estas não contribuem efetivamente para o alcance dos seus objetivos. O que falta a eles é compreender que as tecnologias não são apenas um auxílio didático instrumental, ferramenta ou técnica. Humberto Eco se expressou numa certa ocasião: “se quisermos usar a televisão para ensinar alguém, primeiro precisamos ensiná-lo a usar a televisão”. Neste sentido, Buckingham (2008, p. 11) completa:

Se quisermos usar a internet, os jogos ou outros meios digitais para ensinar, precisamos equipar os alunos para compreendê-los e ter uma visão crítica desses meios: não podemos considerá-los simplesmente como meios neutros de veicular informações e não devemos usá-los de um modo meramente funcional ou instrumental. Precisamos, nesse caso, é de uma concepção coerente e rigorosa de “alfabetização digital” – em outras palavras, do que as crianças precisam saber sobre esses meios.

Assim, esta alfabetização digital de que o autor trata, não constitui apenas aprender em laboratórios a acessar sites ou fazer pesquisa usando buscadores e construir slides para apresentação. Isso seria como fazer um curso de datilografia hoje, é básico como digitar. O que se espera do professor, segundo Freitas (2010, p. 348), é que este “se apresente como um orientador das discussões travadas em sala de aula ou mesmo nos ambientes *on-line* integrados às atividades escolares”. Portanto, o professor deve estar atento a essa nova fonte de informações para transformá-las, junto com os alunos, em conhecimento.

Mas, está sendo o professor preparado nos cursos de formação para atender a esta demanda imposta pelas reconfigurações tecnológicas? Nóvoa (2007, p. 14) apresenta como um desafio para a educação no futuro

a formação de professores mais centrada nas práticas e na análise das práticas:

A formação do professor é, por vezes, excessivamente teórica, outras vezes excessivamente metodológica, mas há um déficit de práticas, de refletir sobre as práticas, de trabalhar sobre as práticas, de saber como fazer. É desesperante ver certos professores que têm genuinamente uma enorme vontade de fazer de outro modo e não sabem como. Têm o corpo e a cabeça cheios de teoria, de livros, de teses, de autores, mas não sabem como aquilo tudo se transforma em prática, como aquilo tudo se organiza numa prática coerente.

Os cursos de formação, em geral, ratificam o método de aulas expositivas, conteúdos para memorização, centralização do professor no processo do ensino-aprendizagem e escasso uso de tecnologias integradas ao currículo. Até mesmo as algumas das inovadoras propostas de formação online apresentam-se como uma reprodução do modelo tradicional de educação voltado para a transmissão e recepção de conteúdos. Para Papert (1993, p. 127), as TDIC nestas propostas constituem “uma nova roupagem aos artefatos tecnológicos tradicionais (quadro, livros, cadernos) que serviam para transmitir ou replicar conhecimento”. Programas de formação calcados em repositório de conteúdos e provas objetivas impedem a inventividade e a construção de sentidos dos professores sobre o trabalho coletivo e limitam suas possibilidades de trabalhar com mídias integradas em projetos pedagógicos.

De acordo com Almeida e Valente (2011) os cursos de formação de professores, no que diz respeito à integração das tecnologias ao currículo, contemplam dois extremos: a ênfase no aspecto tecnológico em detrimento do pedagógico ou a ênfase nos aspectos pedagógicos considerando as tecnologias como meros suportes e instrumentos de comunicação. Os autores afirmam que em geral, os cursos de formação de professores não habilitam efetivamente aos professores a chegarem ao último estágio que diz respeito a uma transformação pedagógica.

Estes cursos partem do pressuposto de que os professores já sabem como proceder nos seus respectivos ambientes de trabalho, e, com o conhecimento técnico adquirido, serão capazes de implementar as adequações necessárias para desenvolver práticas, agora usando as TDIC (ALMEIDA & VALENTE, 2011, p.47).

Assim, o domínio do técnico e o pedagógico não podem acontecer de modo estanque, separado do outro. Neste aspecto, as “comunidades de prática” constituem *locus* privilegiado para uma formação mútua inter pares em que as trocas de experiências e histórias (no sentido de situações narradas teorizadas) adaptadas às tecnologias de informação e comunicação produzem uma transformação não apenas na escola, mas na matriz pedagógica e curricular (NÓVOA, 2004).

Estudos realizados no Brasil revelam as dificuldades que professores cursistas de formação online, enfrentam ao lidar com as TDIC. O uso do computador e suas ferramentas são subutilizados uma vez que se restringe, na maior parte dos casos, ao uso de envio e recebimento de e-mails. Também se constatou uma preocupação no “aligeiramento” e urgência da formação, em detrimento do processo pedagógico e da comunicação entre os participantes dos cursos em plataformas virtuais de aprendizagem (GONÇALVES, 2014; ATAYDE, 2012) Neste sentido, estudos voltados para a literacia digital nos cursos de formação docente online são importantes para o desenvolvimento de propostas que contemplem a integração das tecnologias ao currículo e também a apropriação das TDIC pelos professores.

3 Metodologia

A pesquisa de doutoramento “*Formação de professores, Literacia Mediática e Inclusão Sociodigital: estudo de caso em curso a distância da Universidade Federal do Tocantins*” buscou investigar se os cursos de formação docente online contribuem para o desenvolvimento de práticas de literacia digital dos professores e sua possível inclusão sociodigital na sociedade em rede. Trata-se de um estudo de caso realizado com professores que são cursistas de licenciatura a distância numa universidade pública no

interior do Brasil cujos instrumentos de coleta de dados foram questionário online e entrevistas semiestruturadas. Os dados dos questionários buscaram retratar um perfil dos participantes no tocante ao uso das tecnologias no cotidiano e na prática docente. As entrevistas buscaram aprofundar sobre as prováveis dificuldades e/ou resistências encontradas nesse campo, bem como as possíveis mudanças ocorridas na relação dos mesmos com as tecnologias depois do ingresso no curso online. Os dados foram analisados com uso da técnica de análise de conteúdo.

O estudo foi estruturado a partir de dois eixos: a análise do uso das tecnologias no cotidiano dos professores e na sua prática pedagógica. Os questionários enviados por e-mail a todos matriculados no curso entre 2010 e 2012 (32 alunos, com retorno de 25), contemplavam três seções: (i) o Perfil econômico, sociocultural e sobre uso da internet; (ii) Escala do uso de tecnologias digitais no cotidiano; (iii) Escala do uso de tecnologias digitais na prática pedagógica.

4 Resultados

Na investigação, conhecer o perfil dos professores cursistas ajudou a compreender o contexto social em que os mesmos estão inseridos. Os dados mostram que 48% possuem renda de dois a quatro salários mínimos, são na maioria do sexo masculino (72%), todos moram na zona urbana e quase metade (43%) deles já atuam como professores na rede pública.

Sobre o uso das TDIC no cotidiano, os coletados revelaram que os participantes utilizam as tecnologias predominantemente de forma elementar e básica. Com faixa etária média de 25 a 44 anos, utilizam a internet a menos de 10 anos e ainda estão a adaptar-se às tecnologias. No que diz respeito ao acesso e uso da internet, os participantes afirmaram possuir nas suas residências: computador de mesa (34,8%), notebook (78,3%), impressora (43,5%), ligação à internet (82,6%), tablete (30,4%), smartphone (39,1%). Dos que possuem acesso internet em casa, 48% do tipo de acesso é internet banda larga fixa e 48% internet banda

larga via rádio. Daqueles que afirmaram não possuir internet em casa, três responderam que achavam o custo da internet elevado e não podiam pagar e dois participantes disseram acessar a rede em outros lugares.

Estes dados revelam que a maioria dos participantes da pesquisa tem acesso às TDIC nas suas residências e no trabalho. Logo estão em constante contato com os dispositivos móveis que os alunos levam para a escola. No entanto, sobre as atividades mais comuns que realizam no celular com internet, o estudo constatou que os participantes mostraram propensos a evitar atividades mais complexas e se limitarem a tarefas simples como pesquisas em buscadores, sites educativos e compras na internet. As atividades mais complexas que exigem maior grau de literacia digital como compartilhar conteúdo na internet, criar apresentações em vídeo e editar ou realizar transações bancárias são menos comum no cotidiano dos cursistas.

Sobre a questão central da pesquisa, se o fato de cursarem uma formação online propiciou aos participantes maiores níveis de literacia digital, constatou-se nas entrevistas que em certa medida houve certas alterações de hábitos e costumes em relação às tecnologias. Algumas mudanças assinaladas pelos cursistas foram: o aumento da assiduidade da comunicação em redes sociais, amadurecimento quanto ao uso das tecnologias e uso mais frequente das tecnologias em geral. Percebe-se pelos depoimentos que o curso, de certa forma, “forçou-os” a criar o hábito constante de entrarem na internet, algo que não faziam com frequência.

Porém, os participantes revelaram determinadas dificuldades encontradas neste percurso, sobretudo em relação à metodologia de ensino a distância do curso de Física. Foram relatadas dificuldades de adaptação com o Moodle no início do curso. Por exemplo, alguns cursistas narraram baixa interação na plataforma entre professores/tutores e alunos, o que causava uma sensação de “solidão” e “abandono” entre os cursistas. Nas observações das salas virtuais do curso realizadas durante a pesquisa, percebemos que o ambiente virtual (Moodle) desempenha o papel de repositório de material didático do curso e constitui ainda um local de

postagem das atividades dos cursistas. Em visita a uma dos fóruns virtuais em uma sala do curso, verificamos pouca interação entre os participantes, em geral estudantes postam a sua resposta à questão levantada pelo professor e não interagem entre si. Mesmo com esses entraves, a investigação constatou que a visão dos cursistas em relação à cursos na modalidade a distância mudou significativamente para melhor.

Ademais, a análise do Projeto Pedagógico do Curso de licenciatura em Física a distância da UFT revelou que seu currículo não contempla disciplinas específicas sobre as tecnologias na prática pedagógica ou uma proposta de discussão sobre a literacia digital. Deste modo, esta perspectiva de curso online e pouco interativo tende a reproduzir entre os professores cursistas a mesma concepção de ensino baseada na exposição de conteúdos e transmissão de conhecimento como se faz a séculos usando o quadro-negro. Neste sentido, não foi surpreendente constatar que nas suas práticas pedagógicas, os participantes afirmaram não integrarem as tecnologias nas propostas didáticas.

Os dados levantados no questionário e as percepções apreendidas nas entrevistas apontaram para um uso limitado dos recursos tecnológicos na sala de aula. As atividades mais frequentes dos professores participantes em relação ao uso das tecnologias com seus alunos são a criação e apresentação de slides (28% dos participantes afirmaram que muitas vezes fazem apresentações com aparelho *datashow*). Nota-se, portanto, um uso instrumental da tecnologia na prática pedagógica pelos professores participantes, voltado a projetar na parede o que escreveriam no quadro-negro ou ligar a TV e passar vídeos para os alunos sem nenhuma discussão relevante.

Outros dados relevantes constatados na pesquisa é que 26% dos participantes nunca usou o computador para atividades em sala de aula. Sobre usar um ambiente virtual de aprendizagem para orientar as atividades dos alunos, 56% responderam que nunca o fizeram, igualmente, 48% afirmaram que nunca usaram redes sociais para interagir com os alunos em espaços informais. No que diz respeito ao uso do celular ou tablete na escola, os participantes da pesquisa admitiram que encontram dificuldades

em conduzir uma aula com os alunos portando seus dispositivos conectados à internet devido a dispersão que estes proporcionam. Um dos entrevistados usou o termo “refém” para designar como se sente quando os seus alunos estão a navegar com seus dispositivos na durante a aula. Em relação à interação dos participantes com seus alunos nas redes sociais em situações fora dos muros da escola, a pesquisa revelou que 52,6% dos professores nunca interagiram com seus alunos usando meios de comunicação online, sendo que 63,2% nunca fizeram uso de uma rede social para comunicar com os alunos em horários não escolares. Portanto, as tecnologias são percebidas pelos professores como úteis no dia-dia, podem até utilizar algumas básicas na escola, mas estão a perder oportunidades de incentivar seus alunos a explorarem seus dispositivos tecnológicos para potencializar os seus conhecimentos mesmo fora dos muros escolares.

Considerações finais

As redes de comunicação via internet, seja por quais dispositivos sejam acessados, tendem a evoluir e a tornarem-se “pervasivas” ou “ubíquas”. O ciberespaço hoje se potencializa com o fato dos computadores ganharem mobilidade, não mais se encontram fixos presos a cabos de fios ligados numa tomada e num modem em cima de uma mesa, antes estão cada vez miniaturizados em celulares, *tablets*, relógios e até pulseiras que com acesso a uma rede *wifi* permite que a pessoa se comunique com alguém por chamada de vídeo, localize-se por meio de GPS, realize compras online, acesse seu banco e faça trabalhos colaborativos com auxílio de especialistas ou mesmo acompanhe seus exames médicos. A possibilidade de produzir conteúdo para a web e a mobilidade (da rede e do usuário), permitiu que de receptores passivos de informação passamos a ser “interagentes” ativos no ciberespaço. Este cenário certamente muda a relação das pessoas com as tecnologias, e abre caminhos para novas educações.

Os aparelhos celulares hoje são muito mais que telefones móveis. Hoje eles agregam câmera digital, calendário, agenda, relógio, despertador,

calculadora, diário, livros, TV, rádio e outras centenas de funcionalidades fundamentais para o desenvolvimento das atividades cotidianas e profissionais. Moura (2009) analisa que proibir o uso dos aparelhos celulares na sala de aula não é uma solução viável. A autora afirma que em vez de banir os dispositivos móveis, a escola deveria integrá-los às atividades pedagógicas. Moura pergunta: “se entregarmos um kit a um professor com uma câmera fotográfica, uma câmera de vídeo, um gravador de som, um reproduzidor de áudio e um dispositivo que possibilita a navegação na internet para cada aluno e garantirmos ao professor que não terá de ensinar aos alunos a manuseá-lo, será realidade ou ficção?” O celular ou o *tablet* possuem todos os recursos deste kit, e a maioria dos alunos já têm um destes dispositivos. Assim, conclui a autora, os professores não podem virar as costas para as possibilidades que os dispositivos móveis proporcionam, devem aproveitar as funcionalidades deste recurso e a motivação dos alunos em usá-lo.

Para tanto, os professores precisam aprender e apreender as tecnologias para então as trabalharem com seus alunos, levando-os a entender os dispositivos móveis como potencializadores da comunicação e construção de conhecimento, e que há momentos e ocasiões apropriadas para seu uso. Assim, a formação ideal, seria a disponibilizada no espaço de trabalho dos docentes, ou seja, na escola, dentro do exercício laboral do professor num tempo destinado à formação contínua com acesso a recursos e objetos de aprendizagem integrados ao currículo (NÓVOA, 2014). A formação permanente ou contínua significa que esta teve um período para começar, quando o professor adentrou num curso de normalistas ou ingressou numa licenciatura, mas não tem período para concluir, ela deve ser ao longo da vida. Aplicada à formação permanente para a literacia digital, implica que sendo as tecnologias volúveis e instáveis ficando obsoletas em espaço curto de tempo, o professor precisa acompanhar dentro de suas possibilidades os recursos que a tecnologia disponibiliza e suas aplicações pedagógicas.

O estudo de caso apresentado demonstrou que o modelo de formação docente (online ou presencial) no qual o professor é qualificado para ser o

transmissor do conhecimento está ultrapassado e tende a reproduzir professores com resistências as tecnologias. Neste sentido, a formação de professores com foco na literacia digital foi apontada neste estudo como uma possibilidade viável para redução da brecha digital que existe entre os professores e as tecnologias.

Referências

- ALMEIDA, M. E. & VALENTE, J. A. **Tecnologias e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes?** São Paulo: Paullus, 2011.
- ATAYDE, D. **Letramento Digital e formação de professores: Limites e potencialidades na perspectívado Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR).** Araguaína, 2012. 173 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Letras.
- BARRA, V. M. **Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola paulista do século XIX.** São Paulo, 2001. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestrado em Educação: História e Filosofia da Educação.
- BASTOS, M. H. **Do quadro-negro à lousa digital: A história de um dispositivo escolar.** Uberlândia, MG. Cadernos de História da Educação- n°. 4 - jan./dez. 2005.
- BUCKINGHAM, D. Aprendizagem e Cultura Digital. **Revista Pátio**, Porto Alegre, Ano XI, n. 44, p. 8-11, janeiro de 2008.
- CARDOSO, T. M. Abrindo um novo caminho: o ensino mútuo na escola pública do Rio de Janeiro (1823-1840). In: M. H. BASTOS, & L. FARIA FILHO, **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo.** Passo Fundo: Universidade do Passo Fundo, 1999. p. 95-118.
- CASTELL, M. **A Galáxia da Internet.** (M. L. Borges, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- FREITAS, T. M. Letramento digital e formação de professores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n.03, p. 335-353, dezembro, 2010.
- GONÇALVES, H. C. (2014). **Formação continuada de professores para o uso do ambiente virtual de aprendizagem no curso de pedagogia: a experiência do PARFOR/UEPA.** Belém, 2014. Universidade do Estado do Pará. Pós-Graduação em Educação.

LAURENS, J. P. Comunicação e educação: algumas considerações sociológicas. **Revista FAMECOS**, 5-14, 2009.

LOPES, C. P. Literacia(s) e Literacia mediática. **CIES e-Working Papers** n^o110. Lisboa, Portugal, 2011.

LESAGE, P. A pedagogia nas escolas mútuas do século XIX. In: M. H. BASTOS, & L. M. FARIA FILHO, **A escola elementar do século XIX: O método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1999. p.254-267.

MCLUHAN, M. *Le Galaxie Gutenberg*. Paris: Seuil, 1977.

MOURA, A. **Geração Móvel: um ambiente de aprendizagem suportado por tecnologias móveis para a “Geração Polegar”**. In: P. Dias, & A. J. Osório (Ed.), *Actas da VI Conferência Internacional de TIC na Educação Challenges 2009*, (pp. 50-78), 2009.

NÓVOA, A. (16 de fevereiro de 2004). Novas disposições dos professores - A escola como lugar da formação. *Correio da Educação*, 47.

_____, A. (2007). Desafios do professor no mundo contemporâneo. Livreto do Sindicato de Professores de São Paulo. http://www.sinprosp.org.br/arquivos/novoa/livreto_novoa.pdf.

_____, A. (2014). Nada será como Antes. **Revista Pátio**.

_____, A. Em busca da Liberdade. A pedagogia universitária do nosso tempo. **Revista de Docência Universitária**, p.21-34, (jan/abr 2015 de 2015).

PAPERT, S. **A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática**. Porto Alegre: Artmed, 1993.

SILVA, Á., & SILVA, B. **O Choque tecnológico e os professores à beira de um ataque de nervos!** Actas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia. Braga: Centro de Investigação em Educação, 2005.

Capítulo 2

A EaD/UAB e seus desafios: uma reflexão sobre as possibilidades de impacto socioprofissional no interior do Estado do Ceará-Brasil

*Gina Maria Porto de Aguiar*¹

*Bento Duarte da Silva*²

1. Introdução

A regulamentação da Educação a Distância (EaD), através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira (LDBN), Nº 9.394 de 26 de dezembro de 1996, proporcionou um crescimento na oferta de cursos nessa modalidade que veio possibilitar a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2005, por meio do Decreto Nº 5.800, como política pública de expansão, democratização e interiorização do Ensino Superior público em termos de educação *online*.

Com a expansão do Ensino Superior em áreas distantes dos grandes centros, a EaD/UAB tem como desafio incentivar o desenvolvimento de municípios com baixo índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Após mais de 10 anos de implementação da UAB, a expansão desta modalidade na zona rural tem-se fortalecido, gradativamente, desde 2005, com a realização de cursos que utilizam as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC)

¹ Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade do Minho, Braga, PT. E-mail: ginampa@gmail.com

² Doutor em Ciências da Educação e professor catedrático da Universidade do Minho, Braga, PT. E-mail: bento@ic.uminho.pt

como recurso que visa a possibilitar o acesso à informação para aqueles impossibilitados de frequentar cursos presenciais.

Neste sentido, com este texto, que é parte integrante de um projeto de doutoramento (em curso) inserido na especialidade de Tecnologia Educativa, do Curso de Doutoramento em Ciências da Educação na Universidade do Minho (Braga, Portugal), pretende-se refletir sobre os desafios da modalidade EaD, através do sistema UAB, e as possibilidades de mudanças na comunidade do interior do Ceará, entendendo mudanças como impacto gerado diretamente por um programa.

Assim, após mais de 10 anos de ofertas de cursos no nível superior via EaD/UAB nas áreas interioranas do Brasil, nos propomos a pensar sobre a efetividade dos resultados destas ofertas. A questão que guia esta reflexão refere-se a como avaliar a efetividade de uma política pública governamental como o sistema UAB? Para dialogar acerca deste questionamento, o objetivo é refletir sobre os desafios da modalidade EaD pelo sistema UAB e as possibilidades de mudanças na comunidade do interior do Ceará, tendo como delineamento, conhecer as diretrizes políticas concebidas para criação do programa UAB, compreender a modalidade EaD no sistema UAB e seus desafios, assim como conhecer indicadores de impacto socioprofissional gerado pela EaD/UAB.

Como pretensão da investigação, optou-se pelo Estado do Ceará - Brasil, onde a pesquisadora trabalhou com a EaD/UAB no período de 2008 a 2016. O Ceará, hoje, possui quatro Instituições Públicas de Ensino Superior, que ofertam 22 cursos, com um total aproximado de 13.228 alunos. A oferta atinge 30 municípios, através dos polos de apoio presencial, dos 180 municípios do Estado do Ceará.

A reflexão apresenta-se sobre as diretrizes legais da EaD/UAB, bem como sobre o referencial de autores que nos auxiliam na discussão da temática da EaD no que refere-se ao processo de aprendizagem por meio desta modalidade no tocante aos modelos pedagógicos x TDIC, como Garrison (1989), Gomes (2008), Moore (1991; 1993), Santos (2009; 2014), Silva (2000) e Silva (2011), finalizando com Holanda (2006) que traz os

conceitos básicos sobre a avaliação “*ex post*” de programas e projetos, e como auxílio na reflexão do avanço da modalidade no Brasil e no Estado do Ceará, os dados estatísticos do Censo da Educação Superior (2018) e do Censo da EaD.BR (ABED, 2017), dentre outros.

O texto está organizado em três seções. Na primeira, apresentam-se as diretrizes políticas de criação da UAB e a expansão do ensino superior via modalidade EaD; prossegue-se com uma análise dos desafios da modalidade EaD, através do sistema UAB; e, por fim, abordam-se os indicadores de impacto socioprofissional gerado pela EaD/UAB.

2. Diretrizes políticas de criação da UAB: a expansão do ensino superior via modalidade EaD

O sistema educacional brasileiro vem percorrendo, ao longo de sua linha histórica, momentos que logram avanços e outros retrocessos, que tanto contribuem para desenvolver o processo de evolução educacional do país, como, também, com seus momentos de retrocesso, para entrar esse desenvolvimento. Assim, nesta seção do texto, temos a pretensão de dar a conhecer as diretrizes políticas para a criação do programa UAB, desde a base legal que instituiu a EaD, bem como as políticas públicas estabelecidas com a EaD/UAB, com objetivo de democratizar e interiorizar o ensino superior. Apresenta-se, também, para efeito de reflexão das políticas públicas apresentadas para expansão do ensino superior através da EaD/UAB alguns dados estatísticos extraídos do Censo da Educação Superior e do Censo da Educação a Distância (EaD) realizado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED).

A modalidade de Educação a Distância apresenta um avanço significativo nos últimos anos. Com a legalização, pela Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDBN), Nº 9.394 de 26 de dezembro de 1996 e com a disseminação do acesso a internet, houve um assinalável aumento no número de Instituições de Ensino Superior, no Brasil, que aderiu à modalidade para oferta de cursos em vários níveis. A LDBN Nº 9.394/96, em seu artigo 80,

apresenta a educação a distância como modalidade educacional a ser ofertada em todos os níveis e modalidades de ensino e na educação continuada.

No Brasil, as políticas educacionais vêm sendo articuladas com o objetivo de assegurar a expansão da educação, democratização e interiorização da oferta de cursos superiores, com a finalidade de promover a inclusão social. Assim, desde o ano de 2005, com o surgimento da Universidade Aberta do Brasil (UAB), criada pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, em parceria com a Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (ANDIFES), que o Estado do Ceará, por meio das Instituições Públicas de Ensino Superior, vem ofertando cursos que utilizam as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) como meios de acesso à informação, de forma a proporcionar o acesso a comunidades distantes dos centros de formação.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem a “finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país”, de acordo com o artigo 1 do Decreto 5.800/2006 de 8 de junho. O programa iniciou-se, em março de 2005, com um projeto-piloto, em 26 Estados brasileiros, com a oferta de um curso de bacharelado em Administração oferecido a empresas estatais, como o Banco do Brasil, tendo como objetivo formar seus funcionários, sem afastamento, com o intermédio de recursos tecnológicos. A UAB promove a articulação e parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal), com as instituições públicas de ensino superior, incentivando o desenvolvimento de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em cidades distantes e isoladas dos grandes centros.

As ações articuladas pelo sistema UAB têm, *a priori*, o desafio de formar professores da Educação Básica, em exercício, da rede pública de ensino e sem formação graduada. O desafio de formação de professores, vem de encontro ao estabelecido no Plano Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, instituído a partir do Decreto Nº 6.755 de 29/01/2009, que cria a “Política Nacional de Formação de Profissionais

do Magistério da Educação Básica e disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no fomento a programas de formação inicial e continuada”.

A criação do Plano Nacional de Formação de Professores do Magistério vem atender à demanda de formação de professores da Educação Básica apresentada, em 2009, na Sinopse dos Professores da Educação Básica (MEC/INEP 2009), na qual consta que: de um total de 1.977.978 (perto de 2 milhões) de professores atuantes nos sistemas de ensino da educação básica públicos e privados, cerca de 600 mil (636.800, mais precisamente) não possuíam formação em nível superior. Consta, também, que 76.229 professores embora possuísem curso de nível superior, atuavam em áreas diferentes das licenciaturas em que se formaram.

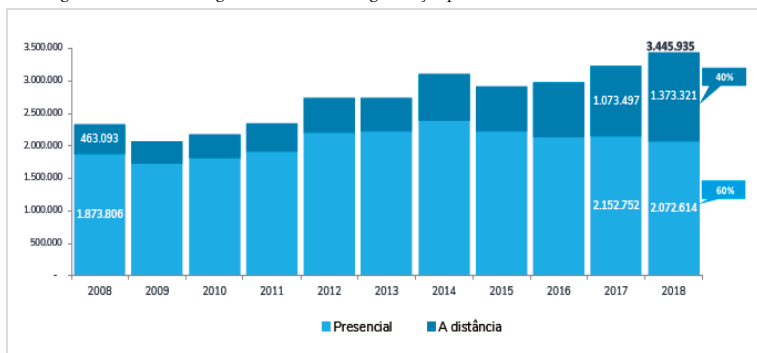
Assim, as vagas ofertadas nos cursos a distância do sistema UAB, das Instituições Públicas de Ensino Superior, seriam, **prioritariamente**, voltadas para a formação inicial de professores da educação básica, segundo o portal da Capes (2019). Os dados extraídos do Educasenso³ apontavam para a necessidade de políticas públicas voltadas para a formação de professores no Brasil. A intenção do Ministério da Educação, a partir de 2019, com a instituição do Plano Nacional de Formação de Professores, foi de formar, em cinco anos, 330 mil professores atuantes na educação básica (MEC/EaD 2009).

Os dados apresentados pelo Censo da Educação Superior através da Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), em 2018, mostram que, no período de 2008 a 2018, o crescimento no número de matrículas na modalidade a distância foi de 196,6%, vindo a triplicar, enquanto a modalidade presencial registrou um aumento de apenas 25,9% nesse mesmo período (cf. Figura 1). O censo da educação superior aponta, também, que, enquanto a participação percentual dos ingressantes em cursos

³ Educasenso é um sistema informatizado de levantamento de dados do Censo Escolar. Ele utiliza ferramentas web na coleta, organização, transmissão e disseminação dos dados censitários, mediante o cruzamento de informações de cinco formulários: Escola, Gestor, Turma, Aluno e Profissional Escolar.

de graduação a distância em 2008 era de 19,8%, essa participação em 2018 foi para quase 40%.

Figura 1 - Número de ingressos em cursos de graduação por modalidade de ensino - Brasil 2008-2018



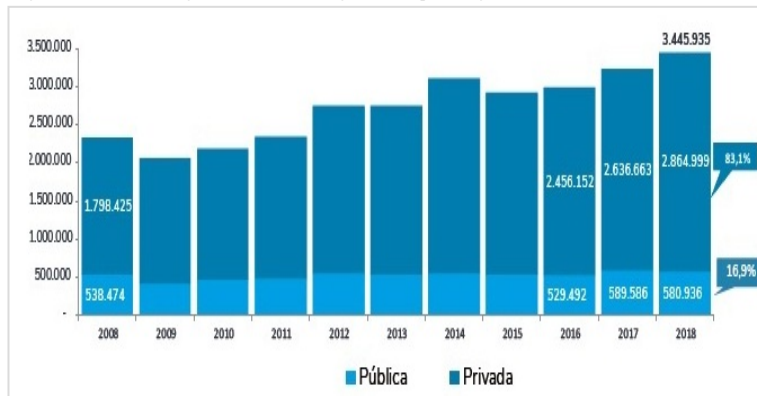
Fonte:

INEP, Censo da Educação Superior (2018).

Segundo Bielschowsky e Masuda (2017), este aumento no crescimento da oferta de cursos superiores tem um forte apelo social pelo fato de envolver pessoas que, na sua maioria, trabalham e são responsáveis pelo sustento da família, além de atender comunidades em locais que não oferecem acesso a um curso superior presencial dando oportunidade de qualificação em cidades menores. Bielchowsky (2018) considera importante o acesso das comunidades interioranas e aponta o favorecimento de um desenvolvimento mais homogêneo no país.

Desde modo, a expansão do ensino superior através da EaD registrou um crescimento no número de matrículas, dos Estados brasileiros, de mais de 2 milhões, em 2018, o que já representa uma participação de 24,3% do total de matrículas de graduação, conforme se pode conferir nos dados da figura 2. Dentre os dados elencados no Censo da Educação Superior de 2018, vale observar que a EaD ofertada pela iniciativa privada no período de 2008 a 2018 cresceu em proporções bem maiores que a oferta pública, 59,3%, enquanto que a pública aumentou 7,9% no mesmo período.

Figura 2 - Número de ingressos em cursos de graduação, por categoria administrativa – Brasil 2008-2018



Fonte: INEP, Censo da Educação Superior (2018).

Estando o nosso estudo mais focado no Estado do Ceará, tivemos o intuito de conhecer como se deu essa expansão, em termos estatísticos, nesse Estado. Os dados das tabelas que se seguem nos permitem visualizar o quantitativo de pessoas que frequentam o nível superior de ensino no Estado, comparando com a região nordeste e com o país no seu todo.

Tabela 1 - Taxa bruta de matrículas na graduação: Brasil, Nordeste e Ceará – 2004/2014

UF/ Região	Frequentam cursos de graduação			Pessoas de 18 a 24 anos			Taxa bruta de matrícula (%)	
	2004	2014	Variação % 2014 - 2004	2004	2014	Variação % 2014 - 2004	2004	2014
Brasil	4.504.191	7.288.498	61,8	24.266.526	22.681.790	- 6,5	18,6	32,1
Nordeste	817.680	1.694.632	107,2	7.317.456	6.592.863	- 9,9	11,2	25,7
Ceará	138.008	279.988	102,9	1.118.266	1.064.789	- 4,8	12,3	26,3

Fonte: Direde/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2018).

Tabela 2 - Taxa líquida de escolarização na graduação: Brasil, Nordeste, Ceará - 2004-2014

UF/ Região	Pessoas de 18 a 24 anos que frequenta ou concluiu cursos de graduação			População de 18 a 24 anos			TLE na educação superior (%)	
	2004	2014	Variação	2004	2014	Variação	2004	2014
			% 2014 - 2004			% 2014 - 2004		
Brasil	2.991.082	4.799.930	60,5	24.266.526	22.681.790	- 6,5	12,3	21,2
Nordeste	478.477	986.728	106,2	7.317.456	6.592.863	- 9,9	6,5	15,0
Ceará	88.322	177.277	100,7	1.118.266	1.064.789	- 4,8	7,9	16,5

Fonte: Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2018).

Observa-se nos dados das tabelas 1 e 2 apresentadas acima que as taxas de matrículas e de escolarização de pessoas no intervalo de 18 a 24 anos, referentes ao período de 2004 a 2014, especificamente no Estado do Ceará, apresentam um crescimento significativo de alunos no nível superior de ensino, acompanhando a tendência de crescimento do nordeste, bem superior superior à regista no país. Com efeito, no que se refere ao número de matrículas a variação (2004-2014) foi de +102,9% no Ceará, +107,2%, no Nordeste e apenas de +61,8% no total do país. No que respeita à frequência ou conclusão de cursos de graduação, no mesmo período (2004-2014), o aumento no Ceará foi de +100,7%, no Nordeste de +106,2% e no país de +60,5%.

Diante dos dados apresentados, foi possível perceber o grande avanço que a EaD tomou por todo país com a legalização da modalidade, e muito em particular no Nordeste e no Ceará. O processo de democratização e interiorização da EaD e, mais especificamente, das ofertas da rede pública de ensino via o sistema UAB, possibilitou a oferta de matrículas pela rede pública de ensino superior e dessa forma gerou desafios e possibilidades de inclusão socioprofissional nas comunidades interioranas.

Em um país como o Brasil de dimensões continentais e com regiões que apresentam difícil acesso e dificuldades no alcance de alguns serviços, não se podem ignorar as melhorias no acesso e a efetividade no raio de ação da modalidade EaD, que possui um diferencial que atrai e impacta. Mas isso não nos impede de lançar um olhar de análise sobre as políticas

públicas que se articulam nesta oferta com objetivo de inclusão social, profissional e de desenvolvimento das comunidades interioranas, questionando: Como avaliar a efetividade de uma política pública governamental como o sistema UAB?

Essa questão nos instiga a pensar em uma inclusão real que possibilite aos sujeitos, participantes destas políticas, não só o acesso, mas também o direito de avaliar e participar ativamente do processo educacional, como na construção de um currículo digital e de ferramentas virtuais que farão uso durante o seu processo de formação. Outra questão relevante gira em torno dos efeitos da formação, por meio das TDIC, na realidade do morador do interior do país e mais especificamente no Estado do Ceará.

A décima edição do relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil lançado pela ABED aponta alguns cuidados que se deve ter com esta expansão acelerada da EaD, principalmente, após a nova regulamentação da modalidade, no Brasil, por meio do Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Especialistas na área abordam as novas mudanças trazidas pelo decreto, com uma certa preocupação no que diz respeito à criação de polos de EaD pelas próprias instituições e o credenciamento de instituições na modalidade EaD sem a exigência do credenciamento prévio para a oferta presencial (ASSUMPÇÃO; PEQUENO, 2017).

Assumpção (2017) enfoca a crítica na flexibilização para criação de polos, não deixando de observar a necessidade reprimida, diante do aumento de polos presenciais em 2017, o que apresentou a instalação de polos no mesmo local da instituição e a ampliação no alcance da instituição com aumento de polos no interior dos Estados. Observou, ainda, que os polos de apoio presencial oferecem suporte administrativo e pedagógico aos alunos, tornando-se um espaço de interação social e realização de trabalhos colaborativos. Contudo, Assumpção (2017) chama a atenção para os riscos que esta larga expansão pode trazer no sentido da “qualidade dos serviços oferecidos nos polos” e considera que

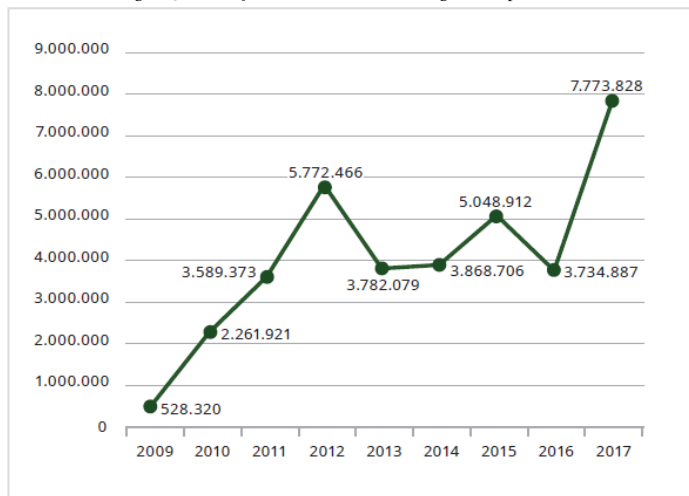
Será interessante acompanhar o andamento dessa tendência de expansão, a fim de verificar se o mesmo ritmo acelerado irá se manter nos próximos anos, bem

como de analisar o impacto da captação e da manutenção de alunos para as instituições, justificando assim o aumento de custos e o investimento sendo feito agora. Também será importante acompanhar a qualidade dos serviços que os polos estão oferecendo e sua manutenção, para continuarmos garantindo educação da melhor qualidade em todas as modalidades. (ASSUMPÇÃO, 2017, p.7).

Pequeno (ABED, 2017) traz a discussão para além, no sentido de que essa regulamentação permite também a oferta de cursos, pelas instituições, sem a oferta simultânea de cursos presenciais, como havia na determinação legal anterior. Assim, “o Ministério da Educação (MEC) atende a meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), que tem a exigência da elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos”. Dessa forma,

Tal crescimento, apontado no Censo EAD.BR 2017, indica que o total de matrículas, junto com o aumento de polos e a definição mais ampla de cursos semipresenciais também apresenta um crescimento muito significativo, chegando a 7.773.282 alunos contabilizados. (PEQUENO, 2017, p. 13).

Figura 3 - Evolução do total de matrículas registradas pelo censo



Fonte: Censo EaD Notas Estatísticas (2018)

A inquietação de Pequeno (2017) faz-se no tocante à importância da qualidade da formação diante deste cenário de aumento significativo de

oferta. O autor ressalta a adequação dos cursos ofertados com as TDIC como formas de interação com o mundo, com as pessoas, além das relações políticas, econômicas e sociais. Para tanto, aponta as metodologias ativas de aprendizagem como novo pilar de qualidade em EaD, além dos três apontados por Rossini (2010) que são o material didático, a avaliação e a tutoria.

A oferta de EaD/UAB, no Estado do Ceará, a partir do cenário descrito nesta seção, permeia a discussão em relação a inclusão socioprofissional dos sujeitos participantes desse processo de democratização e interiorização do ensino superior e de como mensurar as mudanças e os impactos causados na vida e na comunidade dos sujeitos do interior do Estado.

O Estado do Ceará possui quatro instituições públicas que ofertam EaD via UAB: a Universidade Federal, a Universidade Estadual, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, com cobertura no Estado do Ceará, que atinge uma média de 30 polos localizados nos municípios do Estado (o Estado do Ceará possui 184 municípios), com 22 cursos e um total de 13.228 alunos de acordo com informações das Instituições Públicas de Ensino Superior. Esses dados têm como base as ofertas do edital DED/Capes, Nº 75 de 19 de dezembro de 2014, com oferta autorizada pela DED/Capes no ano de 2018.

Entende-se que as ações realizadas por essas quatro instituições devem formar um conjunto macroestrutural que proporcione uma sustentabilidade e autonomia das regiões do interior do Ceará para que cada uma delas seja independente em relação à capital do Estado. Isso geraria um impacto significativo tanto para o Estado do Ceará como para o Brasil.

A reflexão, diante do exposto, instiga-nos a pensar que tipo de oferta, em EaD, está voltada para um público que muitas vezes necessita de material impresso, devido à falta da internet na sua localidade de moradia? Se a oferta de cursos nas comunidades do interior atendem as necessidades locais, gerando assim a questão sobre as bases de estudos acerca de

uma análise de potencialidades para oferta de cursos pela UAB? O ensino superior utilizando as TDIC possui um maior grau de interação, compartilhamento de saberes e assim uma formação que insira os sujeitos das comunidades interioranas no novo mundo do trabalho?

Hoje, a sociedade encontra-se marcada pelo crescimento tecnológico, bem como científico e cultural. A informação e a comunicação processam-se com a velocidade da internet e assim o mundo do trabalho reorganiza-se. As relações sociais e políticas ocorrem por meio de troca e experiências, o que tem acentuado a importância da educação como um fator fundamental do desenvolvimento, da construção da cidadania e da democratização baseada na inclusão e na transformação da realidade. Por isso, na seção a seguir a discussão faz-se no sentido deste entendimento comunicacional na e para a EaD e seus desafios nas comunidades interioranas.

3. Os desafios da modalidade EaD através do sistema UAB

Pretende-se, então, compreender a modalidade EaD via sistema UAB e os cenários pré-estabelecidos na e para a EaD, contextualizando, assim, a criação da UAB e suas proposições enquanto política pública, configurando-as no que estabelecemos como desafios.

Em 2007, o Ministério da Educação (MEC) lançou o primeiro edital para que as Instituições Públicas de Ensino Superior submetessem seus cursos a Distância, tendo como parceria o suporte local aos estudantes e professores, denominado de polo de apoio presencial. Após aprovação dos cursos, as Instituições receberiam recursos para custeio e bolsas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e, depois, pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os cursos ofertados pela EaD/UAB são cursos semi-presenciais que contam com o suporte local dos Estados/municípios, mantendo a estrutura necessária de apoio ao aluno.

A Educação a Distância (EaD) tem como característica o ensino mediado por tecnologias. Segundo o Decreto N° 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o art. 8o da Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a EaD se distingue por ser uma “modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”.

Como já vimos na seção anterior, essa modalidade cresceu substancialmente, no Brasil, na última década, motivada pelo impulso tecnológico e pela disseminação do acesso à internet. Como consequência, possibilitou que uma quantidade considerável de Instituições de Ensino Superior aderissem a esta modalidade para a oferta de cursos em diversos níveis.

Entretanto, vale ressaltar, que o sistema UAB instituiu um campo bastante abrangente de ações, as quais destacamos como desafios, que não se referem, exclusivamente, a formação graduada de professores da educação básica, estabelecido no seu Decreto de criação, como ação prioritária, mas, também, a ações que possibilitem mudanças nas comunidades interioranas, como a ampliação e interiorização da oferta de cursos superiores, por meio da educação a distância, para atender a demanda da gestão e trabalhadores em educação básica, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como em diferentes áreas do conhecimento.

Pretende-se, ainda, com a EaD/UAB, reduzir a dificuldade de acesso, bem como fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância e ainda a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação. É esta gama de desafios, com pretensões de inclusão social e profissional, instituídos por esse sistema, que se deve investigar no intuito de avaliar as mudanças e os impactos geradas com a inserção do programa UAB nas comunidades do interior do Ceará.

Entende-se que a EaD/UAB, enquanto política pública, tem como desafio a qualificação dos sujeitos e assim o desenvolvimento de

comunidades menores e afastadas dos grandes centros, possui, ainda, um desafio bem maior que se refere à pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação. Quando se amplia o desafio, significa falar da abrangência, pois o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) também traz a ampliação das formas comunicacionais e de interação entre professores e alunos.

Assim, norteadas pelos Referenciais de Qualidade do Ministério da Educação (MEC), cada instituição do sistema EaD/UAB desenvolve sua produção didática buscando seu próprio modelo, conduz sua produção de conteúdo, criando e desenvolvendo modelos para elaboração e disponibilização desses materiais através dos recursos didáticos digitais, via internet.

A convivência das tecnologias tem permitido a construção de variados modelos pedagógicos, sendo que diferentes ferramentas tecnológicas estão sendo utilizadas nas instituições na perspectiva de promover inovações necessárias a cada modelo e contexto. O Século XX transcorreu, ainda, com algumas restrições em relação à distância, onde a EaD atuou com estratégias organizacionais na produção em massa de pacotes de aprendizagem, configurando a era industrial (GARRISON, 2000). O século XXI, segundo Garrison (2000) vem representar a era pós-industrial onde as questões transacionais (ensino e aprendizagem) predominarão sobre restrições estruturais (ou seja, distância geográfica).

Moore (1993) reconheceu a limitação da estrutura do pacote de aprendizagem e incluiu o diálogo como variável, propondo a evolução do modelo industrial de massificação do material didático para a perspectiva psicossocial e transacional focada no ensino e aprendizagem facilitada por meio da comunicação mediada. Segundo Moore (1991, p. 3), a distância transacional é pedagógica, não geográfica, e necessita de “organizações especiais e procedimentos de ensino.”

A tecnologia, hoje, faz-se presente em todos os ambientes e a esta mobilidade deve-se sua evolução. Atualmente, vive-se uma fase em que a tecnologia parece estar presente em todos os espaços devido a esse caráter móvel que adquiriu com a evolução das tecnologias. Maria João Gomes

aborda que as mudanças nas formas comunicacionais da EaD se deram no final do século XX, com o advento da internet, ou seja, na era digital. Com a chegada da web e das redes surge um sistema de interação e de conectividade online que dá origem ao fenômeno da cibercultura, a qual também pode ser definida como a cultura do *ciberespaço* e do espaço físico interligados. De acordo com Santos (2011, p. 25) “o ciberespaço é a internet habitada por seres humanos, que produzem, se autorizam e constituem comunidades e redes sociais por e com as mediações das tecnologias digitais em rede”.

Edméa Santos (2009) nos faz refletir sobre as mudanças dessa educação mediatizada na e pela tecnologia, que vem de encontro as questões de Silva (2011) quando chama a discussão sobre o termo **educação online** (grifo nosso), traçando um comparativo entre a EaD no modelo analógico e educação online (EO) no modelo digital.

O que Santos (2009) deixa claro em seu texto, que aborda a educação online para além da EaD tradicional, é que se estabeleça a maior interatividade possível aos alunos de cursos a distância, com o conteúdo web, utilizando uma variedade de ferramentas tecnológicas que oportunizem esse processo, propondo assim a redução da distância e a melhoria da aprendizagem. Além de possibilitar um salto de qualidade nos cursos de EaD, onde o propósito é o desenvolvimento de ferramentas, proporciona a projeção dos conteúdos para outras mídias e um maior acesso e interação no processo de ensino e aprendizagem.

Essas duas perspectivas de ensino mediado por tecnologias digitais, nos remete a indagar se o ensino mediado por tecnologias digitais vem acompanhando a transformação e evolução das TDIC. Aguiar, Santos e Silva (2019), no texto cujo título refere-se aos *Novos cenários de inovação tecnológica e os desafios para a EaD no século XXI*, consideram que é evidente o avanço nas tecnologias digitais e móveis, no entanto, a questão que se propõe gira em torno do uso da potencialidade dessas tecnologias no ensino a distância, buscando a construção de diferentes modelos pedagógicos, com novos designers relacionados a informação e comunicação,

assim como novos formatos de ensinar e aprender com as TDIC móveis e ubíquas.

Para Santos (2014) a EAD deve ir além de uma educação suportada por material didático e pela autoaprendizagem, devendo passar a ser promovida no ciberespaço via Educação Online. Para a autora, a educação online configura-se como um fenômeno da cibercultura, e enfatiza que “a educação online é o conjunto de ações de ensino-aprendizagem, ou atos de currículo mediados por interfaces digitais que potencializam práticas comunicacionais interativas, hipertextuais e em mobilidade.” (SANTOS, 2014, p. 63). Para isso, o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) não deve ser um ambiente estático e fechado, precisa ser aberto, na qual a imersão, a navegação, a exploração e a conversação possam fluir na “lógica da complementação” (SILVA, 2000). A Web e as redes online fizeram surgir um modo de interação e de conectividade online que proporciona uma cultura do ciberespaço e do espaço físico interligados. No ciberespaço, os sujeitos habitam de forma produtiva, atuando em comunidades e redes sociais mediadas pela tecnologia em rede.

Atualmente, a tecnologia integra-se a todos os espaços devido ao caráter ubíquo (mobilidade) que adquiriu. Para Santaella (2010) esse momento centra-se na conectividade, mobilidade e ubiquidade, e descreve-os como “espaços hiperconectados, espaços de hiperlugares, múltiplos espaços em um mesmo espaço, que desafiam os sentidos de localização, permanência e duração” (p. 18). Silva (2011) vem de encontro ao que propõe Lúcia Santaella quando traça um paralelo entre a EaD no modelo analógico (EA) e a educação online (EO) no modelo digital, apontando como principal semelhança entre ambas a ocorrência não presencial. Caracteriza, a EA como modelo de transmissão e a EO baseada na interação e na aprendizagem colaborativa, situando a construção do conhecimento e a coautoria como elementos essenciais.

Nessa direção, reitera-se a construção dos ambientes virtuais de aprendizagem como um espaço para a utilização de ferramentas tecnológicas que promovam a democratização da informação, da comunicação e

da aprendizagem entre sujeitos geograficamente dispersos. Assim, precisa ser concebido como espaço colaborativo de aprendizagem, permitindo e potencializando o conceito de interatividade. Entenda-se, ainda, que a educação online não se configura pelo ambiente online, mas sim pelo movimento comunicacional e pedagógico dos sujeitos envolvidos de forma interativa e como cocriadores.

Dessa forma, questiona-se e busca-se compreender como esse novo paradigma da educação a distância, na perspectiva de educação online, chega aos estudantes do interior do Ceará, tendo a premissa do material didático impresso como suporte para aprendizagem em comunidades com acesso precário em todos os aspectos, ressaltando a conexão com a internet.

Ao observar o cenário em que os cursos a distância estão inseridos, muitos questionamentos surgem especialmente no que diz respeito à contribuição dos cursos oferecidos na modalidade a distância para a melhoria de vida pessoal e profissional do estudante do interior do Estado do Ceará. Indaga-se, ainda, se existem nas comunidades interioranas artefatos tecnológicos que deem suporte a uma ecologia comunicacional marcada pela conectividade, mobilidade e ubiquidade, diante de uma sociedade marcada pela evolução das tecnologias digitais de informação e comunicação.

Para tanto, entendemos que as ações e desafios propostas pela EaD/UAB, elencadas nesta seção do texto, necessitam de avaliações que possam, através do mapeamento de indicadores, mensurar as mudanças e os impactos gerados nos sujeitos e na comunidade interiorana. Importante frisar que o aumento na oferta e acesso a cursos superiores no interior do Estado do Ceará não deixa de ser um avanço significativo, no entanto, o formato desta oferta precisa ser pensado no tocante as especificidades do público alvo e não a massificação desta oferta.

Para isso, na próxima seção aborda-se a temática da avaliação de programas governamentais. Esta etapa refere-se a avaliação desenvolvida após a execução de um programa com o objetivo de medir a mudança e impacto geradas. Pretende-se conhecer a relevância desta avaliação, no

conhecimento de evidências, do resultado de uma política pública da EaD/UAB, no que se refere ao impacto socioprofissional que a oferta de ensino superior pode proporcionar às comunidades interioranas.

4. Indicadores de impacto socioprofissional gerado pela EaD/UAB

Nesta seção tem-se como objetivo refletir sobre o processo de conhecimento das possibilidades de impacto socioprofissional gerado por um programa governamental. Faz-se necessário iniciar esta reflexão com o entendimento do que vem a ser o conceito de impacto, logo a seguir demanda-se entender que o conhecimento do impacto gerado por uma política pública (EaD/UAB) se faz por meio de um processo de avaliação sistemática e, como parte final desta seção, compreender o porquê de avaliar impacto e sua relevância no conhecimento de evidências no resultado de uma política pública, neste caso a EaD através do Sistema UAB.

Segundo Gertler *et al* (2018), impacto tem por definição estabelecer mudanças a serem geradas diretamente por um programa. Um programa, por sua vez, segundo Holanda (2006, p. 41), na área de políticas sociais, “tem por definição conjuntos de intervenções que têm por objetivo resolver um determinado problema, identificando, como suma carência social importante”. Assim, os efeitos esperados por um programa social podem ser “mensurados” sobre os resultados dos beneficiários depois de participarem do programa.

Essas definições colocam-nos várias indagações, tais como: como “mensurar” os efeitos de um programa sobre os resultados obtidos após sua execução? Como aferir em quanto melhorou algum indicador do programa? Quanto do progresso em relação aos objetivos do programa mede a avaliação de impacto? Assim, para entender como se deve “medir” o impacto de um programa que objetiva retornos sociais deve-se avaliar as atividades e resultados de forma sistemática.

O ato de avaliar requer juízo de valor sobre as ações, as atividades e os resultados de uma política pública, estratégia ou projeto. No caso

específico de avaliar o impacto, que consiste em uma das etapas de avaliação de uma política pública, instituída através de um programa governamental, requer-se compreender se o programa em questão atingiu seus objetivos de forma causal e se a mudança atingida se pode atribuir ao programa.

A avaliação de impacto, também chamada avaliação *ex post*, possui ênfase nos programas e projetos de natureza social. Revela-se como

[...] centrada nos produtos ou resultados e impactos do programa ou projeto. Afinal esta é a razão de ser do programa e o nosso maior interesse é saber se os seus objetivos básicos foram de fato realizados, ou seja, se a intervenção do governo provocou a desejada mudança social de curto (produto ou efeito) ou longo prazo (impacto). (HOLANDA, 2006, p. 114).

Dessa forma, o desafio, no percurso ao avaliar o impacto, consiste em conhecer quais iniciativas precisam ser destacadas para identificar o resultado dos beneficiários depois de participarem do programa. Pode-se também pensar em quais iniciativas são necessárias abordar para enfrentar os problemas sociais detectados pela política pública.

Holanda (2006) pontua o que a avaliação de impacto pode trazer de relevante para conhecimento dos efeitos de programas sociais e para sua melhoria:

1. Melhoria do programa” quando se busca soluções concretas implementando-as em curto prazo, o que permite entender a importância relativa dos componentes e processos do programa;
2. Tornar o gasto público mais eficiente e útil para tomar decisões em relação à alocação de recursos e continuidade do programa, fator que interessa, sobretudo, aos tomadores de decisão alto nível (como governadores, prefeitos e legisladores);
3. Gerar conhecimento sobre políticas públicas, o que funciona e o que não funciona, gerar bens públicos contribuindo para o conhecimento em ciências sociais e econômicas. Este fator produz conhecimento sobre mecanismos e efeitos de uma intervenção, serve de base para inovações e novos enfoques, com potencial para replicações e ganhos de escala;

4. Medir impacto fora do laboratório é complexo, existe o problema de confiabilidade de impacto estimado, sendo importante haver uma análise de dados adequada e bem justificada. Por isso, devemos pensar se estamos isolando o efeito do programa de outros elementos relevantes, qual a estratégia de identificação causal, se estamos trabalhando com grupos comparáveis, entre outros fatores.

Sendo assim, torna-se relevante para o êxito das políticas educacionais que o processo de avaliação de impacto possa permear os programas em execução (ou já executados), para que se tenha um *feedback* de sua implementação, no sentido de: conhecer se o programa funciona e como funciona; entender a importância dos componentes e processos do programa, compreendendo o que é realmente útil para que os responsáveis pela tomada de decisão, em relação a alocação de recursos para continuidade do programa, tornem o gasto público mais eficiente; assim como gerir a produção de conhecimento sobre mecanismos e efeitos de uma possível e necessária intervenção possa servir de base para inovações e novos enfoques, com potencial para replicações e ganhos.

Há outros fatores de relevância acerca da avaliação de impacto de programas governamentais e que devem guiar o trabalho de avaliação, como questionamentos que se referem a seguir: quem interessa os resultados da pesquisa?; o que deseja descobrir com a investigação?; qual o uso pretendido das descobertas?; onde obter as informações necessárias?; quais os procedimentos da pesquisa?; e qual o período para execução da pesquisa?. (HOLANDA, 2006).

Diante do exposto e no tocante à proposta desta seção, vale destacar alguns indicadores que podem ajudar no mapeamento e na reflexão das possibilidades de impacto socioprofissional em EaD/UAB, que foram instituídas, a priori, como retorno social, através do processo de democratização e interiorização do ensino superior via modalidade EaD/UAB, como: minimizar a lacuna da formação de professores da Educação Básica em efetivo exercício, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados; atender a uma demanda social reprimida em localidades distantes dos grandes centros com vista a

proporcionar o desenvolvimento dessas localidades atendidas na zona interiorana; reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância.

Avaliar as possibilidades de impacto socioprofissional em EaD/UAB no interior do Estado do Ceará, propõe-nos o desafio de analisar o percurso educacional e as trajetórias de inserção socioprofissional dos sujeitos graduados dos cursos ofertados na modalidade EaD via programa UAB, percebendo, dessa forma, qual o perfil dos sujeitos graduados pela EaD/UAB, seu percurso educacional e de vida social e profissional, com o intuito de conceber qual o impacto real do programa UAB nas várias extensões das suas vidas pessoais, sociais e profissionais.

Faz-se necessário, também, conhecer as localidades do interior do Estado do Ceará e as necessidades reais dos municípios no que concerne aos níveis sociais e de emprego. Os recursos administrativos e tecnológicos dos polos de apoio presencial também são indicadores importantes na promoção da aprendizagem em EaD, se considerarmos as necessidades de zonas interioranas, no que diz respeito à conexão de internet, além do acesso ao polo de apoio para sujeitos que não residem na mesma localidade e não possuem acesso a internet na área em que residem.

Espera-se, com este processo sistemático de avaliação de impacto socioprofissional do programa EaD/UAB no Estado do Ceará, muito em particular nas zonas interioranas, a possibilidade de aferir se o programa contribuiu para a qualificação e inserção social e profissional dos sujeitos e para o desenvolvimento das comunidades onde se integram e o programa se desenvolve.

5. Considerações finais

Neste texto procuramos refletir sobre a política do programa EaD/UAB, seus desafios e possibilidades, seguindo três linhas de raciocínio: as diretrizes políticas de criação da UAB e a expansão do ensino superior via modalidade EaD; os desafios que a Educação Online coloca à

EaD/UAB; e os indicadores para se medir o impacto socioprofissional e comunitário junto das pessoas que frequentam seus cursos e das comunidades onde se instalam seus polos.

Entendemos que falar em democratização e interiorização do ensino superior por meio das TDIC, em um país como o Brasil, com regiões interioranas de acesso precário a internet e com comunidades sem perspectiva de uma formação de nível superior, instiga a uma série de reflexões acerca dos desafios propostos e das possibilidades de inclusão social e profissional dos sujeitos, bem como o desenvolvimento das zonas interioranas. Assim, faz-se necessário, tecer considerações sobre as possibilidades de efetividade de uma política pública governamental como o programa UAB, no tocante à proposta do programa, aos modelos pedagógicos e TDIC e à avaliação de impacto.

Ao longo do texto, torna-se claro que o programa UAB possui grandes desafios no que diz respeito à possibilidades de inclusão social e profissional, dentre eles, a expansão do ensino superior que permite o processo de interiorização e, assim, o acesso em locais distantes dos grandes centros. Percebeu-se, através das análises censitárias, que a oferta de cursos na modalidade EaD apresentou, nos primeiros 10 anos de sua oferta (2008-2018), um aumento significativo em termos de ofertas e matrículas. Podemos considerar que o desafio da oferta e demanda atingido pelo programa. Contudo, faz-se necessário refletir para além dos números, centrar a análise e o debate na necessidade da formação para o município, no sentido de inclusão social e profissional dos sujeitos e no desenvolvimento da comunidade.

A política de expansão do ensino superior via modalidade EaD/UAB propõe uma proposta metodológica inovadora, como se refletiu na seção dois deste texto, havendo o entendimento que ambiente virtual de aprendizagem (AVA) deve ser aberto, com um formato pedagógico que impulsiona a interação entre os sujeitos num processo de colaboração e cocriação. Este novo paradigma da modalidade para a EaD, mais próximo a uma visão de Educação Online, nos instiga a pensar de que forma nos

AVA se estão a utilizar as ferramentas tecnológicas para proporcionar este trabalho em rede e colaborativo, tendo em vista os locais com acesso precário no que diz respeito à conexão com a internet, necessitando, ainda, muitas vezes, de material didático impresso como suporte aos estudos. Assim, num tempo societário marcado pelas tecnologias de conexão contínua, que favorecem conectividade, mobilidade e ubiquidade, com repercussões para o desenvolvimento de uma EaD de qualidade, como se dá esse processo nas regiões interioranas onde há dificuldades de conexão à Internet? Esta questão nos leva à questão do impacto e à necessidade de se avaliar os programas que resultam de uma política pública, via programa governamental, como é o programa EaD/UAB.

Para o efeito de avaliar esse impacto, seja da qualidade da oferta de cursos junto dos município, seja para a qualificação e inserção social e profissional dos sujeitos do interior do Estado do Ceará, bem como para o desenvolvimento das comunidades onde o programa se desenvolve, apresentamos, na seção três deste texto, um conjunto de indicadores que serão as linhas mestras de avaliação do impacto. Este é, sem dúvida, o principal objetivo deste projeto de doutoramento e esperamos, em próxima oportunidade, apresentar os seus resultados.

Referências

- AGUIAR, Gina Maria Porto; SANTOS, Lucina Dalla Nora dos ; SILVA, Bento Duarte. **Novos Cenários de inovação tecnológica e os desafios para a EaD no século XX**. Actas da XI Conferência Internacional de TIC na Educação - Challenges, p. 1065 – 1073, 2019, Braga/PT.
- ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância. In: **Censo EAD.BR**: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2017. Curitiba: InterSaberes, 2018.
- ASSUMPÇÃO, Cristiana Mattos. Vantagens e riscos de uma expansão acelerada de polos em 2017. In: **Censo EAD.BR**: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2017. Curitiba: InterSaberes, 2018, p. 7.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 5800 de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2006.

_____. Decreto nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2009.

_____. Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2009. Regulamenta o art. 8o da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica. Portal do MEC, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/13583-plano-nacional-de-formacao-dos-professores-da-educacao-basica?Itemid=164>>. Acesso em: 11 fev 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior 2018*: notas estatísticas. Brasília, 2019.

BIELSCHOWSKY, Carlos. **Qualidade na educação superior a distância no Brasil**: onde estamos, para onde vamos? Rev. EaD em Foco. 2018; 8(1): e709, doi: <http://dx.doi.org/10.18264/eadf.v8i1.709>.

BIELSCHOWSKY, Carlos; MASUDA, Masako Oya. **Diplomação na Educação Superior a Distância**. Em Rede, Revista da Educação a Distância, v. 5, n. 1, 2017.

GARRISON, D. Randy. **Understanding distance education**: a framework for the future. London and New York: Routledge, 1989.

GERTLER, P. J. *et al.* **Avaliação de Impacto na Prática**. Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial, 2018. Disponível em: <<https://publications>>.

iadb.org/publications/portuguese/document/Avalia%C3%A7%C3%A3o-de-impacto-na-pr%C3%A1tica-Segunda-edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 dez 2019.

GOMES, Maria João. **Na senda da educação tecnológica da Educação a distância**. Revista Portuguesa de Pedagogia. Ano 42, n. 2, p. 181-202, 2008.

HOLANDA, Antonio Nilson Craveiro. **Avaliação de Programas** (conceitos básicos sobre avaliação “ex-post”). Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2006.

MOORE, Michael G. Teoria da Distância Transacional. In: KEEGAN, D. (1993) *Theoretical Principles of Distance Education*. Tradução de Wilson de Azevedo, revisão de tradução de José Manuel da Silva. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, São Paulo, v.1, ago. 2002. (Tradução de: *Theoretical Principles of Distance Education*).

MOORE, Michael. Distance Education Theory. **The American Journal of Distance Education**, v.3, n. 3, 1991.

PEQUENO, Mauro. Qual é o papel da ABED na discussão da qualidade da EaD no Brasil? **Censo EAD.BR**: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2017. Curitiba: InterSaberes, 2018, p. 13 – 15.

SANTAELLA, Lúcia. **A ecologia pluralista da comunicação**. São Paulo: Paulus. 2010.

SANTOS, Edméa. **Educação online para além da EAD**: um fenômeno da cibercultura. Em U. do Minho (Ed.), *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*, p. 5658-5671, 2009.

_____ **Pesquisa-formação na cibercultura**. Portugal: Santo Tirso. 2014.

SILVA, Bento Duarte. Desafios à docência online na cibercultura. Em A. F. M. & A. M. (orgs.). Carlinda Leite, José A. Pacheco (Ed.), **Políticas, fundamentos e práticas do currículo** (pp. 206–218). Porto: Porto Editora, 2011.

SILVA, Marco. **A Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: Quartet. 2000.

Capítulo 3

Proposições educativas não formais na internet: um levantamento em sites de museus de arte brasileiros

*Dorcas Weber*¹

1 Introdução

As reflexões acerca das influências das tecnologias digitais da informação e comunicação nas práticas culturais não configuram uma novidade há alguns anos. Contudo, é imprescindível lembrar que os aparatos tecnológicos estão em constante e veloz movimento, apresentando, a cada momento, novas ferramentas e configurações. Deste modo, as culturas, conjunto de práticas que constituem e caracterizam as sociedades, cuja natureza de constante alteração, acabam por apresentar muitas influências temporais, em vários âmbitos, das tecnologias da informação e comunicação. Então, mesmo que este cenário, como tema de reflexão, pareça redundante, na medida em que muitos autores têm se debruçado sobre esta temática, a constância e velocidade das mudanças no campo tecnológico e suas influências, quase imediatas, exigem que este assunto esteja entre aqueles que se mantém no topo da lista de discussões.

Sancho (2006), ao discutir as influências das tecnologias no cotidiano das culturas, aponta três mudanças fundamentais: a alteração dos interesses e prioridades; mudança dos símbolos constituidores das culturas, tornando-os mais complexos e universais; e, mudanças na natureza da

¹ Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade do Minho. Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: dorcasjweber@gmail.com

comunidade, na qual muitos se relacionam basicamente no ciberespaço. Tais mudanças refletem em aspectos gerais das culturas e influenciam, e seguirão a influenciar, significativamente sua constituição, inclusive alcançando instâncias tradicionais em diversas culturas. Ressalto o aspecto que aponta para a constituição das sociedades e os modos como estas têm estabelecido relações entre as pessoas, instituições e os produtos culturais, tais como a informação. Grande parte das situações cotidianas envolvem estas três instâncias e, também vêm apresentando a integração de aparatos tecnológicos para mediar suas contatos, mesmo entre aqueles em que estão envolvidas instâncias tradicionais, como por exemplo aquelas que têm por papel educar as sociedades, como a escola.

Tal instituição, tão conhecida por todos, traz em sua história uma nomenclatura, oriunda do grego e em seus primórdios tinha como significado “espaço do ócio”, conforme nos lembra Santos (2015). Sob essa concepção a escola constituía um local aberto, onde a busca pela aprendizagem era livre. Com o passar dos anos essa a concepção de escola ganhou novas características e, desde os tempos medievais, a escola possui as características que hoje conhecemos, um local onde busca-se preparar as crianças para a vida em sociedade. A escola, no entendimento comum, configura-se por um local do saber onde aqueles que nela circulam ganham diferentes papéis, aos professores é destinada a função de ensinar e, aos alunos aprender o que é ensinado. Essa concepção ficou bastante enraizada desde o período de desenvolvimento industrial, quando a formação profissional foi considerada necessária.

Contudo, tem sido colocada em questionamento e sua superação é colocada em debate, uma vez que os saberes não estão mais apenas nas mãos dos professores e no espaço escolar. O acesso às informações, antes restrita aos espaços de educação formal, hoje está ao alcance de todos que possuem acesso à internet, mesmo que visualizar essa superação nas práticas escolares ainda parece incomum. Esta é uma situação intrigante que facilmente leva ao questionamento sobre porque as práticas pedagógicas escolares se mantêm do mesmo modo que vinham sendo desenvolvidas

há mais de um século, sem considerar esta nova característica sociocultural? Ou ainda, qual o papel da escola neste tempo? De que modo as práticas escolares podem ser desenvolvidas para que atendam as necessidades desta atual sociedade? Esses questionamentos vão ao encontro com os questionamentos que Morin (2012) coloca para pensar a educação atual. As formas de ensinar utilizadas são adequadas, ou justificam ser desenvolvidas hoje? Se é preciso mudar, o que é preciso mudar? Como criar outros modos de promover a educação? Tais questionamentos são difíceis de responder de forma simples e única, visto que estão integrados à diferentes contextos e relacionados à processos ainda em desenvolvimento que dificultam o olhar objetivo. Vivemos em um tempo complexo no qual as respostas descontextualizadas e isoladas não são possíveis.

A problematização trazida por Morin (idem), mobiliza a reflexão sobre a ação de educar, tema sobre o qual o autor alerta estar relacionado à ação de estimular a integração de diferentes dimensões da vida, como a emoção, inteligência e a profissão. Portanto, são necessários processos educativos desenvolvidos em diferentes contextos integrando diferentes saberes a fim de alcançar um desenvolvimento integral. Ainda, para Morin (2012) há uma necessidade em desenvolver práticas educativas que mobilize diferentes dimensões uma vez que, as atuais sociedades, estão se construindo em um emaranhado de fatores que as tornam muito complexas, de modo que não seja possível compreendê-la sem compreender suas distintas dimensões.

Além de Morin, outros autores trazem discussões que nos auxiliam a pensar modos de propor a educação nos tempos atuais. Neste âmbito Bacich, Neto e Trevisan (2015) atentam para a ideia de construção da autonomia do aluno como fundamental nesses tempos em que tem acesso à muita informação. Além disso, sugerem alterações na escola, no seu espaço físico, de modo que diferentes ferramentas estejam a seu alcance. Assim, é preciso desenvolver proposições que considerem o acesso às informações a partir de diferentes mídias. Neste contexto, ao professor cabe desenvolver ações que promovam no aluno autonomia na busca pelas

informações, estimulando-os com diferentes modos de processar as informações de maneira que resulte na construção de conhecimento. O desenvolvimento da autonomia está permeado por diferentes ações que começa com a origem da informação, ou seja, a escolha das fontes da informação, a seguir a compreensão desta de modo que seja impulsionadora na construção de conhecimento e, a partir desta se tornar um agente ativo ao longo da sua vida. Nesta autonomia também está incluída a ideia de que a busca por informação é constante na vida, fator que supera a ideia, do senso comum, da escola como lugar de formação temporal e única para a vida das pessoas.

Os autores Ramírez; Girón & Pérez (2017) concordam que a educação, como processo social, abrange diversas dimensões, sendo que algumas delas são institucionalizadas e outras ocorrem no cotidiano, porém, reafirmam que ambas são parte integrante e imprescindível na formação humana. Os autores supracitados apontam para a importância de outras instâncias, para além daquelas reconhecidas como educativas, tais como as escolares. Além destes, autores como Morin (2004) e (2001), Santomé (1998) e Hernandez (1998) e (2000), também defensores de uma educação integrada, auxiliam nas reflexões sobre as contribuições que o estabelecimento de relações entre os saberes e espaços podem proporcionar à educação. Ao proporcionar ações educativas integradas as dificuldades em integrar conteúdos escolares com a sua usabilidade práticas são diminuídas. E assim, pode ser possível pensar em um ser humano crítico e ativo na sua sociedade.

Moran (2015), que também defende uma educação integrada, afirma que nestes tempos atuais se faz necessário o desenvolvimento de processos educativos híbridos, nos quais são mescladas metodologias, espaços, tecnologias, tempos, modalidades, etc.. O autor entende, assim como Ramírez; Girón & Pérez (2017) e Morin (2004) que a educação é uma ação integrada e complexa que requer a manutenção e estabelecimento de relações. Moran (2015) enfatiza a urgência de estabelecer processos híbridos tendo em conta o desenvolvimento tecnológico no qual as sociedades estão

imersas. Para além disso, os processos educativos têm natureza híbrida, a educação é um processo híbrido, tendo em conta que não ocorre apenas na escola nem unicamente na relação professor / aluno. Educar é um processo no qual as pessoas apreendem, compreendem e passam a usar disto para a construção de sua vida, processos que ocorrem na sua vivência, em suas experiências, pelos distintos locais e relações que estabelece. Larossa (2002) nos propõe a pensar a experiência como algo que nos passa, nos acontece e nos toca. Ou seja, algo que nos acontece e traz modificações para nosso ser, configurando processos educativos. Assim, pensar na educação como um processo que ocorre apenas nas instituições legitimadas como educativas torna-se superficial quando se compreende a infinidade de processos que ocorrem nos processos educativos vivenciados pelo ser humano.

Gostaria de tomar como foco desta discussão os espaços educativos. Em nossa cultura, é evidente que a instituição escola tem ganho um espaço privilegiado quando se pensa em educação. Para ampliar esta concepção, busco em Libâneo (2002), Ramírez.; Girón & Pérez (2017), Homs (2001) e Bruno (2014) estudos sobre os processos e os diferentes locais onde a educação ocorre. Tais autores apontam que as práticas educativas estão organizadas em três modalidades: educação formal, não formal e informal, sendo que cada uma delas possui características e espaços próprios. Por educação formal, reconhecem-se as práticas desenvolvidas em espaços formalizados como a escola e universidades, amplamente conhecidas. Práticas não formais são aquelas que ocorrem de modo menos formalizado e são desenvolvidas em instituições culturais como museus, centros de cultura e ciências, ONG, por exemplo. Já as ações informais são aquelas que acontecem em situações de socialização, na família e/ou com os amigos. Mesmo que pareçam categorizados de modos distintos, é importante lembrar que nas pessoas os processos educativos supracitados ocorrem de maneira complementar, ou seja, no decorrer da vida, as pessoas circulam por diferentes locais permeados de processos educativos de distintas modalidades, de modo que estas se mesclam proporcionando processos

híbridos. O conhecimento quando desenvolvido estabelece as relações entre as diferentes situações e experiências que ocorrem nos diferentes espaços pelos quais as pessoas circulam. Desta forma, é reforçada a ideia de Moran (2015), anteriormente citada, de que é importante pensar na educação como um processo integrado, mesmo naquela formalizada.

Reafirmo a intenção de trazer à luz a reflexão sobre a integração de espaços de nossa cultura para pensar a educação na atualidade. Para isso tomo por objeto investigativo a instituição museu, conhecida por sua atuação na educação não formal, vem atuando de maneira mais aproximada às instituições escolares. Compreende-se que as ações educativas desenvolvidas em museus podem potencializar as proposições escolares por meio das experiências com os artefatos culturais que constituem seu acervo. As experiências em museus podem auxiliar a compreender os conteúdos que, deslocados de seu contexto prático, tornam-se abstratos no contexto escolar.

2 Museu, lugar de coisa velha?

Se não bastasse toda história e tradição, os museus carregam também o peso de serem reconhecidos como espaços de coisas velhas. De fato, há muitos objetos de outros tempos presentes nos acervos dos museus, afinal seus acervos é que constituem como tal. Podemos concordar que os museus têm em seu interior muitos objetos antigos, mas associar a concepção de museu à temporalidade das coisas que dele fazem parte pode ser considerado superficial.

As primeiras instituições museais surgiram no século III a.C. e, desde então têm vivenciado diversas mudanças e ganhando características distintas ao longo dos tempos. Sua capacidade de adaptação às mudanças socioculturais, que ocorreram ao longo dos tempos, proporciona vivacidade a esta instituição que carrega séculos de vida. Museu configura uma instituição que se alimenta das culturas passadas e contemporâneas e, com isso, torna-se atemporal e viva. Um lugar onde pulsam os corações de hoje

e de outros tempos, de outras gerações. Por isso, uma olhada rápida sobre alguns momentos caracterizadores do museu nos auxilia a compreender que sua história está em constante construção, o que faz dele um espaço de muita vivacidade e efervescência.

No século 3 a.C. denominava-se Mouseion um espaço também conhecido por “Casa das Musas”. As musas, filhas de Zeus e Mnemósine, eram entidades capazes de proporcionar inspiração artística e científica. O Mouseion caracterizava-se por um espaço de apreciação artística e lugar de reflexão. Ao reportarmos este espaço para os dias atuais podemos compreendê-lo como algo semelhante ao que denominamos por universidade, uma vez que eram compostos por bibliotecas, jardins, espaços de estudo, onde ficavam objetos utilizados para estudo.

O hábito de coletar e guardar objetos exóticos parece ser algo intrínseco ao ser humano, como nos sugere Suano (1986), visto que não se restringiu aos estudiosos. Na era das navegações, século 16, muitos príncipes começaram a desenvolver suas coleções a partir de objetos trazidos de diferentes locais por onde visitavam ou objetos saqueados de locais invadidos ou colonizados. Essas coleções representavam poder e riqueza entre a nobreza da época. Os objetos e, espaços exóticos traziam singularidade e valor às coleções. Com o tempo os tesouros e as suas riquezas que começaram a ser incluídas às coleções que começaram a ganhar construções específicas, anexadas aos castelos, para seu guarda. As coleções, tanto dos príncipes como as dos gabinetes de curiosidade, eram restritas às pessoas de confiança e convidados de seus proprietários. Tal aspecto reforçou à aura de sacralidade advinda desde os mouseions, assim como, a ideia de museu como espaço restrito, que ainda perdura muitas culturas.

A partir do século 17, os museus já mais semelhantes com as características que conhecemos hoje, também chamados de museus modernos, começam a ser organizados a partir de coleções privadas. Tendo como precursor o Ashmolean Museum, aberto até hoje, sua concepção enquanto instituição pública não significou a abertura ao público em geral. Mesmo sendo uma coleção institucionalizada e não uma coleção particular, seu

foco centrava-se no guardo de sua coleção e seu acesso ainda estava restrito à estudiosos e pessoas influentes da sociedade. Apenas no século 19 que as coleções começam a ter suas coleções pensadas como uma exposição a ser apreciada e, com isso, desponta a preocupação de como fazê-lo pensando no público. Desde então, os museus passaram a ser pensados como um lugar estruturado para o visitante e sua compreensão. Ou seja, começou a perceber a sua atuação como pedagógica, mesmo que ainda não fosse seu foco e não assumissem tal dimensão. Sua compreensão e atuação como instituição educativa, tal como compreendemos e como estão desenvolvidas hoje ganham força apenas na segunda metade do século 20, segundo Hein (1998), algo recente frente ao histórico dessa instituição. Contudo, esta dimensão da sua missão ganhou tamanha relevância nos próprios museus que um grande número de instituições possui um setor específico para o desenvolvimento de ações educativas. Este fato tem aumentado suas relações com a educação formal, contudo nota-se que as idas aos museus são esporádicas e, muitas vezes, desconectadas do andamento dos estudos na escola, caracterizando apenas um momento de lazer, mesmo que seja reconhecido como espaço educativo.

O museu moderno, considerado pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), uma “instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite”, vem ganhando, cada vez mais, reconhecimento com contexto educativo, seja sob a forma de investigação, pela sua integração com a educação formal, ou ainda, pelo seu potencial para a educação ao longo da vida.

3 Museus em tempos de internet

A virada para o século 21 veio carregada de mudanças nas sociedades, entre elas, considera-se o advento das tecnologias digitais da informação e

comunicação como um movimento que trouxe mudanças irreversíveis para nossa cultura. Tal como, os modos de comunicação nas sociedades, influenciados por estas mudanças, alteraram significativamente a vida das pessoas. Neste âmbito a internet tornou-se o grande veículo disseminador das informações, um meio de comunicação que possibilitou ampliar a relação entre as pessoas e entre estas com instituições quaisquer. No contexto museal, as instituições passaram a fazer uso da internet, contudo ainda mantém seu reconhecimento por seus espaços físicos. A integração dos museus à internet foi acontecendo aos poucos e, por isso, tem-se desde os anos finais do século 20 vários autores debatendo sobre este tema.

Em 1996, Maria Piacente, apresenta estudo no qual faz um levantamento das páginas de museus disponíveis na internet e, a partir disto, estabelece alguns tipos de páginas, são elas: *Folheto eletrônico* caracteriza-se por ser uma página informativa, onde estão disponibilizados dados sobre endereço, contato, funcionamento, etc.; *Museu no mundo virtual*, página na qual constam informações, sobre dados mais específicos sobre o acervo e até pode incluir visitas virtuais ao acervo ou exposições, sendo assim um espaço físico projetado no contexto virtual; e ainda, *Museus realmente interativos*, são aqueles que se caracterizam por motivar a interação com o expectador e podem ser espaços essencialmente virtuais ou terem uma relação com uma instituição física. O levantamento trazido por Piacente nos elucidada na medida em que aponta os modos como as instituições museais buscaram adaptar-se ao contexto virtual que estava despontando.

Na mesma época, Ray Ascot faz também um levantamento dos museus na internet e os sistematiza em três tipos de museus: *primeiro tipo* são aqueles que constituem páginas de museus físicos; *segundo tipo* constituem espaços que apresentam produções criadas sem pigmentos; e, por *terceiro tipo* caracterizam-se aqueles espaços nos quais existem produções criadas para o contexto virtual e que exigem a interação do expectador. Nesta sistematização o autor busca estabelecer relações com o

tipo de acervo, seu modo de produção, para definir categorias de páginas de museus na internet.

Lucia Loureiro, em 2003, segue esta temática, contudo, tendo em vista a passagem de alguns anos o movimento dos museus na internet já somava algum tempo. Assim, a autora toma por foco apenas aqueles espaços que não possuem relação com instituição física e, dentre essas também estabelece dois grupos distintos: um deles apresenta em seu acervo reproduções digitais de obras, e outro com acervo cujas produções são resultantes de processos sintéticos, totalmente digital. Loureiro, aponta em sua discussão a questão do acervo, essencial no contexto museal. A proposta de Loureiro estabelece uma relação com a de Ascot, uma vez que evidencia os modos de produção, em especial aqueles em que os processos digitais estão envolvidos, como fator para sua categorização.

Essas discussões, apresentadas acima, são uma pincelada sobre os debates motivados pela inserção das instituições museais no contexto da internet e auxiliam na compreensão sobre o modo como as instituições estão encontrando para se organizar no contexto virtual. Vale dizer que as discussões sobre esse tema não encerram por aqui, temática que envolve denominação destas instituições museais, frente às características descritas acima, ainda está em pleno andamento. A criação de páginas na internet de instituições museais suscitou o debate sobre sua denominação, seriam estes espaços museus virtuais, museus digitais, cibermuseus, museus online, entre outros.

Definitivamente, entre os termos utilizados, o termo museu virtual tem ganhado mais representatividade. Contudo tal expressão ainda faz parte de debates e busca por uma definição, visto que algumas fronteiras bastante evidentes no contexto real, tornam-se diluídas quando transpostas ao contexto virtual. Tomemos aqui o exemplo entre museus, bibliotecas e arquivos, todos possuem em comum a função de guarda e um acervo, porém a forma de acesso do visitante ao seu acervo é distinto e, muitas vezes, o objetivo com o qual busca o acervo também se difere. Quando transpostos para o contexto virtual, sua função de guarda

permanece, contudo o modo de acesso se assemelha e, ainda a disponibilidade do acervo é bastante maior. Para além disso, ainda existe a questão relacionada aos objetos originalmente digitais e aqueles que foram digitalizados. Neste contexto, Schweibenz (1998) atenta que seria mais adequado o uso da terminologia museu virtual àqueles cujos objetos de coleção são originalmente digitais, oriundo de mídias variadas e estão disponíveis ao público a partir de diferentes pontos.

Santos e Lima (2014) apontam a nomenclatura *Webmuseu* e o definem como um “espaço virtual, dinâmico e interativo sem fins lucrativos, que funciona sem barreira de tempo e de espaço geográfico e que reúne, expõe e divulga simulacros (reprodução) de obras de arte atualizadas, obras de arte originárias de processos orgânicos ou criadas por *softwares* de criação de imagens e que se utiliza de ferramentas audiovisuais (imagem, som, vídeo) e da comunicação em rede para possibilitar o acesso à contemplação, ao conhecimento e ao entretenimento, destinado a um grande número de pessoas usuárias em posse de um dispositivo eletrônico, conectado à rede Internet” (p.66).

A inserção dos museus no contexto virtual ainda requer debates visto que não se basta pela criação de páginas. Suas características adquiriram outras formas e sua acessibilidade ganhou uma dimensão sem medida, sendo possível acessar objetos de acervos de locais antes não imaginados. Com esta ação a democratização do acesso à informação torna-se muito maior. E, a possibilidade de pensar nas relações entre a instituição museu e público ganham novas possibilidades, fatos não comentados pelos autores supracitados. Lévy (1999) alerta, ainda em finais dos anos 1990, que mesmo com o aumento da presença dos museus na internet, estes ainda não têm explorado suas potencialidades neste contexto. Acredita-se que as relações entre museus e web tenham mudado bastante nos últimos anos, frente às mudanças motadas nas sociedades. Entende-se assim, que a inserção dos museus no contexto virtual pode ser a chave para abrandar necessidades advindas do contexto físico, uma vez que pode possibilitar

acesso àqueles que estão distantes e, com isso, pode potencializar as ações desenvolvidas pela instituição, a exemplo disso estão as ações educativas.

4 Museus e tecnologias educativas

Tomando os museus como um local educativo, potencial promotor de experiências, somando a isto o aumento de páginas de museus desenvolvidas na internet, estas instituições têm a possibilidade de ampliar o alcance de suas ações, e, por consequência, suas práticas educativas. Pensar na ampliação das ações por meio de seus espaços virtuais estabelece uma relação com as ações de educação a distância, amplamente alargadas com o advento da internet. Com a integração entre museus e as TDIC suas características adquiriram outras formas e sua acessibilidade ganhou uma dimensão imensa, possibilitando conhecer objetos que compõe acervos distantes. Com esta ação a acessibilidade à informação torna-se muito maior, e as possibilidades de relações entre a instituição museu e educação formal ganham outra dimensão. Como já citado, Lévy, em 1999, alegava que os museus não vinham explorado suas potencialidades no contexto virtual. De um modo geral percebe-se que muitas instituições têm privilegiado suas ações educativas alicerçadas em seu espaço físico, com proposições face-a-face com seu público. Talvez o reconhecimento dos processos educativos mediados pela internet ainda estejam em processo de aceitação por aqueles que têm impregnado em si a ideia de que educação ocorre no espaço escolar e com o auxílio do professor. Compreender que os processos ocorrem em diferentes lugares e tempos amplia esta noção e possibilita a reflexão àqueles que por vezes estão á frente de instituições, tais como museus.

Este cenário nos instiga pensar como as possibilidades tecnológicas despontadas nos últimos anos têm alterado o modo de desenvolvimento de suas ações educativas. De que maneira o advento das TDIC tem modificado as ações em espaços culturais? Entende-se que tais proposições necessitam de observação e análise a fim de compreender de que maneira

as instituições culturais tem desenvolvido suas ações educativas a partir de sua integração com as TDIC. Que mudanças vêm ocorrendo? Que estratégias as instituições têm adotado neste cenário social no qual estão inseridas? Quais suas características e seu alcance? Qual o público a quem as propostas têm sido destinadas e qual é o público usuário delas? Por fim, nos intriga compreender como as instituições têm desenvolvido ações que proporcionam experiências à seu público através de suas páginas na internet, em especial no que concerne as ações denominadas como educativas.

5 Museus brasileiros de arte e suas ações na internet

Tendo em conta que as práticas comunicacionais têm se alterado significativamente nas culturas, nos últimos anos, e que neles estão imbricados os processos pedagógicos. E, ainda, considerando que os museus têm, cada vez mais dedicando atenção especial à suas ações educativas, considerando-as como ações de educação ao longo da vida. considera-se pertinente tomar conhecimento sobre o andamento das ações educativas em museus realizadas com o uso da internet. Assim, com o objetivo de compreender de que modo as instituições museais tem tentado desenvolver propostas educativas com o uso de seus espaços virtuais, realizou-se um estudo em websites de museus de arte brasileiros.

Este estudo iniciou-se com a busca por instituições realizada junto ao IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. Criado em 2009, este órgão é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do contexto dos museus, como o “aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros” (extraído de <http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/o-ibram/> em 07mar2019).

A partir da visitação à página do IBRAM na web, teve-se acesso ao Museusbr que constitui um “sistema nacional de identificação de museus e plataforma para mapeamento colaborativo, gestão e compartilhamento

de informações sobre os museus brasileiros” (extraído de <http://renim.museus.gov.br/museusbr/> em 07mar2019). Vale atentar que a plataforma faz uso de *software* livre, propõe a colaboração, a descentralização, o uso de dados abertos e a transparência e está disponível neste endereço <http://museus.cultura.gov.br/>.

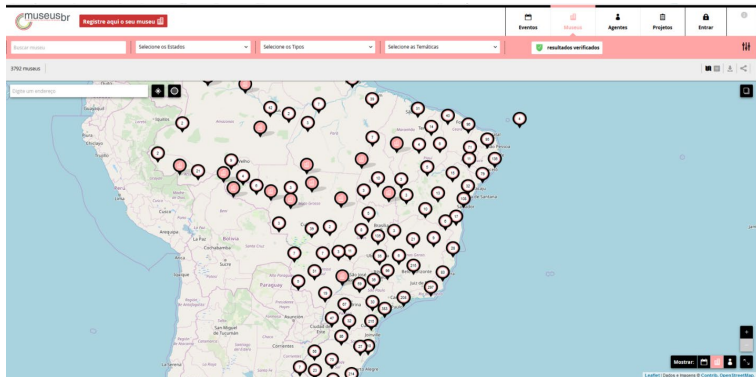


Imagem 1 – Página do sistema MuseusBR

Fonte: extraída de <http://renim.museus.gov.br/museusbr/> em 07mar2019

O MuseusBR possuía 3789 instituições cadastradas na data de observação, contudo, é válido lembrar que este número pode ser alterado a qualquer momento, na medida em que outras instituições insiram seus dados no sistema. A interface do sistema permite realizar buscas por instituições por meio de três alternativas de filtro: por estado brasileiro (cada um dos 26 estados e mais um Distrito Federal); por tipologia (Tradicional/Clássico - Virtual - Museu de território/Ecomuseu - Unidade de conservação da natureza - Jardim zoológico, botânico, herbário, oceanário ou planetário); e, por temática (Artes, arquitetura e linguística - Antropologia e arqueologia - Ciências exatas, da terra, biológicas e da saúde - História - Educação, esporte e lazer - Meios de comunicação e transporte - Produção de bens e serviços - Defesa e segurança pública).

5.1 Dados da observação

Para esta observação optou-se por fazer um recorte dentre os 3789 museus elencados, tomando por objeto de estudo apenas aquelas instituições relacionadas na temática “Artes, arquitetura e linguística”. Sob este filtro, foram listadas 256 instituições. Dentre as quais se constatou:

- 83 instituições sem website;
- 03 instituições que apenas possuem endereço em redes sociais;
- 169 instituições possuem endereço de website.

Entre os 169 endereços de websites de instituições museais brasileiras de arte que foram acessados, observou-se que:

- 03 instituições estavam com seus websites indisponíveis por motivo de desenvolvimento/manutenção;
- 33 endereços que não abriram;
- 40 páginas correspondiam a páginas institucionais de mantenedoras;
- 94 sites apresentaram informações sobre educação.

Tendo em vista o objetivo deste estudo, que foi o de observar de que modo as instituições museais vêm desenvolvendo ações educativas em seus espaços na web foram observados mais atentamente as páginas dos 94 sites de instituições museais.

Ao serem acessadas, constatou-se:

- 49 websites não especificavam informações sobre suas ações educativas
- 37 websites apresentavam informações sobre ações realizadas no espaço físico do museu
- 08 websites apresentaram algum tipo de recurso educativo disponível online.

Atenta-se que destes 08 websites, dois links encaminhavam para o mesmo endereço, finalizando, assim, em 07 instituições distintas. Uma observação que chama atenção é o fato de que das sete instituições, duas delas estão localizadas no Rio Grande do Sul, região sul do Brasil, uma delas em Minas Gerais e as outras quatro em São Paulo, estes dois últimos

estados localizados na região sudeste do Brasil. Além disso, duas instituições são de natureza privada e cinco delas de natureza pública, ou seja, mantidas por instâncias governamentais.

A seguir serão descritas com detalhamento os recursos pedagógicos disponíveis nos websites observados.

Website A

Apresenta um *link* específico, em seu menu principal, para suas ações educativas, onde estão elencadas várias atividades, em sua maioria realizadas no espaço físico do museu. Porém, duas ações se destacam: Material de apoio didático em formato PDF, desenvolvido para professores, composto de 50 fichas, cada uma delas apresenta uma imagem de uma obra do acervo do museu e sugestões de propostas que o professor pode desenvolver com seus alunos; Jogo a ser realizado online e que relaciona questões teóricas de história da arte com obras do acervo do museu.

Website B

Apresenta um *link* denominado núcleo pedagógico no qual disponibiliza material pedagógico para download em formato PDF. O material disponibilizado consiste em um jogo com cartas, pranchas (páginas na qual são dispostas imagens de obras de arte ou de acervos de museus com finalidades pedagógicas) com imagens de obras do acervo do museu e um guia com sugestões de utilização do material.

Website C

No item educação do menu principal do *site* da instituição há diversas informações sobre as atividades educativas realizadas no espaço físico da instituição. Além disso, há um material disponibilizado para *download*, em formato PDF, que apresenta imagens de obras de arte, informações sobre elas e sugestões de proposições a partir destas imagens e materiais complementares para professores e estudantes.

Website D

O site possui em seu menu principal um *link* denominado educativo e nele estão disponibilizados dois jogos para serem jogados on-line. Um deles é um *quiz* e o outro um *puzzle*, contudo apenas este último estava em funcionamento.

Website E

Assim como outras instituições, o website desta também possui em seu menu um *link* denominado educativo no qual disponibiliza, de modo enunciado, um material de apoio ao professor para download em formato PDF. Neste material estão

dispostas 03 sugestões de propostas de trabalho que o professor pode realizar com seus alunos.

Website F

Esta instituição disponibiliza em seu *link* educativo 06 arquivos em formato PDF para *download*. Tais materiais fazem referência às exposições realizadas na instituição e foram desenvolvidos para visitantes escolares.

Website G

Esta instituição apresenta um *link* denominado educação no qual apresenta suas atividades que ocorrem no espaço físico, orientações para professores sobre os programas de formação e visitação, textos de referência produzidos pela equipe da instituição que abordam diversos temas relacionados à museus e um material de apoio didático, também distribuídos para aqueles que participam de formação, para *download*, em formato PDF, e, ainda apresenta jogos disponíveis para serem jogados on-line, contudo estes não funcionaram.

Esta observação, mesmo que breve, possibilitou-nos ter uma dimensão, de como os museus de arte brasileiros estão utilizando a web para fins educativos. Quase 33% não possuem sequer uma página na web e das 169 instituições que apresentaram ter endereço na web, 45% delas apresentou alguma inviabilidade, seja a de não funcionar ou não ser um site específico da instituição.

Assim, das 256 instituições filtradas no MuseusBR, 36% possuem website no qual apontam ações educativas, mesmo que dentre elas estejam aquelas realizadas no espaço físico, que no caso desta observação não estava contemplada. E, do total das instituições, apenas 3% delas apresentou algum tipo de recurso *online*. Fato que mostra a demora com a qual as instituições têm conduzido suas ações educativas no contexto da web. Fato interessante e preocupante diante do fato de que a educação a distância mediada pela web, que poderia dar subsídios para suas ações, já completou duas décadas. Além disso, a integração das tecnologias digitais, mesmo que a passos lentos, vem sendo integrada à educação formal, contudo, nos espaços culturais ainda carece de investigação.

Com relação aos recursos observados, nota-se uma preocupação na maioria das instituições com o público escolar. Dos 7 websites observados, 5 deles apresenta material para professores, lembrando que tais materiais estão disponíveis para download em formato PDF. Interessante atentar para o fato de que dentre as 7 instituições, apenas 3 delas apresentou a opção de atividades lúdicas on-line. Fazendo uma relação com o número total das instituições listadas temos a equivalência de 1,3%. Essas observações nos apontam a necessidade urgente de investigar o desenvolvimento de situações de aprendizagem para serem realizadas pelas instituições museais na web.

6 Pensações que seguem

O advento das tecnologias digitais da informação e da comunicação e suas relações com a educação já contabiliza mais de duas décadas. Os debates e investigações sobre este assunto também têm se apresentado no topo de lista de assuntos urgentes há anos. Nos debates sobre educação, estão evidentes a compreensão acerca da necessidade de ampliar as práticas pedagógicas para além das tradicionais. Moran, assim como outros autores supracitados, nos chama a atenção para um processo de hibridação de métodos, espaços e tecnologias como sendo uma possibilidade para uma educação mais contextualizada neste mundo complexo em que vivemos. Contudo, as instituições educativas ainda andam a passos lentos nessa mudança.

Neste estudo, que buscou compreender de que maneira as instituições museais de arte brasileiras vêm integrando a internet em suas ações educativas, os números não se apresentaram muito animadores. Evidentemente que o recorte de buscar instituições a partir do cadastro realizado por uma instância governamental e, dentre estes apenas uma tipologia de museus reduziu o número de instituições observadas. Além disso, não se têm conhecimento acerca da atualização de dados no cadastro, talvez uma informação desatualizada tenha apresentado um grande número de

instituições sem endereço na internet. Contudo, o que mais surpreendeu foi o fato de que, mesmo com um número significativo de endereços, mesmo que as práticas educativas mediadas pela internet estejam sendo desenvolvidas e reconhecidas pelas instâncias formais como possíveis, as tecnologias educativas não têm sido utilizadas para pensar proposições em espaços virtuais de museus. Fato que reafirma a discussão de Lévy (1999) ao dizer que os museus não têm utilizado as potencialidades que a internet pode oferecer. Assim, fica em aberto a discussão sobre o uso pedagógico da internet por instituições museais, apontando como um potencial campo de investigação.

Referências

- ASCOTT, R. The museum of the third kind. In **Intercommunication**, Tokyo, n. 15. 1196 Disponível em http://www.ntticc.or.jp/pub/ic_mag/ico15/ascott/ascott_e.html. Acesso em 18maio2017.
- BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F de M. **Ensino híbrido: personalização na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.
- HEIN, GEORGE E. **Learning in the museum**. Abingdon: Routledge, 1998.
- HENRIQUES, ROSALI. **Museus virtuais e cibermuseus: a internet e os museus**. 2004. Disponível em http://www.museudapessoa.net/public/editor/museus_virtuais_e_cibermuseus_-_a_internet_e_os_museus.pdf. Acesso em 23mar2017.
- IBRAM** – Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em <http://www.museus.gov.br/>. Acesso em 07mar2019.
- LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. In **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, jan./fev./mar./abr. 2002, n. 19, p. 20-28. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>.
- LÉVY, P. **O que é virtual?**. São Paulo: Editora 34, 1996
- Lewis, G. **The history of museums**. 2000. Disponível em <https://global.britanica.com/topic/history-of-museums-398827>. Acesso em 17mar2017.

- LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. São Paulo: Cortez, 2002.
- Liu, H. **The educational role of virtual art museums**. 2006. Disponível em http://web2.nmns.edu.tw/PubLib/Library/quarterly/200601_55.pdf. Acesso em 25fev2019.
- LOUREIRO, M. L. de N. **Museus de arte no ciberespaço: uma abordagem conceitual**. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2003.
- MARANDINO, M. **Educação em museus: mediação em foco**. São Paulo, FEUSP, 2008.
- MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo: Papirus, 2012.
- MORAN, J. **Educação híbrida: um conceito-chave para a educação, hoje**. In Bacich, L.; Neto, A. T.; Trevisani, F de M. Ensino híbrido: personalização na educação. Porto Alegre: Penso, 2015. (p.103 – 120)
- MOREIRA, J. A.; BARROS, D. M.; MONTEIRO, A. **Educação a distancia e eLearning na web social**. Santo Tirso: Whitebooks, 2014.
- MOREIRA, J. A.; MONTEIRO, A. **Ensinar e aprender online com tecnologias digitais**. Porto: Porto editora, 2012.
- MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma/reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MuseusBR**. Disponível em <http://museus.cultura.gov.br/>. Acesso em 19fev 2019.
- RAMÍREZ, S. A.; GIRÓN, V. M. C. & PÉREZ, A, M, R. La educacion no formal y el papel de las TIC. In SEVILLA, H. & LUNA, F. T. M. **Educar em La era digital**. Editora pandora, México, 2017.
- SANCHO, J. M.; HERNÁNDEZ, F. **Tecnologias para transformar a educação**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- SANTOS, G. S. Espaços de aprendizagem. In Bacich, L.; Neto, A. T.; Trevisani, F de M. **Ensino híbrido: personalização na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015. pp. 103 – 120

SANTOS, P.; LIMA, F. **Museus e suas tipologias**: o webmuseu em destaque. 2014. Disponível em <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/16244/11491>. Acesso em 18maio2017.

SCHWEIBENZ, W. **The “virtual museum”**: new perspectives for museums to present objects and information using the Internet as a knowledge base and communication system. 1998. Disponível em http://www.informationswissenschaft.org/wp-content/uploads/isi/isi1998/14_isi-98-dv-schweibenz-saarbruecken.pdf. Acesso em 18maio2017.

SUANO, M. **O que é museu**, São Paulo: Brasiliense, 1986.

Capítulo 4

Pesquisa e investigação: o impacto das tecnologias nos processos de formação pós-Bolonha

*Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior*¹

1. Introdução

A pesquisa/investigação é elemento inerente ao fazer docente. Todo professor, de forma ampla, pesquisa. Mas mudanças curriculares, bem como as tecnologias emergentes, podem ter impactos nas formas como a pesquisa pode ocorrer (ALVES; SILVA; SILVA, 2017; BATISTA; MACIEL, 2018; MELO, 2017; MOIO; ALCOFORADO; VIEIRA, 2017; MOTA; FERREIRA, 2017; NUNES; PORTO JUNIOR.; MORAES, 2017; PÔRTO JUNIOR, 2012; PORTO JUNIOR; MORAES, 2017; PORTO JUNIOR, 2015; PINHO, M. 2017; REIS, 2017; TEIXEIRA; DA SILVA; MARTINS, 2017).

Outro elemento importante é como as instituições e seus a(u)tores apropriaram-se das tecnologias, agregando-as direta ou indiretamente em suas práticas de investigação e no ensino, visto que essas modificações tendem a melhorar as práticas pedagógico-formativas gerais do que era exercitado em sala de aula.

Nesse capítulo, vemos a percepção de formadores sobre esse percurso em suas instituições e cursos.

¹ Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas (FACOM-UFBA). Mestre em Educação (PPGE-UnB). Graduado em Comunicação Social/Jornalismo (CEULP-ULBRA) e Pedagogia (FE-UnB) e Professor do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: gilsonportouft@gmail.com.

2. Detalhamento do corpus e dos procedimentos de pesquisa

A pesquisa relatada neste artigo é de cunho qualitativo e interpretativo. A análise efetuada neste trabalho teve como objeto compreender os processos e a avaliação que professores-gestores fazem dos impactos de Bolonha nas competências formativas, quer na relação com as disciplinas, com outros docentes, quer com discentes e/ou universidades e até com o mercado de trabalho do egresso em Comunicação Social e Jornalismo. Foram quatro universidades portuguesas pesquisadas, a saber: Universidade da Beira Interior, Universidade do Minho, Universidade do Porto e a Universidade Fernando Pessoa (PÔRTO JÚNIOR, 2012). Selecionaram-se as universidades que possuíam turmas nos três ciclos (Licenciatura - 1º ciclo, Mestrado - 2º ciclo e Doutorado - 3º ciclo) adequadas (ou em processo final) à Bolonha, *expertise* na implantação das mudanças e que fossem representativas dos modelos portugueses de gestão universitária (pública, mista e particular).

Cada instituição de ensino superior foi tratada sob a óptica de um estudo de caso para compreensão situacional. A opção pelo estudo de caso deu-se devido à contribuição desse método para a compreensão dos fenômenos individuais, grupais e organizacionais, sociais e políticos (YIN, 2010; DUARTE, 2005a). Com isso em mente, optou-se, nesta pesquisa, mesmo tratando cada universidade como “um caso”, com suas especificidades e seus momentos, tratá-las de forma integrada e holística em suas características no momento de apresentar os resultados.

Decidiu-se por utilizar a entrevista semiaberta, com perguntas abertas, em que cada informante tinha liberdade de desenvolver suas ideias e percepções a partir de questões de norteamento (DUARTE, 2005b). Foram entrevistados, em cada instituição universitária, professores-gestores (coordenadores de cursos de graduação/licenciatura, coordenadores de programas de mestrado e doutorado, diretores de cursos/faculdades, Pró-Reitores) que participaram ativamente nas diversas fases de implantação e implementação do Processo de Bolonha desde 1999 até 2012. Aplicou-se

um instrumento de coleta de informações, percepções e experiências do informante, nomeado “roteiro de entrevista” que foi dividido em três blocos: Bloco 1 – dinâmica de transformação das estratégias de formação acadêmica; Bloco 2 – processos formativos; e Bloco 3 – impacto dos processos macro de ajustes educacionais/jurídicos. Os dois primeiros blocos foram constituídos de três perguntas cada e o último de duas perguntas. Os blocos foram separados propositalmente de acordo com os objetivos de pesquisa, visando a facilitar ao pesquisador o processo de organização e compreensão das diversas falas e percepções (MARTINS; THEÓPHILO, 2007; DUARTE, 2005b).

As hipóteses de pesquisa foram testadas na medida em que se realizaram as entrevistas e colheram-se as falas dos atores formadores, que são também, nesse processo, “autores-criadores” de novas práticas formativas. Daí a opção de entendê-los como “a(u)tores”, já que, mesmo sendo “criadores” de um novo fazer formativo-pedagógico, alguns não se compreendiam plenamente nesse papel.

A percepção dos a(u)tores sobre esse movimento ajuda a vislumbrar elementos constitutivos dos processos envolvidos nas mudanças curriculares. Optou-se por apresentar a fala² dos sujeitos “a(u)tores” sobre cada tema entrecruzado das referidas análises. Com isso, procura-se compreender como a “[...] realidade [...] revela tudo que os afasta” das mudanças formativas essenciais no âmbito de Bolonha (WOLTON, 2004, p. 37). Longe de objetivarem a exaustão, tais falas são indicativas de possibilidades que permearam as percepções dos entrevistados, servindo de exemplificações dos questionamentos ora apresentados. Para tanto, resguarda-se a identidade dessas universidades, apontando cada uma delas com as letras “A” a “D”, e os a(u)tores por letras, optando-se por manter a titulação e indicação de atividades desenvolvidas durante o processo de implantação de Bolonha.

² Optou-se por manter as falas dos autores no português com as variantes existentes em Portugal. Dessa forma, algumas construções não seguem a norma gramatical praticada atualmente, além de conter os próprios vícios de linguagem dos entrevistados. Interpolações são incluídas para dar sentido a algumas palavras. Elas são marcadas com colchetes ([]).

3. Resultados e discussão

Nessa pesquisa, indagou-se aos a(u)tores suas percepções sobre as mudanças ocasionadas nas práticas de pesquisa/investigação em face das tecnologias emergentes. O foco foi a compreensão dos processos formativos praticados por cada uma das instituições de ensino superior estudadas e seus a(u)tores. Isso se dá porque cada uma das instituições e seus a(u)tores apropriaram-se das tecnologias, agregando-as direta ou indiretamente em suas práticas de investigação e no ensino. Essas modificações tenderam a melhorar as práticas pedagógico-formativas gerais do que era exercitado em sala de aula.

A prof.^a Dr.^a A, da Universidade A, lembrando as mudanças ocasionadas pelas tecnologias, indica que “[...] sou licenciada em filosofia, fui jornalista desde muito[s] anos, comecei a fazer notícia, sei fazê-la e sei ensinar a fazer. E que impacto é que as tecnologias tiveram na minha atividade de pesquisa? Tiveram um impacto enorme, sobretudo na pesquisa bibliográfica e do acesso aos materiais bibliográficos. Por exemplo, poder importar livros diretamente [de] todo mundo, poder ter a base de dados, poder fazer pesquisa em fóruns, poder comunicar[-se] com colegas da mesma área que estão a pesquisar assuntos que me interessam a partir das tecnologias digitais. No entanto é uma experiência restrita a partir do que as tecnologias permitiriam, porque, na verdade, o meu trabalho de investigação e pesquisa é tradicional, que[r] dizer, um monge do século XII fazia a mesma coisa, lia um livro e depois escrevi[a] um artigo. Mas as tecnologias tiveram um impacto brutal, porque há quinze anos não se conseguia comprar um livro na (cidade), porque na livraria [...] [existia] coisa pouca. Se quisesse um livro mais especial, tinha que ir até Lisboa para buscá-lo. Portanto, não [havia] grandes bases da área [...]. No entanto foi sobretudo nesta medida que as tecnologias tiveram um impacto na minha atividade de investigação [...]”

Na visão da a(u)tora, o impacto das tecnologias em suas práticas de pesquisa/investigação concentrou-se na pesquisa bibliográfica e do acesso

aos materiais bibliográficos. Antes das tecnologias, a procura e o acesso a novos títulos eram uma tarefa árdua e muitas vezes sem resultados, que repercutia, é claro, nas salas de aula e nas discussões efetivadas. Com a internet e a *web* nascedoura, a prof.^a Dr.^a A experimentou algo novo e impactante: acesso a títulos de todo o mundo, à base de dados, a fóruns, à comunicação em tempo real, entre outras possibilidades. Esse novo universo informacional permitiu à a(u)tora experimentar novas práticas de investigação/pesquisa, agora mediadas pelas tecnologias emergentes. Com isso, ela ressignificou inclusive a prática docente, mesmo que as disciplinas e o fazer produtivo (produção de artigos), nesse primeiro momento, parecessem ser os mesmos.

Já para o prof. Dr. B, “[...] Houve alguma modificação, porque, com o aparecimento do LabCom, podemos até recuar à origem do curso. Formou-se, como eu disse, o Departamento de Sociologia e Comunicação e, portanto, tem essa base mais sociológica. A partir de um determinado momento, nós percebemos que deveríamos encontrar aqui um fator de diferenciação, não poderíamos lutar contra as faculdades mais antigas e mais tradicionais, que já tinham campos de investigação perfeitamente no mercado. E tínhamos que encontrar aqui uma forma, ou de fazer diferente o que eles já faziam, ou fazer uma coisa completamente nova. Desde o início, nós apostamos numa investigação mais ligada a esta linha do digital. Por isso o LabCom está fundamentalmente ligado em tudo o que é digital, desde o jornalismo digital, a retórica digital, a ética no digital, a persuasão pelos meios digitais, toda a nossa investigação está muito virada para o campo digital. Foi uma opção quase do início, portanto, não podemos dizer aqui que houve uma mudança, houve nos primeiros anos, que o objetivo foi estabilizar o curso que andávamos à procura p[a]ra ver qual seria o modelo. A partir do momento que esse modelo de ensino está preparado, damos um salto para a investigação que se fazia de forma individual, não podemos olhar p[a]ra ela da mesma forma que olhamos agora, porque cada professor fazia aquilo que era sua área de interesse. A partir do momento que aparece o LabCom, passamos a ter um objetivo comum e,

portanto, não houve mudança, houve sim, desde [o] início, uma aposta no digital, nas suas várias vertentes. É isso que aliás mantemos até hoje e, portanto, eu não diria que houve mudança”.

Na fala do prof. Dr. B, encontra-se o marco na construção da perspectiva de investigação ligada às tecnologias na UBI. Trata-se do aparecimento do LabCom³. É a partir da organização desse laboratório que parece haver a própria constituição do pensamento digital no curso de Comunicação da Universidade B. O a(u)tor indica que esse é o elemento chave, é o “[...] fator de diferenciação”, em que os pesquisadores da UBI ligados à Comunicação/Jornalismo percebem que “[...] não poderiam lutar contra as faculdades mais antigas e mais tradicionais”. O prof. Dr. B recorda que havia dois caminhos claros: “[...] ou de fazer diferente o que eles já faziam, ou fazer uma coisa completamente nova”. A opção está clara na fala: houve a constituição de uma nova relação com o digital, que envolveu também as práticas de pesquisa e de ensino, imbricadas no digital.

Na Universidade B, segundo a prof.^a Dr.^a C, as práticas de pesquisa/investigação foram afetadas pelas tecnologias que emergiam: “[...] Em termos de disponibilização do autoponto da investigação, acho que há uma grande diferença e no bom sentido. O fato de agora termos tudo que é [...] da investigação, relatórios, textos e etc., tudo *on-line*, seja no escritório, seja no próprio *site* do centro de investigação. Disponibilizar via *on-line* faz com que os alunos mais facilmente possam ter acesso à [...] investigação. Por esta via sim, mesmo porque, vamos supor, el[e]s têm que fazer um trabalho, fazem pesquisa *on-line* ou acabam por vir ao escritório da universidade, acabam por usar [as tecnologias] como fonte trabalho de investigação [...]”.

A prof.^a Dr.^a C indica, em sua fala, que as práticas de investigação foram potencializadas pelas tecnologias que emergiam. De fato, a

³ O Laboratório de Comunicação *On-line* (LabCom) foi criado em 2002, é uma unidade de pesquisa ligada à Faculdade de Letras da Universidade da Beira Interior. Também tem apoio do Ministério Português da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O LabCom é um espaço múltiplo que envolve ensino (primeiro, segundo e terceiro ciclos) e investigação/pesquisa. Possui quatro bibliotecas *on-line* (BOCC – Ciências da Comunicação; BOAL – Literatura e Áudio; Lusosofia – Filosofia; e BOND – *Design*); três revistas *on-line* (Estudos de Comunicação, Cinema e Documentário e Revista *Rhétorikê*); e uma editora *on-line* (Livros Labcom).

disponibilidade que a internet e a *web* potencializaram transformou as relações com a pesquisa, tornando-a mais ubíqua. É a possibilidade de disponibilizar as informações em todo espaço e ao mesmo tempo, amplificando novas relações de ensino e fortalecendo a formação. A fala da a(u)tora permite vislumbrar as diferenças e os impactos na formação, mesmo não explícitos, já que novos hábitos de investigar passaram a ser utilizados. Esses hábitos incluíram, segundo a prof.^a Dr.^a C, a percepção da disponibilidade da informação, como indicamos, em qualquer tempo e/ou espaço.

Já para o Prof. Dr. D, os impactos foram em outro nível, mais concentrados na forma, já que, na Universidade B, “[...] a nossa componente de investigação aqui é muito forte, é um curso que tem [...] o centro mais bem avaliado do país, é o único que tem excelente na avaliação externa feita pela Fundação para Ciência e Tecnologia. E, olhando retrospectivamente, tenho responsabilidade nisso, porque sou o diretor do Centro de Investigação. Eu diria que o que acontece é que nós escrevemos as transformações no campo jornalístico numa das vertentes da investigação, [...] mas as tecnologias foram um dos territórios objeto da investigação, mas não [...] por causa das tecnologias, não posso dizer isso. Talvez tenha mudado do ponto de vista técnico da execução da investigação. Por exemplo, temos um servidor que permite fazer inquéritos geridos desde a sua formulação, seu lançamento e o tratamento dos dados, tod[os] automátic[os]. Mas não considero que isso altere o modo de fazer a investigação, eu diria que foi ao nível da técnica e ao nível do objeto, fazendo da própria tecnologia um objeto de investigação”.

É interessante notar que, na percepção do a(u)tor, o impacto das tecnologias nas práticas de investigação ficou mesmo no campo dela como objeto de pesquisa. Para prof.^a Dr.^a C, o curso de Comunicação da Universidade B já tinha a componente curricular investigação fortemente presente nas práticas pedagógico-formativas bem antes do aparecimento das tecnologias. Mas, com as tecnologias que surgiam, as relações foram potencializadas no que ele chamou de “[...] nível da técnica e ao nível do objeto”. Isto é, os

processos de investigação/pesquisa se beneficiaram com os recursos que passaram a ser disponibilizados. No âmbito da própria investigação, a tecnologia também passou a ser um objeto importante de pesquisa.

Reforçando esses impactos sentidos pelos prof.^a Dr.^a C e prof. Dr. D, a prof.^a Dr.^a E indica que a mudança nas práticas de pesquisa/investigação foi grande, principalmente no acesso ao “[...] volume de informação que nós temos [...] hoje em dia p[a]ra contactar fontes e p[a]ra perceber o mais, os vários ângulos das questões, cada um está a investigar por aí [a]fora. Por outro lado, às vezes, é avassalador, porque tem uma quantidade enorme de informação que nos sentimos na obrigação de ver e utilizar nem que seja p[a]ra depois passar [para o] outro lado, mas esse ponto de vista, eu acho particularmente, ao nível da pesquisa. E há um outro campo que acho [que] poderíamos caminhar para que seja mais bem aproveitado, [...] que é um nível da própria publicação dos dados, [...] vou dar um exemplo que eu tentei fazer uma coisa que não vai p[a]ra frente, porque eu criei um *blog* que seria de apoio à minha tese, em que eu iria dar os resultados e pôr opiniões, que é uma coisa que há anos atrás eu nem pensava [...] em fazer. E que há muitas pessoas [que] fazem. E eu acho que está aí um campo que ainda tem que explorar, por exemplo, [...] eu utilizei enquetes em formato de papel, m[a]s também utilizei enquetes enviad[a]s por *e-mails*, que p[a]ra quem quer fazer estudos, por exemplo, transnacionais é muito importante, [...] há todo um campo muito vasto, quer ao nível da pesquisa, ao nível das curiosidades, e ao nível, pois, da publicação dos resultados”.

Como indicado nas diversas falas, as práticas de pesquisa/investigação foram potencializadas pelas tecnologias emergentes. Mas a prof.^a Dr.^a E traz à tona a outra face da mesma moeda. Ao mesmo tempo em que se tem o acesso aos processos de ubiquidade com certa garantia, enfrentam-se os problemas relacionados ao contingenciamento da informação. São tantas e das mais diversas que o pesquisador/investigador, em sua prática, sente-se como indicado pela a(u)tora “[...] na obrigação de ver e utilizar nem que seja p[a]ra depois passar [para o] outro lado”. Junto a isso,

Marinho ainda apontou outro campo em que as práticas de pesquisa/investigação sofreram influência das tecnologias. Trata-se do nível da publicação dos dados. Para ela, a “publicização dos resultados” foi muito potencializada pela presença das tecnologias, além de permitir a proximidade e os contatos com outras realidades e meios, principalmente com o uso do *e-mail* para pesquisas.

No caso da Universidade C, o prof. Dr. F indica que as práticas de pesquisa/investigação foram “[...] facilit[adas] em termos de contatos com outros investigadores, de ferramentas de produção de conhecimentos [que] facilit[aram] a procura de informação, disponibilização de informação, disponibilização do conhecimento produzido. Inegavelmente sob este ponto de vista, o mundo digital trouxe algumas mudanças benéficas. Não estou convencido é que todas as mudanças sejam benéficas, estou convencido [de] que a digitalização, nomeadamente a hipermídia, é a presença massiva da internet”.

Assim como ocorreu nas outras universidades, o a(u)tor indica que as práticas de investigação foram facilitadas pelas tecnologias que emergiram. Esses novos elementos facilitadores – dos contatos com outros investigadores, de ferramentas de produção de conhecimentos, da procura e da disponibilização de informação – são avaliados como positivos por Souza. Assim como indicado por Pires e Marinho, Souza também vê como positiva a característica da ubiquidade presente nas tecnologias emergentes.

O prof. Dr. F ainda externa outra preocupação quanto ao processo desencadeado por essas mudanças, quando aponta que, “[...] de uma certa forma, ao se secundarizar a cultura impressa, está diminuindo a capacidade das pessoas. Eu vejo isso lá em casa, das pessoas não lerem texto para adquirir informação em textos densos e longos, agora são mais fragmentos de coisas que as pessoas adquirem. Não parece-me que isto possa ser visto como pensamento consistente e complexo acerca de algo que também é complexo que é o próprio mundo. Portanto, eu não tenho certeza se o digital está a ser benéfico para tudo. Uma outra coisa que o digital trouxe foi a diversificação dos meios, diversificação dos conteúdos. E, por isso, é

muito difícil voltarem a ter esses rituais familiares que existiam antes, por exemplo, das famílias na década de 40 e 50 escutarem em conjunto o rádio-jornal enquanto jantavam, e agora é verem o telejornal em conjunto enquanto jantam. Isso já não se passa nas famílias mais recentes, pois hoje os jovens não veem os telejornais com os pais, os mais pequenos preferem ver outros conteúdos”.

O a(u)tor traz à tona a discussão referente à mudança de cultura, quando se vê a migração paulatina da cultura impressa para a cultura digital. Essa não é uma discussão nova, mas o prof. Dr. F indica sua preocupação na diminuição que tem percebido na capacidade das pessoas “[...] adquirir[em] informação em textos densos e longos”, que são substituídos por “[...] fragmentos de coisas que as pessoas adquirem”. Essa é uma preocupação real, pois também no ensino se percebem esses resultados entre os acadêmicos.

Outro ponto não menos importante, resultante dessa migração, está nos rituais existentes. Souza exemplificou com a família e a mudança de hábito em torno do sentar junto para assistir a algo. Pode-se ampliar a exemplificação e incluir as práticas formativas. Passadas poucas décadas da internet, a cultura acadêmica parece aos poucos abandonar a visão teórica como elemento privilegiado, migrando-se para técnicas e/ou elementos em sua maioria práticos. Não está aqui se discutindo esse aspecto como objeto da pesquisa doutoral, mas é uma variável importante a ser pesquisada, bem como os possíveis impactos na manutenção da intelectualidade futura, inclusive referenciada por Bolonha.

Na Universidade D, o prof. Dr. G percebeu as mudanças indicando que “[...] isso parece-me inegável, nós passamos a ter acesso muito mais fácil e muito rápido à bibliografia, à produção que é feita nas universidades, em todo o acesso a teses, *abstracts*, [...] bases de dados de todos os tipos. Passou a ser muito mais fácil o acesso a livros. Passou a ser muito mais fácil o contato com investigadores que trabalham nas nossas áreas em todo mundo. Passou a ser muito mais fácil fazer *downloads* de *papers* e coisas do gênero. As mudanças foram incalculáveis[is]. Em todos os passos

do processo ligados à investigação, os processo[s] foram facilitad[o]s pelas novas tecnologias. Até se pegarmos um *software* que gera bibliografia [...] ou algo semelhante, são coisas que ficaram facilitadas pelas tecnologias”.

Assim como sentido pelos a(u)tores anteriores, Bastos aponta que as mudanças foram positivas, permitindo aos docentes desenvolver outras práticas de investigação com mais material disponível. A localização e o contato com os investigadores foram facilitados pelas formas de comunicação emergente. Esse acesso facilitado, na visão do a(u)tor, também agregou facilidades aos processos envolvidos na pesquisa.

Já para o prof. Dr. H, sua percepção é de que “[...] Eu não sou propriamente uma boa testemunha disso. Comecei em 2002, quando comecei, como o curso era novo, não havia nem sequer um centro de investigação, só mais tarde é que surgiu, em 2004. Cada um tinha sua participação, sua investigação, m[a]s muito individualmente [...] cada um, de alguma forma, manteve as suas práticas eventuais de investigação, não me parece que tenha havido uma mudança. Como disse, não sou grande testemunha, porque não sou do passado, não sei o que era antes”.

Diferente do prof. Dr. G, o prof. Dr. H entende que seu conhecimento dos meandros da investigação, no curso de Comunicação da Universidade D, não permite desenvolver um juízo de valor. Mesmo assim, é possível fazer algumas leituras da informação dada. O a(u)tor indica que um centro de investigação, com pesquisas sistematizadas na área, só surgiu no curso de Comunicação em 2004, fruto das pesquisas individuais. Pelo que parece, apesar do avanço das tecnologias, elas não tiveram um impacto tão notório, pois o prof. Dr. H, professor na época, não percebeu grandes mudanças e/ou repercussões no fazer formativo dentro do colegiado.

Considerações finais

Nessa pesquisa, que se refere às práticas de pesquisa/investigação e suas transformações em face das tecnologias emergentes, percebe-se, nas entrevistas, a visão positiva quanto ao desenvolvimento e aos usos.

Na Universidade A, os a(u)tores entrevistados sentiram os impactos das tecnologias em suas práticas de pesquisa/investigação, principalmente na forma como realizam as pesquisas. Essas investigações permitiram que pesquisas bibliográficas e acesso aos materiais bibliográficos fossem facilitados. Esse espaço informacional, amplificado pela *web*/internet, permitiu a experimentação de novas práticas de investigação/pesquisa, agora mediadas pelas tecnologias emergentes. É possível encontrar, nas falas, a percepção de que a prática docente sofreu modificações, mesmo que as disciplinas em si e o fazer produtivo (produção de artigos), nesse primeiro momento, parecessem ser os mesmos.

Destaque-se que um diferencial importante na Universidade A foi a constituição do pensamento em torno do digital, que lastreia as ações do curso de Comunicação. O elemento chave, propiciado pelas tecnologias emergentes que modificaram as formas e os modos de investigar/pesquisar, foi a constituição dessa nova relação, que envolveu também as práticas de pesquisa e de ensino, imbricadas no digital e visivelmente elaboradas em torno do LabCom.

Na Universidade B, os a(u)tores indicaram que as práticas de investigação foram potencializadas pelas tecnologias que emergiam. A disponibilidade da tecnologia, não existente em décadas anteriores, transformou as relações com a pesquisa, tornando-a mais ubíqua. Essa percepção da disponibilidade da informação em qualquer tempo e/ou espaço está presente nas falas e na indicação das práticas formativas no curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade do Minho.

Destaque-se que os entrevistados apontam que a componente curricular investigação estava fortemente presente nas práticas pedagógico-formativas bem antes do aparecimento das tecnologias. Mas, com as tecnologias emergentes, essas relações foram potencializadas. Os processos de investigação/pesquisa se beneficiaram com os recursos informacionais que passaram a ser disponibilizados, criando outras demandas e algumas dificuldades aparentes. Uma das dificuldades apontadas está relacionada ao contingenciamento da informação. A presença de variadas informações

impõe, na percepção de uma a(u)tora entrevistada, certa obrigação de acolhimento, não vivenciada em tempos anteriores à disponibilidade da tecnologia.

Na Universidade C, a percepção é de que as práticas de investigação foram facilitadas pelas tecnologias. Essa facilidade foi vivenciada no campo dos contatos com outros investigadores, de ferramentas de produção de conhecimentos e da procura e da disponibilização de informação. Destaque-se que as tecnologias emergentes permitiram que pesquisadores de Comunicação Social/Jornalismo em Portugal se aproximassem, facilitando as pesquisas e criando relações em rede. Essas relações foram ampliadas para outros países lusófonos, que tiveram barreiras geográficas diminuídas e conhecimentos potencializados.

O a(u)tor, formador na Universidade C do primeiro ao terceiro ciclos, percebe uma mudança de cultura, que gerou a migração paulatina da cultura impressa para a cultura digital. Longe de facilidades reais e imaginadas, a preocupação do entrevistado indica a diminuição na capacidade das pessoas de interagir com “[...] textos densos e longos”, que são substituídos por “[...] fragmentos de coisas que as pessoas adquirem”. Essa questão vivenciada na formação em Comunicação Social/Jornalismo na Universidade Fernando Pessoa também é uma preocupação na formação graduada em outros países, em face da fragmentação dos espaços (CASTELLS, 2003, 2000).

Na Universidade D, as mudanças foram vistas como positivas, permitindo aos docentes o exercício de outras práticas de investigação, entre elas as ligadas à localização e ao contato com os investigadores. É inconteste que, ao desencadear esse processo de aproximação, a internet permitiu o encontro de diversos a(u)tores com seus pares, que muitas vezes eram apenas conhecidos por meio de seus trabalhos escritos. De qualquer forma, a potencialização das ações de investigação/pesquisa não quer dizer apropriação. Isso ficou evidente na Universidade do Porto, visto que alguns, segundo um dos a(u)tores, não perceberam grandes

mudanças e/ou repercussões no fazer formativo dentro dos seus espaços coletivos e entre os pares.

De um modo geral, nas quatro universidades pesquisadas, fica evidente a visão de que as práticas de pesquisa/investigação foram transformadas pelas tecnologias emergentes. Essa transformação foi, antes de tudo, individual, já que a apropriação foi diferenciada para cada a(u)tor entrevistado. É comum em todas as instituições estudadas a referência ao 'novo' que se concretizou pela internet e que, depois de seu aparecimento e uso para a investigação, as relações não foram mais as mesmas.

Referências

- ALVES, E.; SILVA, B.; SILVA, R. MAPEAMENTO DOS ESTUDOS SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ÂMBITO DO PROCESSO DE BOLONHA EM PORTUGAL. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 248-273, 1 out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p248>.
- BATISTA, A.; MACIEL, W. PRISÃO COMO GUETO: a dinâmica de controle e de extermínio de jovens negros pobres. **Revista Observatório**, v. 4, n. 2, p. 174-200, 1 abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n2p174>.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: _____; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: atlas, 2005. p. 62-83.
- DUARTE, Marcia Y. M. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: atlas, 2005. p. 215-235.
- MARTINS, Gilberto de A; THEÓPHILO, Carlos R. **Metodologias da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

- MELO, A. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO LEGAL DO PROCESSO DE BOLONHA E O SEU IMPACTO NO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 75-141, 1 out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p75>.
- MOIO, I.; ALCOFORADO, L.; VIEIRA, C. A DECLARAÇÃO DE BOLONHA E O REFORÇO DA ABERTURA DO ENSINO SUPERIOR A NOVOS PÚBLICOS: percepções de pessoas adultas que frequentam a Universidade de Coimbra. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 169-201, 1 out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p169>.
- MOTA, L.; FERREIRA, A. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM PORTUGAL NO QUADRO DO ESPAÇO EUROPEU DE ENSINO SUPERIOR. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 38-74, 1 out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p38>.
- NUNES, S.; PORTO JUNIOR, F. G. R.; MORAES, N. CONHECIMENTO E ORGANIZAÇÃO: indicativos pós-Bolonha de uma sociedade em construção. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 338-353, 1 out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p338>.
- PÔRTO JUNIOR, F. G. R. **Entre Comunicação e Educação**: o Processo de Bolonha e as ações formativas em cursos de Comunicação Social / Jornalismo em Portugal. 2012. 614 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, 2012. Disponível em <<http://www.repositorio.ufba.br:8080>>. Acesso em 09 nov. 2019.
- PORTO JUNIOR, F. G. R.; MORAES, N. FORMANDO PESQUISADORES PÓS-BOLONHA EM PORTUGAL: relações entre a formação de graduação e o campo da pesquisa/investigação. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 202-228, 1 out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p202>.
- PORTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças. Sobre os processos formativos, Bolonha e o curso de Comunicação Social/Jornalismo: consolidando-se posições nas políticas educacionais. **Revista Eletrônica Mutações**, [S.l.], v. 6, n. 10, p. 13-24, mar. 2015. ISSN 2178-7018. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufam.edu.br/relem/article/view/799>>. Acesso em: 05 dec. 2019.
- PINHO, M. UNIVERSIDADE E CRISE INSTITUCIONAL: perspectivas de uma formação humana. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 274-315, 1 out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p274>.

REIS, E. O ENSINO SUPERIOR EM CABO VERDE E OS DESAFIOS DO PROCESSO DE BOLONHA. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 142-168, 1 out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p142>.

TEIXEIRA, P. O. **O ensino de jornalismo em Portugal uma história e análise dos planos curriculares**. Porto, 2009-2010. Orientador: Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa. Dissertação (mestrado). Universidade Fernando Pessoa. 165 f. Disponível em < http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1681/2/DM_19061.pdf>. Acesso 04 set. 2017.

TEIXEIRA, I.; DA SILVA, V.; MARTINS, J. A CONVERGÊNCIA MIDIÁTICA E AS TECNOLOGIAS MÓVEIS PÓS-BOLONHA: NOVAS PRÁTICAS SOCIAIS. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 229-247, 1 out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p229>.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Capítulo 5

Acessibilidade midiática: uma revisão sistemática da literatura

*Keila Fernandes Santos*¹

*Elaine Jesus Alves*²

1. Introdução

A discussão sobre acessibilidade tem ganhado outro viés com as novas possibilidades de atendimento às pessoas com deficiência. Discutia-se muito sobre a importância da pessoa com deficiência ter acesso à bens culturais, mas os debates científicos giravam em torno, quase que exclusivamente, na área educacional ou assistencialistas. Em seu texto, Lana Junior (2010) contextualiza esse período e abre a discussão sobre o amadurecimento dessa temática. Com a Constituição Federal Brasileira de 1988, as discussões sobre acessibilidade, trabalhadas anteriormente em contextos internacionais, ganharam força. Estudos específicos sobre essa temática começaram a surgir e discussões políticas se proliferaram comprovados com a edição de leis importantes sobre as pessoas com deficiência no contexto brasileiro como a Lei nº 10.048/00 (Lei de Direito das Pessoas com Deficiência) e 10.098/00 (Lei da Acessibilidade), Decreto

¹ Graduada em Letras-Português e Inglês pelo Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (2006) e especialização em Linguística e Língua Portuguesa pela Faculdade Albert Einstein (2008). Vinculada à Assessoria técnico-pedagógica do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (ESMP/CEAF/MPTO). Mestranda em Comunicação e Sociedade pelo PPGCom-UFT. E-mail: Fernandesantos.keila@gmail.com

² Doutora e Pós-doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Minho, Braga PT. Pós-doutorado em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: elainealves@uft.edu.br

nº 5.296/04, reforçados pelos Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto Executivo nº 6.949/2009, Lei 12.343/2010 (Plano Nacional de Cultura) e Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência).

Com esse novo campo de discussão e a midiatização dos conteúdos sobre acessibilidade, políticas públicas começaram a ser implementadas para que os textos legais não se tornassem obsoletos no dia a dia das pessoas com deficiência. Prova disso, foi a publicação, em dezembro de 2010, do Plano Nacional de Cultura e, posteriormente em 2015, do Guia de Produção Audiovisual Acessível pelo então Ministério da Cultura, a garantir o acesso de pessoas com deficiência a teatros, programação de televisão em rede aberta, cinema, eventos culturais presenciais e outros.

Diante desse contexto, o presente artigo foi desenvolvido buscando realizar uma revisão sistemática da literatura, com análise de conteúdos e abordagem qualitativa. Dessa forma, o objetivo geral do artigo está centrado em um levantamento de quadro teórico de congruências entre trabalhos reconhecidos pela comunidade acadêmica, com possibilidade de verificar os principais avanços e entraves para abordagem do tema em trabalhos científicos, além de investigar de que forma a utilização desses recursos tecnológicos e/ou técnicas de tradução são abordados no campo dos estudos comunicacionais ou interdisciplinares.

Para desenvolver a análise do artigo, ele foi esquematizado em 3 (três) seções específicas, abrangendo em seu referencial teórico uma breve discussão sobre os estudos comunicacionais e suas possibilidades de análise, baseados nos trabalhos de Martino (2019), Marcondes Filho (2014) e Perinisa Junior (2019), além de uma pequena contextualização sobre a acessibilidade no Brasil a partir da leitura do texto de Lana Junior (2010) e legislações específicas, finalizando com a discussão de tecnologias e técnicas de traduções existentes para a inclusão das pessoas com deficiência na área da cultura, com apresentação do trabalho realizado por Naves *et al* (2016). A segunda e terceira seções são destinadas exclusivamente para descrição da metodologia de análise utilizada, resultados encontrados e análise de conteúdos dos 6 (seis) artigos selecionados nas buscas.

2. Referencial teórico

Os estudos comunicacionais, diante de um estudioso desavisado, não passaria de o que o senso comum ou saber intuitivo já os classificam, pois comunicar-se está na base de qualquer relação social, visto que a apropriação de um canal e um código é a base de atos comunicativos e, atualmente, em maior complexidade, são realizados com a ajuda de diversas mídias.

A área dos estudos comunicacionais, mesmo ligada interdisciplinarmente a outras áreas do conhecimento científico, possui um viés mais rigoroso e complexo de enxergar esses fenômenos sociais, ela não se preocupa com exclusividade com o código linguístico ou somente com as relações sociais, mas enxerga o fenômeno comunicacional em seu processo e não simplesmente parte dele. Segundo Martino (2019), os estudos comunicacionais surgem da necessidade de se entender os novos processos comunicativos que se tem das práticas que se envolvem os interlocutores e os meios de comunicação.

Para Marcondes Filho (2014), existem dois tipos de fenômenos comunicacionais em relação ao seu produto, ou seja, abertos e fechados. O autor os descrevem:

Abertos são os fenômenos que se transformam enquanto estão sendo realizados, exibidos, produzidos. São 'vivos'. São as matérias jornalísticas realizadas como live transmission, os programas que se transformam seguindo as reações do outro (programas de auditório ou de entrevistas, rádio ao vivo, shows, palestras, aulas, diálogo diretos ou por computador). Fechados são os produtos editados e transmitidos sincronicamente para grandes públicos (cinema, televisão, rádio gravado), assim como aqueles cuja recepção é individualizada e não sincronizada (jornal, revista, livro), da mesma forma que os demais produtos em que o articulador já não participa mais diretamente, ausentou-se ou já morreu. (idem, 2014, p. 64)

Para as análises dos artigos, optou-se pelo entendimento que os fenômenos comunicativos ocorrem nesses dois momentos descritos por

Marcondes Filho, seja com a participação sincrônica do indivíduo comunicante, como ocorre nas traduções simultâneas, por exemplo, ou sem a participação dele no processo, mas na recepção ativa do produto já terminado. Atualmente, são desenvolvidos com o auxílio das mídias. Nos dois casos, o indivíduo comunicante, de diferentes formas, é levado em consideração e sua contextualização cultural não é desconsiderada.

Segundo Pernisa Junior (2019), o que diferencia os estudos comunicacionais das demais áreas são dois pontos: interfaces e o movimento. Caracterizando a comunicação como as interfaces que ficam entre os comunicantes mediadas por uma linguagem que faz com que, de fato, a comunicação aconteça e saia de seu estado original e se vincule a movimentos de circulação de consumo informacional. A comunicação contemporânea, mediada por tecnologias, mídias e internet, tornaram os estudos comunicacionais mais complexos e, como fenômeno social, não pode ser estudado somente a partir das relações culturais existentes, mas devido a seu constante intercâmbio com outras áreas, seus limites são muito tênues para a análise. Entretanto, Pernisa Junior (2019, p.85) afirma que se pode “mesmo dizer que o campo da comunicação é a interface entre a cultura e a linguagem – ou as linguagens”.

Atualmente, encontra-se um fenômeno comunicacional que vem ganhando fôlego no cenário mundial e, no Brasil, ele tem modificado as formas de se conceber os produtos midiáticos disponibilizados, principalmente aqueles produzidos com financiamento público, a acessibilidade midiática. Mesmo antes das primeiras publicações das legislações sobre a acessibilidade informacional e midiática, discussões já haviam sido iniciadas e alguns avanços sobre a temática ganhavam força com a globalização. Diante do intercâmbio informacional bombardeado atualmente, depara-se com propagandas, filmes com legendas que tornam acessíveis a visualização dos conteúdos pelas pessoas com deficiência visual ou auditiva, aplicativos que auxiliam na leitura e compreensão de filmes ou textos disponíveis na internet ou, até mesmo, filmes ou séries hollywoodianas que incluem esse grupo na temática principal de seus roteiros.

Apesar da audiência midiática que o tema possui hoje, segundo Lana Junior (2010) a trajetória da luta político-social das pessoas com deficiência, inicia-se no século passado e foi impulsionada pelo cenário internacional com o advento da Declaração Internacional dos Direitos Humanos de 1948. No Brasil, os debates ganharam um fôlego maior nas discussões das comissões da Constituinte, que garantiram o direito a cidadania às pessoas com deficiência. Organizadas em movimentos sociais, as pessoas com deficiência tiveram sua voz no processo de redemocratização que o Brasil passara, incluindo-se nas discussões além das esferas do campo da Assistência Social.

A partir da garantia constitucional, as estruturas governamentais começam a se organizar para inserir as pessoas com deficiência em políticas públicas e na vida cultural do país. O interesse público em relação aos direitos das pessoas com deficiência foi reconhecido na estrutura do estado brasileiro e várias leis foram publicadas para que a garantia promovida, inicialmente, pela Constituição de 1988 fosse, de fato, respeitada.

Em relação à acessibilidade, destacam-se as Leis nº 10.048/00 e 10.098/00 e o Decreto nº 5.296/04, que as regulamenta. Em seu artigo 8º, o decreto define acessibilidade como sendo a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. O mesmo artigo classifica como barreira qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação. (NAVES *et al*, 2016, p. 12)

Conforme descrito pela autora, a acessibilidade da pessoa com deficiência se relaciona com as limitações geralmente encontradas por esse grupo para o acesso aos bens culturais de uma forma geral, visto que, devido a problemas físicos e comunicacionais não conseguem ter acesso. Dessa forma, “a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços

para todas as pessoas, sem qualquer tipo de discriminação” devem ser realizados na sociedade (NAVES *et al*, 2016, p. 13).

Para começar a atender essa demanda de acessibilidade no Brasil, segundo Naves *et al* (2016), o Plano Nacional de Cultura, em sua meta 29, prevê o acesso à promoção de acesso à cultura em até 100% (cem por cento) das pessoas com deficiência em bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais até 2020. Seguindo a mesma linha de acesso já determinada pela Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098/00), a Norma Complementar da Anatel nº 01/2006 prevê que a programação de serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão deverá conter em seus produtos legendas ocultas, audiodescrição e dublagem e no projeto de televisão digital brasileira, possibilidade acionamento opcional da janela com intérprete de LIBRAS em toda a programação. Dessa forma, progressivamente, a adaptação deverá ser realizada de Julho de 2011 com 2 horas de programação (disponibilizada de 6 horas às 2 horas) até Julho de 2020 com 20 horas de programação (disponibilizada de 6 horas às 2 horas).

Para realização do que está previsto em legislação, técnicas de tradução e tecnologias de acessibilidade precisaram ser desenvolvidas e, além da produção, regras mínimas de qualidade. Em 2015, o então Ministério da Cultura desenvolve com seu corpo técnico um Guia de Produção Audiovisual Acessível que atualmente auxilia os profissionais da área na produção de bens culturais em formatos acessíveis.

3. Procedimentos metodológicos

Para se realizar o levantamento sistemático da literatura sobre acessibilidade midiática, inicialmente fora realizado um protocolo de critérios para nortear a revisão abrangendo o objetivo de pesquisa, perguntas científicas, relação de repositórios para realização da pesquisa e palavras-chaves. Esse tipo de texto, segundo Cardoso *et al*, organiza “[...] o estado da arte, sistematizando a informação obtida e transformando-a em

conhecimento aprofundado sobre um dado tema” (2010, p. 26). Como meta inicial, resolve-se estabelecer as palavras-chaves para posteriormente aplicar os critérios de inclusão e exclusão.

A primeira etapa consistiu no levantamento do objetivo da pesquisa, tinha-se em mente a revisão literatura sobre trabalhos realizados por pesquisadores sobre tecnologias ou metodologias de acessibilidades utilizadas em mídias diversas para atendimento básico de pessoas com deficiências. Com o conhecimento prévio da legislação brasileira sobre acessibilidade e contexto histórico-social sobre a aceitação e criação de mecanismos que permitissem o acesso real de pessoas com deficiência às mídias diversas na era digital, estabelecem-se perguntas a serem norteadoras das leituras do material selecionado. Questiona-se que a partir da obrigatoriedade de utilização de tecnologias audiovisuais acessíveis, por meio da Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098/2000), essa temática se tornou objeto teórico nos estudos comunicacionais ou interdisciplinares? Quais foram as principais abordagens? Há lacunas? Como esse contexto influencia o estabelecimento de identidade cultural dos sujeitos envolvidos nessas relações culturais?

Inicialmente, estabelecem-se 3 (três) repositórios para a busca do material para consulta, mas com o desenvolvimento, percebe-se que a validação ou a descrição de cada método ou descritor utilizado dificultaria a objetividade do método aplicado, dessa forma, utiliza-se um único repositório: Biblioteca do Conhecimento Online. Realiza-se a busca do material em 10 de outubro de 2019, com a aplicação dos seguintes descritores: “tecnologias audiovisuais acessíveis” AND “acessibilidade” AND “pessoa com deficiência”.

Com o primeiro quadro de protocolo pronto, iniciou-se o teste no repositório, Biblioteca do Conhecimento Online, que permitiu a escolha de diversos critérios. Para a pesquisa foram selecionados: a) Disciplina: Comunicação e Meios de Comunicação Social; Ciências Sociais e Humanísticas; Cinema; Línguas e Linguística; Tecnologias da Informação; b) Pesquisar em todos os termos indicados; c) Aplicar palavras

relacionadas; d) Pesquisar no texto integral; e) aplicar assuntos equivalentes; texto integral; analisados pelos pares; f) período: 2000 – 2019.

Após o estabelecimento das palavras-chaves para a busca e a seleção das opções disponibilizadas pelo próprio repositório para a seleção do material de pesquisa, retornaram apenas 09 (nove) artigos para análise.

Como estratégia de inclusão e exclusão dos artigos para a análise estabelecem-se, além dos critérios que o repositório apresenta, mais 03 (três) critérios para aplicação na leitura prévia dos resumos e palavras-chave. Critérios de inclusão a serem seguidos: a) artigos publicados em Língua Portuguesa; b) artigos que levaram que consideraram os objetos teóricos e metodológicos da Área da Comunicação e acessibilidade de pessoas com deficiência; e por fim c) artigos disponíveis na íntegra. Os artigos que não apresentassem esses critérios seriam excluídos.

Nesta última etapa, antes da análise de conteúdos, foram excluídos mais 03 (três) artigos, pois eles não apresentavam os conteúdos relacionados com as palavras-chaves selecionadas. Dessa forma, o *corpus* de análise final ficou composto de 06 (seis) artigos. No quadro 01, destacam-se os artigos analisados nessa revisão sistemática da literatura.

Quadro 1 – Relação de artigos analisados

Artigos	Título	Autores
Artigo 1	Audiodescrição como recurso de acessibilidade no livro didático de língua inglesa.	Eich, Schulz e Pinheiro (2017)
Artigo 2	Audiodescrição simultânea: propostas metodológicas e práticas.	Alves e Teles (2016)
Artigo 3	Sáimos do cinema de alma lavada: multiletramentos e trabalho interdisciplinar na produção de curtas de acessibilidade midiática.	Kersch e Marques (2017)
Artigo 4	Mapeando a tradução audiovisual acessível no Brasil.	Spolidorio (2017)
Artigo 5	Traduzindo sons em palavras nas legendas para surdos e ensurdecidos: uma abordagem com linguística de corpus.	Nascimento (2017)
Artigo 6	Tradução audiovisual acessível (TAVA): a segmentação linguística na legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE) da campanha política na televisão em Fortaleza.	Monteiro e Dantas (2017)

Fonte: Elaboração própria

4. Resultados e análise dos artigos

Entre os 6 (seis) artigos analisados, um total de 83,3% dos textos foram publicados no ano de 2017 e um total de 16,7% no ano de 2016. Interessante dado, visto que, conforme já discutido anteriormente na contextualização dos marcos legais sobre a temática, tem-se a abertura legislativa de interesse social no ano 2000, mas em 2015, com a publicação da Lei de Inclusão das Pessoas com Deficiência e marcos regulatórios da utilização das traduções audiovisuais em mídias digitais em redes de transmissão televisiva e produção de filmes, por exemplo, houve aumento significativo de interesse acadêmico em abordar o tema e, principalmente, em estudar a qualidade do trabalho realizado para a inclusão midiática das pessoas com deficiência. Além desses dados, pode-se observar um grande interesse da área acadêmica com a temática, visto que, dentre os autores dos artigos, um total de 46,5% são mestres, 15,38 são doutorandos e 38,46% são doutores. Dentre os locais que desenvolvem pesquisas sobre a temática, os textos indicaram uma incidência de pesquisas vinculadas às Universidades do Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal.

Passando para a análise de conteúdos, no artigo 1, verifica-se que Eich, Schulz e Pinheiro (2017) desenvolvem uma pesquisa descritiva com abordagem mista, com aplicação de objetos teóricos para a análise de um estudo de caso, a área de concentração da revista publicada está ligada aos estudos da Linguística Aplicada. As autoras levantam um questionamento pertinente a respeito da acessibilidade das pessoas com deficiência, elas questionam sobre os produtos desenvolvidos atualmente serem, de fato, acessíveis. A partir do recorte feito pelas autoras, as conclusões apresentadas foram acerca da utilização da audiodescrição nos livros didáticos não garantirem a acessibilidade das pessoas cegas, mas, somente isso ocorreria com aplicação de métodos de tradução intersemiótica. Atualmente, segundo Eich, Schulz e Pinheiro (2017), as mídias digitais de livros didáticos são disponibilizadas em arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas para a acessibilidade de

conteúdos disponibilizados, mas na maioria dos casos, as imagens dos livros são desconsideradas.

No artigo 2, Alves e Teles (2016) desenvolvem uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, com aplicação de objetos teóricos para a realização de modelo de tradução audiodescritivo simultâneo, a área de concentração da revista publicada está ligada aos estudos da Linguística Aplicada. As autoras iniciam com uma discussão teórica sobre audiodescrição, acessibilidade e tradução audiodescritiva e nos situam diante da complexidade que o profissional se depara na tradução simultânea ou consecutiva dos discursos, os mais variados. Além dessa contextualização teórica, as autoras também realizam a contextualização histórica sobre a audiodescrição no mundo e no Brasil, descrevendo instituições que vem desenvolvendo esse trabalho junto a produtos midiáticos atuais e apresentam o Guia de Produção Audiovisual Acessível como parâmetro na configuração de sua proposta de modelo de tradução audiovisual. A partir dos recortes apresentados, elas concluem que o modelo apresentado poderá ser utilizado em redes digitais, exceto em produções cinematográficas, auxiliando em análises linguísticas, mas não culturais de traduções audiovisuais.

O artigo 3 trata da apresentação do trabalho realizado pelos professores de diversas áreas de conhecimento no projeto municipal Curta Capilé do ano 2014 na cidade de São Leopoldo no Rio Grande do Sul, a área de concentração da revista publicada está ligada aos estudos da Linguística Aplicada. Nele, Kersch e Marques (2017) desenvolvem uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, com aplicação de objetos teóricos para a análise de um estudo de caso. O artigo objetiva a apresentação dos resultados obtidos no projeto. Nele, Kersch e Marques (2017) descrevem o trabalho realizado pelos profissionais da educação, em formações específicas, sobre a produção de curtas-metragens que promovessem à inclusão e à acessibilidade midiática com a utilização de audiodescrição, legenda e/ou janela de Libras. O projeto municipal objetivava a temática educação inclusiva e como metodologia de formação, todos os professores realizaram cursos de aperfeiçoamento de audiodescrição para realização do

produto final e participaram de discussões sobre a importância da inclusão midiática.

No artigo 4, Spolidorio (2017) desenvolve uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, com apresentação de objetos teóricos e análise da Plataforma MAP (Media Accessibility Platform) relacionada à publicação de trabalhos sobre acessibilidade; a área de concentração da revista publicada está ligada aos estudos da Linguística Aplicada. A autora, no artigo, contextualiza a acessibilidade por meio da legislação brasileira, passando pela influência exercida da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (Revolução Francesa – 1789) e Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU – 1948). Além dessa contextualização inicial, a autora desenvolve posteriormente um levantamento de dados sobre a produção audiovisual acessível no Brasil e sua publicação na Plataforma MAP (Media Accessibility Platform). A partir do recorte realizado, ela conclui que grupos de pesquisa desenvolvem um trabalho importante sobre a área no Brasil e, a partir da leitura da autora das Instruções Normativas da Ancine, ela reconhece que as recomendações realizadas nos documentos estão em consonância com os estudos acadêmicos mais relevantes da área. Apesar de o estudo pertencer a área da Linguística Aplicada, a autora discute a interdisciplinaridade do conteúdo, analisando trabalhos relacionados aos Estudos de Cinema e Audiovisual, Tradução e de Inclusão Midiática.

O artigo 5 é pesquisa descritiva com abordagem mista, com aplicação de metodologia de linguística de *corpus* com realização de modelo de tradução de sons em palavras para produções audiovisuais, publicado em uma revista com área de concentração em Linguística Aplicada. Nascimento (2017) contextualiza, no artigo, inicialmente como vem sendo realizada as produções de legendagens para o cinema, produções audiovisuais e televisão, além das padronizações entre os profissionais da área sobre as nuances da legendagem para atendimento de pessoas surdas ou ensurdecidas em três países: Brasil, Estados Unidos e França. Assim, a autora realiza um estudo preliminar com 15 filmes e analisa as categorias (som de objeto) e demonstra que a linguística de *corpus* é a metodologia

mais eficaz para o estudo, pois, segundo Nascimento (2017) foi possível estabelecer algumas diretrizes em relação ao som causado por objetos. A partir dos recortes, a autora conclui que apesar da expansão na utilização de técnicas acessíveis, ainda a qualidade é um fator importante a se considerar, visto que em muitos casos somente há a simples transcrição de falas, desconsiderando totalmente a interpretação intersemiótica necessária para a compreensão do produto.

Monteiro e Dantas (2017) desenvolvem no artigo 6 um estudo acerca das legendas acessíveis realizadas em campanhas políticas. O artigo é uma pesquisa de cunho exploratório-experimental com abordagem mista com análise da recepção de espectadores surdos e ouvintes à Legendagem para Surdos e Ensurdidos (LSE) de campanhas políticas na televisão e internet; a área de concentração da revista publicada está ligada aos estudos da Linguística Aplicada. Como elemento inovador, os autores desenvolveram em seu trabalho exploratório a utilização do rastreador ocular. A partir dos recortes realizados, eles concluem que, a partir da observação dos movimentos do globo ocular, pode-se chegar a conclusão acerca da eficácia das legendas nas mídias pesquisadas a partir dos resultados sobre as segmentação linguística das falas em relação às legendas. Elas causaram problemas ou “ruídos” no processo de leitura, tanto para surdos e ensurdidos quanto para ouvintes, dessa forma, quanto maior a segmentação da fala e menor o tempo de leitura, menor é a compreensão do espectador.

Finalizando as análises de conteúdo, ao realizar um levantamento sobre o paralelismo teórico utilizado nos 6 (seis) artigos, verifica-se a relação de semelhança na concepção de tradução, variando entre intersemiótica e audiodescritiva e na concepção de letramento visual e multiletramento; já a utilização das concepções de acessibilidade, legendagem, audiodescrição e recepção não houve paralelismo teórico. Dois teóricos foram recorrentes entre os artigos: Roman Jakobson e Ana Katarinna Pessoa do Nascimento. Para embasamento das concepções de tradução e desdobramentos o Guia de Traduções audiovisuais acessíveis do então Ministério da Cultura, publicado no ano de 2016, foi o texto mais utilizado em todos os artigos.

Algumas perguntas serviram como norteadoras das leituras e críticas do material selecionado. Questiona-se especialmente o objeto de estudo comunicacional utilizado, principais abordagens e lacunas e, por fim, a relação que esses estudos estabelecem com os sujeitos comunicantes mais interessados na produção de mídias acessíveis, as pessoas com deficiências. Os objetos dos estudos comunicacionais mais relevantes nos estudos foram: relação de aprendizagem; utilização de multimídia ou aplicativos; tradução intersemiótica em eventos presenciais; acessibilidade midiática; produção de curta-metragens; estudo de plataforma virtual (MAP- Media Accessibility Platform); legendagem de filmes e estudo de campanhas políticas (televisão e internet). Eles foram abordados, principalmente, em dois focos, ou seja, a apresentação dos aspectos sociais da comunicação ou sistemas abertos e a utilização de meios tecnológicos ou sistemas fechados. No total tem-se 2 (dois) artigos que utilizaram os dois focos; 2 (dois) que abordaram exclusivamente aspectos sociais da comunicação e 2 (dois) que abordaram exclusivamente a utilização de meios tecnológicos. Em relação a ponte entre objeto de estudo comunicacional e sujeito comunicante (pessoa com deficiência) somente 50% dos artigos se preocuparam com essa abordagem.

Em relação a lacunas, Eich, Schulz e Pinheiro (2017), apesar de trazerem na íntegra partes da legislação, contextualizam o aparecimento e expansão da audiodescrição no Brasil, mas há lacunas sobre abordagens de ensino de segunda língua na área educacional para outras deficiências, além de cegos ou alunos de baixa visão. Já Nascimento (2017) traz uma discussão ainda não abordada nos outros artigos a respeito da importância de se estabelecer uma comunicação eficaz com o sujeito comunicante surdo. Ela não se preocupa na análise com a abordagem comunicacional, pois somente aplica análise estruturalista das traduções realizadas. O foco principal da autora são as legendagens, deixando de abordar a possibilidade da tradução ser mediada por Janela de Libras. Para finalizar as análises, Monteiro e Dantas (2017) apresentam um artigo que aborda as legendagens realizadas para atendimento da acessibilidade de surdos e

ensurdecidos. Esse texto aborda essa temática e toda a produção técnica realizada para mídias digitais (principalmente televisão), mas não contextualiza abordagens possíveis audiodescritivas para cegos na mesma linha em campanhas políticas.

Considerações finais

Fora desenvolvida na revisão sistemática da literatura, em 3 (três) momentos específicos, levantamento objetivo sobre dados estruturais dos 6 (seis) artigos selecionados no repositório Biblioteca do Conhecimento Online, análise de conteúdos e, por fim, respostas aos questionamentos realizados preliminarmente. Esse olhar atento nos dados fornecidos pelos textos, auxiliaram, de certa forma, um aprofundamento da temática e objetos de pesquisa da área comunicacional. Entretanto, grande parte das análises não se aprofundaram nesses estudos, mas a possibilidade de leitura interdisciplinar proporcionou a verificação de objetos próprios da área selecionada para a análise, além de demonstrar que os textos não se preocupam somente com a língua, linguagem e comunicação de um forma descontextualizada, mas revelam um aprofundamento teórico e amadurecimento da área de pesquisa sobre a temática.

Muito se passou da época em que pesquisas sobre acessibilidade somente levantavam a importância do aparecimento de mídias e possibilidades de acesso para pessoas com deficiência. Como as relações sociais se aprofundaram na sociedade, esse segmento social se tornou parte ativa dos processos políticos, sociais e culturais. Dessa forma, os estudos sobre os fenômenos comunicacionais realizados por eles e para eles também se tornaram complexos. Talvez, devido a escolha de um único repositório, tenha limitado os estudos apresentados nos artigos, dessa forma, apresentando lacunas nas análises realizadas pelos autores.

Contudo, de certa forma, as questões levantadas pelo estudo foram respondidas e um amadurecimento na abordagem da temática em relação ao que se encontrava anteriormente foi um dos dados de conclusão

encontrado. A leitura com um olhar interdisciplinar possibilitou a verificação de objetos próprios da área dos estudos comunicacionais e demonstrou que a temática não deixou de ser instigante e novidade ao mesmo tempo para o mundo acadêmico.

Referências

ALVES, Soraya Ferreira; TELES, Vervanne Couto. **Audiodescrição simultânea: propostas metodológicas e práticas.** *Trabalhos em Lingüística Aplicada*; May-Aug 2017, Vol. 56 Issue 2, p417-441, 25p. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-18132017000200006&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 10 de out. de 2019.

CARSOSO, Teresa; ALARCÃO, Isabel; CELORICO, Jacinto Antunes. **Revisão da Literatura e Sistematização do conhecimento.** Portugal: Porto Editora, 2010.

EICH, Milena Schneid, SCHLZ, Lisiane Ott; PINHEIRO, Luciana Santos. **Audiodescrição como recurso de acessibilidade no livro didático de língua inglesa.** *Trabalhos em Lingüística Aplicada*. May-Aug2017, Vol. 56 Issue 2, p443-459, 17p. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-18132017000200007&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 10 de out. 2019.

KERSCH Dorotea; MARQUES, Renata Garcia. **Sáimos do cinema de alma lavada: multiletramentos e trabalho interdisciplinar na produção de curtas de acessibilidade midiática.** *Trabalhos em Lingüística Aplicada*; Jan-Apr 2016, Vol. 55 Issue 1, p77-99, 23p. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-18132016000100077&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 10 de out. de 2019.

LANNA JUNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A nova forma de pesquisar a comunicação: a engenharia das emoções, o autômato espiritual e um campo de conhecimento que se constitui.** In FRANÇA, Vera Veiga; ALDE, Alessandra; RAMOS, Murilo César. *Teorias da Comunicação no Brasil: reflexões contemporâneas.* Salvador: Eufba - Compós, 2014. p. 63- 78.

MARTINO, Luiz. **Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação**. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/520b5e9c86ccce328b10cfoco58d13c2.PDF>> Acesso em: 05 de nov. de 2019.

MONTEIRO, Silvia Malena Modesto; Dantas, João Francisco. Tradução audiovisual acessível (TAVA): a segmentação linguística na legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE) da campanha política na televisão em Fortaleza. Trabalhos em Lingüística Aplicada; May-Aug 2017, Vol. 56 Issue 2, p527-560, 34p. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-18132017000200010&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 10 de out. de 2019.

NASCIMENTO, Ana Katarinna Pessoa do. **Traduzindo sons em palavras nas legendas para surdos e ensurdecid'os: uma abordagem com linguística de corpus. Trabalhos em Lingüística Aplicada;** May-Aug 2017, Vol. 56 Issue 2, p561-587, 27p. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-18132017000200011&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 10 de out. de 2019.

NAVES, S. B.; MAUCH, C.; ALVES, S. F.; ARAÚJO, V. L. S. (Org.). **Guia Para Produções Audiovisuais Acessíveis**. Brasília: Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, 2016.

PERNIZA JUNIOR, Carlos. Como estabelecer interfaces entre a Comunicação e outras áreas de conhecimento ou prática? In Dez perguntas para a produção de conhecimento em comunicação / organizadores: José Luiz Braga [et al.]. 2. ed. São Leopoldo, RS : Ed. UNISINOS, 2019.

SPOLIDORIO, Samira. Mapeando a tradução audiovisual acessível no Brasil. Trabalhos em Lingüística Aplicada; May-Aug 2017, Vol. 56 Issue 2, p313-345, 33p. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-18132017000200002&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 10 de out. de 2019.

Capítulo 6

Revisão sistemática de literatura sobre o uso do ambiente virtual de aprendizagem “Moodle” na formação de profissionais em saúde no Brasil

*Kleanne Mourão de Sousa Diniz*¹

1 Introdução

A tecnologia da comunicação e informação tem influenciado e provocado mudanças de forma rápida e com isso permitindo os surgimentos de novos recursos educacionais, possibilitando melhores alternativas para formação de profissionais de saúde, buscando qualidade através das tecnologias e assim vêm surgindo novas estratégias no contexto educativo, por esta razão é de extrema relevância o estudo nesta área.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo buscar na literatura especializada o uso das tecnologias digitais de comunicação e informações, em especial os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) usadas na formação de profissionais em saúde no Brasil. A metodologia utilizada neste estudo trata-se de revisão sistemática de literatura que foi realizada no buscador no Google Acadêmico.

A evolução da tecnologia vem influenciando em todos os aspectos e não seria diferente no contexto educativo. O avanço das tecnologias de informação e comunicação e seu crescente acesso têm contribuído para

¹ Graduada em Enfermagem, Esp. Em Segurança do Paciente em Urgências e Emergências, MBA em Gestão da Saúde e Administração Hospitalar. Aluna especial do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da UFT. E-mail: kleannemourao@hotmail.com

mudanças sociais em todos os campos, como também na área da educação. Com acesso facilitado a essas tecnologias, foi possível desenvolver formas de aprendizagem com uso intensivo do computador e da web, rompendo assim o acesso à educação formal e não formal.

Contudo com surgimento do AVA foi possível agregar outras dinâmicas no contexto do ensino. Quando analisamos as possibilidades definidas pela AVA podemos observar as oportunidades de acesso a conteúdo onde nos permitem a elucidação de dúvidas juntos com os profissionais dentro das instituições. No ponto de vista de Magnagnagno (2015), o ambiente virtual abrange a algo bem maior do que um simples ambiente de publicação de materiais. O AVA se constitui em um ambiente onde o professor reproduz as necessidades de interação e comunicação, determinadas pelo projeto pedagógico, pelo contexto educacional ou pelos objetivos pedagógicos do curso.

2 Referencial teórico

O uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIC) tem sido vastamente utilizadas como instrumentos facilitadores da educação permanente e principalmente na educação à distância. No Brasil, as políticas públicas vêm sendo difundidas no sentido de beneficiar a integração e colaboração na área da saúde, bem como apoiar iniciativas cujo objetivo seja o aprimoramento tanto da assistência quanto do ensino em saúde. O ambiente virtual de aprendizado (AVA) vem para agregar no ensino aprendizado de maneira estratégica para a formação profissional na área da saúde.

2.1 Ambiente virtual de aprendizado (AVA)

De acordo com Ribeiro (2007), os AVAs na sua maioria são desenvolvidos por instituições acadêmicas ou organizações privadas, assim, fornecem aos usuários ferramentas a serem utilizadas em um curso, com intuito de facilitar o processo de compartilhamento de materiais e conteúdo de estudo, além de estabelecer formas de discussões, coletar e revisar

tarefas, registrar notas, possibilitar interatividade. Corrobora em um melhor aproveitamento no processo de ensino aprendizagem em EAD.

Nesse contexto o AVA passar a existir como uma necessidade, principalmente após ao avanço tecnológico, de se simular uma sala de aula. Oliveira et al. (2004) conceitua o ambiente virtual de aprendizagem como os espaços das relações com o saber, sendo o maior objetivo do processo de aprendizagem. Os espaços citados pelos autores, são ambientes que favorecem a construção do conhecimento que ocorre principalmente a partir de interações dos alunos com os conteúdos e professores.

Já para Valentini e Soares (2005), define o AVA como um espaço social constituído de interações através da linguagem das mídias, visando o processo de ensino aprendizagem no qual as pessoas tem como objetivo principal o conhecimento. Os autores também relatam que o foco não está na forma do ensino aprendizagem, seja ele através de recursos da internet ou da hipermídia, mas sim no objetivo do conhecimento alcançado por estas tecnologias.

O ambiente virtual é um instrumento que também pode ser empregada por empresas que desejam fazer conferências ou fornecer treinamentos online e não especificamente para sala de aula. Santos (2003) corrobora, que o AVA permite a produção de conteúdo como também vários canais de comunicação, gerenciamento de banco de dados, domínio absoluto das informações no ambiente ofertado. Todas essas características ofertadas pelo AVA permitem que grandes números de pessoas possam se interagir em ocasiões e lugares variados. Atualmente os AVA TelEduc e Moodle são os mais utilizados para formação de profissionais de saúde permitindo, além da capacitação docente o favorecimento da educação permanente.

Segundo Campos et al. (2015), é através destes ambientes que as aulas são fornecidas, o aprendizado é monitorado por meio de discussões, efetivação de atividades e avaliações. Por esta razão o ambiente virtual de aprendizagem propõem distintas funcionalidades como o gerenciamento de recursos onde podemos criar repositórios, importação e exportação de

conteúdo; o gerenciamento de usuários, permitindo monitorar, visualizar e diagnosticar a qualidade da aprendizagem do aluno particularmente; o gerenciamento de cursos permite criar, adicionar disciplinas, links mídia com a realização de atividades; e o gerenciamento de comunicação permitindo a criação e envio de mensagens por chat, fóruns, e-mails, videoconferência, painel de notícias. Ainda de acordo com os autores, um dos AVA mais utilizados no Brasil é o Moodle, que, dependendo da versão utilizada, pode ser configurada para suportar diferentes funcionalidades.

O AVA passa a ser um local onde o professor espelha as necessidades de interação e comunicação exigidas pelo projeto pedagógico do curso ofertado. Portanto, dentre essas tecnologias o moodle do AVA é a forma mais utilizada para formação profissional, por isso a descrição sobre essa ferramenta é importante.

Neste estudo vamos tratar especificamente do Moodle na função de AVA para formação de profissionais na area da saude.

2.1.1 O Moodle

A Plataforma Moodle, surgiu em 2001, tendo como fundador e desenvolvedor Martin Dougianas. No final de 2001, o Moodle já podia ser baixado contando com guia de orientação. Sua expansão aconteceu rapidamente, já em 2004, empresas se candidataram para serem parceiras. O Moodle passou por vários avanços, contudo, contemporaneamente os usuários registrados ultrapassaram a 160 milhões em mais de 106.000².

A filosofia que norteia o processo de desenvolvimento do Moodle é pautada pelo processo de aprendizagem, relacionada a teoria sócio construtiva. O construtivismo social, defende a construção de ideias e conhecimentos em grupos, impelindo a cultura colaborativa de uns para com os outros (CASTILHO, 2005).

O Moodle é um Learning Management System (LMS) que possibilita o gerenciamento de cursos mediante informações sobre frequência e

² <https://docs.moodle.org/38/en/History>.

acessos, ainda disponibiliza recursos para publicação de materiais e atividades, impelindo comunicação síncrona e assíncrona entre os participantes de um curso³. O Moodle também se trata de um sistema para gerenciamento de cursos (SGC) - um programa para computador destinado a auxiliar educadores a criar cursos online de qualidade, destaca-se a vantagem desta plataforma sobre as demais, o fato de possuir um forte embasamento da pedagogia construcionista⁴.

O Moodle, tornou-se muito popular entre docentes, estudantes, e isso acontece tanto nas modalidades presenciais como também à distância, composto por atividades educacionais voltado à aprendizagem. Permitindo assim a conexão entre alunos e educadores em cursos online com objetivo de gerenciar e promover a aprendizagem (PEREZ et al., 2012).

De acordo com Domenico, Cohrs (2016), o Moodle possui instrumentos que permitem as avaliações do curso ofertado com também pesquisa de opinião, questionários, tarefas e trabalhos de revisão; bate-papo, fórum, mensagens e oficinas, além da possibilidade de criação de textos colaborativos.

Magnagnagno e colaboradores (2015) corrobora que o Moodle possui várias ferramentas disponibilizadas pelo administrador do AVA, onde o docente pode escolher a forma de ensinar de acordo com seus objetivos pedagógicos, é possível também idealizar cursos que empreguem fóruns, diários, chats, questionários, wiki, e vários outros, oferecendo assim ao aluno formas flexibilizadas de diferentes perspectivas, permitindo a elaboração de espaços didáticos únicos.

2.2 Avanço da tecnologia na área da saúde

A incorporação de tecnologias em saúde no Brasil evoluiu muito nos últimos anos. Contudo ainda depende de novos aperfeiçoamentos, para melhorar o ensino de saúde no Brasil. A aceleração do desenvolvimento

³http://www.ggte.unicamp.br/ggte/wp-content/uploads/2017/12/APOSTILA_Moodle_Versao3_2_2017.pdf

⁴http://ava.bahia.fiocruz.br/pluginfile.php/704/mod_resource/content/1/Manual_Moodle_UNB_-_Modulo_1.pdf

tecnológico, pressiona a incorporação de tecnologias inovadoras, mas que necessitam garantir eficácia e segurança.

Na área da Saúde, a necessidade de constante atualização faz com que as iniciativas e experiências nesta área despontam como possibilidades para a formação profissional na expectativa de atender às mudanças na construção da saúde e assim tenham acesso a informações científicas relevantes, pois suas decisões refletem no bem-estar das pessoas.

A utilização das novas tecnologias de informação na saúde ocasionou expressivas modificações na educação para a área da saúde surgindo assim novas formas de ensinar, atraindo novas condutas dos profissionais de saúde e novos conhecimentos.

De acordo com França et al. (2019), cada uso da tecnologia implica em estratégias forjadas para aproveitar os recursos dela oferecida para fins profissionais, como também a efetividade do uso da tecnologia pela população como parte do seu cotidiano comunicacional de vida. Se todos já usam os aplicativos e redes sociais para falar com seus familiares e amigos, é natural que se estenda esse uso para a comunicação e formação profissional.

As plataformas e mídias já fazem parte da rotina de ações de ensino aprendizagem, buscando cada vez mais modos inovadores e responsáveis para que esses ambientes sejam integrados na formação superior na área de saúde.

2.3 Importância da formação do profissional da saúde na área de tecnologias

O processo de ensino-aprendizagem indispensáveis à formação em profissional em saúde, deve ser capaz de aumentar as possibilidades de ensino em buscas de métodos inovadores, que admitam uma prática pedagógica excedendo os limites do treinamento puramente técnico, para alcançar uma formação profissional no âmbito tecnológico.

Considerando-se, que a graduação dura somente alguns anos, enquanto a atividade profissional pode permanecer por décadas e que os conhecimentos e competências vão se transformando velozmente, torna-se essencial pensar em uma metodologia para uma prática de educação libertadora, na formação de um profissional ativo e apto a aprender. (MITRE et al., 2007).

Torna-se cada vez mais evidente e fundamental a educação no ambiente dos trabalhadores da área da saúde, pois o acelerado crescimento dos espaços de trabalho tem demandado uma atuação profissional pautada no conhecimento e no desenvolvimento de competências e habilidades para tomada de decisões, além de exigir uma postura crítico reflexiva das ações desempenhadas. (SILVA et al., 2015).

Deste modo, Mitre (2007) relata que as abordagens pedagógicas progressivas de ensino aprendizagem vem sendo estabelecidas para aperfeiçoar profissionais com competências éticas, políticas e técnicas como também dotados de conhecimento, entendimento, crítica, responsabilidade para os assuntos da vida e da sociedade, capacitando-os para intervirem em contextos de incertezas e complexidades. Conforme Almeida (2003, p. 334) corrobora:

Ensinar em ambientes digitais e interativos de aprendizagem significa: organizar situações de aprendizagem, planejar e propor atividades; disponibilizar materiais de apoio com o uso de múltiplas mídias e linguagens; ter um professor que atue como mediador e orientador do aluno, procurando identificar suas representações de pensamento; fornecer informações relevantes, incentivar a busca de distintas fontes de informações e a realização de experimentações; provocar a reflexão sobre processos e produtos; favorecer a formalização de conceitos; propiciar a Interaprendizagem e a aprendizagem significativa do aluno.

Somente informatizar a forma de transmitir o conteúdo educativo através da tecnologia não garante, em si, a aprendizagem, ou seja, o ensino só faz sentido a quem quer realmente aprender.

3 Metodologia

A modalidade metodológica qualitativa prioriza a consideração dos aspectos singulares e complexos da vida humana, remetendo aos significados que os sujeitos atribuem às suas ações e relações, na tentativa de compreender os sentidos dos atos e das decisões deles. (MINAYO, 2010).

Trata-se de um estudo de revisão sistemática de literatura com abordagem qualitativa. Mediante pesquisa no repositório do Google acadêmico, em novembro de 2019, utilizando-se as palavras-chave “formação profissionais saúde e tecnologia”, “ambiente virtual de aprendizagem”, “tecnologia”, foram obtidos 110 artigos relacionados ao tema. Com exclusão de patentes, citações e páginas em português caíram para 104. Dentre todos os artigos, 15 definiram AVA ou abordaram uma forma de explicação sobre o que significa a expressão. Após análise dos resumos, foram selecionados para amostra final 3 artigos dentro do enquadramento da pesquisa.

4 Análises e discussões

Foram analisados 3 artigos que evidenciam o uso de tecnologias para formação de profissionais na área da saúde através do ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

Quadro 1 – Artigos analisados na pesquisa

Estudo	Título	Autor (ano)	Objetivos
I	Estratégias de ensino-aprendizagem com apoio de tecnologias para a formação interdisciplinar e integral em saúde.	Flávia de Oliveira; Sueli Leiko Takamatsu Goyata; Marlene das Graças Martins; Marcos de Abreu Nery; Carolina Costa Valcanti 2018	Descrever e avaliar o desenvolvimento de um ambiente virtual de aprendizagem para a formação interdisciplinar e integral em saúde
II	Desenvolvimento e implementação de um ambiente virtual de aprendizagem na área da saúde: uma experiência de pesquisa baseada em design.	Miriam Struchiner; Paula Ramos; Octavio Domont de Serpa Junior 2016	Apresenta uma experiência de Pesquisa Baseada em Design (PDB), no contexto da formação em saúde de uma universidade pública brasileira
III	Análise do uso de recursos de interação, colaboração e autoria em um ambiente virtual de aprendizagem para o ensino superior na área da saúde.	Maria Augusta Vasconcelos Palácio; Miriam Struchiner; 2016	Analisar o uso do AVA “Vivências: experiências do processo de adocimento e tratamento” em cursos de graduação em saúde e discutir o uso das ferramentas blog, wiki, glossário e fórum

Fonte: elaboração própria

Estudo I: Oliveira e seus colaboradores (2018) realizaram um estudo sobre estratégias de ensino-aprendizagem com apoio de tecnologias para a formação interdisciplinar e integral em saúde. O artigo, tem como objetivo de descrever e avaliar o desenvolvimento de um ambiente virtual de aprendizagem para a formação interdisciplinar e integral em saúde. A metodologia usada pelos autores foi uma pesquisa descritiva, do tipo qualitativa, de avaliação de um curso, com encontros presenciais e à distância pela plataforma Moodle, numa amostra de 20 estudantes de cinco cursos da área da saúde. Os participantes relatam a facilidade do fato de realizar seu próprio horário de estudo com a comodidade de não ser necessário sair de casa, o que lhes traz maior segurança. A plataforma Moodle foi destacada como uma ferramenta interessante para a troca de conhecimento, no qual o design do curso foi detalhado e facilitou a navegação. A dificuldade em se envolverem também foi percebida, uma vez que se tratava de uma estratégia de ensino totalmente diferente daquelas já

vivenciadas. No entanto, à medida que as atividades eram realizadas, eles conseguiam se sentir envolvidos pela plataforma.

Os resultados obtidos através do ambiente virtual de aprendizado auxiliaram na formação interdisciplinar em saúde por permitirem a construção colaborativa do conhecimento entre diferentes categorias profissionais da área da saúde. Os autores relatam que a partir das avaliações realizadas, que as estratégias de ensino e de aprendizagem, mediadas pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem, foram consideradas uma importante ferramenta alcançando assim os objetivos deste trabalho.

Estudo II: O estudo apresentado pelos autores Struchiner, Ramos e junior (2016), foi uma experiência de Pesquisa Baseada em Design (PBD). Pesquisadores em Tecnologia Educacional e sua equipe, professores de Psicologia Médica e Psicopatologia trabalharam colaborativamente no planejamento, desenvolvimento e implementação de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA), com a finalidade de apoiar o ensino-aprendizagem na área da saúde cujas abordagens se baseiam na narrativa dos pacientes sobre suas experiências de adoecimento e tratamento. Para descrever e analisar a experiência do projeto do AVA Vivências, os autores adotaram o ciclo PBD de quatro fases:

- **Fase 1:** faz uma análise de problemas práticos por pesquisadores e sujeitos da prática educacional;
- **Fase 2:** é o desenvolvimento de solução, com base em modelo teórico;
- **Fase 3:** faz uma análise da intervenção em situações práticas reais;
- **Fase 4:** é sobre documentação e reflexão para produzir princípios de design.

Estes princípios foram identificados e analisados pelos autores nas lições aprendidas durante o uso do AVA, são eles representados neste quadro:

Quadro 2 - Princípios da Pesquisa Baseada em Design (PBD)

Princípio 1	Princípio 2	Princípio 3	Princípio 4	Princípio 5
Indica que é fundamental o uso do AVA em projetos desta natureza.	Estimular o compartilhamento de concepções teóricas e epistemológicas entre sujeitos de diferentes áreas.	Indica que o Método de Prototipagem Rápida para o planejamento do AVA.	O para integrar o uso de TIC em práticas educativas.	Indica que é fundamental oferecer flexibilidade para que os professores revejam seus planos no momento da intervenção.

Fonte: Struchiner, Ramos e Junior (2016)

Os autores descrevem que foi possível estabelecer objetivos e deliberar as principais características do AVA. Isto foi adquirido por meio de intensa negociação da equipe. E com isso os principais requisitos do AVA foram determinados: proporcionar, aos alunos, oportunidade de construir conhecimentos; contemplar a construção de espaços de expressão individual e coletiva; oferecer recursos para os sujeitos envolvidos comporem suas narrativas digitais em diferentes formatos, como voz, vídeo, blogs, e-mails e fórum de discussão.

Por fim os autores deixam claro que em síntese, partindo dos pressupostos da PBD, foi possível, com a análise realizada, salientar as particularidades do processo de desenvolvimento, e apontar as oportunidades e desafios de desenvolver um trabalho com base nessa perspectiva. Vale ressaltar que, embora os achados de pesquisa sejam localizados em um contexto específico, apontam princípios e contribuições para pesquisas em contextos semelhantes.

Estudo III: Os autores Palácio e Struchine (2016) analisaram o uso do AVA “Vivências: experiências do processo de adoecimento e tratamento” em cursos de graduação em saúde e discutir o uso das ferramentas blog, wiki, glossário e fórum. O mesmo foi publicado em 2016. A metodologia utilizada pelos autores foi um estudo descritivo e exploratório. Os autores analisaram 15 disciplinas de graduação em sua maioria nos cursos de Medicina e de Psicologia da UFRJ. No período avaliados 926 alunos, 31 professores, 24 tutores e 22 colaboradores utilizaram o ambiente virtual. Observou-se neste período que houve uma participação significativa dos alunos em todas as disciplinas e dos pacientes que colaboraram em

algumas das disciplinas dos quais fazem acompanhamento médico em um ambulatório de Psiquiatria. Eles também participaram da transformação de concepção das disciplinas a partir do uso do AVA “Vivências”, estando incluídos em um projeto de extensão da Universidade que objetivava a inclusão digital deles. Com isso ficou claro de acordo com os autores que oferecer ao paciente um espaço para que ele possa sair da posição de objeto de intervenção e compartilhar com os demais suas experiências no processo de adoecimento e tratamento.

Os autores analisaram as ferramentas utilizadas durante as disciplinas: A ferramenta Wiki foi utilizada em sete disciplinas como um espaço para construção de textos coletivos na sua área de domínio. O uso do fórum foi utilizado em seis disciplinas na qual apreciou a interação entre os alunos e participantes a partir de duas perspectivas: diálogo entre colaboradores e alunos e entre os professores e alunos acerca das discussões realizadas em sala de aula. A utilização do blog ocorreu apenas em duas disciplinas e apenas quatro professores criaram blogs e empregaram para apresentar suas declarações a respeito das postagens sobre as experiências vivenciadas nas atividades realizadas e a participação dos alunos no ambiente.

Considerações finais

É possível concluir que, o processo de ensino e aprendizagem e das ferramentas disponibilizadas pelo AVA, parece ter assumido uma tendência de atitude inovadora pois propõe a utilização de novas ferramentas para formar profissionais em saúde com habilidades e competências, além do domínio técnico e científico.

Considerando o resultado obtido é possível concluir que o objetivo principal do artigo foi atingido, pois nos estudos investigados verificou-se que o ambiente virtual de aprendizagem possibilitou a interação, cooperação e colaboração na formação de profissionais de saúde. No estudo, os resultados apresentados reforçam o interesse em trabalhar com AVA para transformar os espaços de formação dos profissionais na área de saúde com os recursos

tecnológicos utilizados estimular a participação dos alunos, e com isso apontam a necessidade de inovação tecnológica no ensino na área da saúde.

Por tanto é pertinente a incorporação de tecnologias nos diferentes contextos acadêmicos na formação profissional. Para tanto, verifica-se a necessidade do apoio de tecnologias durante a trajetória acadêmica, como forma de preparação para a atuação, bem como a qualificação de suas práticas conferindo uma assistência de qualidade e resolutividade.

Referências

- MAGNAGNAGNO, C.; RAMOS, M.; OLIVEIRA, L. **Estudo sobre o uso do Moodle em Cursos de Especialização a Distância da unifesp**. Revista Brasileira de educação Médica 39 (4): 507-516; 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-52712015V39N4E00842014>.
- RIBEIRO, E. N.; MENDONÇA, G. A. A.; MENDONÇA A. F. **A Importância dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem na Busca de Novos Domínios da EAD**. Goiás, 2007.
- OLIVEIRA, C. C; COSTA, J. W.; MOREIRA, M. **Ambientes informatizados de aprendizagem**. In: COSTA, J. W.; OLIVEIRA, M. A. M. (orgs.) Novas linguagens e novas tecnologias: Educação e sociabilidade. Petrópolis: Vozes, 2004.
- VALENTINI, C.; SOARES, E. (orgs.). **Aprendizagem em Ambientes Virtuais: compartilhando idéias e construindo cenários**. Caxias do Sul: EDUCS, 2005.
- SANTOS, E. **Ambientes virtuais de aprendizagem: por autorias livre, plurais e gratuitas**. In: Revista FAEBA, v.12, no. 18, 2003.
- CAMPOS, J.; et al. **A usabilidade e acessibilidade de um ambiente virtual de aprendizagem com foco no usuário idoso: uma verificação ergonômica do Moodle**. AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento, v. 4, n. 1, p. 10-23, jan./jun. 2015. <https://docs.moodle.org/38/en/History>.
- CASTILHO, R. A.F (2005). 68 – **Moodle (Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment)**.http://www.ccuac.unicamp.br/ead/index_html?foco2=publicacoes/78095/947021&focomenu=publicacoes acesso em novembro 2019.

- PEREZ, G.; et al. **Tecnologia de Informação para Apoio ao Ensino Superior: o uso da ferramenta Moodle por professores de ciências contábeis**. Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 6 n. 16 p. 143-164, 2012.
- DOMENICO E; COHRS C. **Plataforma Moodle na construção do conhecimento em Terapia Intensiva: estudo experimental**. Acta Paul Enferm. 2016; 29(4):381-9. <http://dx.doi.org/10.1590/19820194201600053>
- FRANÇA T.; RABELLO E.; MAGNAGO C. **As mídias e as plataformas digitais no campo da Educação Permanente em Saúde: debates e propostas**. Rio de Janeiro, v. 43, n. especial 1, p. 106-115, ago 2019.
- MITRE S.; BATISTA R.; MENDONÇA M.; et al. **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais**. Ciência & Saúde Coletiva, 13(Sup 2):2133-2144, 2008.
- SILVA, A. et al. Limites e possibilidades do ensino à distância (EaD) na educação permanente em saúde: revisão integrativa. Revista Ciência & Saúde Coletiva, v.20, n.4, p.1099-1107, 2015. [www.scielo.br > scielo](http://www.scielo.br/scielo)
- ALMEIDA, M. **Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.2, p. 327-340, jul./dez. 2003.
- OLIVEIRA, F.; GOYATA, S.; MARTINS, M, et al. **Estratégias de Ensino-Aprendizagem com Apoio de Tecnologias para a Formação Interdisciplinar e Integral em Saúde**. Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro. 2018; 8:e1612. [Access__]; Available in: __. DOI: <https://doi.org/10.19175/recom.v7io.1612>
- STRUCHINER M.; RAMOS P.; JUNIOR. **O Desenvolvimento e implementação de um ambiente virtual de aprendizagem na área da saúde: uma experiência de pesquisa baseada em design**. Comunicação saúde educação, 2016; 20(57):485-95
- PALÁCIO M.; STRUCHINER, M. **Análise do uso de recursos de interação, colaboração e autoria em um ambiente virtual de aprendizagem para o ensino superior na área da saúde**. Ciênc. Educ., Bauru, v. 22, n. 2, p. 413-430, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1516-731320160020009>
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde (12. ed.)**. São Paulo, SP: Hucitec. (2010).

Capítulo 7

Metodologias ativas no ensino superior: o uso da rede social educativa Edmodo num programa de mestrado na Universidade Federal do Tocantins

*Elaine Jesus Alves*¹

1 Introdução

No cenário atual de mudanças tecnológicas e sociais, importantes transformações estão em andamento que afetam diretamente a forma como vivemos e trabalhamos. Nos referimos aos tempos contemporâneos como a “Sociedade da informação” ou “Sociedade em rede ” (CASTELLS, 2005), caracterizada pela difusão de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) e a crescente demanda por novas abordagens e pedagogias educacionais que promovam a aprendizagem ao longo da vida.

Segundo Silva (2008), o fortalecimento e ampliação do ciberespaço e da cibercultura no século XXI abriram campo para uma sequência de reconfigurações da comunicação com impacto na educação. A quinta reconfiguração citada pelo autor, constitui a comunicação em ambientes virtuais por meio de comunidades de aprendizagem. Da primeira fase da internet, chamada de *Web* 1.0, focalizada em site de buscas de informação, avançou-se, na virada do milênio, para a *Web* 2.0, sendo esta última voltada para a interação entre os usuários, também chamada de *Web* Social. Silva e Souza (2015, p. 6) explicam que esse fenômeno ocorreu devido o

¹ Doutora e Pós-doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Minho, Braga PT. Pós-doutorado em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: elainealves@uft.edu.br.

desenvolvimento de um “conjunto alargado de programas centrados na interatividade entre utilizadores que permitiram uma maior relacionamento social”. A internet tornou-se uma interface de publicação e comunicação em rede. As interfaces amigáveis de *blogs*, fóruns, *vlogs*, *wiks*, *podcastings*, redes sociais, páginas pessoais, canais de vídeos possibilitaram que os usuários migrassem de receptores da informação para autores. O ciberespaço torna-se um espaço democrático em que são dadas vozes aos que antes não tinham oportunidade de se expressar (ALVES, 2007).

Neste sentido, há uma tendência para a criação de Sistemas de Gerenciamento de Aprendizagem (SGA) ou em inglês *Learning Management Systems* (LMS) que segundo Haguenaer, Mussi e Cordeiro Filho (2009, p. 8), “são softwares especializados, no gerenciamento de atividades de ensino (e aprendizagem) online. Em sua essência os SGA são constituídos de banco de dados, ferramentas de gestão (de atividades acadêmicas ou didáticas), ferramentas de publicação de conteúdo e ferramentas de comunicação”. As ferramentas de gestão permitem ao professor gerenciar cursos, disciplinas ou mesmo turmas. As ferramentas de publicação de conteúdo possibilitam a disponibilidade de conteúdos em diferentes formatos para os participantes e as ferramentas de comunicação permitem a interatividade entre os participantes blog, e-mail, chat e fórum disponíveis dentro da plataforma LMS. O Moodle (*Modular Object-Oriented Dinamyc Learning Enviroment*), a plataforma Solar e TelEduc são os exemplos mais conhecidos de SGA ou LMS.

Neste artigo será considerado o Edmodo, um LMS menos conhecido da comunidade acadêmica, mas que já existem estudos consideráveis sobre seu uso nos mais diversos níveis de educação. Estudos recentes apresentam relatos de experiências do Edmodo no ensino médio (JUNQUEIRA, 2017; IURIF, 2016; TROVA, 2015), na educação básica (GAUDÊNCIO, 2015; PEREIRA & DOMINGO, 2019), na educação de jovens e adultos e preparação para o Enem (CONDE, 2016; OLIVEIRA 2016) e no ensino superior (LEITE, 2018). Os estudos em linha apresentam resultados positivos em relação ao uso do Edmodo.

No entanto, ainda existe uma controvérsia sobre o que se trata o Edmodo. Alguns estudos o definem como um Ambiente Virtual de Aprendizagem (MARICATO, 2010; JUNQUEIRA, 2017; PEREIRA, 2016; PEREIRA & DOMINGO, 2019); outros o descrevem como uma rede social educativa (ALONSO-GARCÍA, MORTE-TABOSO & ALMANSA-NÚÑEZ, 2015; TROVA, 2014 LEITE, 2019); e uma linha de autores classificam o Edmodo como um LMS (CHAROENWET, S.; CHISTENSEN, 2016 LOPES, 2016). De acordo com o site www.edmodo.com, este se define como uma rede global de educação.

Portanto, a primeira parte deste artigo tem o objetivo de apresentar o Edmodo, suas principais características e definição correta. Na segunda parte apresentamos a experiência de uso do Edmodo no Programa de Mestrado em Comunicação e Sociedade (PPGCom) na Universidade Federal do Tocantins (UFT).

2. Referencial teórico

2.1 O Edmodo

O Edmodo foi fundado em 2008, por Jeff O'Hara e Nic Borg com o objetivo de causar um impacto internacional ajudando professores e alunos a se comunicarem e colaborarem usando uma plataforma de aprendizagem social (BELTRAN-CRUZ & CRUZ, 2013). Com mais de 90 milhões de usuários registrados em 400.000 escolas em 192 países, a plataforma Edmodo é uma das maiores e mais ativas plataformas de comunidade de aprendizagem do mundo². De acordo com Gaudêncio (2014), o Edmodo se caracteriza como um microblog educacional de propriedade da LinkedIn. Microblog segunda a classificação de um blog que permite a inserção de textos de até 200 caracteres ou menos. Segundo o autor, o Edmodo

² Fonte: <https://www.prnewswire.com/news-releases/netdragon-signs-agreement-to-acquire-edmodo-to-create-the-largest-global-learning-community-300626053.html> Acesso em 03 nov. 2019.

possibilita aos professores uma conectividade mediada para realização de atividades presenciais e a distância, para publicação de atividades, compartilhamento de artigos e ainda interação por meio de *quizz*, de simulados e de enquetes com a formação de redes com os alunos (idem, p. 68).

Considerando as características do Edmodo, este pode ser classificado como um Sistema de Gerenciamento de Aprendizagem, ou simplesmente plataforma de ensino online (em inglês, Learning Management Systems - LMS). Marques e Carvalho (2009, p. 987) descrevem algumas características de um LMS:

Podemos referir que um LMS permite administrar e organizar a informação, os materiais e os conteúdos de aprendizagem; possibilita a interação entre os alunos e entre estes e os professores, através de ferramentas de comunicação síncronas e assíncronas; e permite também a avaliação dos alunos, através de questionários, debates, registros, número de visitas realizadas na plataforma e contributos nela feitos.

Os autores acrescentam que os LMS possuem um espaço em que compartilham diferentes recursos de aprendizagem, um espaço comum da comunidade de aprendizagem, ferramentas de comunicação/cooperação síncronas e assíncronas. Os LMS têm ainda ferramentas de avaliação, monitoramento e gestão administrativa.

A partilha de conteúdos é uma característica do Edmodo. Junqueira (2017) descreve a plataforma como ofertante de links, notas, vídeos, imagens, calendários e eventos. É possível também receber notificações, mensagens privadas ou públicas e pode formar grupos por disciplinas. O autor conclui:

sobre as ferramentas de interação, a plataforma educacional social possibilita a utilização de enquete, ligação com o Google Doc, jogo e fóruns de discussão. Além de funcionalidades mais individualizadas como tarefas e testes (idem, p. 32).

Outro fato que justifica classificar o Edmodo como um LMS é seu sistema de avaliação. A plataforma disponibiliza ferramentas de comunicação e avaliativas. Nestas ferramentas, o docente pode propor atividades avaliativas direcionada a grupos específicos estipulando prazos de entrega.

Segundo Trust (2012), o Edmodo é uma grande comunidade virtual de aprendizagem. Cada membro pode ter um perfil que exhibe seus respectivos grupos, comunidade e postagens mais recentes. Todo participante da comunidade tem uma biblioteca pessoal acessível de qualquer lugar e dispositivo e pode compartilhar recursos com outros membros da comunidade.

Outra característica relevante do Edmodo é a possibilidade dos pais dos alunos acompanharem o andamento das atividades dos filhos. Sobre este aspecto, Oliveira e Oliveira (2012, p. 8) explicam: “os pais dos alunos poderiam acessar ao Edmodo e acompanhar as tarefas entregues dos seus filhos e as suas notas sem interferirem nas discussões dos alunos e professores”. Como a plataforma é bastante utilizada por escolas do ensino médio, essa possibilidade de acompanhamento dos pais é apreciada pelos usuários.

Embora alguns estudos se refiram ao Edmodo como uma rede social e comparem seu Layout ao do Facebook, existem diferenças visíveis entre os dois. Trova (2014, p. 28) explica:

O facebook não oferece algumas opções que podemos encontrar em um AVA, como ferramentas para a realização tradicional de processos avaliativos, espaço virtual para armazenamento de arquivos, questionários avaliativos, gráficos de desempenho do estudante e também privacidade dentro do grupo criado, onde somente quem possui o código de segurança pode acessar as informações.

Outra confusão de terminologia é classificar o Edmodo como um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Segundo Haguenaer, Mussi, e Cordeiro Filho (2009, p. 3) um AVA podem ser desenvolvido (não exclusivamente), por meio de Sistemas de Gerenciamento da Aprendizagem ou LMS. Ou seja, nem todo AVA é proveniente de uma LMS. Os autores acrescentam “os AVA (online ou offline) podem também ser desenvolvidos a partir de diferentes softwares e ferramentas, como o Flash, o HTML, o

VRML, o Director, 3DMax e 3Dquest, entre outros”. Neste sentido, o Edmodo está acima de uma classificação de AVA, pois constitui um LMS com recursos avançados de gerenciamento de cursos, disciplinas, professores e alunos.

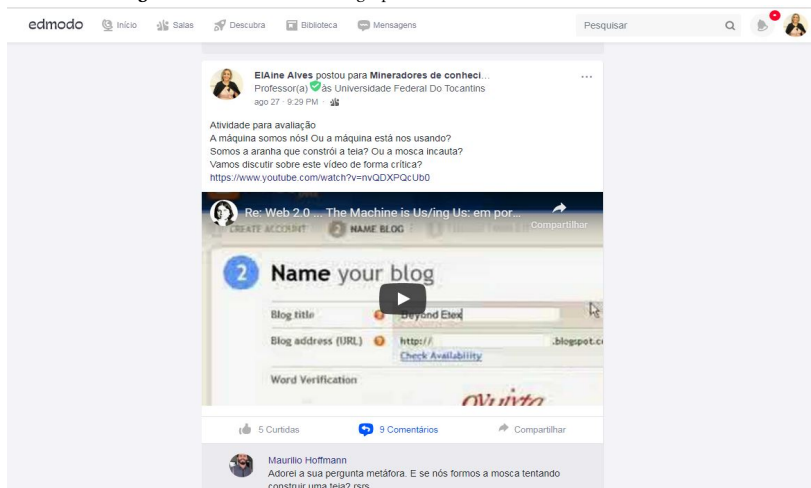
Portanto, o Edmodo constitui um sistema de gerenciamento de aprendizagem ou uma plataforma de ensino online (LMS) cujos estudos realizados sobre sua contribuição na prática pedagógica mostraram-se positivos, considerando seu layout amigável, as possibilidades de interação e engajamento dos participantes (TROVA, 2015; IURUF, 2016; CONDE, 2016; OLIVEIRA, 2016; JUNQUEIRA, 2017; LEITE, 2019). Na seção seguinte apresentamos a experiência do uso do Edmodo numa disciplina de mestrado na UFT.

3. Relato de experiência de uso do Edmodo

A plataforma Edmodo foi escolhida como suporte da disciplina *Política e processos formativos em Comunicação* no Programa de Mestrado em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). A escolha pelo Edmodo se justifica pela sua semelhança com uma rede social que possibilita interação entre estudantes e professores, e também pela possibilidade de disponibilizar aos estudantes um acervo de leituras na biblioteca.

O grupo criado foi intitulado de *Mineradores do conhecimento* para inferir a ideia de que as atividades a serem realizadas no Edmodo seriam exploratórias e para produção de conhecimento, como um garimpeiro que busca o ouro no garimpo. Foi criada uma biblioteca com pastas para cada aula. Nas pastas foram disponibilizados os planos de aula e materiais para leitura antecipada.

A primeira atividade foi a proposta de análise de um vídeo em que os participantes foram instigados a refletir sobre a temática da literacia digital e comunicação discutida em sala de aula (figura

Figura 1 - Primeira atividade no grupo Mineradores de conhecimento no Edmodo

Fonte: elaboração própria

A atividade solicitava ainda que os participantes comentassem as impressões dos colegas de modo que a discussão fosse enriquecida colaborativamente. A atividade foi mediada pela professora formadora que provocou os estudantes com mais perguntas para levar à reflexão sobre a temática. Ainda dentro da discussão sobre globalização, tecnologias e comunicação a segunda atividade consistia na postagem de uma charge, vídeo ou ilustração que criticamente apresentasse o cenário atual. Além da postagem, os participantes deveriam justificar a sua escolha e comentar a postagem dos demais participantes (figura 2).

Figura 2 - Estudante posta atividade 2 no Edmodo



Fonte: Elaboração própria

O Edmodo também foi utilizado para postagem das apresentações em Prezi e Powerpoint das aulas. As funcionalidades de criação de testes/questionários, apesar de ser interessante em algumas propostas, não foram usadas na experiência, considerando que se trata de uma disciplina de mestrado voltada para o cunho científico. A plataforma foi usada para a postagem de trabalhos dos estudantes com antecedência ao dia da aula. A ideia era o compartilhamento colaborativo do conhecimento num ambiente virtual acessível a qualquer hora, de qualquer lugar.

Com o objetivo de compreender o grau de satisfação dos estudantes em relação ao uso do Edmodo na disciplina *Política e processos formativos em Comunicação* do programa de Mestrado em Comunicação e Sociedade, foram aplicados questionários online cujas questões buscavam levantar dados sobre o que os estudantes acharam da experiência e se de alguma

forma o uso da plataforma os incentivou a pensar nas tecnologias como potenciais suportes na prática pedagógica. De 11 estudantes da disciplina, 10 responderam o formulário.

A primeira questão do formulário sondou se os participantes já conheciam o Edmodo, todos os 10 respondentes afirmaram que não conheciam a plataforma. A segunda pergunta diz respeito às impressões dos participantes em relação ao Layout do Edmodo. A resposta era aberta, logo obtivemos diversas impressões: intuitiva, amigável, criativa, prática, interessante e interativa. Dois participantes alegaram que a plataforma no início é de difícil localização e um pouco complexa.

Outra questão aberta foi sobre o grau de interação da professora na plataforma. A maioria dos estudantes concorda que houve uma participação significativa da professora nas atividades no Edmodo. A quarta questão sondou a opinião dos participantes sobre os conteúdos discutidos na plataforma. Seguem algumas impressões (os participantes foram enumerados de acordo com a ordem de participação na resposta):

Os conteúdos apresentados tem bastante potencial para ajudar alunos de pós-graduação(P.2).

Entendo que favorecem a interação, contando com notificação de membros via e-mail a cada nova postagem (P.3)

Como a professora organizou as atividades em blocos temáticos, consegui compreender e estudar sobre cada conteúdo de forma satisfatória(P. 8)

Relevantes. Facilitou a aprendizagem além de aumentar a interação e integração da turma (P.9)

Percebe-se pelas respostas dos participantes que os conteúdos discutidos na plataforma foram relevantes para a disciplina. A principal questão foi sobre os pontos positivos e negativos do Edmodo. Segue um quadro com as respostas dos participantes (quadro 1):

Quadro 1 - Pontos positivos e negativos do Edmodo segundo os participantes.

Participantes	Pontos positivos	Pontos negativos
Participante 1	A semelhança com as redes sociais é um ponto importante e positivo, pois não precisa de muito esforço para utilização. É bem intuitivo	Como ponto negativo, vendo como usuário, destaco a quantidade informações e ícones distribuídos pela interface. Alguns considero desnecessários.
Participante 2	Acho legal a versatilidade desse tipo de ambiente online de aprendizagem. As pastas para organizar os materiais, a interação entre alunos, etc são bem interessantes	Tive dificuldade para entender a lógica dos perfis e fazer o cadastro. Mas deu certo.
Participante 3	Espaço voltado para debates de cognição; notificações das principais ações; interatividade.	Pouca facilitação de acesso a espaços e arquivos; poucos recursos de interação se comparado a outras plataformas sociais; nem todas as manifestações são notificadas via e-mail.
Participante 4	Positivo pela facilidade	Sem pontos negativo até o momento.
Participante 5	Fácil acesso	Não encontrei.
Participante 6	Facilidade de uso	Falta de uma linha do tempo mais focada
Participante 7	Ter os trabalhos salvos em um mesmo lugar Compartilhar conhecimento	Dominar pouco a ferramenta. A resistência somada a dificuldade inicial me atrapalhou a realizar trabalhos
Participante 8	Interatividade, discussão sobre várias temáticas, melhor utilização do tempo, organização de conteúdos, troca de materiais.	Réplicas e tréplicas dos comentários sem acesso imediato; correção na postagem de comentários, não há possibilidade de agrupamento

Fonte: Formulação própria

Comparando as respostas dos participantes com outros estudos, percebe-se que a interatividade do Edmodo constitui um diferencial da plataforma comparando-a a uma rede social semelhante ao Facebook (GAUDÊNCIO, 2015; IURIF, 2016; JUNQUEIRA, 2017). Sobre os pontos negativos, chama a atenção o fato dos participantes mencionarem alguma dificuldade no início do uso da plataforma (excesso de ícones, lógica confusa dos perfis, pouca facilidade de acesso aos arquivos e falta de uma linha de tempo mais focada). Um dos participantes confessou certa resistência

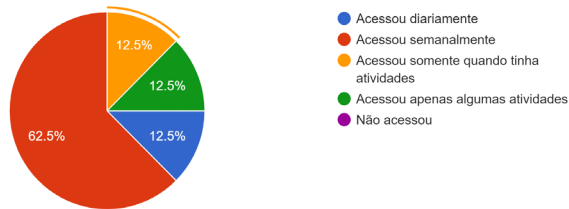
ao uso do Edmodo no início das atividades. Esta situação é comum em algumas situações de uso das TDIC nas aulas, em que formadores e formandos são resistentes em aproveitar as potencialidades das tecnologias (ALMEIDA, 2009; ALVES, 2017).

Sobre uma auto-avaliação dos participantes sobre sua respectiva interação no Edmodo, o gráfico 1 apresenta os resultados:

Gráfico 1 - Interação dos participantes no Edmodo

6. Avalie sua interação no Edmodo

8 responses



Fonte: Formulação própria

Portanto, a maioria dos participantes acessou o Edmodo semanalmente, de acordo com as atividades enviadas pela professora. Sobre as contribuições da plataforma para o entendimento da disciplina, as respostas abertas indicaram que foi uma “ferramenta útil de comunicação e envio de documentos” (Part. 1); “serviu para demonstrar outras possibilidades de ensino” (Part. 2); foi “um espaço excelente para discussão” (Part. 4); e ajudaram na “organização de materiais e espaço de discussão fora da sala de aula física” (Part. 7). Estas impressões demonstram que a plataforma de modo geral foi apreciada pelos estudantes.

A questão 8 buscou sondar que impressões o uso do Edmodo passou sobre o uso de tecnologias na sala de aula. Segue a descrição na íntegra das respostas dos participantes na ordem do formulário:

Como ferramenta, as impressões foram bem positivas e a experiência surpreendente (Part.1).

Desmistificou alguns pontos. A simplicidade da plataforma mostra como é fácil interagir(Part.2).

Uso de espaço virtual próprio para a cognição e discussão do saber (Part.3).

Pela sua facilidade de ser manuseado é algo que a tecnologia nos proporciona de melhor atualmente(part.4).

Que assim como ele, existem diversas ferramentas que podem auxiliar no conhecimento sobre as tecnologias(Part.5).

Necessário sempre estar atualizado (Part.6)

De que estávamos num mesmo ambiente virtual falando e buscando os mesmos objetivos (part. 7)

A possibilidade de mesmo fora do período das aulas na Universidade continuar os estudos iniciados(Part.8).

As respostas dos participantes indicam que a experiência foi agradável e positiva. A intenção da professora em usar a plataforma foi de apresentar um espaço educacional interativo e colaborativo. Percebe-se pelas impressões dos participantes de que o objetivo foi alcançado considerando as respostas à décima questão do formulário: Você usaria o Edmodo em suas aulas futuramente? Todos afirmaram que sim, usariam a plataforma por diversos fatores, entre eles citamos: pela entrega da ferramenta que oferece armazenamento em pasta, troca de arquivos e informações (Part. 1); um espaço que se destina a assuntos e discussões mais objetivas ao conhecimento, sem distrações (Part.3); a interação entre aluno e professor no Edmodo é ótimo (Part. 4); por permitir reunir num mesmo espaço virtual ideias e objetivos(Part. 7).

Considerações finais

Do exposto, podemos inferir das impressões dos participantes de que o Edmodo pode ser uma opção de plataforma LMS interativa e colaborativa em contextos educacionais. Embora os participantes tenham alistado alguns pontos negativos da experiência, uma visão geral das respostas, demonstram que a plataforma foi bem aceita e apresenta um potencial para futuras atividades docentes dos mestrandos. Estudos com relatos de experiências como este, buscam motivar os professores e formadores a

integrar as TDIC nas suas práticas pedagógicas com foco na interatividade e trabalho colaborativo para além dos muros da universidade.

Referências

ALONSO-GARCÍA, S.; MORTE-TABOSO, E.; ALMANSA-NÚÑEZ, S. Redes sociales aplicadas a la educación: EDMODO. *Revista de Educación Mediática y TIC*, v. 4, n. 2, p. 88-111, 2015.

ALMEIDA, M. E. Gestão de tecnologias, mídias e recursos na escola: o compartilhar significados. *Em Aberto*, 22 (79), 2009, pp.75-89.

ALVES, E. J. Formação de professores, Literacia Digital e Inclusão Sociodigital: Estudo de caso em curso a distância da Universidade Federal do Tocantins. (Tese de doutorado), Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, 2017.

BELTRAN-CRUZ, M.; CRUZ, S.S.S. The use of internet-based social media as a tool in enhancing student's learning experiences in Biological Sciences. *Higher Learning Research Communications*, v. 3, n. 4, p. 68-80, 2013.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede: do conhecimento à política. In: M. Castells, & G. Cardoso, A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Acção Política. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005, pp. 17-30.

CHAROENWET, S.; CHISTENSEN, A. The effect of Edmodo Learning network on students' perception, self-regulated learning behaviors and learning performance. *Proceedings of The 10th International Multi-Conference on Society, Cybernetics and Informatics*. 2016. P.297-300.

CONDE, N. J. L.. A integração da Plataforma Edmodo no contexto do ensino de TIC: uma proposta de atividades para os cursos EFA. Dissertação (Mestrado em Ensino de Informática) Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2016.

GAUDÊNCIO, W. P. S. Letramentos e ressignificação da prática docente por meio da ferramenta digital Edmodo. 2015. 145 f. Dissertação - (Mestrado Profissional em Letras) Universidade Federal da Paraíba, Mamanguape, 2015.

HAGUENAUER, C. J., MUSSI, M. V. & CORDEIRO FILHO, F. Ambientes virtuais de aprendizagem: definições e singularidades. *Educaonline*, 3(2), maio/ago. 2009.

- IURIF, V. L. N. A. Percepções de estudantes de Ensino Médio sobre aprendizagem de Inglês por meio de tarefa no Edmodo. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- JUNQUEIRA, M. P.. A plataforma educacional social Edmodo aplicada ao ensino de genética no Ensino Médio. 2017. Dissertação (Mestrado em Projetos Educacionais de Ciências) - Escola de Engenharia de Lorena, Universidade de São Paulo, Lorena, 2017.
- LEITE, B. S. Ensino híbrido utilizando a rede social Edmodo: um estudo exploratório sobre as potencialidades educacionais para o ensino de química. Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia, v. 12, n. 2 (2019).
- LOPES, L.A. Olhar digital na escola: a cibercultura nas aulas de Biologia em uma escola da periferia de Canoas, RS. Revista Tecnologia na Educação, n. 14, p. 1-12, 2016.
- MARICATO, D. T. Edmodo e suas potencialidades na educação como ambiente virtual de aprendizagem. Porto Alegre, 2010.
- MARQUES, C, G. CARVALHO, A, A. A. Contextualização e evolução do e-Learning: dos ambientes de apoio à aprendizagem às ferramentas da Web 2.0. In: DIAS, P. ; OSÓRIO, A. J., org. - “Challenges 2009 : actas da Conferência Internacional de TIC na Educação, 6, Braga, Portugal, 2009”. Braga : Centro de Competência da Universidade do Minho, 2009. ISBN 978-972-98456-6-6. p. 985-1001.
- OLIVEIRA, C. E. Atividades preparatórias para a prova de espanhol de vestibulares e do Enem via plataforma Edmodo : a compreensão leitora em foco (Dissertação). Mestrado em Mestrado Profissional em Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2016.
- OLIVEIRA, F.K. OLIVEIRA, O. S. Edmodo: uma rede social educacional. Anais eletrônicos do 4º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação. Universidade Federal do Pernambuco, 13 a 15 de outubro de 2012. Recife, Pe, 2012.
- PEREIRA, E. M. A; DOMINGO, R. P. O Ambiente Virtual de Aprendizagem na Educação Básica: uma Experiência com o Edmodo no Ensino-aprendizagem de Artes Visuais. Rev. Bras. Apend. Aberta. v. 17 n. 1, 2018.

- SILVA, B. D. Tecnologias, Ecologias da Comunicação e Contextos Educacionais. *Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2008, pp 31-51.
- SILVA, B., & SOUZA, K. P. (2015). Redes de Comunicação Ubíqua e Coinvestigação: Relato de uma experiência no âmbito do Coempreender. *Atas do VIII Seminário Internacional "As Redes Educativas e as Tecnologias: Movimentos Sociais e a Educação*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- TROVA, N. F. O uso da rede social de aprendizagem Edmodo como auxílio no processo de ensino-aprendizagem. 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- TRUST T. Professional Learning Networks Designed for Teacher Learning, *Journal of Digital Learning in Teacher Education*, 28:4, 2012, p. 133-138.

Capítulo 8

Nova política brasileira: uma revisão da literatura sobre o papel dos *bots* na formação de opinião em rede

*Teles Cristiano Candido*¹

1. Introdução

No atual cenário holístico e moderno, em que as redes sociais e a inteligência artificial ingressaram definitivamente, o acesso à informação e do diálogo entre pessoas tornaram-se freneticamente mais rápidos. O acelerado desenvolvimento das tecnologias digitais e a velocidade com que a internet se consolidou pelo mundo, se comparada ao crescimento de outros veículos de massa como jornal, rádio e televisão, contribuíram para essa mudança.

No século XX, antes da consolidação das tecnologias digitais, a difusão de notícias e mensagens eram moldadas por relações de poder e negócios estabelecidas entre mídia e política de Estado. Nesse cenário, os veículos de comunicação, através de produtos como programas de rádios e televisão, filmes, livros e jornais diários, impactavam uma grande quantidade de pessoas. Assim, a difusão na comunicação de massa tradicional acontece de forma unilateral, ou seja, de um para muitos. Já com a mediação das tecnologias digitais através da internet, a comunicação acontece de um para um, muitos para um ou muitos para muitos. Essa convergência tecnológica

¹ Graduado em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda (Unimep); MBA em Comunicação e Marketing em Mídias Digitais (Estácio de Sá). Mestrando em Comunicação e Sociedade pelo PPGCom-UFT. E-mail teleslhp@gmail.com

contribui, cada vez mais, para um novo sistema multimídia que parte da comunicação de massa para a comunicação de caráter pessoal.

Com isso, podemos afirmar que, nos últimos anos, a comunicação de massa transita para a comunicação interativa que tem o potencial de impacto de massa. Aparentemente, não há dúvidas que a interatividade presente nos processos comunicacionais, mediados pela tecnologia digital, em ambientes virtuais, foi propulsora de uma revolução tecnológica nunca antes vista. Quando os processos comunicacionais têm suas estruturas organizacionais alteradas, a partir do avanço tecnológico, os agentes (mídia, sociedade e governo) envolvidos no processo também veem as relações de poder em metamorfose.

A sociedade contemporânea começa a lidar com novos atores sociais: os *bots*, que são softwares inteligentes que controlam contas nas redes sociais digitais, conforme demonstra o estudo “Robôs, Redes Sociais e Política no Brasil”, realizado pela FGV-DAPP em 2017, sobre a atuação de robôs no debate público. Fatos históricos ocorridos no cenário político mundial como, por exemplo, as eleições presidenciais americanas de 2016; as eleições francesas de 2017; o referendo do Brexit no Reino Unido; no Brasil, em eventos relevantes como a aprovação da Reforma Trabalhista, a greve geral de 2017, o debate sobre o Impeachment, a eleição municipal de São Paulo em 2016 e as eleições de 2014 e 2018 tiveram indícios da atuação desses novos agentes comunicacionais.

Dado a importância de se realizar um levantamento da recente produção acadêmica sobre as principais mudanças dos agentes de comunicação, diante de novas práticas sociais, o objetivo desse estudo foi apresentar um cenário epistemológico dos processos comunicacionais no campo da política brasileira, mediados pela tecnologia digital, a partir do surgimento dos *bots*. Para direcionar a pesquisa, foram estabelecidas as seguintes perguntas: qual o papel dos *bots* na formação de opinião em rede? Quais as reações dos receptores-usuários frente aos conteúdos propostos? Foi realizada uma revisão sistemática da literatura de artigos, *papers*, dissertações e teses publicadas em repositórios científicos de 2014

a 2019. O critério de escolha da periodicidade é justificada pela busca de estudos recentes, visto que as tecnologias digitais evoluem rapidamente.

Trata-se de uma sistematização e hierarquização dos trabalhos de mestres, doutores e pesquisadores construídas a partir da análise de publicações nacionais e internacionais nas bases de dados RCAAP (*Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal*) e Google Acadêmico, com as palavras-chave *bots*, política e redes sociais.

O artigo foi estruturado em 3 (três seções) de discussão e análise: inicia-se com uma síntese sobre o desenvolvimento das tecnologias digitais nas sociedades contemporâneas, a evolução das máquinas e o surgimento dos *bots* a partir dos conceitos de Castells (1999), Domingues (2004), Gunkel (2012), Lemos (2002, 2010, 2013), Lévy (1996, 1999, 2010), Santaella (1997) entre outros; a seção seguinte detalha o método utilizado - a caracterização da amostra e procedimentos; a seção final apresenta a análise e discussão dos resultados acerca do tema.

2. Fundamentação teórica

A partir do século XX, mais rapidamente nas primeiras décadas do século XXI, a humanidade, mediada pela tecnologia digital, criou novas formas de comunicação e interação em um espaço de sociabilidade virtual. O computador conectado à internet transcendeu as barreiras tradicionais da comunicação, em que a mensagem percorre em uma via de mão única, do emissor ao receptor, e fez com que ela fosse compreendida como a interação entre ambos de forma mútua. Interação tem a ver com reciprocidade, sempre envolvendo dois ou mais atores, sejam eles humanos ou não. Não há interação de um só participante. A interação, em essência, é um contato que produz mudanças nos agentes comunicacionais envolvidos no processo. O conceito de interação vem da física e, só depois, foi incorporado pela sociologia, pela psicologia social, pela comunicação e, por fim, modifica-se para interatividade no campo da informática. (MULTIGNER, 1994).

Pierre Lévy (1999) cita que a interatividade pode ter interpretações equivocadas, ao enunciar o termo. Para o autor, cada mídia ou dispositivo de comunicação pode ter o seu grau de interatividade medido por diferentes eixos: as possibilidades de apropriação e de personalização independentemente da natureza da mensagem recebida; a reciprocidade da comunicação (dispositivo comunicacional “um-um” ou “todos-todos”); a virtualidade – a possibilidade de cálculo da mensagem em tempo real em função de um modelo e de dados de entrada; a implicação da imagem dos participantes nas mensagens – diálogo entre vários participantes; a telepresença. Segundo o autor, a interatividade não é uma característica simples e unívoca atribuível a um sistema específico. Lemos e Lévy (2010, p. 70), explicam que “as novas mídias interativas com funções pós-massivas são, mais que informativas, verdadeiras ferramentas de conversação”. Essa é uma das características que a diferenciam das mídias de massa de caráter informativo.

Pode-se dizer que o homem e a tecnologia possuem uma relação baseada em conquistas e avanços que contribuíram para o surgimento de novos espaços de ações culturais e sociais que se concretizam em ambientes virtuais (LÉVY, 1996). Castells (1999) chama a atenção para as transformações sociais, ocasionadas pela revolução digital, que contribuíram para o surgimento do que ele chama de a sociedade em rede. Essa nova estrutura social ainda é fortalecida por outros dois fenômenos: a economia informacional-global e a cultura da virtualidade do real. Lévy (1999, p. 17) denomina essa nova cultura de “ciberespaço” e o define como “não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informação que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo”. Já Lemos (2002, p. 88), compreende o ciberespaço partindo de duas perspectivas: “como o lugar onde estamos quando entramos num ambiente virtual (realidade virtual), e como o conjunto de redes de computadores, interligadas ou não, em todo o planeta”. Os autores convergem na ideia de que o ciberespaço é o ambiente virtual em que se formam comunidades on-line cada vez mais

poderosas. Domingues (2004) sugere que a criação de ambientes interativos ultrapassa o uso técnico das linguagens tecnológicas e oferece estados de sensibilidade experimentados por meio de sistemas complexos.

O termo ciberespaço foi idealizado por William Gibson, em seu livro, *Neuromancer* (1984). É importante entender que o autor referiu-se a um espaço virtual em que usuários conectavam-se em uma rede mundial através de computadores. Em sua etimologia, ciberespaço significa cibernética-espaço, ou seja, um novo espaço de ação da cibernética, em especial das redes de comunicação computadorizadas. O ciberespaço fez com que surgissem dois dispositivos informacionais originais em relação às mídias que o precederam: o mundo virtual e a informação em fluxo (LÉVY, 1999).

Ao avançarmos nessa temática, é inevitável não falar em inteligência artificial (IA). Gunkel (2012) relata que McCarthy, em 1957, é apontado como criador do termo que se assemelha a inteligência humana desenvolvida a partir de uso de mecanismos algorítmicos em uma conferência acadêmica. Mas é o artigo de Alan Turing, “Computing Machinery and Intelligence”, de 1950, e seu “jogo da imitação”, conhecido com “Teste de Turing”, o elemento que define e caracteriza esse campo. Turing propunha testar a habilidade de uma máquina a partir da simulação do comportamento humano, via programação.

Para Santaella (1997, p. 33), definir o que são máquinas não é simples:

Num sentido muito amplo, a palavra se refere a uma estrutura material ou imaterial, aplicando-se a qualquer construção ou organização cujas partes estão de tal modo conectadas e inter-relacionadas que, ao serem colocadas em movimento, o trabalho é realizado como uma unidade. É nesse sentido que se pode comparar o corpo ou o cérebro humano à máquinas. Numa acepção um pouco mais específica, no termo máquina está implicado algum tipo de força que tem o poder de aumentar a rapidez e a energia de uma atividade qualquer.

Segundo André Lemos (2013), cada vez mais não-humanos agora “inteligentes”, comunicativos, conectados e sensíveis ao ambiente, nos

fazem fazer coisas, alteram a nossa forma de pensar e de agir em todos os domínios da cultura (família, trabalho, escola, lazer). Com isso, surgem novas formas de sociabilidade que antes só eram possíveis de forma presencial. Aparatos tecnológicos (computadores, smartphones, objetos inteligentes, assistente virtual etc.) intermedeiam, facilitam as ações humanas e interferem nos processos comunicacionais. Softwares inteligentes, imitando o comportamento humano, são utilizado por empresas para agilizar atendimentos, por exemplo. Esses programas são conhecidos como robôs ou *bots*. Para entender todo o contexto, vamos realizar uma breve síntese acerca do tema.

Em 1966, surgiu o primeiro *chatbot* do mundo. Eliza, como foi chamada a aplicação, foi desenvolvida para o processamento de linguagem natural e era capaz de manter diálogos com humanos simulando ser outra pessoa. Criada por Joseph Weizenbaum era um programa bem simples que processava linguagem natural. O termo *chatbot* foi utilizado pela primeira por Michael Maudlin, em 1994, para identificar Julia - sua aplicação de processamento de linguagens naturais (GUNKEL, 2012).

A virada fundamental aconteceu nos anos 70 com o desenvolvimento e a comercialização do microprocessador. Surgiu uma nova fase na automação da produção industrial: robótica, linhas de produção flexíveis, máquinas industriais com controles digitais etc. Também foi a era da automação de alguns setores terciários. Desde então, a busca do aumento de produtividade de aparatos tecnológicos, gradativamente, foi tomando conta do conjunto das atividades econômicas. Esta tendência é contemporânea (LÉVY, 1999). Santaella (1997) relata que antes do surgimento dos computadores, as máquinas não passavam de robôs acéfalos O computador trouxe um pouco de cérebro para seus músculos embrutecidos.

É interessante perceber o crescimento do desenvolvimento de sistemas computacionais que são programados para executar tarefas.

Alguns sistemas de informação são concebidos: para simular uma interação entre uma situação dada e uma pessoa; para permitir que o explorador humano tenha um controle rígido e em tempo real sobre seu representante no

modelo da situação simulada. Esses sistemas dão ao explorador do modelo a sensação subjetiva (embora a ilusão completa seja muito rara) de estar em interação pessoal e imediata com a situação simulada (LÉVY, 1999, p. 72).

Nessa conjuntura, a interação simulada, trazida por Lévy nesse estudo, intermediadas por agentes automatizados, facilita o trabalho humano e acelera os processos. Pode-se de fato escrever o código de um *software* inteligente que reconhece um *input* verbal, extrai palavras-chave e realiza tarefas com *scripts* pré-programados. Isso, entretanto, não significa que máquinas sejam capazes de pensamentos originais ou discernimento nem mesmo em uma escala rudimentar. Tal posicionamento é desenvolvido por John Searle em um exemplo bem conhecido: o “Quarto Chinês”. Esse experimento, introduzido nos anos 80, com o artigo “Minds, Brains and Programs”, utilizou o argumento contrapondo a existência de uma inteligência artificial forte - de que as máquinas são capazes de atingir pensamentos inteligentes (GUNKEL, 2012).

De volta ao tema do presente estudo, a palavra *bot* (abreviação do inglês *robot*) é utilizada para se referir a diversas tecnologias, de robôs mecânicos, que interagem com o mundo físico, a programas de computador que executam tarefas em redes sociais (RUEDIGER et. al, 2019). Neste estudo, trataremos somente da última opção.

Os robôs sociais, ou *social bots*, são contas controladas por *softwares* que geram artificialmente conteúdos e estabelecem interações com atores sociais buscando imitar o comportamento humano (RUEDIGER, 2017). Esses *softwares* realizam diferentes interações em ambientes virtuais, utilizando sistemas avançados de geração de linguagem natural e sistemas simples que enviam mensagens previamente programadas. *Socialbots*, que agora populam e operam nos espaços virtuais - não só de jogos, mas também de redes sociais como Twitter e Facebook - complicaram as interações entre os atores e os agentes morais (GUNKEL, 2012). Para Santaella (1997) esse novo ecossistema sensório-cognitivo faz repensar a robótica não como máquinas que trabalham para o homem, mas como um novo tipo de humanidade. A condição humana, a partir das tecnologias digitais,

modifica as relações sociais que utilizam espaços virtuais, a arquitetura de computadores, suas interfaces e redes (DOMINGUES, 2004).

Cada vez mais, os *bots* evoluem e ganham uma roupagem mais “humana”, o que torna mais difícil identificá-los no meio de tantos perfis nas redes sociais digitais. Como agentes autônomos e automáticos, podem se socializar e buscar informações de qualquer usuário na rede.

3. Metodologia

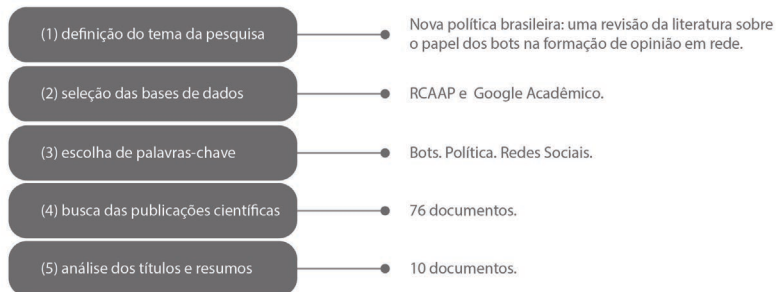
Esta pesquisa quali-quantitativa, de caráter exploratório, foi construída a partir da análise de publicações científicas, nacionais e internacionais, que buscaram tratar os *bots* como atores sociais influentes nos processos comunicacionais, mais especificamente no Brasil, país de interesse desse estudo, em eventos políticos. O método quali-quantitativo, ou misto, usa tanto os métodos quantitativos quanto qualitativos e objetiva uma análise mais aprofundada acerca do tema. Para Creswell (2007, p. 3), “um estudo tende a ser mais qualitativo do que quantitativo ou vice-versa. A pesquisa de métodos mistos se encontra no meio deste *continuum* porque incorpora elementos de ambas as abordagens qualitativa e quantitativa”.

Devido à escassez de produções científicas sobre a influência das máquinas inteligentes no processo comunicacional, sobretudo no cenário político brasileiro, e para ampliar os resultados de pesquisa acerca do tema, foi realizada uma revisão da literatura a partir da busca sistemática nas bases de dados RCAAP (*Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal*) e Google Acadêmico, com os termos de busca *bots*, política e redes sociais. O volume de publicações e credibilidade no meio acadêmico também foram critérios de seleção para as bases de dados.

Segundo Gash (2000, p.1), citado e traduzido por Barichello (2016), “a revisão da literatura é uma pesquisa sistemática e continuada em todos os tipos de literatura publicada, a fim de identificar o maior número possível de itens que são relevantes para um tópico específico”. O processo de pesquisa seguiu as seguintes etapas: (1) definição do tema da pesquisa, (2)

seleção das bases de dados, (3) escolha de palavras-chave, (4) busca das publicações científicas, (5) análise dos títulos e resumos.

Figura 1 – Estrutura do processo de pesquisa



Fonte: elaboração própria

A partir da definição do tema do artigo e com a definição das bases de dados, as palavras-chave foram utilizadas nos descritores de cada repositório. No RCAAP: “Título: *Bots*; ou Título: Política; e Assunto: Redes Sociais”. No Google Acadêmico: “Encontrar artigos com todas as palavras: *bots*; com o mínimo uma das palavras: política e redes sociais; no título ou no artigo”.

Os critérios utilizados para inclusão foram: seleção de artigos, papers, dissertações e teses de 2014 a 2019, em português e inglês, de acesso aberto, que fossem ao encontro dos objetivos definidos para o presente estudo. Já os critérios de exclusão, consideraram-se as publicações duplicadas, fora da área da política brasileira, antes do período preestabelecido para as buscas.

Foram localizados 76 documentos, sendo 45 extraídos da base de dados RCAAP e 31 do Google Acadêmico. Após a leitura e análise dos títulos e resumos, foram selecionadas 10 publicações, que convergiam com os critérios de inclusão preestabelecidos, sendo 4 (quatro) provenientes da base de dados RCAAP, 6 (seis) do Google Acadêmico. Destes, 2 (dois) documentos são artigos, 4 (quatro) papers e 4 (quatro) dissertações de mestrado. O quadro 1 mostra a relação das 10 publicações selecionadas:

Quadro 1 – Relação das produções científicas selecionadas

Título	Tipo de publicação	Autores
1. <i>Bots Sociais: implicações na segurança e na credibilidade de serviços baseados no Twitter.</i>	Dissertação de Mestrado	Freitas (2014)
2. <i>Computational propaganda in Brazil: social bots during elections.</i>	<i>Paper</i>	Arnaudo (2017)
3. Guerra de mundos: a estratégia robótica no Twitter durante as eleições presidenciais de 2014.	Dissertação de Mestrado	Regattieri (2017)
4. O papel das máquinas sociais na formação de opinião em rede.	Artigo científico	Júnior e Lima (2017)
5. Redes neurais convolucionais na detecção de <i>bots</i> sociais: um método baseado na clusterização de mensagens textuais.	Artigo científico	Braz e Goldschmidt (2018)
6. Robôs nas mídias sociais uma análise sobre a gênese e o desenvolvimento do fenômeno social <i>bots</i> .	Dissertação de Mestrado	Barbosa (2018)
7. Robôs, redes sociais e política no Brasil: análise de interferências de perfis automatizados nas eleições de 2014.	<i>Paper</i>	Ruediger et al (2018)
8. Robôs, redes sociais e política no Brasil: interferências de perfis automatizados e atores políticos no debate eleitoral brasileiro.	<i>Paper</i>	Ruediger (2018)
9. <i>Bots</i> e o direito eleitoral brasileiro eleições 2018.	<i>Paper</i>	Ruediger et al (2019)
10. Disseminação de mentiras em redes sociais: um modelo em economia política.	Dissertação de Mestrado	Santos (2019)

Fonte: elaboração própria

4. Análise e discussão dos resultados

Todas as publicações foram analisadas a partir do processo de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977): 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise incluiu todas as produções científicas selecionadas, o levantamento dos objetos de estudo, a construção dos objetivos e a formulação dos dados de interpretação. A exploração do material se deu com a leitura na íntegra dos documentos selecionados para buscar relação entre

o tema escolhido e pesquisas publicadas. Buscou-se analisar a pertinência das produções científicas com os objetivos desta pesquisa, as questões centrais que respondem, os principais resultados apresentados e as contribuições para o campo do conhecimento. Já o tratamento, a inferência e a interpretação foram realizados a partir dos resultados obtidos no estudo. Eles foram organizados em quadros, analisados de forma descritiva e categorizados por quantidade de publicações por ano e países com mais produções.

Considerando os artigos selecionados, as bases de dados usadas e o período escolhido como critério de inclusão, notou-se que a produção científica acerca do tema ainda é embrionária. 2018, com quatro publicações (40%), foi o ano com mais produções, seguido por 2017 com três (30%), 2019 com duas (20%) e 2014 com uma (10%). Não foi encontrado nenhum estudo nos anos de 2015 e 2016. O quadro 2 mostra o cenário de publicações de 2014 a 2019. O que fica evidente é a atualidade do assunto, se for considerado que o primeiro estudo específico sobre o tema é de 2014.

Quadro 2 – Quantidade de publicações produzidas por ano.

Ano de Publicação	Quantidade de Publicações	Porcentagem
2014	1	10%
2015	0	0
2016	0	0
2017	3	30%
2018	4	40%
2019	2	20%
Total	10	100%

Fonte: elaboração própria

Em se tratando de país, o Brasil lidera com nove publicações, seguido pelos Estados Unidos que tem uma. Nota-se que o tema escolhido ainda precisa ser explorado pela comunidade acadêmica brasileira, antes de ter relevância no exterior.

Quadro 3 – Relação dos países das publicações selecionadas.

País	Quantidade de Publicações	Porcentagem
Brasil	9	90%
Estados Unidos	1	10%

Fonte: elaboração própria

Com intuito de apresentar o cenário epistemológico e os principais dados do tema escolhido, as publicações foram categorizadas da seguinte forma: objeto de estudo, objetivos, principais áreas de pesquisa e os principais resultados.

Quadro 4 – Objetos de estudo e objetivos das publicações

Objeto de estudo	Objetivo
1. O comportamento dos <i>bots</i> no Twitter.	Estudar o processo de infiltração de <i>bots</i> no Twitter e criar estratégia supervisionada para detectá-los.
2. Propaganda computacional no Brasil.	Analisar o uso de propaganda computacional nas eleições presidenciais de 2014, no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e nas eleições municipais de 2016 no Rio de Janeiro.
3. O <i>bot</i> como um agente algorítmico.	Compreender o papel algorítmico dos <i>bots</i> , no Twitter, nas Eleições Presidenciais de 2014.
4. Os <i>bots</i> como atores sociais na rede.	Analisar como os <i>bots</i> atuam na rede e como certos argumentos não se mostram tão sólidos.
5. Textos originais das mensagens como detectores de <i>bots</i> sociais.	Apresentar evidências experimentais de que a utilização dos textos originais das mensagens postadas podem contribuir para produção de modelos para detecção de <i>bots</i> sociais.
6. Os robôs na comunicação digital.	Oferecer uma interpretação sobre o surgimento dos <i>bots</i> e seu desenvolvimento a partir de teóricos da sociedade pós-industrial.
7. Interferências de perfis automatizados nas eleições de 2014.	Identificar as interferências de robôs e perfis automatizados no debate público nas redes sociais.
8. Atuação de perfis externos suspeitos.	Gerar reflexões acerca das interferências dos <i>bots</i> no processo eleitoral e da defesa da democracia.
9. O uso de <i>bots</i> nas eleições.	Contribuir para o debate a respeito da regulamentação de <i>bots</i> eleitorais e a circunscrição das ferramentas automatizadas disponíveis para candidatos e partidos.
10. A influência dos agentes comunicacionais.	Estudar o problema de um partido que tenha decidido mentir na rede social e que precisa escolher o nível de descaramento da mentira que irá publicar.

Fonte: elaboração própria

Quadro 5 – Áreas de concentração e principais resultados da análise

Área de Concentração	Principais Resultados
1. Ciência da Computação.	Foi detectado que as características e o nível de atividade dos <i>bots</i> influenciam significativamente na popularidade que ele cria no Twitter.
2. Propaganda Computacional.	A pesquisa aponta a facilidade com que os robôs podem enganar e envolver pessoas, de diferentes perfis, multiplicando sua capacidade de alcançar grandes audiências por meio de seguidores influentes e mensagens automatizadas.
3. Comunicação e Territorialidades.	Levanta a hipótese de que agentes humanos e artificiais implicam novas práticas comunicacionais e acabam por transformar os espaços públicos de interação nas redes sociais, como Twitter e Facebook, criando uma cultura da massificação e notificação.

4. Ciência da Informação.	Os <i>bots</i> já participam, de maneira autônoma, tanto quanto os seres humanos na internet, e utilizam as informações disponíveis em rede para influenciar seres humanos a adotar hábitos em rede que são de interesses de terceiros.
5. Engenharia da Computação.	Levanta a hipótese de que a utilização de estatísticas para representar mensagens propagadas pode eliminar indícios relevantes para uma detecção de <i>bots</i> sociais mais precisa.
6. Comunicação.	O conjunto das transformações socioculturais vivenciadas pela humanidade pode ser considerado fator causal para o surgimento e desenvolvimento dos social <i>bots</i> ; que o conceito de robôs que compõem redes sociais pode ser percebido anteriormente ao surgimento do fenômeno social <i>bots</i> ; e, finalmente, que o social <i>bot</i> , como objeto de investigação científica, tem caráter interdisciplinar, sendo observado em diferentes campos do conhecimento.
7. Ciências sociais.	As interferências no debate público motivadas pela ação concertada de redes de robôs nas eleições de 2014, comprovam os riscos relacionados de manipulação por meio das redes sociais.
8. Administração pública.	A contínua presença de contas automatizadas e redes internacionais de difusão de conteúdos políticos demonstra como, no decorrer dos últimos quatro anos no Brasil, manteve-se ativa uma estrutura organizada de condução do debate nas redes sociais.
9. Ciência política.	O uso de <i>bots</i> sociais é problemático ao possibilitar a veiculação de propaganda eleitoral sob a pretensão de conteúdo orgânico, espontâneo.
10. Economia.	O descaramento nas mentiras emitidas por partidos e políticos tem coincidido com o aumento na polarização entre os eleitores e com a migração de mídias tradicionais para redes sociais.

Fonte: elaboração própria

É possível observar que o fenômeno *bots* gera interesse em diferentes áreas do conhecimento. Foram localizadas publicações de pesquisas relacionadas à ciência da computação, propaganda computacional, comunicação, ciência da informação, engenharia da computação, ciências sociais, administração pública, ciência política e economia.

Estudo 1: a partir de uma análise empírica baseada em metodologias, Freitas (2019) estudou o processo de infiltração dos *bots*. Para isso, foram criados 120 *socialbots* no Twitter que tiveram, durante 30 dias, seus aspectos comportamentais e as interações com 600 usuários-alvo da rede monitorados. Ao final do experimento, foi detectado que características, como o nível de atividade, tornam um *bot* mais bem sucedido em tarefas de infiltração nas redes sociais. Assim, foi apresentado um método automático capaz de detectar 92% dos *bots*. O estudo também apontou que os *bots* já são usados por candidatos políticos durante campanhas eleitorais

com o objetivo de alterar os “*trending topics*” ou para aumentar artificialmente seus números de seguidores e índices de popularidade. Este cenário só piora quando é considerada a existência de serviços de venda de *bots*. Intuitivamente, é esperado, que humanos sejam mais sociais e ativos em conversas, enquanto que os *bots* postam mais tweets, enviesados para algum tópico em particular.

Estudo 2: Arnaudo (2017) analisa possíveis respostas que os receptores-usuários dão à propaganda computacional, as perspectivas jurídicas, técnicas organizacionais, aponta tendências futuras na sociedade e na política brasileira. Além disso, procura entender como os robôs se envolvem em diversos temas que inflam os debates no país, afinal indivíduos particulares sempre podem oferecer apoio a campanhas, espalhar boatos ou outros tipos de notícias falsas. As campanhas modernas vinculam várias redes sociais em uma estratégia coerente, usando grupos do WhatsApp para levar as pessoas a mais fóruns públicos em lugares como o Facebook e o Twitter. A quantidade de dinheiro necessária para criar grandes grupos sociais e fluxos maciços de conteúdo enquanto envolve usuários em plataformas é muito pequena em relação ao tamanho do retorno. Através de entrevistas com consultores políticos, acadêmicos, jornalistas e tecnólogos, que forneceram informações adicionais sobre aspectos de como os robôs e outras formas de manipulação funcionam on-line, o autor faz uma análise descritiva baseada em investigação e identifica *bots* envolvidos nesses debates e como eles operam. O estudo ainda aponta que o uso de *bots* é algo que acontece no Brasil há pelo menos seis anos e que eles estão ficando cada vez mais sofisticados, como, por exemplo, os cyborgs - que são uma mistura de humanos e *bot*, algo mais eficiente. Esses tipos de técnicas podem ganhar seguidores significativos e criar apoio ou oposição em larga escala para uma ampla gama de questões.

Estudo 3: Regattieri (2017), através de aplicação de métodos, mapeia o a atuação dos robôs nas redes sociais, a relação com os humanos e o impacto dessa prática nas Eleições Presidenciais de 2014. O estudo sugere que os *bots* eleitorais, como viralizadores (no caso dos RT), podem

interferir no debate público, o que é classificado como cultura da massificação; e como acionadores (no caso das menções) interferem na conversação, que é chamado de cultura da notificação.

Na prática, a autora afirma que as máquinas sociais já estão presentes na internet e que podem de certa forma, influenciar o comportamento de outras entidades. Foi verificada, na reação de uma comunidade agrupada por *hashtag* com elevada participação de *bots*, eventuais estímulos que expressam momentâneos picos de relevância na rede. Mesmo de curta duração, foi observado, nesse destaque alçado pela *hashtag*, um panorama sobre a interligação da comunidade com zonas de comunicação, além do Twitter e do Facebook, como a mídia televisiva e impressa de grande circulação no país. Os *bots* nas eleições constituem-se nessa nova linguagem dentro de um espaço multimídia e multifacetado da dimensão pública da sociedade contemporânea.

Estudo 4: os autores analisaram a conjuntura atual da internet para descrever alguns fatos, envolvendo a tecnologia digital, que já ocorreram em rede. Júnior e Lima (2017) apontam que esses exemplos já são abundantes e sugerem que os *bots* não precisam mais da supervisão humana para estabelecer conexões e comunicações com outras entidades, humanas ou não, para os mais diversos fins. Na prática, as máquinas sociais já estão presentes na internet e, de certa forma, podem influenciar o comportamento de outras entidades. Em resposta ao título do artigo “O papel das máquinas sociais na formação de opinião em rede”, concluem que máquinas sociais já influenciam hábitos de consumo, indicam conteúdo, emitem opiniões políticas e assumem alguns comportamentos em rede que trazem benefícios para os interessados, como, por exemplo, partidos políticos. Acreditam que esse processo de comunicação máquina → máquina na internet não só é irreversível como crescente, e que isso será usado para mudar o comportamento de muitas pessoas conectadas. Concluem que é necessário um debate maior sobre a questão das máquinas sociais em rede e da relação máquina → máquina. Com esse estudo, pode-se dizer que a internet começa a se tornar um espaço onde seres humanos e robôs

passaram a colaborar, realizar tarefas juntos e auxiliar nas atividades uns dos outros.

Estudo 5: Braz e Goldschmidt (2018) levantam a hipótese de que a utilização de estatísticas que representam as mensagens disseminadas em rede contribui para uma detecção de *bots* sociais mais precisa. Os autores utilizaram um método de redes neurais convolucionais para identificar mensagens e contas suspeitas. Tais redes são treinadas com amostras obtidas pela clusterização dos textos originais das mensagens e experimentos com o Twitter para confirmarem a hipótese levantada. Os autores afirmam que as redes sociais estão cada vez mais vulneráveis. *Bots* sociais e contas automatizadas são capazes de interagir com outros usuários reproduzindo o comportamento de uma conta legítima, sobretudo ao que tange à confecção de conteúdo de forma autônoma. Tais entidades são empregadas para manipulação de opiniões de usuários das redes sociais por meio de atividades maliciosas como disseminação de notícias falsas, adulteração de estatísticas de percepção pública, furto de contas, etc.

Estudo 6: Barbosa (2018) relaciona os conceitos de galáxia da internet de Manuel Castells (2003) aos conceitos de hipermodernidade de Lipovetsky e Serroy (2011) e de sociedade do desempenho de Han (2017) para sustentar seu estudo. A partir de alguns métodos de abordagem, realiza uma interpretação sobre a gênese e o desenvolvimento do fenômeno denominado social *bots*. Aponta, como principais transformações no processo comunicacional, que a sociedade em rede cria o ambiente da pós-verdade e abre espaço para atuação de programas automatizados que pretendem se parecer com humanos para influenciar opiniões e direcionar as pautas de discussão a partir das mídias sociais. Os alvos desses robôs são, potencialmente, todas as instituições e pessoas conectadas. Os *bots* podem ser usados por grupos de pressão e grupos políticos para moldar opiniões e caluniar adversários numa eleição. Tais entidades são empregadas para manipulação de opiniões de usuários das redes sociais por meio de atividades maliciosas como disseminação de notícias falsas, adulteração de estatísticas de percepção pública, furto de contas, etc. Mesmo que as

peças saibam que existem riscos, a maioria não tem pleno entendimento do que representam esses perigos na prática. Usuários que não regulam a privacidade das suas contas, por exemplo, podem ter suas informações roubadas por social *bots* que coletam informações. O estudo conclui que o fenômeno da pós-verdade é um fertilizante que abre espaço oportuno para a presença e atuação dos social *bots* na sociedade contemporânea.

Estudo 7: Ruediger et al (2018) identifica, tendo o processo político de 2014 como referência, uma botnet, rede de robôs, de 699 perfis automatizados (uma “sub-rede” do total de robôs identificados no período) que compartilharam conteúdos em campanhas de diferentes políticos. A partir de uma sequência de processos metodológicos, analíticos e investigativos, o estudo revela a presença de perfis automatizados que promoveram posicionamentos mais radicais e potencialmente influenciaram o debate público em torno dos assuntos da agenda pública. Os resultados confirmam, portanto, os riscos de interferências nas eleições brasileiras por meio do uso, em todos os principais campos políticos, de perfis automatizados (robôs) e conteúdos manipulatórios nas redes sociais.

Estudo 8: Ruediger (2018), dessa vez como único autor, expõe os modos de atuação de perfis externos suspeitos que influenciam o debate interno no Brasil. Entre postagens de grupos políticos brasileiros e atores de outros países do continente, os dados analisados evidenciaram o uso de robôs tanto para expandir o alcance de mensagens quanto para fortalecer fluxos de desinformação. O auxílio de perfis com indícios de origem estrangeira influi no debate orgânico da sociedade brasileira em rede, estimulando que opiniões e agendas específicas sejam objeto de discussão.

Estudo 9: em outro estudo Ruediger et al (2019) alerta que o uso de *bots* em eleições é um fenômeno complexo que ainda não foi enfrentado de forma mais direta ou sistematizada pelas autoridades eleitorais brasileiras na esfera legislativa, regulatória ou judicial. Trata-se de uma ferramenta tecnológica de alta complexidade técnica que, embora guarde o potencial de facilitar algumas dinâmicas relevantes de comunicação digital em contextos eleitorais, pode potencializar processos de

desinformação em massa e produzir efeitos deletérios sobre o funcionamento de uma democracia. Alguma forma de tratamento jurídico específico desse fenômeno parece, portanto, necessária.

Estudo 10: Por fim, Santos (2019) destaca a influência de três tipos de agentes - eleitores, militantes e *bots* - no processo de disseminação da mentira. Em análise descritiva, com abordagem quantitativa e aplicação de objetos teóricos para realização de modelo de difusão em rede, o trabalho relaciona-se com algumas correntes literária-científicas que, em geral, não se comunicam. Segundo o autor, a atuação de militantes e *bots* no processo de disseminação da publicação são similares, pois ambos independem do custo de checagem da mentira e da quantidade de eleitores que já tiveram contato com a publicação. Já a atuação de *bots* depende exclusivamente das linhas de comando que o definem. Em um dos capítulos, o documento apresenta evidências de que mensagens descaradamente falsas atingem um número expressivo de compartilhamentos, o que indica que alguns usuários da rede social (militantes) compartilham sem checar a publicação de seu partido. A hipótese é que tanto militantes quanto os *bots* aumentam a probabilidade de novos contatos com a publicação a cada período.

Considerações finais

Esta revisão sistemática da literatura buscou examinar o estado da arte dos processos comunicacionais no campo da política brasileira na era digital, a partir do surgimento do fenômeno *bots*. Diante dos dados apresentados, e considerando a importância do tema, o número de publicações encontradas foi relativamente baixo, o que indica um campo vasto a ser explorado pela área científica. Entretanto, os *bots* já são realidade no ciberespaço e trazem à comunidade acadêmica, cada vez mais, a oportunidade de compreender a influência e impacto causado por esses novos atores sociais na rede e, principalmente, nos receptores-usuários a partir dos conteúdos propostos.

Os documentos analisados convergem na hipótese de que os *bots* já são atores ativos no processo comunicacional no cenário político brasileiro e apontam indícios de que eles estão envolvidos em diversos temas em andamento no país. A atuação dos *bots* nas redes sociais faz com que qualquer tipo de apoio, crítica, alcance e interesse da população sejam ameaçados por engajamentos artificiais. Por outro lado, as evidências que associam diretamente a produção de robôs e o uso de notícias falsas para manipular eleições e o debate público ainda são tímidas.

Na busca por mais evidências, os estudos apresentados buscaram entender as tendências futuras, perspectivas jurídicas, atributos linguísticos, conteúdos propostos, padrões de comportamento, relação homem-máquina, algoritmos, transformações no processo de comunicação, ação de robôs nas redes sociais, a disseminação de desinformação na web e a evolução dos *bots* sociais, mas nem todos exploraram as reações dos receptores-usuários frente a esse contato.

A escolha da base de dados RCAAP e Google Acadêmico, apesar de não ter afetado o estudo, limitaram os resultados de busca. Como perspectivas de trabalhos futuros, para suprir, em parte, as lacunas apresentadas, sugere-se a inclusão de outras bases de dados, bem como a evolução da análise com o objetivo de compreender o papel dos *bots* na construção de narrativas das campanhas publicitárias digitais e sua influência na formação da opinião pública organizacional.

Referências

- ARNAUDO, Dan. **Computational propaganda in Brazil: Social bots during elections. Project on Computational Propaganda**, v. 8, 2017. Disponível em: <<http://www.philosophyofinformation.net/wp-content/uploads/sites/89/2017/06/Brazil-Ready.pdf>>. Acesso em: 12 out 2019.
- BARBOSA, Bruno Rafael Gueiros. **Robôs nas mídias sociais: uma análise sobre a gênese e o desenvolvimento do fenômeno social bots**. Pernambuco, 2018. Disponível em: <<http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1086>>. Acesso em: 12 out 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARICHELLO, E.M.M.R. **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Org. Cláudia Peixoto de Moura, Maria Immacolata Vassallo de Lopes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

BRAZ, Paulo A.; GOLDSCHMIDT, Ronaldo R. **Redes Neurais Convolucionais na Detecção de Bots Sociais: Um Método Baseado na Clusterização de Mensagens Textuais**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://sol.sbc.org.br/index.php/sbseg/article/view/4262>>. Acesso em: 12 out 2019.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999

_____. **O poder da comunicação**. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DOMINGUES, Diana Maria Gallicchio. **Ciberespaço e rituais: tecnologia, antropologia e criatividade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832004000100008>>. Acesso em: 12 out 2019.

FREITAS, Carlos Alessandro Sena de. **Bots sociais: implicações na segurança e na credibilidade de serviços baseados no Twitter**. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/ESBF-9Q3MMZ>>. Acesso em: 12 out 2019.

GIBSON, William. **Neuromancer**. Coleção Trilogia do Sprawl, v. 1. São Paulo: Editora Aleph, 2001.

GUNKEL, D. J. **Communication and Artificial Intelligence: Opportunities and Challenges for the 21st Century**. Communication +1: 2012. Disponível em: <<https://scholarworks.umass.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1007&context=cpo>>. Acesso em: 12 out 2019.

JÚNIOR, Célio A. Santana, LIMA, Camila Oliveira. **O papel das máquinas sociais na formação de opinião em rede**. Pernambuco, 2017. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3940>>. Acesso em: 12 out 2019.

LEMOS, A. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina: 2002.

_____. **A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura**. São Paulo: Annablume, 2013.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, Pierre. **O que é Virtual**. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MULTIGNER, Gilles. **“Sociedad interactiva o sociedad programada?”** In: Apuntes de la sociedad interactiva: autopistas inteligentes y negocios multimedia. FUNDESCO (org.). Cuenca (Espanha): UIMP, 1994.

REGATTIERI, Lorena Lucas. **Guerra de mundos: a estratégia robótica no Twitter e as eleições presidenciais de 2014**. 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/handle/10/7076>>. Acesso em: 12 out 2019.

RUEDIGER, M.A. et al. **Bots e o Direito eleitoral brasileiro: eleições 2018**. Policy paper 3. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2019. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10438/26227>>. Acesso em: 12 out 2019.

RUEDIGER, M.A. et al. **Robôs, Redes Sociais e Política no Brasil: Análise de interferências de perfis automatizados nas eleições de 2014**. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/25739>>. Acesso em: 12 out 2019.

RUEDIGER, M. A. (Coord.). **Robôs, redes sociais e política no Brasil: casos de interferências ilegítimas no debate público por automação de perfis [Caderno de referência]**. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/24843>>. Acesso em: 12 out 2019.

RUEDIGER, M. A. (Coord.). **Robôs, redes sociais e política no Brasil [recurso eletrônico]: estudo sobre interferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018**. Coordenação Marco Aurélio Ruediger. Rio de Janeiro: FGV, DAPP, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/18695>>. Acesso em: 12 out 2019.

RUEDIGER, M.A. **Robôs, Redes Sociais e Política no Brasil: Interferências de perfis automatizados e atores políticos no debate eleitoral brasileiro.** Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/25740>>. Acesso em: 12 out 2019.

Santos, Samuel Solgon. **Disseminação de Mentiras em Redes Sociais: Um Modelo em Economia Política.** Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/193292>>. Acesso em: 12 out 2019.

SANTAELLA, Lucia. **O Homem e as Máquinas in: DOMINGUES, Diana (org.). A Arte no Século XXI: a humanização das tecnologias.** São Paulo, UNESP, 1997. Op. Cit., pp. 33-43.

Capítulo 9

A importância da comunicação em organizações do terceiro setor: uma revisão de literatura

*Fernanda Silva Fernandes Barbosa*¹

1. Introdução

O terceiro setor surge do dualismo entre os setores da sociedade: público e privado. E as questões de limites, obrigações, vantagens e desvantagens dos, até então, dois setores dão lugar ao terceiro setor, na tentativa de reaver princípios de solidariedade onde o governo - 1º setor - e Empresas - 2º setor - não estavam atuando.

O terceiro setor tem uma grande capacidade de mobilização de recursos humanos e materiais, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o terceiro setor brasileiro emprega 2,9 milhões de pessoas em cerca de 820.400 Organizações da Sociedade Civil no Brasil. Diante dessa concorrência qual a importância da comunicação para tornar o terceiro setor conhecido e melhorar seu posicionamento diante seus públicos?

Mesmo diante do crescente espaço conquistado por essas instituições junto à sociedade e à imprensa, muitas ainda têm seu poder de ação e mobilização limitados pela falta de estrutura de comunicação e algumas delas já perceberam a necessidade de uma comunicação estratégica para relacionamento com os diversos públicos (PAIVA, 2009).

¹ Graduada em Administração e especialização em MBA em Gestão de Pessoas pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: fernandaadmpalmas@gmail.com

O terceiro setor abrange ações de interesse público, onde o governo não consegue chegar, nas áreas de saúde, educação, direito de grupos específicos e bem estar social. E nesse sentido o presente artigo propõe uma discussão teórica sobre a importância da comunicação nessas instituições no contexto atual. Para isso o mesmo será dividido da seguinte forma: conceito, origem e importância do terceiro setor, em seguida um apanhado da importância da comunicação para essas instituições. E a finalização com os resultados da revisão sistêmica de literatura realizado no Google acadêmico.

2. Referencial teórico

A seguir, foram divididos em dois subtemas para facilitar a abordagem e o entendimento dos temas abordados.

2.1 Conceito, origem e importância do terceiro setor

Até recentemente, a ordem política compreendia apenas dois setores, de um lado o público e do outro o privado, porém a convivência entre ambos foi com frequência difícil e tumultuada, e em situações de discordância geralmente alguns membros da sociedade levam vantagem sobre o conjunto dela. E é nesse contexto que começa a se firmar o terceiro setor (PAES, 2018).

Para Sousa, Paulo e Lauiano (2019), a sociedade é dividida em três setores: O Governo, que administra os bens e públicos; as empresas privadas, tendo como dono uma pessoa física ou jurídica; e o terceiro, que são instituições que trabalham em prol de um bem comum e que não possuem fins lucrativos. E para Camilotto; Lopes Filho (2015, p. 58) “O estado funciona, como “vigia noturno” atuando somente na medida do indispensável”.

Os autores consultados convergem quanto ao conceito de terceiro setor. Para Paes (2018) as organizações do terceiro setor são instituições de

interesse social sem fins lucrativos, como as associações, e as fundações de direito privado, com autonomia e administração própria, com intuito de atender alguma necessidade social.

Mesmo com diferenças de missão entre as organizações do terceiro setor, a ênfase na participação voluntária e a filantropia são características comuns entre elas.

Terceiro setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandido o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. (FERNANDES, 1997, p. 27)

Essas instituições representam uma terceira oportunidade, uma ligação entre o Estado (público) e as empresas (privadas), e dentre as conjunções possíveis entre o público e o privado, surge o terceiro setor, como exemplificado por Fernandes (1994, p.20), na tabela abaixo:

Tabela 1 - Combinações resultantes da conjunção entre o “público” e o “privado”

AGENTES		FINS		SETOR
privados	para	privados	=	mercado
públicos	para	públicos	=	Estado
privados	para	públicos	=	terceiro setor
públicos	para	privados	=	(corrupção)

Fonte: Fernandes, 1994.

Esta tabela explicita que quando recursos públicos são utilizados nas atribuições estatais, é ação legítima do próprio Estado. A lógica de mercado é quando a iniciativa privada visa maximizar seus investimos. Quando recursos públicos são empregados indevidamente para beneficiar empresas privadas, constituem corrupção e quando a iniciativa privada converge

esforços para aumentar projetos de interesse público, temos o terceiro setor (CAMILOTTO; LOPES FILHO, 2015).

Para Oliveira e Conceição (2017) o terceiro setor não são apenas entidades que prestam um serviço gratuito a sociedade, mas que suprem a falta, a carência do estado perante a sociedade. Além disso, explica ainda que essas instituições trabalham com a questão social e que enfrentam diversos obstáculos, tais como: a representatividade, sustentabilidade e da efetividade social como pontos desafiadores a serem superados pelas organizações.

No Brasil, o aumento do número crescente de organizações do terceiro setor pode ser explicado, segundo Pereira (2013), pela participação cada vez mais efetiva da sociedade civil em resolução de problemas estruturais, onde o Estado deixa de atender demandas significativas, resultando em diversas mobilizações e a criação de instituições que contrapõem o atual modelo de gestão governamental, contribuindo para o fortalecimento do terceiro setor. Essas instituições são fundamentais para o equilíbrio social e ajudam a construir uma sociedade mais justa e igualitária. Diante desse aumento do número de instituições nesse setor, será tratado a seguir o papel da comunicação diante da “concorrência” e a proximidade com seu público-alvo.

2.2. Papel da comunicação nas instituições do terceiro setor

A comunicação tem papel fundamental para o êxito das instituições. Ações para captação de recursos e relacionamento com outros agentes são exemplos dessa comunicação, como discute Camilotto; Lopes Filho, (2015, p. 62):

A Comunicação Social constitui em uma ferramenta necessária tanto na captação de recursos, como no relacionamento com os stakeholders, uma vez que possibilita a mobilização e motivação dos diversos públicos. Não basta uma atuação consciente com vistas a alavancar o progresso de nossa sociedade, torna-se imprescindível a divulgação de ações empreendidas para propiciar

seu êxito, aprimoramento, geração de efeito multiplicado, afirmação e construção identitária.

Como também concordam Oliveira e Conceição (2017, p.3), “a comunicação pode-se dizer que trata do principal meio de conseguir recursos para organizações sem fins lucrativos, assim, é necessário investir em formas e estratégias de como conseguir captar esses recursos...”. Percebe-se, portanto, que apesar de não se tratar de instituições com finalidades lucrativas, a captação de recurso junto aos doadores é o meio pelo qual as organizações do terceiro setor se mantêm. Assim, a comunicação social feita de forma coerente pode ser uma importante ferramenta para atingir esse público e ajudar a atender a finalidade social e financeira das instituições.

A comunicação efetiva e eficaz é de suma importância não só para empresas privadas e/ou órgãos públicos, mas para as instituições do terceiro setor também e o fluxo dessas informações precisam ser bem definidos e ter um arranjo bem organizado, para evitar retrabalhos e melhorar as entregas das instituições de uma forma geral. De acordo com Matos (2009, p. 101):

A integração do público interno é fundamental, pois quando as pessoas dispõem das mesmas informações e compreende que são parte integrante da vida organizacional, que possuem valores comuns e que compartilham dos mesmos interesses, os resultados fluem. É de extrema importância que todos os funcionários saibam quais são os objetivos da organização sua missão e valores. Dessa forma, todos se sentem parte do empreendedorismo, dedicando-se mais e contribuindo com sugestões críticas. (MATOS, 2009, p.101)

Assim, as instituições do terceiro setor, para desenvolverem seu papel precisam se tornar mais conhecidas pelos agentes da sociedade em geral, bem como suas necessidades, e é neste contexto que a manutenção de uma imagem positiva diante da sociedade é fundamental, e para isso é necessário investir em comunicação (OLIVEIRA & CONCEIÇÃO, 2017).

Entretanto, a comunicação assume o papel de mostrar à sociedade a importância dessas instituições e os trabalhos realizados.

As instituições sem fins lucrativos têm algo em comum e que difere das empresas privadas e do governo, que é a transformação de vidas:

As empresas fornecem bens e serviços. O governo controla. A tarefa de uma empresa termina quando o cliente compra o produto, paga por ele e fica satisfeito. O governo cumpre sua função quando suas políticas são eficazes. A instituição sem fins lucrativos não fornece bens ou serviços, nem controla. Seu produto não é um par de sapatos, nem um regulamento eficaz. Seu produto é um ser humano mudado. As instituições sem fins lucrativos são agentes de mudança humana. Seu produto é um paciente curado, uma criança que aprende, um jovem que se transforma em um adulto com respeito próprio, isto é, toda uma vida transformada (DRUCKER, 1997, p. 14).

Nessa perspectiva, a comunicação tem um papel relevante ao mostrar para a sociedade os resultados obtidos pelas instituições, dessa forma, a profissionalização dessa área é fundamental, e o profissional da área de comunicação precisa estar atento às particularidades que envolvem o terceiro setor, conforme corrobora Pereira, (2013) ao afirmar que historicamente a atuação nas áreas de marketing no terceiro setor era realizada por voluntários, com profissionalismo reduzido e recentemente essa realidade está se transformando. Pereira afirma ainda que muitos profissionais do mercado começaram a enxergar nessas instituições um campo para desempenhar suas atividades de forma profissional e com a bagagem de experiências adquiridas em empresas privadas.

Ainda com esse mesmo olhar, as instituições devem direcionar sua comunicação para o posicionamento das questões sociais e o aprofundamento da questão emocional nas relações de consumo, como foco no valor financeiro, na humanização das marcas e na sustentabilidade. Peruzzo (2013) aborda sobre a criação de um segmento das relações públicas nos anos 1980: Relações Públicas comunitárias, também conhecidas como “Relações Públicas na contramão”, devido a necessidade de aplicar iniciativas configuradas em contraposição aos interesses do capital e das

condições alienadoras da pessoa humana. Ainda de acordo com (PERUZZO 2013, p. 96):

a comunicação institucional dirigida especialmente aos públicos externos, se encarrega da visibilidade pública, em torno da reputação que almeja, no conjunto da sociedade. Porém, esta não opera apenas em função desse tipo de interesse organizacional, mas visa conquistar espaço político, na formação do imaginário cultural coletivo e na disputa pela hegemonia.

Portanto, o processo de comunicação nas instituições do terceiro setor dá-se em uma perspectiva holística e multidisciplinar, sendo assim, a comunicação interpessoal, a grupal e a que depende de suportes tecnológicos, o saber especializado (Relações Públicas, Jornalismo, Editoração, Serviço Serviço Social, dentre outros) se complementam (PERUZZO, 2013).

Peruzzo (2013); Sousa, Paulo e Lauiano (2019) afirmam ainda que as pesquisas acadêmicas tendem a frisar o lado institucional da comunicação nas instituições sem finalidades lucrativas, seja para “ensinar” como fazê-la, para mostrar as debilidades na gestão da comunicação pela não profissionalização, esquecendo-se do viés de base popular onde essas instituições estão inseridas, além da complexa rede de relacionamentos onde estão inseridas, e que múltiplas formas de comunicação comunitária se complementam. A partir dos meios de comunicação a preocupação é integrar as ações dos membros locais atuantes e o entendimento do que se deseja representar.

As características do profissional de comunicação nas instituições do terceiro setor, de acordo com Peruzzo (2013) são: visão humanista e postura comprometida com os movimentos sociais, suportar ritmos de horários irregulares, levar a bom termo suas atribuições e ser um profissional que “faça de tudo” (de assessor de imprensa à produção de material pedagógico, ao mesmo tempo que seja um educador).

Para que as organizações sociais minimizem os riscos oriundos de ruídos na comunicação, algumas soluções podem ser adotadas, tais como:

capacitação, formação continuada, transparência e sustentabilidade (CAMILOTTO; LOPES FILHO, 2015).

3. Metodologia

O processo metodológico deste artigo seguiu os princípios da revisão sistemática da literatura. Esse modelo destina-se a mapear o campo, de forma a explorar e compreender com profundidade um determinado tema e o conhecimento já existente (CARDOSO; ARCÃO; CELORICO, 2010). Essa investigação científica tem como objetivo reunir materiais de diversos autores com materiais semelhantes sobre a questão formulada como tema da pesquisa. Para Sampaio e Mancini (2006) a revisão sistemática utiliza fonte de dados sobre um determinado tema, disponibiliza um resumo das evidências, através da aplicação de métodos explícitos e são pesquisas úteis para integrar um conjunto de estudos realizados de forma separada.

O processo metodológico dividiu-se em três etapas. Na primeira, houve o estabelecimento da pergunta, em seguida foi realizada a consulta sobre a produção científica na temática em questão, realizada no dia 30 de outubro de 2019, mediante busca pelos descritores: frase exata: “comunicação no terceiro setor” no título do artigo publicado nos anos de 2010 a 2019, em língua portuguesa. Utilizou-se como base de pesquisa o Google acadêmico, devido a necessidade de objetividade. A pesquisa apresentou 13 (treze) resultados, desses apenas 5 (cinco) tratavam-se de artigos científicos, sendo que um era de acesso restrito. Finalizando a busca, obteve-se 4 (quatro) artigos no enquadramento da pesquisa, conforme observado na Tabela 1.

Por fim, os artigos foram acessados via página da web das bibliotecas das instituições onde foram desenvolvidos os estudos para análise dos mesmos.

4. Resultados e discussões

Para análise dos resultados, foram selecionados 4 (quatro) artigos, no Google acadêmico, conforme tabela apresentada abaixo:

Tabela 2 - Descrição dos artigos selecionados.

Artigo	Autor (ano)	Título	Objetivos
1	Cilian M. Krohung Peruzzo (2013)	Fundamentos teóricos das Relações Públicas e da Comunicação Organizacional no terceiro setor: perspectiva alternativa	Identificar tendências e compreender as especificidades da comunicação, quando realizadas na perspectiva da transformação social
2	Beatriz Morais Sousa Tainá Mariene Araujo Paulo Francisco Andtalys da Silva Lauiano (2019)	Comunicação de Terceiro Setor no time Enactus UFCA	Discutir o uso e a importância da comunicação no terceiro setor, tratando-se das questões apresentadas no programa de extensão da Universidade Federal do Cariri, Enactus UFCA
3	Carlos Augusto Gonçalves Camilotto Boanerges Balbino Lopes Filho (2015)	Comunicação no Terceiro Setor - Relações das organizações Sociais com as esferas de poder e mídia	Analisar o cenário de atuação e as relações estabelecidas entre as organizações sociais, as esferas de poder e o papel da comunicação social no espaço midiático.
4	Edna Januário de Oliveira Maria Regidiana da Conceição (2017)	A importância da comunicação para a captação de recursos. Um estudo de caso em uma instituição do terceiro setor no município de Pau dos Ferros/RN	A importância da comunicação para a captação de recursos em uma entidade do terceiro setor

Fonte: Elaboração própria

Através dos artigos selecionados, apresentaremos os objetivos, as estruturas, as metodologias de trabalho e a análise da importância da comunicação nas instituições do terceiro setor.

No artigo 1, Peruzzo (2013) analisou a comunicação no terceiro setor sob a perspectiva da transformação social e no exercício da cidadania, através de um estudo teórico-conceitual, a partir de pesquisa bibliográfica e de análise de práticas alternativas de comunicação. O estudo abordou a controvérsia devido ao caráter heterogêneo das instituições do terceiro setor - de movimentos populares até entidades filantrópicas. Relatou-se sobre a recriação, sob a perspectiva comunitária, do segmento das Relações Públicas, nos anos 1980, com o surgimento das Relações Públicas comunitárias. Trata ainda da postura das instituições sem fins lucrativos e do

profissional de comunicação, desde que os mesmos tenham o real interesse da mudança nas condições de existência e não apenas a necessidade de criar factóides úteis às estratégias de marketing.

Peruzzo (2013) dividiu a comunicação nas instituições do terceiro setor em dois níveis: comunicação mobilizadora - dirigida ao beneficiário sujeito da ação e a comunicação institucional, que envolve reputação, imagem, são âmbitos que apesar de diferente se inter-relacionam. Onde no primeiro são desenvolvidos materiais didático-pedagógico para realizar os objetivos a que se propõem, contribuindo para a mudança social. Já no segundo nível, são criados canais próprios de comunicação, na tentativa da instituição se apresentar à sociedade, externar sua visão sobre acontecimentos, prestar contas à sociedade.

Resta demonstrado, que os fundamentos teóricos da Comunicação Organizacional e de outras áreas da Comunicação Social (para empresas privadas ou instituições públicas) não podem simplesmente ser transferidas para as instituições do terceiro setor. A finalidade dessa comunicação é democratizar a cidadania e favorecer o desenvolvimento comunitário, mobilizando e efetivando mudanças reais na vida das pessoas.

No artigo 2 Sousa, Paulo e Lauiano (2019) ressaltam a importância da comunicação como ferramenta de fortalecimento dos objetivos das empresas privadas e no terceiro setor. Nesta pesquisa é apresentada a efetividade da comunicação nas organizações do terceiro setor, através da observação das técnicas de comunicação utilizadas no programa de extensão da Universidade do Cariri, Enactus - organização internacional sem fins lucrativos, dedicada a inspirar e melhorar o mundo o mundo através da ação empreendedora”.

Para isso, foi aplicado um questionário para obtenção dos dados para identificação de quais os meios de comunicação dos estudantes da UFCA mais utilizam para adquirir informações, as plataformas pelas quais o público consome informações, e o que buscam em cada plataforma. O público atingido pela pesquisa foi de 43 (quarenta e três) pessoas, dos quais 60,5% consomem qualquer conteúdo principalmente pelas redes sociais, 18,6%

amigos, 7% email, 4,7% televisão, 4,6% sites de notícias e 2,3% (uma pessoa) respondeu que depende de como é mais viável receber essa informação. 34,9% dos pesquisados buscam informação nessas plataformas, 32,5% entretenimento, 25,6% comunicação, 4,7% utilizam para trabalho e 2,3% buscam todas as opções. Segue abaixo imagem com o resultado das respostas obtidas:

Figura 1 – Frequência das respostas da pesquisa

REQUISITOS	SIM	NÃO	TOTAL
Você sabe o que é empreendedorismo?	92,9 %	7,1 %	100%
Você sabe o que é sustentabilidade?	100%	0%	100%
Você sabe o que é Enactus?	76,2%	23,8%	100%
Já participou de alguma atividade da Enactus?	38,1%	61,9%	100%
Costuma interagir, dar feedback aos meios de comunicação que consome (jornais, revistas, sites de notícias ou empresas, rádio)?	23,8%	76,2%	100%
MÉDIA	66,2%	33,8%	100%

Fonte: Sousa, Paulo & Lauiano, 2019.

Concluiu-se, portanto, que os meios de comunicação dentro da Enactus UFCA são de grande importância e que estão em constante desenvolvimento e crescimento, sendo esses meios os responsáveis pela demonstração de aprendizados e experiências adquirida pelas ações aplicadas e fornecidas pelo time.

No artigo 3, os autores (CAMILOTTO; LOPES FILHO, 2015) contextualizam o cenário de atuação do terceiro setor, abordam alguns conceitos de marketing, agendamento e contra-agendamento, *advocacy*.

Uma opção para as instituições sem fins lucrativos é promover a educação da mídia, não de forma a ingerir a atuação das empresas de comunicação, mas disponibilizando contribuição substancial para que os meios de comunicação ofereçam informações corretas com qualidade.

Esse artigo desenvolveu um estudo de caso referente à cobertura jornalística do jornal Tribuna de Minas em relação ao Instituto Cidade, que iniciou como um projeto de extensão na Universidade Federal de Juiz de Fora, e depois se transformou em uma Organização da Sociedade Civil de

Interesse Público (OSCIP), com temáticas variadas, como meio ambiente, geração de emprego e renda, assistência social, saúde, educação, reciclagem e desenvolvimento social. Foi utilizada a análise de discurso para compreender a evolução da cobertura jornalística dos projetos desenvolvidos pela organização e os fatos que geraram desgaste e comprometimento da imagem da instituição.

No período de abril de 2005 a março de 2009 as publicações eram voltadas para os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Cidade, com foco no atendimento aos anseios das comunidades, um exemplo de contragendamento. Já no período de outubro de 2011 a fevereiro de 2012, verificou-se o agendamento de questões ligadas à OSCIP em decorrência dos indícios que culminaram com investigações desenvolvidas pela Polícia Federal, com abordagens que colocaram em xeque a capacidade da instituição de gerenciar suas atividades. A importância dessas situações é buscar analisar o comprometimento da lógica para a estruturação do setor. Adotar práticas coerentes pode contribuir para tecer essa rede em menos tempo.

No “artigo 4” (OLIVEIRA; CONCEIÇÃO, 2017) foi realizado um trabalho na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Pau dos Ferros, R/N, para abordar a importância da comunicação na captação de recursos. Foi bastante abordado sobre a importância da captação de recursos para as instituições sem fins lucrativos, e a necessidade de um planejamento da comunicação como parte essencial das políticas e diretrizes dessas organizações a fim de alcançar a mente do público-alvo.

Realizou-se uma pesquisa, inicialmente foi aplicado um questionário para 125 pessoas em cinco diferentes bairros de Pau dos Ferros, posteriormente foi aplicado um outro questionário aos participantes que realizam atividades na APAE. Chegou-se aos seguintes resultados da pesquisa: 64,8% tem acima de 35 anos; 72,8% são do sexo feminino; 70,2% tem conhecimento da APAE de Pau dos Ferros; 76,2% afirmaram não saber onde se encontra a sede da instituição; das ações realizadas pela APAE 50,4% tem conhecimento do atendimento aos deficientes; 59,2%

responderam que não fazem doação para a instituição; 54,2% nunca doaram para a entidade estudada; 79,2% tem interesse em fazer doação.

A outra pesquisa feita com cidadãos que prestam serviços constantemente na APAE obteve os seguintes resultados: 45,8% são apenados, 25% são voluntários, 20,9% são estagiários e 8,3% são profissionais cedidos por algum órgão. 75% dos entrevistados afirmaram ter conhecido a entidade através de indicação de outras pessoas e 95,8% das pessoas consideram positiva a imagem da instituição perante a sociedade. Considerou-se insuficiente os meios de comunicação utilizados devido ao grande número de participantes da pesquisa que não conhecem as atividades realizadas pela entidade. Fez-se, ainda, as seguintes sugestões para a APAE pesquisada: incentivar a ampla divulgação da APAE e de suas atividades, realizar reuniões de sensibilização em instituições de ensino superior, fazer parcerias junto ao poder público Federal, Estadual e Municipal, além de empresas comerciais e prestadoras de serviços.

Ambos os artigos trataram a importância de perceber a comunicação das instituições em fins lucrativos sob o aspecto da transformação social que é a missão dessas instituições. Os quatro artigos analisados também ressaltaram que a comunicação nas instituições do terceiro setor estão em desenvolvimento e crescimento, demonstrando o vasto campo para profissionais qualificados e com perfil para a área.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo demonstrar a importância da comunicação para tornar o terceiro setor conhecido, possíveis estratégias a serem adotadas para tornar a comunicação nas instituições sem finalidades lucrativas melhor posicionada diante seus públicos, além de tratar do perfil esperado do profissional na área de comunicação com foco nos resultados obtidos por essas instituições.

Conforme as discussões dos artigos percebeu-se a importância da comunicação para as instituições do terceiro setor. Desde que sejam bem

planejadas as ações de comunicação auxiliam no processo de divulgação dos resultados obtidos pelos projetos desenvolvidos com foco na missão, visão e valores das instituições, e não somente focado na instituição, consolidando uma imagem positiva perante a sociedade e permitindo alcançar um maior número de pessoas, aumentando, inclusive, a captação de recursos dessas instituições.

Vale destacar, também, o perfil diferenciado do profissional de comunicação social dessas instituições, que precisam de uma visão holística, humanística e de uma postura comprometida com movimentos sociais, devido às especificidades que envolvem as atividades do terceiro setor.

É importante que pesquisas futuras busquem investigar as ações de outros tipos de instituições do terceiro setor, como por exemplo, as fundações de apoio às Instituições Federais de Ensino Superior, que não possuem natureza filantrópica.

Referências

- CAMILOTTO, C. A. G; LOPES FILHO, B. B. **Comunicação no Terceiro Setor – Relações das organizações Sociais com as esferas de poder e mídia**. Revista Pauta Geral- Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, v. 2, n.1, p. 57-73, abr/out 2015,2014.
- CARDOSO, T; ALARCÃO, I; CELORICO, J.A. **Revisão da literatura e sistematização do conhecimento**. Porto: Porto Editora, 2010.
- DRUCKER, P.F. Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios práticas. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.
- FERNANDES, R. C. **O que é terceiro setor?** In: IOSCHPE, E.B et al. Terceiro setor: desenvolvimento social sustentável. São Paulo: Revista do Legislativo,p.26-30. 1997 <<https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1091/3/1091.pdf>>. Acesso em 14 nov. 2019.
- _____. **Privado porém público: O Terceiro Setor na América Latina**. 2. Edição. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GRAZIOLLI, A. et al. **Manual de procedimentos para o Terceiro Setor**. <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf>. Acesso em 04 nov. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil**. Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/resultado-consulta.html>>. Acesso em 05 nov. 2019.

MATOS, Gustavo Gomes de. **Comunicação Empresarial sem complicação**. 2ª edição. Barueri, SP: Manole, 2009.

OLIVEIRA, E. J; CONCEIÇÃO, M. R. **A importância da comunicação para a captação de recursos. Um estudo em uma instituição do terceiro setor no município de Pau dos Ferros/RN**. 2017. Disponível em: http://www.uern.br/controladepaginas/2017-/arquivos/5020edna_januario_de_oliveira.pdf>. Acesso em 05 nov. 2019.

PAES, J. E. S. **Fundações, Associações e Entidades de Interesse Social**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PEREIRA, M. **Gestão para Organizações não governamental**. 1. Ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2013.

PERUZZO, C. M. K. **Fundamentos teóricos das Relações Públicas e da Comunicação Organizacional no terceiro setor: perspectiva alternativa**. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia. P. 89-107, 2013, Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495551013006>>. Acesso em 05 nov. 2019.

SAMPAIO, R. F; MACINI, M. C. **Estudos de revisão sistemática: Um guia para síntese criteriosa da evidência científica**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SOUSA, B.M; PAULO, T.M.A; LAUIANO, F.A.S; **Comunicação de terceiro setor no time Enactus UFCA** in: SIMPÓSIO NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL ENACTUS BRASIL, IV, 2019, São Paulo.

Capítulo 10

Governo eletrônico nas redes sociais: uma revisão de literatura

*Maurílio Luiz Hoffmann da Silva*¹

1 Introdução

Com a popularização da internet e o uso cada vez mais difundido das redes sociais, o governo, através de seus órgãos públicos, está cada vez mais se fazendo presente nesses ambientes de socialização online. Seguindo uma tendência imposta pelo mercado privado (marcas e empresas) os órgãos públicos também buscam essa nova forma de interagir com seu público, oferecendo acima de tudo serviços e informações úteis aos seus usuários/cidadãos.

De acordo com Recuero (2009) uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores e suas conexões. No contexto desta pesquisa, os atores são os órgãos públicos e os cidadãos. Já as conexões tratam das possibilidades de interações entre eles: divulgação e consumo de informações, respostas, comentários, curtidas, são apenas alguns exemplos possíveis de conexão.

O termo “governo eletrônico” surge neste contexto para descrever aquele governo que consegue interagir e oferecer seus serviços aos cidadãos por meio da internet, potencializando assim o conforto e a comodidade dos usuários que não precisam mais se deslocar até o órgão,

¹ Mestre em Ciência Política. Mestrando em Comunicação e Sociedade pelo PPGCom-UFT.E-mail: mauhoff@gmail.com

esperar em filas, etc. Conceito relacionado é o de “ciberdemocracia”, que envolve a atualização das práticas clássicas da democracia, como participação política e cidadã nas tomadas de decisões do governo que agora passam a acontecer e são potencializadas nos ambientes online.

É neste contexto de redes sociais, governo eletrônico e ciberdemocracia que surge o objetivo deste artigo, qual seja, fazer uma revisão de literatura para descrever o estado da arte das pesquisas acadêmicas que estudam a presença dos órgãos públicos nas redes sociais.

Desta forma, busca-se responder às seguintes questões: quais os aspectos relacionados à presença dos órgãos públicos nas redes sociais são normalmente observados pelos pesquisadores? Quais as potenciais vantagens dessa presença online?

O artigo se divide em cinco partes: após esta breve introdução, descreve-se os procedimentos metodológicos que guiaram a revisão de literatura; em seguida o texto traz as análises e contribuições das amostras coletadas na busca; encerra com as considerações finais sobre os achados e as referências utilizadas.

2 Procedimentos metodológicos

Para realização da revisão sistemática de literatura utilizou-se como guia os ensinamentos de Sampaio e Mancini (2007). Segundo os autores, revisão de literatura “é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema” (SAMPAIO e MANCINI, 2007, p. 84). Os autores destacam, ainda, que a seção métodos é especialmente importante e necessita ser bem detalhada. Portanto, passa-se agora a descrição dos procedimentos adotados para esta revisão de literatura.

Depois de algumas buscas preliminares em repositórios científicos, como, por exemplo, Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e RCCAP (Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal), optou-se por utilizar o Google Acadêmico por apresentar mais resultados.

A busca foi realizada no dia 11 de setembro de 2019, utilizando-se os termos descritores: "redes sociais"; "comunicação pública"; "ciberdemocracia"; "governo eletrônico". Além disso, por entender que o objeto "redes sociais" é muito atual e dinâmico optou-se por filtrar os resultados apenas para os anos 2018 e 2019. Optou-se ainda por incluir apenas resultados em português, pois o objetivo desta revisão limita-se a presença de órgãos públicos brasileiros nas redes sociais.

Como resultado, o buscador retornou oito textos organizados no Quadro 1. O artigo de Pires (2019) foi excluído intencionalmente da análise por versar apenas sobre a política de dados abertos, tendo como objeto algumas Universidades Federais, sem, no entanto abordar qualquer aspecto relacionado às redes sociais. A tese de Brenol (2019) também foi intencionalmente retirada da análise por tratar especificamente de transparência e jornalismo, sem qualquer referência às redes sociais.

Quadro 1 - Resultados da busca.

Autor(es)	Ano	Título	Tipo de documento
Matheus Costa Simões Pires Kathiane Benedetti Corso	2018	O Governo Federal e suas interações digitais: uma análise da comunicação estratégica nas redes sociais Facebook e Twitter	Artigo de conclusão de curso
Dario Azevedo Nogueira Junior	2019	Governo Eletrônico: uma reflexão sobre os limites da interatividade cidadã no modelo brasileiro da gestão pública digital de difusão de informação	Artigo de periódico
Nathalie Gabrielle Jun Matsumoto Röder	2019	Governo Eletrônico e Aberto: acesso à informação e participação digital em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)	Dissertação
Caroline Bastos Faria Pecoraro	2018	Comunicação e Transparência: O Facebook das prefeituras do Rio de Janeiro e São Paulo	Dissertação
Suely Henrique de Aquino Gomes, et al.	2018	Reações da sociedade conectada: comentários em Fanpages do Executivo e Legislativo Federais	Artigo de periódico
Paulo Henrique Ferreira Nascimento	2018	Comunicação digital e competência comunicativa: análise de recursos, produção, usabilidade e eficácia da comunicação no contexto do legislativo municipal Bauruense	Dissertação

Karoline Marques Pires	2019	Dados abertos nas Universidades Federais: envolvimento interno e divulgação para a sociedade	Artigo de periódico
Marlise Viegas Brenol	2019	Transparência digital e jornalismo: modalidades comunicativas com uso de dados públicos	Tese

Fonte: Elaboração própria.

A seção 3 traz uma análise mais detalhada dos resultados, bem como aponta suas principais colaborações para este tema de pesquisa.

3 Análise e contribuições das amostras coletadas

Em seu artigo de conclusão de curso, Pires e Corso (2018) buscaram identificar a forma de comunicação e participação do Governo Federal no Facebook e no Twitter. Para tanto realizaram uma análise qualitativa dos posts coletados de acordo com um catálogo desenvolvido pelos autores com base em Barros e Miola (2015). Eles defendem que as redes sociais criam oportunidades efetivas de participação, fazendo com que o Estado se torne mais responsável e transparente.

Os autores trazem como importante colaboração para pesquisas em redes sociais a possibilidade de classificação dos posts em: Transparência; Accountability; Participação; Prestação de serviços; Propaganda; Conscientização e sensibilização; Dicas; Esclarecimentos e Reconhecimento e premiação. Além disso, abordam a Lei de Acesso à Informação ressaltando que ela incrementou o grau de transparência do governo brasileiro.

A pesquisa constatou que o Governo Brasileiro adota estratégias de comunicação diferentes no Facebook e no Twitter, tendo em vista que a Propaganda prevalece nas publicações do Facebook, e a Transparência é o destaque nas postagens do Twitter. Além disso, verificou-se que ocorreu mais interação dos usuários em publicações com tema pouco explorado pelo Governo Federal, tanto no Facebook quanto no Twitter, o que sinaliza uma necessidade de mudança na estratégia comunicativa de ambas as redes sociais virtuais.

Nogueira Junior (2019) possui posicionamento semelhante ao defendido por Pires e Corso (2018) com relação às potencialidades do meio digital, indo além das redes sociais e considerando, também, os portais governamentais. Em seu texto, porém, o autor demonstra que a qualidade da presença online do governo brasileiro não proporciona aos usuários todo o potencial que pode ser explorado, repetindo no ambiente online as estruturas físicas confusas e pouco preparadas para atender às demandas sociais.

Em sua revisão de literatura, Nogueira Junior (2019) traz várias contribuições de outros autores, que também pesquisaram o governo eletrônico sob os mais diversos aspectos. Tal contribuição pode servir de guia para que novos estudos possam ser realizados. Em resumo, a pesquisa de Nogueira Júnior (2019, p. 40), baseada em vários outros estudos, demonstra que:

apesar das estratégias de governança pública no Brasil, as experiências dos usuários e os conteúdos gerados na contemporaneidade vêm tornando a comunicação mais colaborativa e aberta, sendo inegável a construção de uma inteligência coletiva em rede. A informação continua com seu valor ideológico e cultural, mas o peso da opinião individual instiga, a cada dia, a possibilidade de mobilização entre os conectados, o que, se não é o suficiente para mudar a administração pública, é, no mínimo, objeto de estudo acadêmico.

Assim como Pires e Corso (2018), o autor também aborda a Lei de acesso à informação (LAI) — Lei 12.597 de 18 de novembro de 2011 — a qual, segundo ele, “representou um avanço para a garantia do direito constitucional de acesso a informações por parte dos cidadãos” (NOGUEIRA JUNIOR, 2019, p. 30). A referência à LAI é uma característica que perpassa cinco os seis textos analisados nesta revisão de literatura, o que demonstra a importância desta lei específica para as pesquisas sobre governo eletrônico (ou governo digital).

O objetivo da LAI é regulamentar o acesso às informações públicas hospedadas nos órgãos públicos, aumentando assim a transparência do governo, ao mesmo tempo em que quebra o paradigma do “sigiloso” e

“confidencial” que estava — e em muitos casos ainda está — arraigado na administração pública brasileira.

Essa transparência é analisada, por exemplo, na dissertação de Röder (2019). Para ela, a LAI possibilita “ampliar a transparência nas ações do governo e, também, envolver a sociedade na tarefa de fiscalizar e apontar quais áreas devem receber mais atenção governamental” (RÖDER, 2019, p. 14). A autora investiga especificamente os Institutos Federais de Ensino Superior (IFES) e chega a conclusão de que, apesar de os gestores dos IFES acreditarem que as ferramentas de governo eletrônico são aplicadas, a disponibilização de dados abertos ainda precisa ser melhor trabalhada. Röder (2019) conclui ainda que muitos IFES utilizam as redes sociais para divulgar informações, o que na realidade é apenas uma das possibilidades de utilização destas ferramentas.

Transparência também é tema de pesquisa de Pecoraro (2018). Em sua dissertação, a autora faz uma análise de conteúdo de posts no Facebook das prefeituras de São Paulo e do Rio de Janeiro. Pecoraro (2018) acredita que a internet é uma ferramenta com potencial para da publicidade aos atos públicos, aumentando a transparência necessária para o regime democrático. Para a autora, “a comunicação digital do Estado – que visa o interesse de todos, é destinada à sociedade civil e é importante indicador de defesa e qualidade da democracia – se torna ambiente com potencial de levar à promoção da transparência pública” (PECORARO, 2018, p.14). Como resultado, constatou que ambas as páginas investem em publicar posts com potencial para aumentar a transparência.

Partindo dos conceitos de comunicação pública e participação cidadã online, o artigo de Gomes et al. (2018) visa a analisar conteúdos dos posts e comentários nas fanpages do Ministério da Educação, Ministério da Saúde, do Senado e da Câmara dos Deputados no Facebook, a rede social mais usada no Brasil. Os autores demonstram, no entanto, que a presença dos órgãos públicos analisados na rede social não garante discussões políticas e interação dos cidadãos com o Estado.

Os autores trazem ainda importante contribuição para pesquisas na parte de revisão teórica, na qual referenciam os principais autores que devem ser considerados em uma pesquisa sobre comunicação pública na internet. Além disso, a metodologia e os softwares utilizados na análise poderão ser utilizados como guias em pesquisas futuras.

Único dos 6 resultados que não faz referência à LAI, Nascimento (2018) preocupa-se em sua dissertação em estudar a competência comunicativa de políticos usuários de redes sociais com seus eleitores, tendo como foco, portanto, a comunicação política e não a comunicação pública/governamental.

O autor ressalta que:

as redes sociais apresentam um ponto bastante favorável no que diz respeito à permeabilidade das mensagens e, mesmo sendo mais restritas que os meios tradicionais, estas estratégias possibilitam uma grande disseminação e alcance das mensagens, fazendo com que políticos e candidatos utilizem a rede de forma a atingir diretamente seu público, previamente dispostos a receber as mensagens por seguirem, curtirem ou figurarem na lista de amigos de um perfil político (NASCIMENTO, 2018, p. 121).

Conclui-se da análise do texto de Nascimento (2018) que não só os órgãos públicos podem utilizar das redes sociais para fomentar a comunicação, como também candidatos e políticos eleitos podem fazer uso destas ferramentas para se aproximar de seus eleitores.

Apresentados os principais aspectos dos textos selecionados para esta revisão de literatura, a próxima seção tece algumas considerações finais que resumem os achados e respondem as questões que motivaram esta pesquisa.

Considerações finais

Segundo os autores analisados, as redes sociais criam oportunidades de participação dos cidadãos, e podem ser usadas para dar mais publicidade aos atos públicos, aumentando assim a transparência. Assim,

divulgar informações de caráter público incrementa a transparência, além de possibilitar a comunicação entre governo e cidadão e fomentar a participação política dos cidadãos nas tomadas de decisão.

Tem-se, portanto, que, considerando as contribuições dos textos analisados na seção anterior, é possível concluir que uma das principais vantagens para o governo em manter perfis em redes sociais é o aumento da transparência pública. No entanto, os textos também demonstraram que, a qualidade na presença online do governo não explora todo o potencial oferecido pelas redes sociais, trazendo para o ambiente online burocracias típicas das estruturas físicas.

Dentre os aspectos analisados pelos pesquisadores, destaca-se a “transparência” e a “interatividade”. A análise da transparência, potencializado pela força da Lei de Acesso à informação, além de ser o mais recorrente, também aparenta ser o que é mais bem desenvolvido pelos órgãos públicos. Interatividade, no entanto, ainda deixa a desejar. Como demonstrado, muitos órgãos públicos utilizam as redes sociais apenas para fins de publicidade, propaganda e divulgação de informações e eventos, deixando de lado a parte de interação com os cidadãos.

Dessa forma, é possível notar, após esta revisão de literatura, que a presença dos órgãos públicos nas redes sociais hoje em dia baseia-se mormente em usar as plataformas como ferramenta de divulgação de informações e não espaços de interação social, razão de ser das redes sociais.

Neste sentido, urge a necessidade de se explorar melhor o porquê desta inabilidade do Estado em interagir com seu público — os cidadãos — em ambientes de socialização online. Espera-se que este artigo sirva de motivação para continuidade de pesquisas relacionadas aos temas expostos, engajando pesquisadores para continuarem estudando e explorando estes temas.

Referências

- BARROS, Najara Lima de; MIOLA, Edna. **Comunicação Pública de Estado nas redes sociais**: Uma análise do perfil do Governo de Sergipe no Twitter. Rio de Janeiro, VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (COMPOLÍTICA) – Puc-Rio, 2015.
- BRENOL, Marlise Viegas. **TRANSPARÊNCIA DIGITAL E JORNALISMO**: modalidades comunicativas com uso de dados públicos. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- GOMES, Suely Henrique de Aquino. Reações da sociedade conectada: comentários em Fanpages do Executivo e Legislativo Federais. **Comunicação e Sociedade**. v. 40, n. 1, jan./abr. 2018, p. 229-334. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/7948>>. Acesso em 11 Set. 2019.
- NASCIMENTO, Paulo Henrique Ferreira. **COMUNICAÇÃO DIGITAL E COMPETÊNCIA COMUNICATIVA: ANÁLISE DE RECURSOS, PRODUÇÃO, USABILIDADE E EFICÁCIA DA COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL BAURUENSE**. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2018.
- NOGUEIRA JÚNIOR, Dario Azevedo. Governo Eletrônico: uma reflexão sobre os limites da interatividade cidadã no modelo brasileiro da gestão pública digital de difusão de informação. **Revista Eptic**. v. 21, n. 1, jan./abr. 2019, p. 22-45. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/10909/8459>>. Acesso em 11 Set. 2019.
- PECORARO, Caroline Bastos Faria. **Comunicação e Transparência**: O Facebook das prefeituras do Rio de Janeiro e São Paulo. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- PIRES, Karoline Marques. DADOS ABERTOS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: envolvimento interno e divulgação para a sociedade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 2, p. 58-80 maio/ago., 2019.
- PIRES, Matheus Costa Simões; CORSO, Kathiane Benedetti. **O GOVERNO FEDERAL E SUAS INTERAÇÕES DIGITAIS**: uma análise da comunicação estratégica nas redes sociais Facebook e Twitter. Trabalho de Conclusão de Curso. 2018. Unipampa. Disponível em: <<http://dspace.unipampa.edu.br:8080/jspui/handle/rii/3560>>. Acesso: 11 Set. 2019.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RÖDER, Nathalie Gabrielle Jun Matsumoto. 2019. **GOVERNO ELETRÔNICO E ABERTO: Acesso à informação e participação digital em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)**. Dissertação (Mestrado profissional em Administração Pública em Rede) Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

SAMPAIO, R. F. MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista brasileira de fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

Capítulo 11

Empreendedorismo em plataformas de *crowdfunding*: uma revisão de literatura

Ana Paula Neres Cirqueira ¹

Elaine Jesus Alves ²

1 Introdução

O cenário econômico contemporâneo apresenta diversas formatações de empreendimentos, e com o advento da internet e a sua capacidade de acesso rápido e interação, vem estabelecendo novas formas de relacionamentos, inclusive de negócios. Eis que surge o *crowdfunding*, mais conhecido como financiamento coletivo, apresentando-se como uma ferramenta que possibilita que ideias saiam do papel.

O *crowdfunding* é uma prática de financiamento coletivo, que visa a captação de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos, através do apoio de várias pessoas a partir do interesse pela proposta e do investimento em pequenas quantias em dinheiro. Os projetos surgem da livre iniciativa e criatividade dos idealizadores, que utilizam as plataformas de *crowdfunding* para dar visibilidade às propostas e angariar recursos financeiros. Este tipo de financiamento vem sendo praticado em vários países, tendo uma representatividade maior nos Estados Unidos onde teve origem. Talvez essa forte prática do *crowdfunding* nos EUA se dê pelo fato

¹ Graduada em Administração, Esp. em Docência do Ensino Superior e MBA em Gestão de Pessoas. Aluna especial do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da UFT. anapaulaneres@hotmail.com.

² Doutora e Pós-doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Minho, Braga PT. Pós-doutorado em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: elainealves@uft.edu.br

do seu sistema capitalista ser caracterizado pelo empreendedorismo, potencializando de maneira positiva a modalidade.

No Brasil, embora o *crowdfunding* ainda esteja em fase embrionária, o mesmo vem ganhando espaço e tornando-se alternativa de financiamento para diversos tipos de projetos. Também, para alguns pode ser a única oportunidade de concretização dos projetos, devido ao baixo custo e às exigências e dificuldades de acesso aos financiamentos existentes. O *crowdfunding* através de suas plataformas possibilita a disseminação da cultura de colaboração, no qual podemos destacar que as pessoas que apoiam os projetos agem voluntariamente, cujo interesse pode estar atrelado a identificação que se teve com a proposta do projeto, bem como sua finalidade ou atrativos em termos de recompensas.

A pesquisa ora proposta deu-se levando em consideração a forte tendência da prática do *crowdfunding* e seus numerosos resultados de sucesso, e o seu estímulo ao desenvolvimento econômico e social, além de ser uma temática emergente a academia. Diante disso, o estudo realiza uma revisão sistemática de literatura sobre o dinamismo das plataformas de *crowdfunding*, e busca responder os seguintes questionamentos: quais as principais abordagens realizadas pelos pesquisadores referentes ao uso das plataformas de *crowdfunding*? Quais suas áreas de atuação? As plataformas de *crowdfunding* podem ser vistas como uma ação empreendedora ou ferramenta que fomenta o empreendedorismo?

A pesquisa aborda um breve histórico e conceitos sobre o empreendedorismo e o *crowdfunding*. Apresenta ainda um exemplo de plataforma de *crowdfunding* e sua estrutura. O estudo finaliza com a apresentação dos resultados da revisão sistemática de literatura realizada no Portal da Capes com a finalidade de responder os objetivos propostos.

2 Referencial teórico

Nesta seção, será apresentado um breve histórico sobre o empreendedorismo, um aprofundamento sobre a origem do *crowdfunding*,

conceitos e tendências; apresenta ainda uma descrição sobre as plataformas de *crowdfunding*, sua estrutura e um exemplo de plataforma.

2.1 Empreendedorismo

O empreendedorismo tem sido difundido no Brasil nos últimos anos, intensificando-se ao final da década de 1990, logo o marco de consolidação do termo deu-se a partir da consideração da sua relevância para o país, no período de 2000 a 2010 (DORNELAS, 2012). Ainda de acordo com o autor, existem vários fatores que talvez expliquem esse interesse pelo assunto, destacamos os Estados Unidos, país onde o capitalismo tem sua principal caracterização o *entrepreneurship* (empreendedorismo). Em relação ao Brasil e diante de uma tentativa de estabilização da economia, há uma preocupação em fomentar o empreendedorismo mediante a criação de empresas duradouras, por parte do governo e entidades de classes.

Para Timmons (1990), o empreendedorismo trata-se de uma revolução silenciosa, que será para o século XXI, mais do que a Revolução Industrial foi para o século XX. O século XX foi marcado por vários acontecimentos que contribuíram para estruturação do cenário contemporâneo, podemos destacar a criação da televisão, satélite, computador, microprocessador e a internet, este último vem revolucionado a forma de relacionamento pessoal e de negócios.

Para Benevides (2002, p. 300) “a função do empreendedor é reformar ou revolucionar o modelo de produção, participando, assim do processo de “destruição criativa” da ordem econômica vigente. Trata-se, portanto, do responsável pela inovação e pela capacidade da economia se desenvolver”. O avanço tecnológico atrelado ao empreendedorismo potencializa o desenvolvimento econômico e social.

O empreendedorismo, segundo Degen (1989, p. 9), é constituído pelas ações empreendedoras, no qual “[...] o empreendedor é o agente do processo de destruição criativa que, de acordo com Joseph A. Schumpeter é o impulso fundamental que aciona o motor capitalista”. O empreendedor

é o principal propulsor do empreendedorismo. Para Dornelas (2001), o empreendedor é aquele que faz as coisas acontecerem, antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização

Degen (1989), afirma que a riqueza de um país se mede pela sua capacidade de produzir em quantidade suficiente, bens e serviços necessários ao bem-estar da população. Ainda segundo o autor, acredita-se que o melhor recurso que dispomos para resolução de graves problemas socioeconômicos pelo qual o Brasil passa é a liberação da criatividade dos empreendedores, mediante a livre iniciativa para produzir bens e serviços.

O empreendedor é visto como um ser criativo, capaz de transformar ideias em negócios. Em tempos presente, os empreendedores representam mudanças no estilo de vida das pessoas, no cenário econômico e na produção de bens e serviços.

2.2 Crowdfunding

O cenário mundial tem passado por várias transformações, que muitas vezes estão pautadas por ações inovadoras que mudam o comportamento das pessoas na maneira como se relacionam ou mesmo como estabelecem negócios. Diante da revolução tecnológica e o advento da internet, novas formas de empreender vêm surgindo, dentre as várias alternativas destacamos o *crowdfunding* através de suas plataformas.

Antes de falar sobre *crowdfunding* se faz necessário citar o termo economia criativa, que segundo Madeira (2014) tem origem a partir de um ambiente socioeconômico estruturado mediante a facilidade de acesso a bens e serviços, que está intimamente ligado à redução da centralidade de propriedade privada na atividade econômica, e emergência do modelo de produção baseado na colaboração, sendo provenientes do avanço das tecnologias da informação e comunicação.

Ainda segundo Madeira (2014), o conceito de economia criativa tem seu marco no início do presente século, diante das rápidas transformações da economia global, que podem ser destacadas pela intensificação da

importância do conhecimento como recurso do sistema de produção. Busca-se apreender um mundo onde a criatividade, inovação e gerenciamento de riscos tornaram-se imperativos da competição econômica. Neste sentido, o conceito são as ideias ancoradas na utilização maciça das novas tecnologias, que ganham espaço como geradoras de riquezas e de transformação social.

A evolução tecnológica é tão rápida que se torna um desafio acompanhar as mudanças e aproveitar as oportunidades que esse processo traz. O *crowdfunding* se trata de uma ação criativa e inovadora que possibilita a interação entre idealizadores de projetos e apoiadores, com intuito de fazer com que uma ideia seja colocada em prática. Também se pode apontar que o *crowdfunding* encontra-se em um processo emergente dado ao seu crescimento como modelo de financiamento, e que vem suprindo lacunas deixadas ou não abarcadas por outras formas de financiamento existentes, contudo, para alguns vem se apresentando como única alternativa para que a ideia saia do papel.

Ao adentrarmos sobre a temática *crowdfunding* torna-se relevante compreender a sua origem. Attuel-Mendes (2014), corrobora que o termo *crowdfunding* não é novo, referenciando que em meados do XIX ou mesmo antes, havia associações financeiras e cooperativas de crédito estruturadas por membros de clãs, no qual, as famílias ou vizinhos realizavam depósitos da mesma quantidade em dinheiro com intuito de beneficiar uma pessoa de cada vez. Ainda segunda a autora, o *crowdfunding* surgiu em 2006 nos EUA, e obteve maior representatividade a partir de 2012, com a assinatura da Lei de JOBS (Jumpstart Our Business Start-up), que regulamenta o *crowdfunding* baseado em ações.

O *crowdfunding* trata-se de um fenômeno virtual que tem a finalidade de financiar projetos variados de forma colaborativa, podendo ser culturais, pessoais, sustentáveis ou a criação de um produto (MOLLICK, 2013). Em consonância Mendonça e Machado (2015), corroboram que o *crowdfunding* é um modelo de financiamento coletivo bem recente, que tem por finalidade arrecadar valores de vários investidores

individualmente para a viabilização de um empreendimento, através de uma plataforma online que apresenta projetos em troca de remuneração ou benefícios associados ao projeto.

Mendes e Junqueira (2016) evidenciam que existem quatro modalidades de *crowdfunding* no Brasil, sendo: doação ou social lending; recompensa ou reward *crowdfunding*; empréstimo ou peer-to-peer lending e participação ou equity *crowdfunding*. As plataformas costumam atuar em apenas uma das modalidades, definidas como plataformas especializadas.

Otero (2015) apresenta as descrições das modalidades de *crowdfunding*, por doação é uma modalidade destinada a projetos sociais sem fins lucrativos, no qual o idealizador recebe sem dar nada em troca; por recompensa, as pessoas que colaboram financeiramente recebem retribuições dos donos dos projetos; por retorno financeiro os investidores apoiam financeiramente e em contrapartida recebem participação nos lucros ou mesmo desconto para a compra do produto final; por empréstimo, o idealizador e o apoiador do projeto fazem acordos sobre qual será o retorno financeiro que o financiador irá receber.

2.2.1 Plataforma de Crowdfunding

Couto e Calaço (2015) corroboram que o *crowdfunding* se tornou uma ferramenta advinda da evolução tecnológica que tende a potencializar o empreendedorismo, fomentando no processo de angariação de recursos para a criação e desenvolvimento de diversos projetos, mediante a utilização de plataformas especializadas, que visam normalmente mediante apresentação de campanhas, convencer os potenciais interessados que acreditam no projeto para financiá-lo.

No Brasil existem várias plataformas de *crowdfunding* que possibilitam que várias ideias saiam do papel, contudo, daremos nesta subseção destaque ao Catarse, para exemplificarmos como funciona uma plataforma. Catarse é a maior plataforma de *crowdfunding* do Brasil, surgiu em

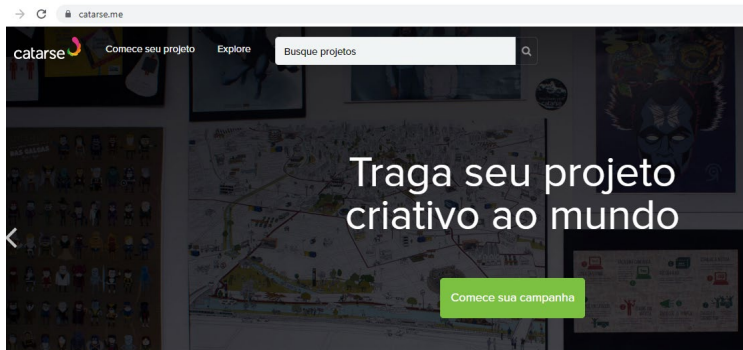
2011 e é uma plataforma total independente, contando como fonte de receita apenas a comissão de 13%, cobrada de projetos tudo-ou-nada bem-sucedidos e das quantias arrecadadas por projetos flex.

A plataforma de *crowdfunding* do Catarse, funciona na modalidade por recompensas, no qual os idealizadores dos projetos, oferecem incentivos quando da contribuição do apoiador, podendo este optar ou não por recebê-la. Ainda, possui duas alternativas para angariação de recursos financeiros, o “flex” e o “tudo ou nada”, o flex tem como objetivo, dentro de um prazo pré-definido ou não, arrecadar recursos financeiros, sendo possível levantar a quantia arrecadada mesmo que não tenha atingido o valor desejado. Já o tudo ou nada, dentro de um prazo estabelecido, determinado o valor para a realização do projeto específico, não havendo a possibilidade de levantar quantia arrecadada caso não tenha esse atingido o valor definido (<https://crowdfunding.catarse.me/legal/termos-de-uso>).

A plataforma Catarse apresenta logo ao acessarmos o site, um convite a empreender com o lema “traga seu projeto criativo ao mundo”. As plataformas de *crowdfunding* possibilitam que usuários realizem investimentos em diversos tipos de projetos e empreendimentos, na maioria das vezes em quantidades pequenas, através de plataformas de mídia on-line, que proporciona a interatividade entre idealizadores e investidores. (AGRAWAL, CATALINI E GOLDFARB, 2011).

A plataforma de *Crowdfunding* do Catarse é definida como uma ferramenta de empreendedorismo social no Brasil. O Catarse, possibilita que o idealizador do projeto, construa sua campanha, participe do processo de captação de recursos, incentivando e interagindo com sua rede de relacionamento, acompanhe suas arrecadações diariamente e interaja diretamente com seus apoiadores. Tem como missão, incentivar a criatividade, a arte, o ativismo, a ciência e o empreendedorismo. Gostam de projetos que trazem novas perspectivas, são disruptivos, geram diversidade e promovam debates saudáveis para a sociedade.

Figura 1: Página Inicial do Catarse

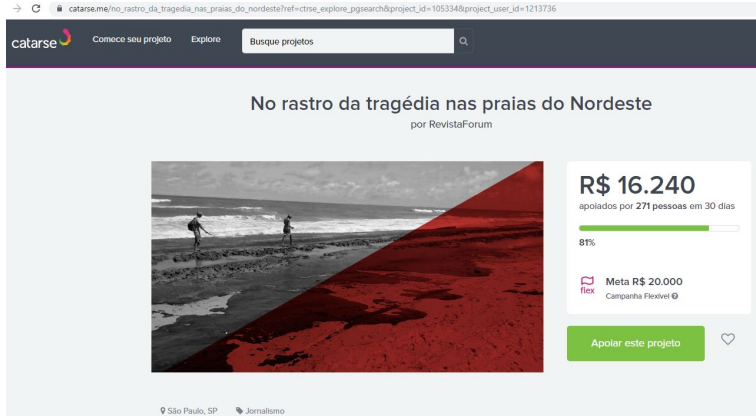


Fonte: <https://www.catarse.me/>

Neste momento apresentaremos um dos projetos em andamento pela Catarse, intitulado como “no rastro da tragédia nas praias do Nordeste”. Trata-se de uma proposta na área Jornalística que tem como intuito realizar uma reportagem especial sobre a realidade das praias do Nordeste atingidas pelas manchas de óleo que avançam pelo litoral. Uma reportagem exclusiva, investigativa, para reconhecimento dos impactos no meio ambiente, na vida das pessoas e na economia das regiões afetadas.

O projeto em andamento abaixo, trata-se de um projeto “flex”, a proposta inicia do projeto é alcançar R\$13.000,00, com esse valor cobre todos os custos necessários para o seu desenvolvimento, no entanto, estabelecem um valor maior de R\$ 20.000,00 e destacam que se atingirem o valor estipulado, irão produzir além da reportagem de investigação, um mini documentário. Este projeto encerra-se em 24 de novembro de 2019, e se não atingir o valor máximo, poderá levantar o valor arrecado devido a alternativa flex de *crowdfunding* escolhida.

Figura 2: Projeto em andamento do Catarse



Fonte: <https://www.catarse.me/>

A partir do recorte sobre quem é o Catarse, podemos compreender o impacto positivo que esta plataforma proporciona aos sujeitos envolvidos no processo, uma vez que fomenta o empreendedorismo no sentido de ideias virarem negócios, possui cunho social, dissemina a cultura de colaboração e possibilita o desenvolvimento socioeconômico.

Ao observarmos a figura 3, percebemos que existe um número expressivo de projetos que utilizaram o *crowdfunding* no Catarse como alternativa para saírem do papel, conseguimos apreender que existe uma expectativa positiva de que as plataformas representam oportunidades, diante de um cenário em constantes mudanças, principalmente tecnológica

Figura 3: A plataforma do Catarse em números



Fonte: <https://www.catarse.me/>

O Catarse e as demais plataformas existentes, possuem uma contribuição gigantesca no desenvolvimento econômico, cultural e social. De acordo com Bier e Cavalheiro (2015), o *crowdfunding* representa um avanço para a realização de projetos no Brasil, que antes eram dependentes dos limitados recursos públicos e exigências dos editais privados.

3 Metodologia

Este artigo apresenta uma revisão sistemática de literatura sobre a temática *crowdfunding* tendo como foco responder a questão sobre quais as principais abordagens realizadas pelos pesquisadores referentes ao uso das plataformas de *crowdfunding* e verificar se estas propostas promovem o empreendedorismo. Em relação à metodologia, utilizou-se a pesquisa de revisão de literatura com abordagem qualitativa. Cervo e Bervian (2002), evidencia que a revisão de literatura busca explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, pode ser realizada independente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. No entanto, pode em ambos os casos, conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema. Em relação a abordagem qualitativa da pesquisa, Sampieri (2006) corrobora que a mesma é utilizada na coleta de dados sem medição numérica, para descobrir ou aperfeiçoar questões de pesquisa, podendo, dessa forma, provar ou não hipóteses em seu processo de interpretação.

Em primeiro momento, foi realizada uma pesquisa com o descritor “plataforma *crowdfunding*” no Portal de Periódicos da Capes no mês de outubro de 2019, retornando 71 resultados sobre a temática. O segundo refinamento usando os critérios de artigos do período de 2015 a 2019, apresentaram 49 resultados. Na finalização do refinamento, utilizou-se dois critérios de exclusão: os estudos que não se tratavam de artigos científicos e os artigos em línguas estrangeiras. Assim a pesquisa apresentou 11 artigos científicos em português, dos quais após análise dos resumos,

foram selecionados para amostra final 5 artigos dentro do enquadramento da pesquisa.

4 Resultados e discussões

Nesta seção, para a análise dos resultados, foram selecionados 5 artigos nos Periódicos da Capes, sendo os mesmos estruturados em um quadro, elencando autores, títulos e objetivos. Para análise e interpretação dos dados, utilizamos as três fases das análises de Bardin (2011): pré-análise, exploração do material e tratamentos dos resultados por meio de inferência e interpretação.

Quadro 1: Artigos selecionados dos periódicos da Capes

Estudo	Autor (ano)	Título	Objetivos
1	Ana Maria Fonseca; Henrique Morais Diz; Maria José Palma Lampreia Dos-Santos (2016)	O crowdfunding como financiamento do jornalismo de investigação em Portugal	O artigo analisa o crowdfunding aplicado ao jornalismo de investigação como alternativa aos modelos tradicionais de financiamento jornalístico em Portugal. O principal objetivo é inferir sobre as potencialidades de desenvolvimento do crowdfunding como financiamento do jornalismo de investigação português.
2	Larissa Martins; Mírna de Lima Medeiros (2017)	Crowdfunding Como Alternativa no Turismo: Análise do Modus Operandi das Plataformas Brasileiras	Analisa as plataformas de crowdfunding existentes no Brasil como alternativa para projetos no âmbito do Turismo.
3	André Packer dos Santos; Felipe Simão Pontes; Paula de Souza Paes (2018)	Financiamento coletivo aplicado ao jornalismo: uma classificação das iniciativas financiadas no Catarse	Apresenta uma revisão de literatura nacional e internacional sobre o financiamento coletivo aplicado a projetos jornalísticos. Tem como objeto empírico principal as iniciativas financiadas no Catarse, considerada a maior plataforma de crowdfunding do Brasil.
4	Taiguara Belo de Oliveira (2015)	Economia de rede na produção teatral: a campanha de crowdfunding da Cia. Luis louis1	Estudo exploratório sobre a relação entre a produção teatral e as plataformas web de financiamento coletivo, conhecidas como crowdfunding
5	Bartos Bernardes; Rafael Lucian; Nelsio Abreu (2018)	Crowdfunding: Análise dos Comportamentos de Satisfação e Lealdade dos Consumidores Brasileiros em Contexto de Produtos Culturais	Busca mensurar a relação do uso de plataformas de crowdfunding na conquista da lealdade e satisfação de consumidores brasileiros, em contexto de produtos culturais disponíveis nas plataformas específicas de consumo colaborativo na web.

Fonte: Elaboração própria

A seguir, faremos o detalhamento dos estudos acerca das plataformas de *Crowdfunding* conforme abordagem dos autores, apresentando os objetivos, metodologia, argumentos, resultados da pesquisa e sugestões.

Estudo 1: Fonseca, Diz e Dos-Santos (2016), analisaram o *crowdfunding* aplicado ao jornalismo de investigação como alternativa aos modelos tradicionais de financiamento jornalístico em Portugal. O principal objetivo foi inferir sobre as potencialidades de desenvolvimento do *crowdfunding* como financiamento do jornalismo de investigação português, um estudo de caso na plataforma *I Fund News*. Com intuito de estudar a referida plataforma, utilizou-se a metodologia de estudo de caso, com objetivo de analisar sua criação, mediante a verificação de todas as fontes documentais existentes, dos media, e através de entrevista ao gestor de inovação da plataforma, além de entrevistas informais a jornalistas e especialista sobre todo o processo.

I Fund News é uma plataforma de *crowdfunding*, que recebia exclusivamente projetos jornalísticos em Portugal. Esta foi desde o início de sua criação, fonte de notícias em vários meios de comunicação on-line e tradicionais, revistas, TV, edições on-line aos jornais impressos, e ainda blogs especializados. Além de tudo isso, foram constatados diversos jornalistas no ativo, de imprensa e televisão, e todas as universidades do país com curso de jornalismo, por meio de uma turnê de divulgação, numa ação de bater porta a porta para ir ter diretamente com as pessoas potencialmente interessadas.

Passado mais de um ano do seu lançamento, teve um único projeto proposto pelos jornalistas, denominado como “Até Lá Abaixo”, o mesmo atingiu mais de 100% do valor que se propôs angariar. Os responsáveis pela plataforma, evidenciaram que não haviam oferta por parte dos jornalistas, enquanto que por outro lado, houve boa resposta dos financiadores, que se mostraram interessados. A plataforma *I Fund News*, embora tivesse todos fatores que apontassem para o seu sucesso, falhou, diante da falta de interesse dos públicos-alvo, os jornalistas. A partir deste resultado,

buscou-se compreender a vertente empreendedora dos jornalistas desde a sua formação inicial.

Assim, foram analisados os planos curriculares de todos os cursos de licenciatura e de mestrado em Ciências da Comunicação (CC) e jornalismo e os doutoramentos na área da comunicação em todas as instituições de Portugal, públicas e privadas. Os resultados da pesquisa apontaram quase uma completa ausência da economia/gestão, incluindo-se o empreendedorismo. Diante disso, constatou-se uma lacuna na formação superior de jornalistas em Portugal, não especificamente voltado à componente científico do jornalista, mas sim, em face das dificuldades profissionais com os quais os jornalistas atuais vêm debatendo, não possuir sequer as ferramentas de análise econômica e o dinamismo empreendedor capaz de criarem seu autoemprego.

Por fim, a pesquisa apontou que a economia particular de *crowdfunding* sugere que este pode ser em Portugal, como em outros países, uma alternativa aos modelos tradicionais de financiamento para empreendedores ou empresas que pretendem, colocar em prática um determinado projeto, seja ele um produto ou serviço. Em referência ao jornalismo, existem muitas plataformas bem-sucedidas, que se têm revelado uma alternativa para muitos profissionais, que recebe o apoio de financiadores dispostos a pagar por reportagens que não tem lugar nos media tradicionais. No tocante, vale ressaltar a incipiência empreendedora dos jornalistas em Portugal e a necessidade futura dos seus programas curriculares no ensino superior, incluírem unidades curriculares de economia e empreendedorismo.

Estudo 2: Martins e Medeiros (2017) analisaram as plataformas de *crowdfunding* existentes no Brasil, como alternativa para projetos no âmbito do turismo. Adotaram como metodologia, a pesquisa descritiva. Inicialmente foi realizado um levantamento com relação às plataformas de *crowdfunding* existentes no Brasil, utilizando trabalhos acadêmicos existentes. A partir desse levantamento, foram encontradas 16 plataformas online, do início da pesquisa até a análise final, 2 das plataformas saíram do

ar e 2 apresentavam erros no site impedindo a análise. Diante disso, foram analisadas 12 plataformas de *crowdfunding*, sendo elas, Benfeitoria, Bokstart, Bookstorming (apresentou erro no site), CaridadX, Catarse, Eco do Bem, Juntos.com.vc, Kickante, Mais torcida, Makeeachamp, Motor (fora do ar), Mottirô (fora do ar), Partilhe, Projeto 5K, Social Beers e Variável 5.

Em relação às plataformas, foram verificadas as áreas que cada plataforma abrange no país, assim, analisou-se se a operação das plataformas se dá com áreas diversificadas ou se há uma especialização. Também foi investigado, se havia uma possibilidade de inserção de projetos da área de turismo. O estudo evidenciou que das 12 plataformas analisadas, a metade contempla projetos em áreas específicas e outra metade contempla projetos diversos, dessa seis, 4 contempla projetos da área de turismo.

Os métodos mais utilizados nas plataformas brasileiras de *crowdfunding* é modelo americano “tudo ou nada”, sendo este fator utilizado em 9 das plataformas analisadas, neste modelo o projeto só é financiado caso haja o alcance da meta do projeto, não havendo, os valores são devolvidos aos apoiadores. Das 12 plataformas analisadas, 3 oferecem também planos flexíveis, nesta situação em que há ambas as opções, as condições de uso das plataformas se diferenciam conforme modelo acolhido.

Por fim, o resultado da pesquisa, revelou que o sistema de *crowdfunding* através de suas plataformas, pode ser uma alternativa interessante aos empreendedores do setor do turismo, bem como outras áreas que buscam financiamentos não tão burocráticos e de baixo risco. Contudo, o estudo sugere uma atenção em relação em relação a possíveis custos de operação e limitação de acesso ao valor arrecadado, caso não alcance uma meta especificada dentro do prazo determinado dentro das plataformas.

Estudo 3: Santos, Pontes e Paes (2018), apresentam uma revisão de literatura nacional e internacional sobre financiamento coletivo aplicado a projetos jornalísticos. Tendo como objeto empírico principal as iniciativas financiadas no Catarse, considerada a maior plataforma de *crowdfunding* do Brasil. Para a realização da pesquisa, utilizou os estudos dos seguintes autores: pesquisa sobre Spot.us desenvolvida por Aitamurto (2011);

motivação para os contribuintes apoiarem os projetos jornalísticas por Cabrera (2014); e a pesquisa de Andrea Hanter (2015, sobre o jornalismo financiado coletivamente e sua relação com a objetividade).

Essas pesquisas internacionais demonstram, em geral, uma preocupação em entender o que leva o internauta a doar para um projeto jornalístico. Razões altruístas aparecem como principal motivador das doações nas pesquisas de Aitamurto (2011), em que os financiadores dos projetos jornalísticos, apoiam projetos que possuem algum impacto direto em seu dia a dia. Os resultados da pesquisa de Cabrera (2014) apontaram que o jornalismo investigativo e a produção especializada ganham força através do *crowdfunding*. Na pesquisa de Hanter (2015), ficou evidente que o *crowdfunding* pode ser uma oportunidade para jornalistas e organizações.

Os autores analisaram que o Catarse é considerado a maior plataforma de financiamento coletivo do Brasil e começou a funcionar em janeiro de 2011, até 2015 o modelo de financiamento era o “tudo ou nada”, no início de 2016, foi inserido uma nova modalidade de financiamento na Plataforma, o “flex”, destinada ao desenvolvimento de projetos mesmo sem atingir a meta traçada. Desde o início do Catarse, foram apresentadas 234 propostas de produções jornalísticas, destas, 75 projetos obtiveram êxito na arrecadação da verba para a produção. O projeto Cidades para Pessoas foi o primeiro na categoria do jornalismo a ser financiado no dia 21 de março de 2011.

Os resultados da pesquisa apontam que a identificação dos arranjos econômicos possibilita avançar sobre os limites do *crowdfunding* e sua aplicação ao jornalismo. Exaltado muitas vezes como uma possível solução para iniciativas que abdicam do financiamento publicitário ou do controle político-partidário, contudo, o *crowdfunding* ainda não se estabeleceu no Brasil, como principal fonte de sustentabilidade para organizações duradouras e com produção constante.

Estudo 4 : Oliveira (2015) apresenta uma reflexão preliminar sobre a relação entre a produção teatral e as plataformas de financiamento

coletivo conhecidas como *crowdfunding*. Neste artigo, é relatado a experiência da Cia. Luis Louis, que conseguiu arrecadar fundos necessários para concluir a produção do espetáculo 700 mil horas através de campanha junto ao site Catarse, entre os dias 18 de setembro e 30 de outubro de 2013. A coleta de dados realizou-se mediante acompanhamento de uma temporada de apresentação da peça e entrevista com membros da companhia. Considerando também documentos, notas e informação de pesquisas fornecidas pela própria Catarse.

Os resultados da pesquisa apontaram que o *crowdfunding* é uma alternativa de financiamento para o teatro. No entanto, este tipo de financiamento coletivo através de plataformas virtuais constituem um modelo em fase ainda embrionária, de forma que não é possível ser categórico acerca de sua eficiência enquanto saída duradoura para os pequenos e médios produtores teatrais. No meio teatral, a adoção generalizada do *crowdfunding* pode vir a aprofundar a lógica empreendedora difundida pelas políticas públicas de caráter neoliberal.

Estudo 5: Bernardes, Lucian e Nelsio (2018) buscaram mensurar a relação do uso de plataformas de *crowdfunding* na conquista da lealdade e satisfação de consumidores brasileiros, em contexto de produtos culturais disponíveis nas plataformas específicas de consumo colaborativo na web. A metodologia adotada no estudo, foi a pesquisa descritiva apoiada com o levantamento de dados coletados junto aos apoiadores brasileiros na principal plataforma de *crowdfunding* desse país, o Catarse. No estudo foram traçadas duas hipóteses: Hipótese 1) a experiência de financiamento de produtos culturais oriundos das plataformas de *crowdfunding* tende a promover a satisfação dos consumidores. Hipótese 2) A experiência de financiamento de produtos culturais oriundos de plataformas de *crowdfunding* desperta uma resposta de lealdade aos consumidores.

A pesquisa investigou o universo de apoiadores de *crowdfunding* de produtos culturais, para tanto foi utilizado um questionário on-line, com 23 questões estruturadas, de múltipla escolha, aplicado com pessoas que apoiaram algum projeto exitoso de *crowdfunding*, em contexto de

produtos culturais. O objetivo dessa coleta de dados foi perceber, a partir da opinião desses apoiadores, o nível de satisfação e de lealdade dos mesmos para com esse tipo de financiamento coletivo através das redes sociais. O tamanho da amostra não probabilística foi composto por 200 apoiadores, no entanto, apenas 181 questionários foram válidos.

Os resultados da pesquisa mostraram que 80% dos participantes, se sentiam no mínimo satisfeitos em terem uma experiência com o *crowdfunding*. Diante dos resultados encontrados e do alto percentual de satisfação dos respondentes, confirmou-se a hipótese 1 do estudo, que o consumo de produtos culturais oriundos de plataformas de *crowdfunding* tende a promover a satisfação dos consumidores. 77% dos participantes concordaram que o *crowdfunding* apresenta mais benefícios do que os outros formatos de financiamento. Em relação a pergunta sobre se o modelo estava sendo cada vez mais bem recebido, e que as pessoas tinham uma tendência a gostar cada vez mais dele, os mesmos deixaram claro que sim, somando um percentual de 81%. Diante disso, confirmou-se hipótese 2, que o consumo de produtos culturais oriundos de plataformas de *crowdfunding* desperta uma resposta de lealdade nos consumidores.

Ficou nítido na pesquisa que existe uma forte relação entre o uso das plataformas de *crowdfunding* tanto na satisfação quanto na conquista da lealdade dos consumidores brasileiros em contexto de produtos culturais e que essas plataformas fortalecem a capacidade de envolvimento entre os realizadores de projetos e seus apoiadores. Os autores sugerem que os gestores de marketing das plataformas observem o financiamento coletivo, também como uma ferramenta de marketing e não apenas como uma estratégia alternativa.

Os estudos 1 e 3, apresentam o *crowdfunding* através de suas plataformas, como alternativa de financiamento de projetos na área jornalística, e destacam a importância do conhecimento e domínio de questões relacionadas ao empreendedorismo e a identificação dos arranjos econômicos, no sentido de potencializar *crowdfunding*. Os estudos 2 e 4 respectivamente, apresentam o *crowdfunding* através de suas

plataformas, como alternativa de financiamento para projetos na área de turismo e teatro. No estudo 2, evidencia-se que o *crowdfunding* é vista como uma alternativa bastante interessante aos empreendedores da área de turismo, uma vez que este se apresenta como uma opção menos burocrática e de baixo risco. No estudo 4, destaca-se o *crowdfunding*, como uma alternativa emergente, que ainda não se estabeleceu de forma eficaz e como saída duradoura de financiamento, no entanto, a prática do *crowdfunding* generalizada pode vir a aprofundar a lógica empreendedora. Por último, o estudo 5, evidencia que o *crowdfunding* através de seus projetos na área de produtos culturais, promove a satisfação e a lealdade dos consumidores/apoiadores, uma vez que as plataformas fortalecem a capacidade de envolvimento entre os idealizadores de projetos e seus apoiadores.

5 Considerações finais

Diante das análises dos artigos, podemos ter uma compreensão sobre o dinamismo das plataformas de *crowdfunding*, apreendemos que estas são ambientes dinâmicos que proporcionam a interação entre três sujeitos: plataforma através de seus gestores, projetos por meio dos seus idealizadores e consumidores por meio do apoio/incentivo aos projetos, abarcando um processo de interatividade.

A partir desses resultados, foi possível responder quais as abordagens realizadas pelos autores referentes ao uso das plataformas de *crowdfunding*. Com o advento da internet, o *crowdfunding* por meio de suas plataformas possibilita que as ideias empreendedoras saiam do papel. Contudo, as pesquisas apontaram uma forte tendência do *crowdfunding* como alternativa de financiamento, sendo uma prática em desenvolvimento em vários países, embora essa prática ainda seja considerada em fase embrionária, esta vem apresentando muitos resultados de sucesso como uma ferramenta dinâmica de comunicação, marketing, empreendedorismo e uma cultura de colaboração emergente em meio aos cenários

econômico e social. Também, para alguns a plataforma de *crowdfunding* pode ser a única alternativa para que as ideias sejam colocadas em prática, devido ser um financiamento não tão burocrático e de baixo risco.

Em relação ao objetivo de verificar as áreas de atuação das plataformas, identificou-se as seguintes áreas: jornalismo, turismo, teatro e produtos culturais, no entanto, as pesquisas deixam claro sobre as existências de vários tipos de plataformas e evidencia que as mesmas abrangem vários projetos em várias áreas.

Por fim, os estudos apresentam uma forte ligação entre as plataformas *crowdfunding* e o empreendedorismo, uma vez que as ações empreendedoras estão voltadas a identificação de oportunidades, geração de renda e oferta de bens e serviços. Diante disso, pode-se apontar que as plataformas são ações empreendedoras (ambiente virtual, é um empreendimento) e ao mesmo tempo uma ferramenta que impulsiona o empreendedorismo, pois abre espaço para ideias serem colocadas em prática (ideias dos idealizadores), além de fomentar o mercado econômico e social.

Vale ressaltar a importância de pesquisas futuras, que busquem investigar os reais impactos do *crowdfunding* através de suas plataformas, em relação aos usuários/idealizadores de projetos, a sociedade e cenário econômico.

Referências

AGRAWAL, A.; CATALINI, C.; GOLDFARB, A. **The Geography of Crowdfunding**, 2011. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w16820.pdf?new_window=1>. Acesso em: 08 nov. 2019.

ATTUEL-MENDES, Laurence (2014), "**Crowdfunding platforms for microfinance: A new way to eradicate poverty through the creation of a global hub?**", Cost Management, 28 (2), pp. 38-47.

BARDIN, L.(2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

- BENEVIDES, S. **Empreendedorismo**: assim se faz o futuro. Brasília: Rumos, p. 26-33, dez. 2002.
- BERNARDES, B; LUCIAN, R; ABREU, N. *Crowdfunding*: Análise dos Comportamentos de Satisfação e Lealdade dos Consumidores Brasileiros em Contexto de Produtos Culturais. **Revista de Gestão e Projetos - GeP**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 65-79, aug. 2018. ISSN 2236-0972.
- BIER, C. A; CAVALHEIRO, R. A. (2015). **Lei Rouanet x Crowdfunding**: fomentando os empreendimentos culturais. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 9(2), 30-47.
- CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- COUTO, A. S.; COLAÇO, F. R. **O equity crowdfunding e os meios alternativos de financiamento**. *Actualidad Jurídica Uría Menéndez*, Madri, Espanha, n. 39, p. 130-135, jan. 2015. Disponível em: < <https://www.uria.com/documentos/publicaciones/4625/documento/po1.pdf?id=5777>>. Acesso em: 27 out. 2019.
- DEGEN, R. J. **O empreendedor**: fundamentos da iniciativa empresarial. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 4. ed Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. - 2ª reimpressão.
- DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship)**: práticas e princípios. São Paulo: Pioneira, 1986.
- FONSECA, A. M; DIZ, H. M; DOS-SANTOS, M. J. P. L. (2016). *O crowdfunding como financiamento do jornalismo de investigação em Portugal*. *Palavra Clave* 19(3), 893-918. https://crowdfunding.catarse.me/quem-somos?ref=ctrse_footer
- MADEIRA, M. G. **Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2014. 321 p. ISBN: 978-85-7631-509-4. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1096-economia-criativa.pdf>.

MARTINS, L.; MEDEIROS, L. M. DE. **Crowdfunding como Alternativa no Turismo: Análise do Modus Operandi das Plataformas Brasileiras**. PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review e-ISSN: 2316-932X. Disponível em <https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=podium&page=article&op=view&path%05B%05D=9318&path%05B%05D=4092>.

MENDES, A.; JUNQUEIRA, C. A. **Cartilha do investimento coletivo: orientações a investidores e gestores (Equity crowdfunding no Brasil hoje)**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, nov. 2016. v. 6. Cadernos FGV Direito Rio – Série Clínicas.

MENDONÇA, R. U. DE, MACHADO, L. H. Análise de Croedfunding no empreendedorismo brasileiro – características e tendências. **SADJS – South American Developmente Society Journal**. Vol. 1 n° 3, ano 2015.

MOLLICK, E. The dynamics of *crowdfunding*: An exploratory study. **Journal of Business Venturing** 29, 1-16, 2013.

OLIVEIRA, T. B. DE. Economia de Rede na Produção Teatral: a campanha de *crowdfunding* da Cia. Luis Louis. **Revista Eptic**. Vol.17, n°3, setembro-dezembro 2015, ISSN 1518-2487. Acesso <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/4313/pdf>.

OTERO, P. (2015). *Crowdfunding*. Una nueva opción para la financiación de proyectos en salud. Arch Argent Pediatr, 113(2), 154-157.

SAMPIERI, R. H; COLLADO; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, A. P. DE; PONTES, F. S; PAES; P. S. (2018). Financiamento Coletivo Aplicado ao Jornalismo: uma classificação das iniciativas financiadas no Catarse. Pauta Geral - Estudos Em Jornalismo, 5(1), 67-85. Acesso em <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/12012>.

TIMMONS, J.A., **New venture creation**, Homewood IL:IRWIN, 1990.

Capítulo 12

Liberdade de imprensa e territorialidade: língua, linguagem, fala discurso, comunicação e direitos fundamentais

*Giliarde Albuquerque Cavalcante Virgulino Ribeiro do Nascimento*¹

*Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior*²

1 Introdução

A existência e o exercício de direitos no tempo e no espaço exige das pessoas aproximação de modais e unidades de formação de diferentes institutos e instituições em atividade na vida neocontemporânea, a citar a Comunicação e o Direito, a fim de se conhecer a estrutura que lhes reveste, fala-se de fenômenos linguístico-político-constitucionais que estruturam a liberdade de imprensa ao longo do tempo no Brasil.

Desta forma, é preciso que o exercício da liberdade de imprensa em meio social se dê de forma dirigida e consciente de tudo quanto lhe institui e reveste. Para melhor conceber as ideias postas que se veem sob certa soltura contextual, estar a se introduzir o setor da Comunicação e do Direito e sinalizando a maneira como tais âmbitos do saber humano interseccionam-se, cruzam-se, tocam-se, dialogam-se; defendendo-se que é vetor desta intersecção o emprego da língua, da linguagem, da fala, do

¹ Bacharel em Direito. Mestrando pelo PPGCOM-UFT. E-mail: giliarderibeiro@hotmail.com

² Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas (FACOM-UFBA). Mestre em Educação (PPGE-UnB). Graduado em Comunicação Social/Jornalismo (CEULP-ULBRA) e Pedagogia (FE-UnB) e Professor do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: gilsonportouft@gmail.com

discurso em nítido assento nos direitos humanos/fundamentais, objetos de estudo da Comunicação e do Direito, alcançando-se, assim, o necessário conhecer da territorialidade da liberdade de imprensa.

É fim precípua conhecer cada elemento (língua, linguagem, fala e discurso) que substabelecem a Comunicação, conduzindo a reflexão, em especial, para o núcleo de sustentação dos produtos jornalísticos (discurso, narrativa, notícia) sintonizando-os, alfim, aos direitos humanos/fundamentais, localizando-os territorialmente em função da liberdade de imprensa na atual ordem constitucional do Brasil.

Portanto, observar-se-á reflexão debatida sobre o intersectar dos institutos avultados para que se possibilite a compreensão da íntima relação que todos os elementos mantêm entre si, o que pode possibilitar conhecer melhor o território da liberdade de imprensa no Brasil. A pesquisa é de cunho qualitativo e de base bibliográfica, tendo-se percorrido caminhos de conceituação e interseção de elementos base da narrativa jornalística e dialogando com a Comunicação, *lato sensu*, e os direitos fundamentais com vistas a compreender melhor os possíveis inter-relacionamentos que se mostram importantes para a práxis jornalística livre e consciente.

2. Liberdade de imprensa e territorialidade

O caminho percorrido pela Comunicação e pelo Direito se entrelaça a todo tempo na história da humanidade, isso é o que se constata quando lançamos olhar sobre a conquista da liberdade humana de pensamento, de comunicação e de expressão, bem como elementos outros que dizem muito da comunicação enquanto direito humano para as sociedades da atualidade, que confirmam o direito à informação e, finalmente, garantem-lhe fecundidade por meio da liberdade de imprensa.

Pode-se entender melhor a liberdade comunicacional enquanto direito humano a partir de momentos históricos de real expressão que o legitima. Desta forma, podemos parametrizar na história mundial ocidental dois diplomas legais máximos que colocaram a liberdade de

comunicação, *lato sensu*, na pauta de discussões dos direitos humanos, estar a se falar da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen) datada de 1789, na França, e da Constituição dos Estados Unidos da América (Constitution of the United States of America) datada de 1787, que romperam com regimes políticos antidemocráticos. Veja-se importantes passagens das referidas normas a aclarar a discussão.

[...] **La libre communication des pensées et des opinions est un des droits les plus précieux de l'Homme:** tout Citoyen peut donc parler, écrire, imprimer librement, sauf à répondre de l'abus de cette liberté dans les cas déterminés par la Loi (Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen, 1789, **grifei**).

[...] Congress shall make no law respecting an establishment of religion, **or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech, or of the press;** or the right of the people peaceably to assemble, and to petition the Government for a redress of grievances (Constitution of the United States of America, 1787, **grifei**).

As passagens acima revelam a forma como a liberdade humana de comunicação, do poder da palavra, surge no mundo ocidental enquanto garantia e direito, imprimindo nas sociedades e nas pessoas a possibilidade de participação efetiva na construção e condução da história universal.

Bakhtin (2004) e Freire (1987) contribuem afirmando, o primeiro, que as relações entre os indivíduos estão disciplinadas pela palavra, servindo de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. Nesse sentido, a palavra sempre indica sensivelmente todas as transformações sociais formadas ou em formação nos sistemas ideológicos; o segundo, que a comunicação é levada pela criticidade, por isso, libertadora para a humanidade.

É de se revelar que o ser humano livre socialmente, ativo e participativo das transformações da vida em comum, é cunhado da comunicação dialógica. Assim, o modelo ocidental de comunicação, enraizado pela matriz judaico-cristã e pelos valores do indivíduo livre modernamente, se

deve ao caráter emancipatório pessoal e coletivo (indivíduo e sociedade). Chegando-se a confirmar que o ato de comunicar se adere a valores fundamentais da liberdade e da igualdade dos indivíduos, bem como pela busca de uma ordem política democrática (WOLTON, 2004).

Do mundo ocidental direto e especificamente para o Brasil, vejamos os primeiros ensaios do direito humano à comunicação referendado na liberdade de expressão e informação no constitucionalismo pátrio com base na leitura dos textos legais alusivos.

Para tanto, faz-se necessário acrescer breves comentários à Constituição do Império de 1824 e às constituições republicanas (Constituição de 1891, Constituição Social de 1934, Constituição de 1937, Constituição Liberal de 1946, Constituição de 1967 e Emenda n. 1, de 1969, e Constituição de 1988).

É de ser dito que a independência política do Brasil ocorreu 1822, o que colocou a nação nos trilhos do Estado de Direito (*i.g.* estado guiado pela lei), tudo fruto das mudanças que vinham ocorrendo no mundo ocidental, principalmente mudanças lideradas pela Revolução da França em 1789.

A Constituição do Império de 1824, de natureza liberal, reconheceu direitos fundamentais, podendo se observar quando trata da inviolabilidade dos direitos civis e políticos, da liberdade de expressão, informação e imprensa (art. 179 e ss.). Isso foi se afirmando ainda mais, vendo-se na Constituição de 1981 (art. 72, § 12) a ampliação da liberdade de expressão e a segurança sobre os direitos humanos.

Seguidamente, a Constituição Social de 1934, turbulenta pela marca histórica de censura à imprensa, conduziu o Brasil ao campo dos direitos humanos sociais, contribuindo para a cláusula de liberdade de manifestação do pensamento (art. 112, § 90).

Na vez da Constituição de 1937, registrou-se preocupante manutenção do sistema de censura prévia ao direito de liberdade de expressão em alguns setores sociais, não legitimando, todavia, a plena e livre liberdade de imprensa no Brasil. Por seu turno, a Constituição Liberal de 1946,

surgida após a Segunda Grande Guerra Mundial, afirmou-se na redemocratização do Brasil, o que foi sinal positivo para a consolidação das garantias legais voltadas para a liberdade de imprensa. Nesse aspecto, o art. 145, § 50, do referido diploma tratou da manifestação de pensamento, contudo, replicando técnica da Constituição de 1934 quando da limitação da liberdade e emissão do pensamento, o que não revelou ganhos maiores ao setor da comunicação.

Chegando à Constituição de 1967 e à Emenda n. 1 de 1969, marcada por crises e conflitos de natureza político-constitucional aterrorizantes, instalou-se a ditadura militar, restringindo-se direitos e garantias individuais, incluindo-se a liberdade de expressão e comunicação.

Passando-se pelos tempos tenebrosos, o povo afirmou a Constituição de 1988, negando a mais brutal ausência das liberdades públicas e da proteção destas, onde se fincou de vez até os dias da contemporaneidade a livre e plena liberdade de comunicação, expressão, informação e imprensa, um verdadeiro ato de confirmação e continuidade da liberdade de imprensa no país. É possível a notação às curvas de reafirmação da liberdade de comunicação no Brasil enquanto direito, expressão e informação e garantia, a da imprensa.

Fundamental se faz a conquista das ideias sobre um grande número de seguidores capazes de praticá-las, ainda que sob riscos, convencendo-se intuitivamente de que as ideias cursam uma mesma direção, defendendo interesses, necessidades e aspirações coletivas (TRINDADE, 2002).

A mutabilidade ideológica é força motriz para a dialética interna do signo, o qual se revela expressivamente em épocas críticas da sociedade e da comoção pela revolução. Na vida social habitual a contradição do signo ideológico ocultada não é capaz de se mostrar, pois, a ideologia dominante faz o signo ideológico ser sempre reacionário e tenta, por vezes, estabilizar o anterior estágio de trilhos dialéticos da evolução social, valorizando o estágio anterior como válido para os dias de hoje (BAKHTIN, 2004).

“O direito à liberdade de comunicação vai ao âmago do processo democrático, e é muito mais radical do que o direito à liberdade de expressão (HAMELINK, 2005, p. 148).”

Feitas as iniciais passagens históricas, adentra-se por diante em conceitos elementares à exata compreensão da liberdade de imprensa, espécie do gênero comunicação, notadamente, dos elementos constitutivos das narrativas (língua, linguagem, fala, discurso) relacionando-os com os direitos fundamentais, em sentido amplo.

Para tanto, são chamados à cena estudos sobre a língua, a linguagem, a fala, o discurso, a comunicação e os direitos fundamentais, sendo que a abordagem a cair sobre os elementos primevos anunciados se darão planejados na análise de discurso de Dominique Maingueneau, principal teórico de investigação cá eleito, contudo, há importantes abordagens guiadas por Ferdinand de Saussure, Michel Foucault e outros.

3. Língua, linguagem, fala e discurso, comunicação e direitos fundamentais

É consabido que a atividade jornalística, calcada na liberdade de imprensa, é dirigida por narrativas que se materializam por meio da língua, da linguagem, da fala e do discurso. Os elementos citados são constituintes das notícias e revelam os valores/notícia, isto é, os acontecimentos multifocais de relevância que podem se transformar em notícias.

Pode-se caracterizar os valores/notícia como elementos aptos a melhor discorrer a matéria jornalística, quais sejam, grau e nível hierárquico dos indivíduos postos no fenômeno noticiável, grau de impacto do fenômeno sobre o interesse nacional, quantidade de indivíduos envolvidos pelo fenômeno, grau de significância do acontecimento para efeitos futuros, disponibilidade do acesso às notícias, brevidade, notícia como produto da ideologia da informação, atualidade, qualidade visual do material ilustrativo da notícia, frequência, antecipação dos interesses do público e das ações ensejadoras da ocorrência (WOLF, 1999).

Os atributos, elementos ou valores das notícias, podem se relacionar a diversos aspectos como a relação do profissional do Jornalismo na avaliação do fenômeno noticiável quando assim lhe for esperado, oportunidade em que precisará listar fatores como: *timing* (tempo factual ou especial), proximidade, importância, impacto, consequência, interesse, conflito, controvérsia, sensacionalismo, proeminência, novidade, estranheza ou raridade do fato. Se se centrar no campo social, serão analisadas, por sua vez, as dimensões envolvendo política, economia, cultura e bem estar do público (SHOEMAKER, 2011).

Em resumo do que se deve entender nesse estudo por valores/notícia, a redução conceitual se dá na esteira da constituição de reposta para a indagação: qual fenômeno ou acontecimento deve ser transformado em notícia, considerando-o interessante, significativo e de relevância a atender o caráter noticiável? (WOLF, 1987).

Tratar-se-á de responder à instigação *supra* ao longo desse estudo por ser terreno de desdobramentos dos objetivos do presente trabalho, pois, no momento, conceituar e discorrer sobre o que se tem por língua, linguagem, fala e discurso se mostra profícuo para se chegar de forma encadeada à reposta desejada, tudo sob crivo analítico.

De plano inicial, conhece-se de diploma ético de aplicação aos profissionais do Jornalismo, o “Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros”. A fim de levar à discussão passagens do diploma, *ipsis litteris*.

Art. 1º – O acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse.

Art. 2º – A divulgação da informação, precisa e correta, é dever dos meios de divulgação pública, independente da natureza de sua propriedade. **Art. 7º**

– O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação. **Art. 9º** – É dever do jornalista: [...] – Lutar pela liberdade de pensamento e expressão; – Defender o livre exercício da profissão; [...] – Respeitar o direito à privacidade do cidadão; **Art. 17** – O jornalista deve preservar a língua e a cultura nacionais (CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS, 2007, grifei).

– Defender o livre exercício da profissão; [...] – Respeitar o direito à privacidade do cidadão; **Art. 17** – O jornalista deve preservar a língua e a cultura nacionais (CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS, 2007, grifei).

Os textos da norma ética ilustram elementos ligados à atividade jornalística que se faz na pessoa do profissional noticiante. Foram destacados passadiços tais quais “divulgação da informação precisa e correta”, “compromisso fundamental do jornalista com a verdade dos fatos; precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação”, “é dever do jornalista: respeitar o direito à privacidade do cidadão” e “o jornalista deve preservar a língua”. Referidas passagens buscam rumar a discussão no sentido de que, fica certo que o profissional deve se relacionar com o Jornalismo dentro de certas condições ou disciplinas de atuação, revelando-se a transformação da notícia de forma precisa e correta, respeitando a verdade dos fatos e a divulgação adequada dos acontecimentos com preservação da língua, sem prejuízo de zelo à privacidade das pessoas.

Ditos parâmetros éticos convergem para o atual estudo vez que, busca-se conhecer a notícia na vez de construto da língua, da linguagem e da fala para a formação do discurso jornalístico, notícia essa que deve preservar valores/notícia que se afirmem dentro de uma dialética com direitos de terceiros. Assim, vejamos o que se tem por cada construto apontado.

O acontecimento, *prima facie*, é o princípio da notícia jornalística, mas não anterior ao fato. O acontecimento é algo exterior ao indivíduo, contudo, arrimado a este para que assuma valor, sentido. A relação acontecimento e indivíduo baseia-se em fenômenos advindos da cultura e da história da sociedade. Desta forma, a relação acontecimento e sujeito pode transpor à coletividade, fornecendo a esta imagens da sua própria constituição ou das diferentes constituições de sociedades apartadas. Torna-se, o acontecimento na relação intrincada com o indivíduo e a sociedade, nesse sentido, valor midiático ou material de possível consumo repetitivo. O acontecimento configurado em forma noticiável ou protagonizado na linguagem jornalística se torna objeto de estudo dos *media* (ALSINA, 2009; BERGER e TAVARES, 2010).

É segmentário concluir que o acontecimento tem nascedouro, ocorrência (vida) e transcendência social (morte) numa dialética perene ora

ordenada, ora desordenada, espelhando-se na natureza, mas dependendo perceptiva e significativamente de um ser ou indivíduo assimilador, que interpreta o mundo. Todo esse curso se dá em etapas: modificação, percepção e significação, o que recebe o nome de “processo evenemencial”. Estaria, assim, a linguagem cumprindo o papel, no processo, de transação do acontecimento do fenomenal para a existência significativa (CHARAUDEAU, 2010).

As palavras, sem especificar uma língua, são essenciais ao pensamento coletivo. Sem palavras os indivíduos em sociedade não teriam memória. O pensamento social é memória formada de recordações coletivas dotadas de sentido, tomando as ideias corpo por meio de pessoas ou grupos de pessoas (BABO-LANÇA, 2011).

Às partes para a compreensão do todo. O que se tem por língua e linguagem, afinal? Pois bem, importante estudioso em Linguística deixa suas contribuições, senão vejamos.

Mas o que é língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotada pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. [...] A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Desde que lhe demos o primeiro lugar entre os fatos da linguagem, introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação (SAUSSURE, 1970, p. 17).

Para Ferdinand de Saussure, supracitado, a língua, é um fenômeno social e, a linguagem, um discurso. Saussure (1970) ainda traz que as palavras e sua articulação não se fazem possíveis sem instrumentalização pela sociedade, sendo a língua a unidade da linguagem.

Ainda nessa vertente estrutural da linguagem, defendida em estudos de Saussure (2006), língua e fala (*langue* e *parole*, respectivamente) referem-se à língua fundamentalmente social e à fala individual. A língua, um sistema de signos advindo da união de sentido (conceito, ideia, *significado*) e da imagem

acústica (impressão psíquica, *significante*). Nada obstante, o enlaçar de signos, significante e significado, é arbitrário nos estudos do teórico.

Numa visão mais recente de Linguística, Bakhtin (1997) alinha-se ao clássico teórico pregresso, afirmando que a língua é um fato social que se vale da comunicação, mostrando-se como signo de essencialidade à atividade humana. Lado outro, diferentemente de Saussure, a língua é tida como atividade social para atendimento de necessidades comunicacionais, e não mero objeto normativo, estanque. A fala, por seu turno, é tida como o uso da língua. Chega-se, agora, à figura do discurso. Ver-se em claro que o discurso se transfigura ante os elementos apresentados: língua, linguagem e fala.

Na década de 60, o estudo da língua por ela mesma, até então vigente, começa a se desestabilizar a partir de novas propostas teóricas. Surge a preocupação com o **funcionamento da linguagem em uso**, introduzem-se componentes pragmáticos e a dimensão social começa a fazer parte do estudo da língua com o objetivo de combater a perspectiva estruturalista que vigorava. Esse limiar dá lugar ao **surgimento de diferentes práticas sob o rótulo de análise de discurso** (MELO, 2009, p. 02, **grifei**).

O discurso, ou melhor, a análise do discurso, do funcionamento da linguagem em uso numa dimensão social, ganha força histórica conforme se expressou em meados de 1960. Em razão dessa expressão histórica pulsante que a atenção a processos de produção e interpretação da linguística surgem a demonstrar centros da atividade social, possibilitando-se observar o movimento da sociedade por meio da análise do discurso.

A fim de respeitar o curso lógico e discursivo cá apresentado, vislumbrar-se-á corrente dominante nesse estudo quanto à análise do discurso, fala-se das teorizações ocorridas na França por meio de Dominique Maingueneau e Michel Pêcheux e, dando continuidade nos estudos no Brasil, Eni Orlandi.

Persegue-se o sentido em detrimento do conteúdo, inquirindo-se os sentidos, verbais e não verbais, sem se ater a uma ordem de palavras, descrição ou meio de comunicação. Assim, a análise de discurso é técnica de

exploração de relações envolventes do discurso com a realidade social, explorando-se a produção daquele, o processo social de leitura e seus significados (CAREGNATO e MUTTI, 2006; CHIZZOTTI, 2010; MOZZATO e GRZYBOVSKI, 2011).

De forma entrelaçada aos autores clássicos da corrente francesa, Pêcheux (1990) vê o discurso como materialização ideológica. O sujeito se faz de depósito de ideologia, desprezando-se a íntima vontade, figurando a língua como processo de exteriorização do âmago das atividades das diversas esferas sociais.

Maingueneau (2005), por sua vez, define discurso como exposição de textos de cunho histórico que permite a notação de espaço de regularidade enunciativa. Opera-se o discurso como enunciação de outro discurso, encontrando-se o sujeito imerso num espaço de discursos.

Já para Orlandi (2002), o discurso e sua correlata análise faz imbricamento linguístico ao contexto sócio-histórico e ideológico, traçando a linguagem aos modos de produção social. Desta forma, o sujeito e a ideologia se articulam para a concepção de discurso.

Observa-se das apresentações de definição que o cerne da Análise de Discurso é a busca pela relação sujeito, linguagem, língua, fala (uso da linguagem) e sociedade numa linha de intersecção, objetivando conhecer das manifestações humanas (relações de poder, etc.). Permeou-se por conceituações linguísticas mais estruturalistas (Ferdinand Saussure) e funcionalistas (Michel Pêcheux, Dominique Maingueneau e Eni Orlandi).

Dissecando as conceituações até então trabalhadas, pode-se concluir que a comunicação, num olhar funcionalista da linguagem, se mostra como as trocas entre diferentes sujeitos sociais por meio de signos da língua quando do uso desta através da fala, exteriorizando os sujeitos valores de diversas ordens, a exemplo, relações de poder, identitárias, ideológicas, consciência e inconsciência que se tornam discursos aptos a serem analisados, extraindo-se todos os nexos num certo momento sócio-histórico de produção discursiva, chegando-se à formação de narrativas ou discursos dos discursos noticiáveis.

Nesse ambiente de discursos construídos e carregados de sentidos surgem movimentos que buscam fixá-los, torná-los estanques no tempo e no espaço a fim de se obter referências que direcionem a sociedade a maiores ganhos ou conquistas, podendo por meio da dialeticidade construída, assim, se introduzir aos direitos fundamentais ao debate.

Para tal, adentrar-se-á no diálogo envolvendo garantias e direitos fundamentais na atual ordem constitucional do Brasil regida pela Constituição de 1988. Os direitos e as garantias fundamentais só podem ser bem compreendidos se analisados dentro de certo contexto histórico das Ciências Jurídicas, pois destas que emanam. Fala-se do necessário saber sobre aspectos internacionais das liberdades fundamentais, portanto, de uma ordem internacional; e dos aspectos nacionais que caracterizam o Ordenamento Jurídico do Brasil, isto é, da vestimenta usada para se designar direitos fundamentais na legislação nacional.

Visando um estudo aberto e claro, informa-se que, compulsando a literatura jurídico-legal, os direitos fundamentais são evocados sob algumas nomenclaturas, podendo ser conhecidos como direitos humanos, direitos naturais, direitos individuais, direitos públicos subjetivos, liberdades públicas, liberdades fundamentais, direitos fundamentais do homem, etc.

A título ilustrativo, encontramos em nossa Carta Magna expressões como: a) direitos humanos (art. 4º, inc. II); b) direitos e garantias fundamentais (epígrafe do Título II, e artigo 5º, § 1º); c) direitos e liberdades constitucionais (artigo 5º, inc. LXXI) e d) direitos e garantias individuais (artigo 6º, § 4º, inc. IV) (SARLET, 1998).

“A noção de direitos fundamentais é mais antiga que o surgimento da ideia de constitucionalismo, que tão somente consagrou a necessidade de insculpir um rol mínimo de direitos humanos em um documento escrito (MORAES, 2008, p. 19).” Para contextualizar a compreensão que se deseja, faz-se um estudo do Estado de Direito, ratificando a sua devida importância para a compreensão dos direitos e garantias fundamentais. Para

o momento, conheça-se o que se tem por Estado de Direito na visão de Canotilho (1999, p. 249):

Estado de direito é um Estado ou uma forma de organização político-estadual cuja atividade é determinada e limitada pelo direito. Estado de não direito será, pelo contrário, aquele em que o poder político se proclama desvinculado de limites jurídicos e não reconhece aos indivíduos uma esfera de liberdade ante o poder protegido pelo direito.

Portanto, verifica-se a existência de Estado de Direito quando se tem a presença de um conjunto de normas que determinam como devem ser realizadas as ações de um poder político organizado, governante ou não. Contribui ainda mais Canotilho (1999, p. 249) ao dizer que,

Estado de direito é o Estado que respeita e cumpre os direitos do homem consagrados nos grandes pactos internacionais (exemplo: Pacto Internacional de Direitos Pessoais, Cíveis e Políticos; Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais), nas grandes declarações internacionais (exemplo: Declaração Universal dos Direitos do Homem) e noutras grandes convenções de direito internacional (exemplo: Convenção Europeia dos Direitos do Homem).

Conclui-se que um Estado de Direito se figura como tal quando o mesmo respeita, garante e zela pelos direitos fundamentais dos indivíduos.

Para Viana (2010) mencionados direitos apresentam-se como direitos positivos, garantidos constitucionalmente e encobertos de valores éticos e morais. Eles têm o *status* de direito público interno, valendo-se de mecanismos de defesa e ampliação por meio de leis constitucionais e infraconstitucionais. Já Pfaffenseller (2007) traz que os direitos fundamentais também podem ser entendidos, do ponto de vista clássico, como instrumentos de proteção do indivíduo frente à atuação do Estado.

Com as definições trazidas acima, percebe-se que os direitos fundamentais são de observância necessária nas medidas adotadas dentro de um Estado de Direito, em que pese um Estado Democrático, devendo estar

aberto ao diálogo com a sociedade, à qual realmente os reflexos de todas as ações (des) respeitadas não de recair.

Apresentados os direitos fundamentais por meio de um caminho histórico imprescindível à compreensão que se deseja, recai-se, agora, sobre as garantias fundamentais. Para tratar das garantias humanas, é preciso fazer referência a algum instrumento legal que prevê tais direitos, passando a serem chamados de direitos fundamentais (previstos em textos, escritos). Nesse passo, conhece-se a Constituição Federal do Brasil de 1988, a qual expressamente assegura um leque de direitos e garantias fundamentais.

A Constituição Federal de 1988 trouxe em seu Título II os direitos e garantias fundamentais, subdividindo-os em cinco capítulos: direitos individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos e partidos políticos. Assim, a classificação adotada pelo legislador constituinte estabeleceu cinco espécies ao gênero direitos e garantias fundamentais: direitos e garantias individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos; e direitos relacionados à existência, organização e participação em partidos políticos (MOARES, 2008, p. 31).

Ademais, a própria Constituição deixou expresso que, os direitos e garantias fundamentais previstos não excluem outros que decorram do regime e dos princípios por ela adotados, bem como dos tratados internacionais em que o Brasil seja parte (art. 5º, § 2º.). Como não se visa esgotar o tema sobre todas as fases ou dimensões que retratam os direitos humanos, não se aprofundará para além da defesa já racionalizada. Portanto, busca-se, neste momento, fazer uma breve apresentação e justificação dos direitos humanos na condição de fundamentais pela expressa previsão em textos legais.

Na realidade, é pauta de direitos fundamentais em um sistema político que noticia o seu caráter autoritário ou democrático, liberal ou social. É ainda esse lenço de direitos que anuncia os princípios processuais mais gerais e indispensáveis e delinea os limites do poder político estatal, razão pela qual os direitos fundamentais constituem o cerne de qualquer ordem

jurídica, “a medula das constituições” e a teoria que se pretende desenvolver acerca de tais direitos há de vislumbrá-los sob este ângulo. [...]. Os direitos fundamentais integram, portanto, ao lado da definição da forma do Estado, do sistema de governo e da organização do poder, a essência do Estado constitucional, constituindo, neste sentido, não apenas parte da Constituição formal, mas também elemento nuclear da Constituição material (WILLIS, 1997, p. 35; SARLET, 1998, p. 59-60).

Assim, fecha-se o presente tópico tendo-se atingido a proposta inicial, conceituação, apresentação e reflexão crítica sobre língua, linguagem, fala, discurso, comunicação e direitos fundamentais, cumprindo-se com a importante missão de dialogar a comunicação e os direitos fundamentais quando se demonstrou que a perpetuação daquela na sociedade regida por um sistema jurídico-legal se dá pelo necessário conhecimento do espaço geográfico legal em que se desenvolve, no caso, como direito humano, fundamental, que se vale da proteção da dignidade da pessoa humana, para de fato a língua, a linguagem, a fala e o discurso gozarem da liberdade de expressão, tudo para que este se informe a territorialidade deste instituto, ao fim e a cabo.

Conclusão

A territorialidade da liberdade de imprensa no Brasil, para além dos elementos ou institutos que a formam, tem marcos de evolução e involução, acompanhando cenários políticos e sociais da nação. A distinção exata sobre as diferentes modalidades de liberdade (informação, opinião, expressão, imprensa, etc.) são sensíveis para muitos estudos, a distinção resta em construção, pois é produto da história da humanidade, notadamente de ganhos políticos, sociais, históricos, ideológicos, culturais, linguísticos, etc. volitivos, portanto, um conceito que comporta variáveis no tempo e no espaço.

A língua, a linguagem, a fala e o discurso são imperiosos na Comunicação pois, do exercício destes institutos, tem-se a exteriorização do fato,

do acontecimento noticiável que deve se perfazer de valores/notícia aptos a consolidar informação útil ao meio social.

A reflexão debatida permitiu conhecer melhor cada um dos elementos formadores da notícia em nítida busca pela intersecção entre Comunicação e Direito, o que se deu ao se alcançar os direitos fundamentais, leque de direitos onde se localiza o direito e garantia à liberdade de imprensa.

Cuidou-se de oferecer dirigentes que melhor arcaboucem as narrativas jornalísticas que se dão pela formação do discurso, o qual se dá por meio da língua, da linguagem e da fala textual. Assim, alcançou a pretensão primeva, qual seja, revelar a intersecção existente entre Comunicação e Direito para que o território da liberdade de imprensa seja melhor conhecido pela sociedade em geral.

Referências

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm >. Acesso em 18 de Nov. de 2019.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao091.htm >. Acesso em 18 de Nov. de 2019.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao034.htm >. Acesso em 18 de Nov. de 2019.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao046.htm >. Acesso em 18 de Nov. de 2019.

- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro, 1967. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm >. Acesso em 18 de Nov. de 2019.
- _____. **Emenda Constitucional n. 1, de 24 de janeiro de 1969**. Rio de Janeiro, 1969. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emco1-69.htm >. Acesso em 18 de Nov. de 2019.
- _____. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1967**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 fev. 1968.
- _____. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. 2007. Disponível em: < https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf >. Acesso em 18 de Nov. de 2019.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BERGER, Christa; TAVARES, Frederico M. B. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia P. S. **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis, Insular, 2010. p. 121-142.
- BABO-LANÇA, Isabel. **Configuração mediática dos acontecimentos do ano**. Caleidoscópio, Revista de Comunicação e Cultura, n. 10, 2013.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Estado de Direito**. Fundação Mário Soares. Lisboa: Rádiva Produções, Ida, 1. Ed. 1999.
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. **Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo**. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3. e Petrópolis: Vozes, 2010.

EUA. **Constituição dos Estados Unidos da América**. 1787. Disponível em < <https://www.univali.br/graduacao/direito-itajai/publicacoes/revista-filosofia-do-direito-e-intersubjetividade/edicoes/Lists/Artigos/Attachments/19/nelson-natalino-frizzon.pdf> >. Acesso em 18 de Nov. de 2019.

FRANÇA. **Constituição Francesa**. 1971. Disponível em < <http://www.fafich.ufmg.br/~lu-arnaut/const91.pdf> >. Acesso em 18 de Nov. de 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HAMELINK, C.J. **Direitos Humanos para a Sociedade da Informação**. In: MARQUES DE MELO, José; SATHLER, Luciano (Orgs.). *Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação*. São Bernado do Campo: UMESP, 2005.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso**. In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso – introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp. P. 61 – 161, 1990.

PFaffenSeller, Michelli. **Teoria dos direitos fundamentais**. Revista Jurídica, Brasília, v. 9, p.94, 2007.

ORLANDI, E. **A análise de discurso e seus entremeios: notas para a sua história no Brasil**. Caderno de Estudos Lingüísticos (42), Campinas: Jan./Jun. PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*, Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

MANHÃES, E. **Análise do Discurso**. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 305-315.

MELO, Iran Ferreira de. **Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções**. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, Ano 05, n. 11, 2^o Semestre de 2009, ISSN 1807-5193. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo_ADeACD.pdf >. Acesso em 06 de Nov. de 2019.

MORAES, Alexandre Rocha Almeida. **Direito Penal do Inimigo: A Terceira Velocidade do Direito Penal**. Vol. 01. São Paulo: Juruá, 2008, p. 56.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. **Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração**: Potencial e Desafios. *RAC*, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral. São Paulo: Cultrix, 1970.

SAUSSURE, F. de. Curso de linguística geral. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. 28 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SHOEMAKER, Pamela J. **Teoria do gatekeeping**: seleção e construção da notícia. Pamela J. Shoemaker, Tim P. Vos. Porto Alegre: Penso, 2011.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História Social dos Direitos Humanos**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

VIANA, Lara Sanábria. **O Estado democrático de direito e os direitos fundamentais**: perspectivas históricas. *Revista da FESP: periódico de diálogos científicos*. vol. 1, p. 8-23, 2010. Texto disponível em: Último acesso: 26/07/2019. ISSN: 1982-0895.

WILLIS, Santiago Guerra Filho (Coord). **Dos direitos humanos aos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 1997.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença Editorial, 1999.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: UnB, 2004.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa (Portugal): Editorial Presença, 1987.

Capítulo 13

A imprensa do esquecido norte goiano e os movimentos de luta: predestinado ecos do Tocantins nasce em 1951

*Aurielly Queiroz Painkow*¹

Prelúdio

Nasci por mão de parteira, em uma cidade localizada no antigo Norte de Goiás, Cristalândia. Mesmo estando nesse território relegado à própria sorte, o município, podia ser considerado um lugar de “sorte”, pois os freis e freiras franciscanas, vindos na maioria de terras estrangeiras, marcariam significativamente a “Vila de Chapada”² com transformações éticas e morais profundas. Quando criança, mesmo experimentando essa rica convivência com os religiosos, lembro-me de ter vivido em um norte de Goiás esquecido, relegado, distante do desenvolvimento. Era senso comum exposições e frases assim: “falta tudo aqui no norte”, “falta oportunidade de acesso à saúde”. A escassez de serviços públicos mínimos fez parte da história de quem só ouvia falar “isso só tem no sul... no sul de Goiás...”

Após essa infância vivida em um (des)governo, segui o curso de muitos nortistas de goiás, que desejavam dar continuidade aos estudos, fui para Goiânia, e só regresssei porque o Tocantins havia sido emancipado e com ele, as melhorias começaram a surgir, a criação da Universidade do Tocantins (Unitins) foi uma delas, isso possibilitou-me cursar o ensino superior, na minha terra, próximo a minha família, diferente de muitos. Ser bacharel em Comunicação Social proporcionou-me saber da história da imprensa local e ter um olhar diferente para a importância do seu papel e, por conseguinte, do jornal Ecos do Tocantins³.

¹ Jornalista pela Universidade do Tocantins e mestranda do Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: auripainkow@gmail.com

² Vila pertencente à cidade de Porto Nacional, mais tarde viria a ser Cristalândia

³ Jornal Impresso criado em julho de 1951 na Vila de Piaus, hoje Pium, com o intuito de contribuir com o Movimento Separatista do Norte de Goiás.

1. Introdução

Este artigo que é um recorte teórico de uma pesquisa de mestrado, em desenvolvimento dentro do Programa de Pós Graduação em Comunicação da UFT (PPGCom), pretende contribuir com a construção da memória do jornalismo do norte goiano, discorrer sobre o comportamento da imprensa nessa região durante os três levantes do movimento autonomista no norte de Goiás (1821-1823), (1956 a 1960) e de (1985 a 1988), e trazer para o caso do jornal *Ecos do Tocantins* (1951 a 1961) a discussão de que a imprensa local quase sempre se mostrou favorável ao grito da autonomia e a criação do Tocantins.

A intenção é explorar seu aspecto histórico e documental, partindo da hipótese de que jornais criados na década de 1950, principalmente, nasceram para dar sustentação comunicacional ao movimento separatista e desenvolveram uma pauta alinhada ao discurso de autonomia do norte de Goiás. Este trabalho aventurou-se em uma pesquisa documental e qualitativa que se utilizará do método de análise de discurso para entender a comunicação autonomista.

Conforme elucidada Gibbs (2009), uma pesquisa qualitativa se define pela forma de explicar os fenômenos sociais, seja por meio de investigação documental, experiências de indivíduos ou grupos, análise de interação e comunicação desenvolvida. Além disso, o autor ressalta que, uma parte significativa da pesquisa qualitativa é com base em textos e escrita, como se mostra o presente artigo que analisa o *Jornal Ecos do Tocantins*.

Segundo Michel (2009), mesmo quando o resultado a ser alcançado não é numérico, a pesquisa quantitativa serve como um modo de compilar e organizar as informações para que sejam analisadas qualitativamente e criticamente. E os textos do *Ecos* nos proporciona esse método de análise. A análise do discurso é um campo que tem muitas características. Segundo Milton José Pinto (2002, p. 27) a AD “[...] não se interessa tanto pelo que o texto diz ou mostra, pois não é uma interpretação semântica de

conteúdo, mas sim em como e por que o diz e mostra”, procurando assim, a compreensão do ambiente de produção do próprio discurso.

2 A autonomia do Tocantins e os movimentos de luta

A historiadora goiana Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, dedicou suas pesquisas ao tema. A pesquisadora destaca três momentos marcantes no percurso da criação do estado, daquilo que denomina ‘discurso autonomista’ do Tocantins: os anos 20 do séc. XIX (1821-1823) e as décadas de 50 e 80 do século XX (1956 a 1960 e de 1985 a 1988).

A autonomia do Tocantins foi instituída pela Lei nº 960, de 17 de março de 1988, mas, a data para comemoração da autonomia foi escolhida no dia 18 de março de 1809 porque o príncipe regente Dom João VI editou alvará que determinou a criação da comarca de São João das Duas Barras, instalada na confluência dos rios Itacayúnas e Tocantins. A criação da comarca dividiu a capitania de Goyaz em duas e tinha por objetivo promover o desenvolvimento da região.

A criação do Estado se efetivou com sua inclusão nas Disposições Transitórias da Constituição Brasileira de 1988, promulgada no dia 5 de outubro do mesmo ano. A instalação do Tocantins concretizou o sonho de muitas gerações e, revisitar episódios dessa luta histórica da região, que hoje é Tocantins, "equivale conhecer personagens que lutaram pela a emancipação política de um norte esquecido, valorizando o papel da imprensa como ferramenta de combate” (PAINKOW, 2002).

Figura 1 - Lei que institui o Dia da Autonomia do Tocantins.

LEI Nº 960, DE 17 DE MARÇO DE 1998.
Publicado no Diário Oficial nº 676

Institui o dia 18 de março como o Dia da Autonomia, considerando-o feriado estadual, data em que, no ano de 1809, deu-se a criação da Comarca do Norte, marco inicial da luta pela emancipação do Estado, e dá outras providências.

O Governador do Estado do Tocantins,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aprova e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É instituído o Dia da Autonomia, a ser comemorado em 18 de março.

*Parágrafo único. São os órgãos dos diversos poderes responsáveis por promover ações a fim de comemorar esse dia, organizando festividades nas diversas comunidades do Estado, com maior participação popular. (NR)

**Parágrafo único com redação determinada pela Lei nº 2.013, de 18/02/2009.*

~~Parágrafo único. É feriado estadual a data que trata o caput deste artigo, devendo os órgãos dos diversos Poderes promover ações objetivando comemorar condignamente esse dia, organizando festividades nas diversas comunidades do Estado, com a mais ampla participação popular.~~

Art. 2º. As promoções dos Policiais Militares, por Antigüidade, Merecimento e Escolha, poderão ocorrer nos dias 18 de março e 25 de agosto, para Oficiais e Praças, indistintamente.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto nos incisos 2, 3, 4 e 5, do art. 13, da Lei nº 127, de 31 de janeiro de 1990, aos Policiais Militares que completarem seus interstícios no período de 19 de março a 21 de abril, fica assegurado o direito de concorrer às promoções em 18 de março.

Art. 3º. É criada a Ordem do Mérito Tiradentes, destinada ao agraciamento de todos aqueles que praticaram atos de bravura por solidariedade e amor ao próximo, em defesa da vida, do meio ambiente, ou, ainda, tenham, se tornado exemplo de dignidade e honradez, de amor ao povo, ao Estado e à Pátria.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo no prazo de até cento e oitenta dias.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Fonte: Diário Oficial

Conforme a narrativa de Cavalcante (2003), em 1821 o ouvidor da Comarca do Norte, recém-separada da Comarca do Sul, na capitania de Goiás, Joaquim Teotônio Segurado fez circular uma promulgação em que se declarou separado. Com a repressão governamental, o movimento autonomista calou seu discurso por um longo tempo, contudo, permaneceria vivo em manifestações na imprensa local, nitidamente em Porto Nacional, cidade que ocupava posição de destaque e influência regional,

principalmente, por ser um importante porto fluvial que mantinha vínculo comercial com Belém por meio da navegação no rio Tocantins.

O Norte de Goiás era simplesmente um pobre enjeitado, uma região esquecida, relegada à ingrata sorte. Os governos sequer lançavam seus olhos às necessidades prioritárias e palpitantes, atendendo as reivindicações e fazendo justiça ao povo da região. Para inverter tal situação, nas décadas de 1950 e 1960, muitos foram os movimentos de luta Pró-Tocantins, como a Comissão de Estudo Jurídicos do Estado do Tocantins (CEJET), a Casa do Estudante Norte Goiano (CENOG) e a luta encampada por jornais, dos quais o jornal *Ecos do Tocantins* é um dos veículos que se destaca pela importância política que exerceu em toda a região e pelo longo período de veiculação (1951-1961), 10 anos de existência. Por essa razão, foi o jornal selecionado para a presente análise.

O levante de 1950 foi considerado na obra (CAVALCANTE, 2003) como o período mais efervescente, dado o protagonismo do Juiz Feliciano Machado Braga, do empresário e jornalista, Trajano Coelho Neto, como também pela convergência com o projeto governamental de Juscelino Kubitschek de interiorizar o Brasil, a mudança da capital do Brasil e a construção de Brasília, todos acreditavam que com essas transformações era apenas uma questão de articulação política das lideranças nortenses.

Em 1988 o discurso autonomista é efetivado. Segundo a pesquisadora Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante (2003) o jeito diferente de ser dos habitantes do norte de Goiás, somado às peculiaridades do norte, até mesmo geográficas, a exemplo do paralelo 13 que identificava o começo do território, designado de Amazônia Legal, a discriminação, o abandono político-econômico motivou a retomada do último levante 1985/1988 e ganhou corpo pois a proposta política de todas as lideranças da região foi suprapartidária. Os pronunciamentos registrados no Congresso Nacional, na Assembleia Legislativa Estadual e na Câmara Municipal de Goiânia mostrou consenso político, e esse foi para a historiadora, o marco principal da conquista.

3 A imprensa e seu comportamento frente aos movimentos da época

O primeiro jornal na região de Goiás foi a Matutina Meiapontense, publicado a partir de 1830 na cidade de Meia Ponte (atual Pirenópolis-GO). Amparados pelo discurso da autonomia, quando o Tocantins era apenas sonho. A maioria dos jornais impressos norte goianos trazia em suas manchetes, notícias e notas, o abandono do norte, o descaso em relação a estrutura econômica e social, como também a necessidade da criação do novo Estado que dividiria o território de Goiás.

Em 3 de julho de 1891 a novidade em Porto Nacional era Typógraphia Tocantina. O editorial de estreia da primeira tipografia fixada na região do então norte de Goiás firmou compromisso de defender os nortistas:

É o seu principal compromisso, pugnar pelo bem público dos nossos co-estadinos, [trecho danificado] ardente dos direitos do Norte, a nossa modesta folha, sem o brilho da sciencia e as grandezas da ilustração, aparece possuída da melhor vontade de constituir-se uma pequena luz com o auxílio da qual, fiquem transparentes as necessidades desta parte de Goyaz onde bem custosa é a vida pela fraca importância que gozamos dos poderes governantes. (FOLHA DO NORTE. 3 jul. 1891)

Logo depois, em 1905, nasce o jornal O Norte de Goiás, que se destaca pelo período de circulação de quase meio século ininterruptamente, só suspenso pela Coluna Prestes, na década de 20, veículo criado e mantido pelo médico, político e jornalista, Dr. Francisco Ayres da Silva. Surgem ainda na década de 50, no então norte de Goiás, os jornais, O Tocantins (1950), em Tocantinópolis; Ecos do Tocantins (1951), em Pium, pequena vila pertencente a Porto Nacional; A Norma (1953) e o jornal O Estado do Tocantins (1956), ambos em Porto Nacional. Destes apenas do primeiro não se conhece a história. Os outros foram jornais empenhados no progresso e desenvolvimento da região.

Ao longo dos anos seguintes o jornalismo da região seria palco de artigos denunciando a situação de descaso da administração de Goiás com o norte do Estado e revelavam as dificuldades de aglutinar as forças

políticas em torno do movimento em prol da criação do Tocantins (CAVALCANTE, 2003).

Os jornais Ecos do Tocantins e o Estado do Tocantins, além de serem ligados pelo mesmo período de criação, também compartilhavam o objetivo de ver o Estado do Tocantins concebido. Os dois veículos eram rodados no mesmo lugar, a gráfica Ecos do Tocantins, localizada na cidade de Pium. Os respectivos jornais comungavam de um mesmo sentimento, de uma mesma vontade, a independência de uma região esquecida.

Contudo, segundo Cavalcante (2003), o discurso autonomista na imprensa local não era propriamente a defesa por nenhum partido, mas, manifestações pessoais influenciadas por discussões que pregavam a necessidade de redivisão territorial do Brasil. Tal alegação ganharia novos delineamentos com sua “recriação” amparada nas dimensões da política local, regional e nacional na década de 1950, tendo como marco principal a “Proclamação Autonomista” de 13 de maio de 1956 em Porto Nacional, que passou à história como o “movimento de 56”.

Nesse período, o município era um dos maiores do norte goiano, abrangendo diversas vilas e distritos. Uma delas, Pias (hoje, município de Pium-TO), onde, em 22 de julho de 1951, teve início a circulação do jornal Ecos do Tocantins, periódico que retomou e popularizou o discurso autonomista, sob a atuação de seu fundador, o empresário Trajano Coelho Neto, que acabaria assassinado e se tornaria mártir da luta separatista do Estado e do jornalismo tocaninense (PAINKOW; COSTA; MELO, 2002).

4 Jornal ecos do Tocantins e sua consolidação pela autonomia

A década de 50 constitui um verdadeiro marco na história da imprensa brasileira, pelas modificações sofridas, em consequência das profundas transformações econômicas, políticas e culturais ocorridas pela modernização pós-estado novo e pela situação do Brasil no novo contexto internacional. A criação da Petrobras, a queda de Getúlio Vargas e o

desenvolvimento da indústria cultural que dá seus primeiros passos. Desde então,

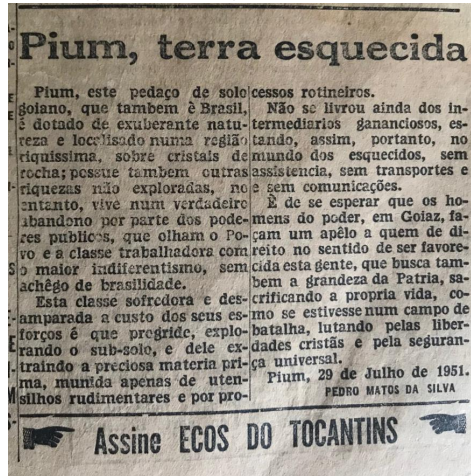
a imprensa tem um duplo papel: ela revela de forma quase imperceptível as mudanças que estão ocorrendo na sociedade, mas, por outro lado, a obriga a acompanhar as transformações. Ela se atualiza para acompanhar as mudanças e ao mesmo tempo introduz novas formas de pensar, ela é parte integrante de todo o processo. (ABREU, 1996).

Durante uma década de existência (1951 e 1961), Ecos do Tocantins abraça causas emancipacionistas: a criação dos municípios de Pium e Cristalândia, o desenvolvimento e a emancipação da região Tocantina através de um estado autônomo (Figuras 2 e 3). Adota, desse modo, a mesma bandeira que outros jornais antigos do norte de Goiás procurando divulgar a região Norte de Goiás ao Brasil.

Figura 2 - Primeira página de exemplares do jornal Ecos do Tocantins



Figura 3 - Recorte do jornal Ecos do Tocantins



O Jornal Ecos do Tocantins publicou 600 edições semanais em 10 anos de existência. O próprio nome já dizia a que vinha: produzir ecos, fazer repercutir, ressoar, fazer chegar aos quatro cantos as bandeiras que defendia, sendo a maior delas o progresso da região tocantina, a luta pela divisão de Goiás, enfim, a criação do Estado do Tocantins.

No texto inaugural do jornal encontra-se destacada a importância da imprensa como agente transformador e combativo pelo bem da região, revelando os princípios progressistas que norteiam o aparecimento do jornal:

É inegável que a imprensa é um elevado índice de Progresso, e o jornal, dentro dos limites do meio em que se projeta, um fator poderoso de desenvolvimento material e moral. (...) Nenhum dos aspectos da vida coletiva deixa de passar por meticuloso exame quotidiano na vida de imprensa, todas as suas facetas morais, todas as suas tendências intelectuais, toda a intensidade da sua própria vida material, o jornal focaliza, disseca e analisa, no seu labor incessante de orientar a marcha evolutiva da sociedade. (...) Abraça sempre as causas justas, luta sempre pela grandeza e progresso da pátria e particularizando, pelos interesses supremos da região em que se projeta. Isso posto, bem compreensível se torna a razão e a causa do nosso aparecimento, e evidenciados os postulados normativos de nossa conduta, dos quais não nos afastaremos por nenhum preço. (ECOS DO TOCANTINS, 22 jul. 1951).

A primeira edição de Ecos do Tocantins saiu com uma tiragem de 1.000 exemplares e ao final do primeiro ano circulou com 2.500 exemplares, graças ao aumento dos assinantes, não só dos municípios vizinhos, mas também das fazendas da região, para quem as edições iam sendo acumuladas e quando algum empregado, normalmente um vaqueiro, ou mesmo o próprio fazendeiro ia à cidade, recebia um pacote com as edições lançadas.

Ecos divulgou o Norte de Goiás ao Brasil e todas as informações sobre o movimento Pró-criação do Tocantins. A circulação alcançava outras cidades e estados como: Belém (PA), Carolina e Balsas (MA), Anápolis, Goiânia e várias cidades do Norte Goiano, a ousadia era tamanha que o Jornal era postado para todos esses lugares via transporte aéreo, pequenos aviões de propriedade de empresários da época, e até mesmo por meio de companhias que faziam linha para Pium como a companhia Cruzeiro do Sul (figura 4).

Figura 4 - Imagem da cia aérea (Cruzeiro do Sul) que atuava à época nas pequenas cidades do Norte Goiano



Considerações finais

O jornal Ecos do Tocantins, foi um importante veículo de comunicação, dado seu empenho na causa separatista e de emancipação do antigo Norte de Goiás, mas também pelo período de consolidação da sua história de existência e veiculação que durou exatos 10 anos, o fato é louvável principalmente quando se compara a dificuldade de criar e manter uma empresa jornalística – pelas condições quer geográficas quer econômicas em que foi fundado, em um povoado que, à época, nem era classificado como cidade, e que sua prática econômica, já encontrava-se em vias da extinção, os garimpos de cristal. A ousadia deve ser reconhecida, principalmente quando comparamos aos dias atuais, (mesmo com toda a tecnologia disponível e pelo contexto econômico) é penoso e arriscado engendrar uma tarefa semelhante.

O arcabouço teórico da pesquisa é ainda mais enriquecido quando ao abrir as páginas de Ecos do Tocantins, o leitor se depara com um periódico que evidencia em suas escritas, que nasceu focado, predestinado, em pausar e difundir o movimento de divisão do Estado de Goiás, para isso o conteúdo do veículo trazia semanalmente artigos, matérias, enfim notícias de que a autonomia seria ecoada, difundida, pois além de necessária, era *sine qua non* de acordo com todo referencial, para levar o desenvolvimento ao povo tocantino.

Figura 6 - Ulisses Guimarães presidente da Câmara Federal, ao lado do então deputado federal José Wilson Siqueira Campos e lideranças do Tocantins.



Contudo, é perceptível que o discurso autonomista do Norte Goiano, sobreviveu aos dois primeiros levantes (1821-1823), (1956-1960) sendo retomado após o segundo movimento, 25 anos mais tarde, 1986, com a mesma força e o mesmo objetivo. O povo esquecido, na década de 80, obteria o êxito da criação do tão sonhado Tocantins, dado o consenso político e social, mas também às denúncias da imprensa local de que o abandono instalado era real. Podemos creditar a consolidação do Tocantins aos esforços de muitos personagens ao longo desse mais meio século, e com o presente trabalho quisemos apresentar a imprensa como um personagem que apostou e confiou na realidade que hoje é o Estado do Tocantins.

Referências

ABREU Alzira Alves. **Os suplementos literários:** os intelectuais e a imprensa nos anos 50: anos dourados in: ABREU, Alzira Alves Org. A imprensa em Transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

A CAUSA DO NOSSO APARECIMENTO. Ecos do Tocantins, Pium, p.1, 22 jul. 1951.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **Tocantins:** movimento separatista do norte de Goiás 1821-1988: São Paulo: A. Garibaldi, Goiânia: UCG, 1999.

- _____. **O Discurso Autonomista do Tocantins**. São Paulo: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo: São Paulo: 2000.
- COSTA, A. L.; TEIXEIRA, I.; PAINKOW, Q. A.; **Folha do Norte (1891-1894):** o jornal pioneiro da imprensa tocantina. Florianópolis: II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2004.
- GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- MELO, José Marques de. **Imprensa brasileira: personagens que fizeram história**. São Paulo: Universidade Metodista; Ioesp, 2005.
- MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- PAINKOW, Aurielly Queiroz. **O jornal do Cristal: Um eco ressoa na região garimpeira**. Revista Ensaios: comunicação em revista. v. 1. n.1. Palmas: Unitins, 2002.
- PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hacker, 2002.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Mauad. 1999.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org